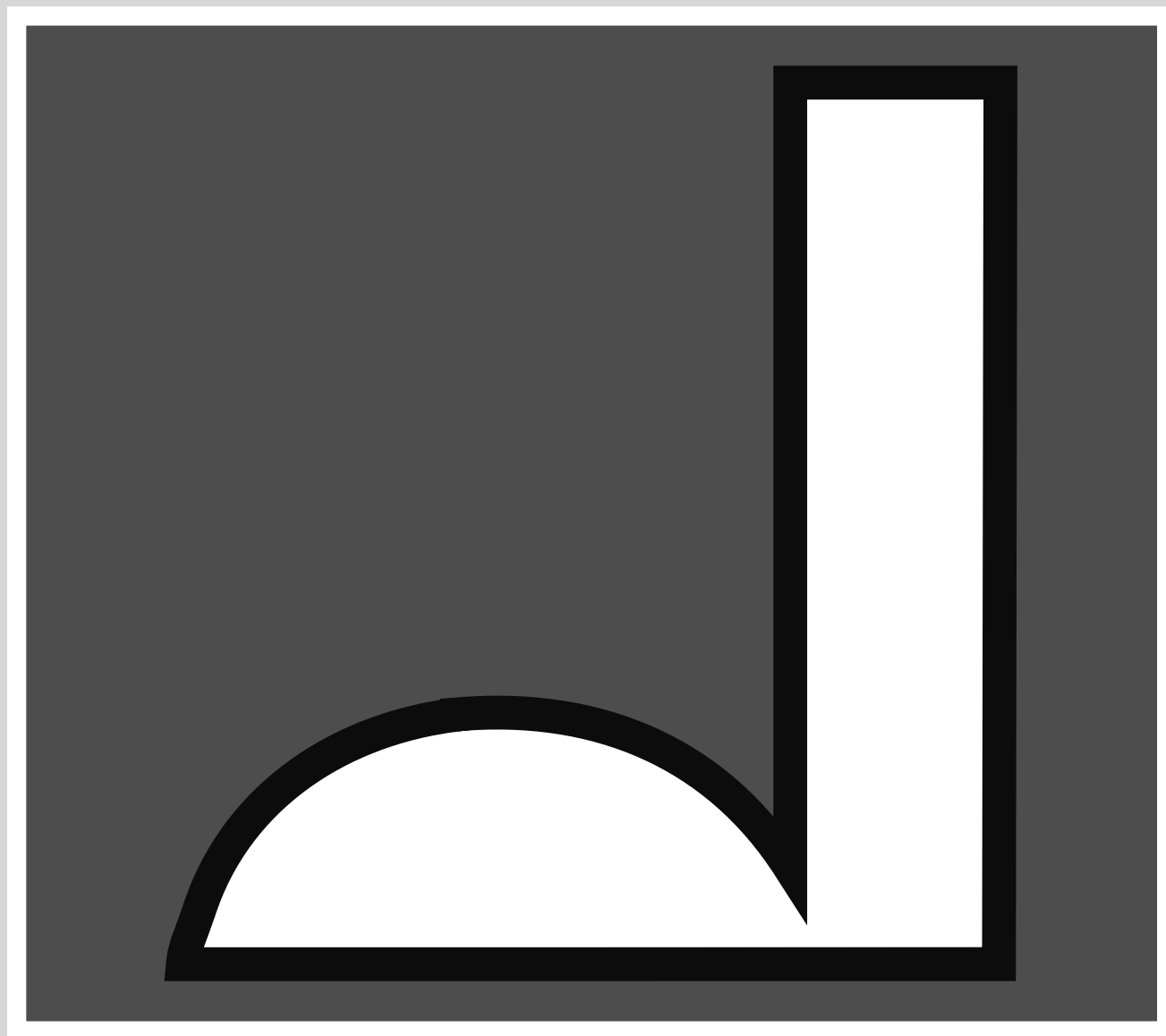




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVI - Nº 102 - QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2011 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Wilson Santiago - (PMDB-PB) <b>1º SECRETÁRIO</b> Cícero Lucena - (PSDB-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO) <sup>2</sup>	<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)  <b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> <b>1º</b> - Gilvam Borges - (PMDB-AP) <sup>1</sup> <b>2º</b> - João Durval - (PDT-BA) <b>3º</b> - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) <b>4º</b> - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

**Notas:**

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

**LIDERANÇAS**

<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 28</b>  <b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b>  .....  <b>Líder do PT - 14</b> <b>Humberto Costa</b> Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann (11) João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias  <b>Líder do PR - 4</b> <b>Magno Malta</b>  <b>Líder do PDT - 4</b> <b>Acir Gurgacz</b> Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque  <b>Líder do PSB - 3</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b> Vice-Líder do PSB Lídice da Mata  <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> <b>(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28</b>  <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b>  .....  <b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner  <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia  <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b>  <b>Líder do PMN - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b>  <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> <b>(PSDB/DEM) - 16</b>  <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB (8)</b> Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda .....  <b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)  <b>Líder do DEM - 5</b> <b>Demóstenes Torres (3,4)</b> Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
		<b>PTB - 6</b>  <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
<b>PSOL - 2</b> <b>Líder</b> <b>Marinor Brito - PSOL</b>	<b>PPS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Itamar Franco - PPS</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE	
<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
1.1 – RESOLUÇÃO	
Nº 7, de 2011.....	24834
<b>2 – ATA DA 105ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE JUNHO DE 2011</b>	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Comunicação da Presidência</b>	
Dedicação do tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os 16 anos da Rede Vida de Televisão, nos termos do Requerimento nº 245, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores. ....	24836
<b>2.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro</b>	
<b>2.2.3 – Oradores</b>	
Senador Randolfe Rodrigues.....	24836
Senador Mozarildo Cavalcanti .....	24838
Senador Pedro Simon.....	24839
Senador Geovani Borges.....	24840
Senadora Vanessa Grazziotin.....	24842
Senador Wilson Santiago .....	24843
Senador Eduardo Suplicy .....	24844
Senadora Ana Rita.....	24844
Senador Eduardo Amorim .....	24846
Senador Ricardo Ferraço .....	24846
Senadora Lídice da Mata.....	24847
Senador Paulo Paim .....	24848
Senador Valdir Raupp .....	24848
Dr. João Monteiro de Barros Filho (fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão).....	24849
Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno) .....	24850
<b>2.2.4 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)</b>	
<b>2.2.5 – Suspensão da sessão às 16 horas e 36 minutos e reabertura às 16 horas e 46 minutos</b>	
<b>2.2.6 – Parecer</b>	
Nº 590, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 26, de 2011.....	24852
<b>2.2.7 – Comunicação da Presidência</b>	
Abertura do prazo de cinco dias para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente. ....	24855
<b>2.2.8 – Leitura de projetos</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelecendo a retenção da receita de medicamentos sujeitos à prescrição de profissionais habilitados.....	24855
Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º. ....	24857
Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tipificar e estabelecer penas contra o abuso bancário.....	24864
Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletrônicas.....	24877
<b>2.2.9 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 760, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011. ....	24878
Nº 761, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 23 de agosto próximo seja destinado a homenagear a memória de Glauber Rocha. ....	24880
Nº 762, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 5 a 8 de julho próximo. ....	24881
Nº 763, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Antonio Bertolucci. ....	24881

### 2.2.10 – Mensagens da Presidente da República

Nº 199, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2011 (nº 5.549/2009, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), sancionado e transformado na Lei nº 12.420, de 2011..... 24881

Nº 200, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011 (nº 5.543/2009, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), sancionado e transformado na Lei nº 12.421, de 2011..... 24882

Nº 201, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2011 (nº 5.545/2009, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), sancionado e transformado na Lei nº 12.422, de 2011..... 24882

Nº 202, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2011 (nº 5.548/2009, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), sancionado e transformado na Lei nº 12.423, de 2011..... 24882

Nº 205, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2011 (nº 5.541/2009, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), sancionado e transformado na Lei nº 12.426, de 2011..... 24882

Nº 206, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2011 (nº 5.542/2009, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), sancionado e transformado na Lei nº 12.427, de 2011..... 24882

Nº 207, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2010 (nº 6.180/2009, na Casa de origem, do Deputado Roberto Alves), sancionado e transformado na Lei nº 12.428, de 2011. .... 24882

### 2.2.11 – Ofício do Ministro de Estado da Integração Nacional

Nº 279, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 364, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. .... 24882

### 2.2.12 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 109, de 2011, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 223, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 24882

Nº 476, de 2011, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 361, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. .... 24882

Nº 77, de 2011, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento nº 406, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. .... 24882

### 2.2.13 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 863, de 2011, encaminhando a Mensagem nº 94, de 2011 (nº 153/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que *solicita a*

*retirada de tramitação do texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999, encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 1.418/99, na origem, que tramita nesta Casa nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2010. ...* 24882

### 2.2.14 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Mensagem nº 94, de 2011..... 24882

### 2.2.15 – Leitura de propostas de emenda à Constituição

Nº 57, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *acrescenta o art. 251 à Constituição Federal para mudar a denominação da Zona Franca de Manaus para Polo de Desenvolvimento Incentivado – PDI, e acrescenta o art. 98 ao do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre os benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus. ....* 24884

Nº 58, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o parágrafo único do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. ....* 24893

Nº 59, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, que *altera o parágrafo único do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, para assegurar à categoria dos trabalhadores domésticos todos os direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais. ....* 24901

### 2.3 – ORDEM DO DIA

#### 2.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011, 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; revoga dispositivo da Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011). Discussão adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária.....* 24905

#### 2.3.2 – Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional. Discussão adiada por falta de acordo de lideranças.....* 24905

### 2.3.3 – Item 3 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Discussão adiada* por falta de acordo de lideranças. .... 24906

### 2.3.4 – Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências. Discussão adiada* por falta de acordo de lideranças. .... 24906

### 2.3.5 – Item extrapauta (Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 764, de 2011, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 26, de 2011, que *autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – BERJ. Aprovado*. .... 24906

Redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 2011 (**Parecer nº 591, de 2011-CDIR. Aprovada.** À promulgação. .... 24908

#### 2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

##### 2.4.1 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (**Ofício nº 136/2011**). *Designação do Senador Paulo Bauer, como titular, para compor a referida Representação.* .... 24910

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (**Ofício nº 47/2011, de 15 do corrente**). *Designação do Senador José Agripino, como suplente, para compor a referida Representação.* .... 24910

Da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (**Ofício nº 89/2011, de 26 de maio**). *Designação*

*dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Fernando Collor, como titular e suplente, respectivamente, para comporem a referida Representação.* ..... 24910

##### 2.4.2 – Discursos

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Críticas aos livros distribuídos pelo governo federal para as escolas públicas de todo o país.... 24910

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Indignação com matéria, publicada pelo jornal **A Crítica**, intitulada “Senador do DEM critica a atuação de amazonenses” que retrata avaliação feita pelo Senador Demóstenes Torres. .... 24916

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Explicações sobre matéria publicada pelo jornal **A Crítica**. .... 24921

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Críticas à proposta de sigilo sobre os gastos públicos para a Copa do Mundo do Brasil de 2014. .... 24922

##### 2.4.3 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 761, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Srs. Senadores. **Aprovado**. .... 24924

##### 2.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Explicações sobre a maçonaria por ocasião do evento a ser realizado dia 25, em Florianópolis, Santa Catarina, de diplomação dos eleitos no último pleito da Ordem. .... 24925

SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Comentários sobre o cultivo da laranja no Estado de Sergipe. .... 24936

##### 2.4.5 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 762, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques. **Aprovado**. ....

##### 2.4.6 – Leitura de requerimentos

Nº 765, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2011. **Deferido**. .... 24938

Nº 766, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2011. **Deferido**. .... 24938

Nº 767, de 2011, de autoria do Senador Geovani Borges, solicitando voto de aplauso ao Superintendente da Revista Olhar Amazônico, Sr. Raimundo Costa de Souza. .... 24938

Nº 768, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, solicitando voto de aplauso à Organização Não-Governamental Olhares. .... 24938

Nº 769, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 9 de agosto próximo seja destinado a comemorar os dez anos da criação do Estatuto da Cidade. .... 24938

Nº 770, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial para comemorar o Sexagésimo Aniversário de Fundação do jornal **O Dia**. .... 24939

Nº 771, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial, no dia 15 de agosto próximo, em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. .... 24940

Nº 772, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. .... 24941

Nº 773, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. .... 24941

#### **2.4.7 – Discursos (continuação)**

SENADOR MAGNO MALTA – Críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à marcha da maconha; e outros assuntos..... 24941

SENADORA MARINOR BRITO, como Líder – Relato do cumprimento, por S. Ex<sup>a</sup>, de várias atividades legislativas, nos últimos dias, no Estado do Pará. .... 24945

SENADOR PAULO PAIM – Apoio aos trabalhadores da Associação Nacional dos Empregados da Infraero – ANEI, que estão preocupados com a privatização de alguns setores dos aeroportos; e outros assuntos. .... 24947

SENADOR PAULO DAVIM – Registro do transcurso, hoje, do Dia Mundial da Esclerose Lateral Amiotrófica, destacando a necessidade de alterações na Portaria nº 1.370/08, do Ministério da Saúde. .... 24949

SENADOR CYRO MIRANDA, como Líder – Críticas ao regime diferenciado de contratações proposto para as obras da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.. 24950

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Destaque ao programa do Governo Federal que visa a dar continuidade à diminuição da pobreza absoluta no Brasil; e outros assuntos..... 24952

SENADOR GEOVANI BORGES – Considerações sobre o tratamento da epilepsia no Brasil, por ocasião do I Simpósio de Epilepsia e Saúde Mental do Amapá. .... 24958

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Relato do seminário promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ocorrido na última sexta-feira em Ji-Paraná, Rondônia..... 24961

SENADOR WILSON SANTIAGO – Encaminhamento de estudo realizado sobre a divulgação de pesquisas de opinião pública, tema de projeto de lei apresentado por S. Ex<sup>a</sup>. .... 24963

SENADORA LÍDICE DA MATA – Análise histórica das políticas públicas adotadas com vistas ao desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil.... 24964

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Considerações acerca dos desafios à universalização do acesso à internet banda larga no Brasil. 24966

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Apresentação de requerimento de voto de aplauso ao Município de Santarém, no Pará; e outro assunto. .... 24968

#### **2.4.8 – Leitura de requerimento**

Nº 774, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Município de Santarém. .... 24970

#### **2.4.9 – Discursos (continuação)**

SENADOR JOÃO PEDRO – Alerta para a necessidade de que o Congresso Nacional, por meio de um novo marco regulatório, estabeleça uma divisão equilibrada das riquezas oriundas do pré-sal..... 24970

#### **2.4.10 – Pareceres**

Nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, apresentando a Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011. .... 24972

Nºs 593 a 595, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre os Ofícios “S” nºs 19, 33 e 37, de 2011, respectivamente..... 24973

Nº 596, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Aviso nº 33, de 2009... 24990

Nºs 597 a 600, de 2011, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Educação Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008. .... 24995

#### **2.4.11 – Comunicações da Presidência**

Arquivamento do Aviso nº 33, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente. .... 25009

Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, a fim de ser declarado prejudicado. .... 25009

#### **2.4.12 – Discurso encaminhado à publicação**

SENADOR ROMERO JUCÁ – Ciência dos resultados alcançados pelos programas desenvolvidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, e pela Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, demonstrados pelo *Relatório de Atividades* das duas instituições. .... 25009

#### **2.4.13 – Comunicação da Presidência**

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 22, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 25009

#### **2.5 – ENCERRAMENTO**

#### **3 – EMENDAS**

Nºs 1 a 35, apresentadas ao Projeto de Lei nº 3, de 2011-CN..... 25012

Nºs 1 a 145, apresentadas ao Projeto de Lei nº 4, de 2011-CN..... 25049

#### **4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA**

**5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 21.6.2011**

#### **SENADO FEDERAL**

#### **6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

#### **7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

#### **8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos  
CAS – Comissão de Assuntos Sociais  
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte  
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle  
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo  
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária  
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática  
**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**  
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)  
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)  
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)  
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)  
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)  
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)  
Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

**CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)  
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)  
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)  
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2011**

**Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – Berj.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a criar conta garantidora, denominada “Conta B1”, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com recursos provenientes dos depósitos da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 61, de 1997, do Senado Federal, denominada “Conta B”, para garantia das obrigações assumidas por esse

Estado no contrato de venda de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – Berj.

Parágrafo único. O acesso à “Conta B1” será autorizado exclusivamente ao Berj, ou a seu adquirente ou sucessores, devendo ser observadas as mesmas condições previstas para o acesso à “Conta B”.

Art. 2º Os recursos remanescentes na “Conta B1”, após decorridos os prazos prescricionais ou a liquidação de todas as obrigações por ela cobertas, serão revertidos à “Conta B”, vinculando-se, novamente, à finalidade prevista no art. 4º da Resolução nº 61, de 1997, do Senado Federal.

Art. 3º Permanecem em vigor todas as disposições da Resolução nº 61, de 1997, do Senado Federal, no que não contrariarem a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

# Ata da 105ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 21 de junho de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Geovani Borges, Acir Gurgacz, João Pedro, Walter Pinheiro*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos, e encerra-se às 21 horas e 31 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### 105ª SESSÃO DELIBERATIVA ÀS 14 HORAS

Período : 21/6/2011 07:44:56 até 21/6/2011 21:32:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X						
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X						
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X						
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PTB	DF	GAM ARGELLO	X						
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X						
PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PSOL	PA	MARINOR BRITO	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PSDB	SC	PAULO BAUER	X						
V	RN	PAULO DAVIM	X						
T	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DT	MT	PEDRO TAQUES	X						
PSOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X						
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X						
R	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X						
T	BA	WALTER PINHEIRO	X						
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X						

**Compareceram: 60 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão será destinado a comemorar os 16 anos da Rede Vida de Televisão, nos termos do **Requerimento nº 245, de 2011**, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Senador Randolfe Rodrigues, que foi o autor e primeiro signatário da proposta.

Também convido o fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão, esse homem extraordinário e lutador, Dr. João Monteiro de Barros Filho. (*Palmas.*)

Representando o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Arcebispo Militar do Brasil, convido o Reverendíssimo Dom Osvino José Both. (*Palmas.*)

Convido o Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva. (*Palmas.*)

Também convido para compor a Mesa o Arcebispo de São José do Rio Preto, Reverendíssimo Dom Paulo Mendes Peixoto. (*Palmas.*)

Convido a Reverenda-Irmã Maria Celeste Ghislandi. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, primeiro subscritor do requerimento.

Perdão, vamos primeiro ouvir o Hino Nacional.

Convido a todos a ficarem de pé.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, primeiro subscritor do requerimento.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Exmº Sr. Senador José Sarney; Exmº Sr. João Monteiro de Barros Filho, fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão; Exmº Sr. Reverendíssimo Dom Osvino José Both, que representa, nesta solenidade, o Ministro da Defesa Nelson Jobim e atualmente exerce a nobre função de Arcebispo Militar do Brasil; Exmº Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva, Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã; Exmº Reverendíssimo Dom Paulo Mendes Peixoto; Reverenda Irmã Maria Celeste Ghislandi;

Srs. funcionários, Srªs funcionárias, Srs. servidores da Rede Vida de Televisão, Srªs e Srs. Senadores, todos aqueles que nos assistem neste momento e nos ouvem pela Rádio Senado.

Há mais de 20 anos, ainda durante o Governo do Presidente José Sarney, num momento importante da história nacional, em que vivíamos os auspícios da redemocratização, um empresário de Barretos, João Monteiro de Barros Filho, jornalista e católico militante, num dos atos capazes de demonstrar que a fé realiza milagres, atreveu-se a pensar seriamente em tornar realidade o sonho de constituir uma emissora de televisão voltada para a promoção e defesa dos valores cristãos e da cidadania.

Eu falei de fé e, ao falar de fé, é necessário trazer à lembrança o importante e célebre trecho do Novo Testamento que, para mim, é a melhor definição de fé. Hebreus, versículo 11: “A fé é o firme fundamento daquelas coisas que você não vê, mas tem certeza que existe e acontece.” Dr. João Monteiro, foi essa fé, assim como nos é conceituada no trecho de Hebreus, que o levou à ousadia de constituir uma rede nacional de televisão.

A disputa pelo canal 11 de São José do Rio Preto apresentou-se como a primeira oportunidade para dar firmeza e concretude a essa determinação. Vencida a concorrência, com a aprovação da concessão por este Congresso Nacional, o segundo passo foi a constituição do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, com o apoio do Arcebispo Metropolitano de Botucatu, Dom Antonio Maria Mucciolo, e do Arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida, e também da contribuição direta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Em março de 1995, iniciavam-se as transmissões daquela que viria a ser a maior emissora católica do mundo, a Rede Vida. As parcerias estabelecidas com a TV Aparecida e com o Centro Televisivo do Vaticano permitiram afirmar seu reconhecimento na comunidade cristã e ampliar a sua programação, tendo o seu sinal captado em todo o Brasil, com retransmissão de 445 afiliadas.

Permita-me dizer, Dr. João Monteiro, que a nossa emissora de televisão é, no meu Estado do Amapá, a emissora de televisão mais vista no conjunto do Estado.

Nenhuma emissora chega a tantos cantos mais distantes do Amapá quanto a Rede Vida de Televisão e suas emissoras afiliadas, como é o caso da TV Nazaré.

Além desses eventos religiosos, como já destacado, todos voltados à formação da família, no requerimento desta sessão, propus esta homenagem por entender que esta rede de televisão tornou-se uma revolução na comunicação brasileira. Aberta e voltada ao debate de questões importantes de interesse da coletividade, como economia, política, cultura e esportes, é hoje uma referência não somente para a comunidade cristã, mas é uma referência para a cidadania brasileira.



A Rede Vida firmou-se, ao longo desse tempo, como um canal não somente da família brasileira, mas como um canal do cidadão brasileiro, porque é o canal onde se propicia o debate livre, o debate das ideias, o debate em que a liberdade de pensar é a maior das permissões. São esses valores, baseados no conteúdo fundamentalmente educativo, que distinguem a programação desta rede de televisão do conjunto das demais redes de televisão brasileira.

Estou convicto de que a concessão para o funcionamento desta rede de televisão se constituiu um dos atos que mais enobrecem e engrandecem o Congresso Nacional brasileiro.

O Congresso Nacional e a sociedade brasileira testemunharam a atuação desta emissora nesses mais de 16 anos. Muito longe de promover interesse particular ou corporativismo, a Rede Vida destacou-se pela prevalência do interesse público sobre o interesse privado, dando uma real e concreta demonstração do sentido de *res publica*, do sentido que deveria ser, inclusive, traduzido para a política, que é servir a todos e não servir ao interesse individual.

No restrito e concentrado mercado de comunicação televisiva no Brasil, a distinção – repito – desta emissora de televisão é assegurar o direito de cidadãos e cidadãs brasileiras de optar por uma programação que esteja de acordo com os valores da cidadania, com os valores da educação, com os valores de cumprir o papel que a televisão deveria, desde a sua origem no Brasil, cumprir: o valor de educar a cidadania brasileira, de educar a família brasileira.

A Rede Vida é o milagre feito pela fé. Mais uma vez voltamos à definição de *Hebreus*, no versículo 14. É o milagre feito pela fé, pelo trabalho, pela persistência de homens, mulheres, de cidadãos capazes de tornar sonhos em realidades, capazes de cumprir a premissa poética presente na nossa música popular brasileira: que sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas, quando se sonha junto, torna-se realidade concreta.

Hoje, a comunidade – e aqui me permitam ir além da comunidade católica – cristã do Brasil, os cidadãos do Brasil têm, graças à existência desta emissora, a possibilidade de acesso a uma programação voltada para o cultivo, fortalecimento da fé, formação da cidadania, educação e construção de um Brasil que seja edificado pela ousadia de seus filhos.

A Rede Vida é uma fonte de informação e de formação que valoriza a diversidade cultural do nosso povo, da nossa terra, que é identificada em cada região, em cada canto do País por compreender a diversidade daquela região e daquele povo. Em um País com mais de 8 milhões e 511 mil quilômetros quadrados,

com dialetos distintos, com cinco regiões diferentes, com a diversidade que tem somente em regiões como a nossa, Senadora Vanessa, como na Amazônia, com diversidades que tem em todos os cantos, a Rede Vida tem conseguido ser compreensiva para, nessa diversidade, construir a unidade nacional de identificar essas diversidades, compreendê-las e colocá-las na tela da rede de televisão.

Este sistema de comunicação é democrático, porque fundamentalmente é plural, diverso, respeita as diferentes opiniões. Por isso, é, por si só, uma declaração fundamental e essencial de direitos humanos. É uma declaração de fé. É uma declaração de culto, fundamentalmente, ao respeito ao que o cidadão brasileiro deve receber na sua casa.

A premissa básica de que a televisão invade o lar, a casa dos brasileiros, é respeitada pela Rede Vida de Televisão, porque, ao invadir, ao entrar na sala dos brasileiros, tem que compreender que do outro lado da tela há crianças, mulheres, homens que querem constituir a cidadania brasileira. E o principal dever de um meio de comunicação é respeitar aqueles que estão do outro lado da tela e a quem ele chega. (*Palmas*.) Esse princípio tem sido cumprido pela Rede Vida de Televisão.

É com muita honra que fui signatário desse requerimento, e quero agradecer a honra à Rede Vida de televisão. Celebrar a existência. Eu dizia, ainda há pouco, que recebi homenagens de muitos parentes meus, tias, só por ter sido signatário do requerimento desta sessão solene em homenagem à Rede Vida de televisão. Mas o faço porque a Rede Vida de televisão surgiu em um momento fundamental da história nacional, no momento da redemocratização, e surgiu como a esperança da redemocratização. Surgiu também como revolução no sentido de que a comunicação e a TV brasileira podem ser diferentes da pasteurização de produtos importados; pode ser nacional e pode dar orgulho a nós brasileiros; pode ser cristã e pode ser plurirreligiosa no sentido de contemplar a diversidade; e pode, fundamentalmente, a TV ser um instrumento de respeito aos brasileiros.

Celebrando, assim, a existência da Rede Vida de Televisão, estamos celebrando a união da capacidade empreendedora com a fé, com a conservação de valores fundamentais para a sociedade brasileira, valores que fundam, que cumprem, que mantêm coesa uma sociedade.

Desejo, portanto, à Rede Vida de Televisão vida longa. Que exemplos como esse arrastem tantos outros meios de comunicação brasileiros a se constituírem, em especial em respeito ao cidadão brasileiro, que está do outro lado da televisão. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de dar a palavra ao próximo orador, quero convidar para participar também da Mesa a Sr<sup>a</sup> Antônia Mucciolo, que aqui se encontra representando o seu irmão, Dom Antônio. Nesses muitos anos, eu testemunhei o quanto ele trabalhou, o quanto apoiou a Rede Vida e ajudou a fazê-la.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srs. Senadores, em nome do Senador Randolfe Rodrigues, primeiro subscritor do requerimento, quero cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras, e quero pedir permissão para cumprimentar todos os que fazem a Rede Vida na pessoa do seu fundador e Presidente, Sr. João Monteiro de Barros Filho.

Eu sou católico, mas tenho observado que a Rede Vida é mais do que isso.

Há 16 anos a Rede Vida de Televisão vem cumprindo com fidelidade dois compromissos fundamentais, assumidos quando de sua entrada em operação, no ano de 1995.

O primeiro, contratualizado com o Estado brasileiro, materializa-se por meio do desafio continuado – e, registre-se, muito bem-sucedido – de elevar a média de qualidade da programação oferecida pelos concessionários privados dos serviços públicos de telerdifusão em nosso País.

O segundo compromisso, por sua vez, foi assumido diretamente com os brasileiros – homens, mulheres e crianças – que formam seu público. Ele se caracteriza pelo sempre renovado empenho em difundir, junto a todas as classes sociais, os valores éticos, cívicos e morais que caracterizam a sociedade brasileira no contexto de sua amplamente majoritária base cristã.

Isso não tem sido um esforço em vão, Sr. Presidente. Muito ao contrário!

De sua modesta origem, em São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, a Rede Vida está presente hoje – em sinal aberto, nas tecnologias VHF e UHF – nas capitais estaduais e em todas as 500 maiores cidades do País. Essa cobertura se estende, via retransmissão, a outros 1.500 municípios adicionais, alcançando um público potencial estimado em mais de 110 milhões de pessoas.

No meu Estado de Roraima, portanto, lá no verdadeiro extremo norte do Brasil – e digo isso porque os Senadores Randolfe, o Senador Geovani, nós todos acostumamos a dizer que o extremo norte é o Oiapoque, e não é, é o Monte Caburaí, lá no meu Estado de Roraima –, a Rede Vida pode ser sintonizada a partir do canal 26, em UHF.

Mas a Rede Vida tem acompanhado de perto os muitos progressos tecnológicos recentemente experimentados pelo setor da difusão de som e de imagem. Por isso, já oferece ao seu público sinal digital de alta qualidade, nas capitais estaduais e nas 20 maiores cidades do interior do Estado de São Paulo, regiões essas que, somadas, congregam mais de 55 milhões de telespectadores potenciais.

O acesso por meio de antenas parabólicas, por sua vez, está disponível em todo o território nacional, chegando a alcançar até mesmo regiões pertencentes a outros países, nossos vizinhos.

E aqui eu dou um testemunho: lá no meu Estado, no interior, lá naquelas vicinais distantes, chego e vejo que há pouca coisa na casa daquele morador, mas há uma antena parabólica, e ele sintoniza preferencialmente algumas estações, entre as quais se incluem, coincidentemente, a TV Senado e a Rede Vida.

O sinal da Rede Vida também pode ser sintonizado por meio de quase todas as operadoras brasileiras de televisão paga, via cabo ou satélite, a exemplo, entre outras, da NET, que o oferece no canal 26; da Sky, no canal 20; da TVA, no canal 165; e da Telefônica Digital, no canal 229. O público das operadoras brasileiras de TV por assinatura é constituído, conforme os últimos levantamentos, por 34,4 milhões de pessoas, residentes em 10,4 milhões de domicílios espalhados por todo o território nacional. Grande parte desse público tem disponível, em suas telas, o sinal da Rede Vida.

Entretanto, mesmo com a predominância dos conteúdos religiosos em sua programação, a Rede Vida faz valer com integridade o espírito básico de seu lema – o Canal da Família –, ao compor uma grade de atrações muito extensa e diversificada, capaz de atender satisfatoriamente os numerosos setores em que se divide seu público.

Assim, ao lado de programas tais como A Palavra de Deus, o Terço Bizantino e a Missa de Aparecida, o canal exibe também uma sólida programação na área do jornalismo, da cultura e dos esportes. Exemplos disso são os telejornais JCTV e o Jornal da Vida; os programas de entrevista Tribuna Independente e Prazer em Conhecê-lo, o semanário esportivo Caminhos do Esporte e muitos outros programas voltados para a cidadania, o turismo, a educação e a música.

É justa, portanto, a homenagem que faz hoje o Plenário do Senado Federal aos 16 anos de atividade da Rede Vida, uma emissora de televisão plenamente identificada com os valores universais da família, da justiça e do trabalho pelo bem comum – cujo respeito promove junto ao grande público, em benefício da cidadania, da paz social e da afirmação dos sadios princípios da vida em comunidade.

Por isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, congratulo-me com todos aqueles que trabalham e constroem, no dia a dia, esse tremendo sucesso da comunicação social brasileira que atende pelo nome de Rede Vida.

Permitam-me, ainda, representá-los agora, com essa precisa finalidade, pelas ilustres figuras dos seus diretores, Dom Antônio Maria Mucciolo e João Monteiro de Barros Filho, responsáveis pelo Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, entidade mantenedora da Rede Vida.

Possam eles perseverar no caminho que levou sua emissora a obter, com rapidez e consistência, a admiração e o respeito de todas as nossas concidadãs e nossos concidadãos, os quais – a despeito da confissão religiosa – prezam profundamente o progresso espiritual, o aprimoramento da vocação cívica e o desenvolvimento geral da sociedade, sob a luz da paz e do progresso equânime para todas as comunidades que a compõem.

Parabéns à Rede Vida por seus 16 anos de compromisso com um Brasil melhor, construído sob o modelo de virtudes cristãs. Parabéns por prosseguir a partir de uma orientação histórica que, mesmo no Estado constitucional laico, ergue-se sempre como um farol, como um objetivo capaz de empolgar, inspirar e dignificar o esforço comum de todos nós, brasileiros.

E quero aqui, ao concluir, dizer algumas palavras do coração. Sou um homem profundamente de família. Sempre digo que tenho o privilégio de ter namorado oito anos com a mesma mulher e viver com ela há 43 anos. E tenho realmente a riqueza de ter três filhos, cinco netos, e ainda há pouco acabei de receber um telefonema de um deles, dizendo que vem mais um. Então, para mim, a família realmente constitui o maior presente que recebi. Isso eu acho que vale para todo mundo.

E, portanto, a Rede Vida, no meu entender, sintetiza muito, no mundo de hoje, a importância que se tem que dar para a família, para os princípios que são basilares no momento em que o mundo atravessa tantas coisas tristes, drogas, desvios, e a gente vê que os nossos adolescentes ficam muito vulneráveis. Imagine, na minha adolescência, eu não tinha televisão. Então, a influência era quase nenhuma de outras coisas. Hoje tem televisão, Internet, uma série de caminhos que os pais nem percebem.

Portanto, a existência de um canal como a Rede Vida com certeza contribui para que de fato mereça esse título de ser a rede da família.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Dirigentes da Rede Vida, senhoras e senhores, feliz a iniciativa da criação da Rede Vida de Televisão, há 16 anos, motivo desta homenagem, nesta Sessão Especial do Senado Federal. Feliz, inclusive, pela escolha do nome. Vida. Vida é uma palavra que vale mais que mil imagens. Eu imagino que tenha sido uma inspiração bíblica: “Eu vim, para que todos tenham vida”. Vida na sua plenitude. Vida enquanto conceito de ser, e não como preceito de ter.

É assim que vejo a Rede Vida: uma espécie de “corpo estranho”, no melhor dos sentidos, nos satélites de comunicação, porque ela é uma das raras redes de televisão que ainda procuram preservar a boa luta pela construção dos melhores valores internos.

Como referências, e não simplesmente como aparências. O “ser humano” no lugar de “humano ter”.

Essa iniciativa do nosso bravo, ilustre e querido Senador do Amapá de realizar esta sessão solene para festejar a iniciativa de criar uma emissora, uma emissora “diferente”, só poderia, quem sabe, nascer lá, em Barretos, cidade mundialmente conhecida pela promoção de rodeios. É porque imagino que só mesmo alguém com a habilidade de domar os corcovos de uma mídia acostumada aos bretes do marketing é que poderia, em tão pouco tempo, ocupar tamanho espaço na geografia, na história e na alma de tantos brasileiros.

Estes 16 anos da Rede Vida já equivalem, ou superam, portanto, em importância, aqueles infundáveis oito segundos dos domadores, que separam a queda da glória.

Eu acho que o debate sobre a importância da televisão na formação da vida, ou na “rede da vida”, nestes nossos tempos modernos, ainda não alcançou a profundidade necessária. Talvez seja porque é a própria televisão que tem capitaneado, na maioria das vezes, essa mesma discussão. Um debate, portanto, que tende a se pautar pelo interesse próprio.

O ser humano é formado, hoje, por cabeça, tronco, membros e tela. Os quatro elementos da natureza, ar, fogo, terra e água, agora parecem ser computador, celular, televisor e telespectador.

Telespectador como sinônimo de “tevente”, e não mais de “temente”.

É muito difícil encontrar hoje uma pessoa que não esteja acompanhada de, pelo menos, um dos três desses elementos, quando não são todos eles.

As nossas crianças passam mais tempo frente à televisão do que na escola. Já que se pede um celular para o papai-noel. O computador substitui as prateleiras das bibliotecas, imprimiu uma nova linguagem, ao mesmo tempo em que a um toque, nos coloca em

contato com o mundo e nos faz cada vez mais solitários entre quatro paredes.

O semicírculo da televisão substituiu o círculo familiar de discussões sobre a vida, sobre o mundo, sobre a natureza humana. Ela substituiu o pai. Trocou o conselho familiar pelo *marketing*. A luz da praça pelo brilho das vitrines. O espaço público pelos corredores dos *shoppings*.

Também, cada vez mais, parece haver uma inversão na grade de programação televisiva. Sob a orientação desse mesmo *marketing*, não são mais intervalos comerciais entre os blocos dos respectivos programas. São blocos de programas entre os respectivos intervalos comerciais. Mais do que se formar e informar, há que se fazer consumir. O supérfluo, de preferência.

Longe de mim qualquer aversão pela modernidade. Eu não imagino, hoje, um ser humano sem computador; eu não imagino um ser humano sem celular, sem televisor. Mas, eu não nego a preocupação com os caminhos e os descaminhos desses novos elementos da natureza humana. Até mesmo para a preservação da própria natureza humana.

Eu me preocupo, por exemplo, com a glamourização da barbárie, com a construção da emoção a partir da banalização da vida. Eu já coloquei em dúvida se é o noticiário que incita a novela, ou se é a novela que incita o noticiário.

É aí que se ressalta a importância de uma emissora de televisão como a Rede Vida. Ainda que no passo do que há mais sofisticado na tecnologia de ponta, ela procura reabilitar o círculo familiar. O círculo familiar de discussão de temas que têm a ver com a nossa formação humana. Com a valorização da vida. A Rede Vida reúne, de novo, a família. Ela tem o dom de potencializar as nossas alegrias e de serenar as nossas dores.

Ela é um instrumento democrático de inclusão das divisões inferiores, da várzea, da periferia, das minorias. Ela se preocupa com a saúde do enfermo, e não, prioritariamente, com a venda do remédio. Com o bem-estar coletivo, e não com o lucro segregador.

Mais que merecida, portanto, essa homenagem especial que prestamos à Rede Vida.

A televisão como família. A televisão como escola. A televisão como fé. A televisão como igreja. A televisão como vida.

Tomara que a Rede Vida incomode cada vez mais quem se preocupa com os índices de audiência para vender espaços publicitários. (*Palmas.*)

Eu tenho certeza de que a Rede Vida jamais se converterá aos apelos da religião do consumismo. Nem transformará essa mesma religião em um comércio de indulgências.

Eu acho que seria a mais completa redundância pedir a Deus longa vida à Rede Vida. Não apenas pelo nome que identifica a emissora. Mas, porque seria algo assim como um pedido a quem foi o seu próprio inspirador. Então, que Deus continue a inspirar a Rede Vida.

Para todos nós, uma verdadeira família. Para todas as famílias, uma verdadeira escola. Para todas as escolas, uma verdadeira igreja.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o nobre Senador Geovani Borges.

**O SR. GEOVANI BORGES** (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; meu querido Colega da Bancada do Amapá, signatário desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues; Fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão, que tive o prazer de cumprimentar na antessala de reunião do Presidente desta Casa, Sr. João Monteiro de Barros Filho; representando o Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Arcebispo Militar do Brasil, Reverendíssimo Senhor Dom Osvino José Both; Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã – Inbrac, Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva; membros do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã – Inbrac, Reverendíssimo Sr. Dom Paulo Mendes Peixoto, Reverenda Irmã Maria Celeste, Senhora Antônia Acarino; Diretor-Geral da Rede Vida de Televisão, Sr. João Monteiro de Barros Neto; senhoras e senhores; funcionários da Rede Vida de Televisão, eu não poderia deixar de fazer aqui o meu registro de carinho e de reconhecimento nesta sessão que homenageia os 16 anos de criação da Rede Vida de Televisão, completados, na verdade, ontem, dia 20 de junho.

Talvez alguns imaginem tratar-se meramente de uma saudação que se dirige apenas às famílias católicas, mas não é verdade.

A mensagem católica é a bandeira que a emissora empunha, mas num mundo de tantos desacertos, de tantas angústias, de tantas desesperanças, sua mensagem religiosa se estende fraternalmente na sua destinação de paz e segue soberana para alcançar todos os corações, todos os credos, todos os matizes da fé.

E nesse sentido se orienta esta sessão especial.

Desde sua fundação, em maio de 1995, a Rede Vida está no ar, com seu sinal captado por todo o Brasil via satélite, além de ser transmitido por meio de suas afiliadas e das 445 retransmissoras localizadas nos Estados.

Mas, talvez, mais importante do que relatar aqui a estrutura técnica e a excelência operacional dessa emissora de TV, seja mesmo ressaltar a extraordinária missão que ela tem, levando o Evangelho, mensagens

de otimismo, força e perseverança que, não raro, chegam em momentos de profundo desespero, de desalento, na solidão de cada coração, de cada alma.

Como se fosse uma ponte, a Rede Vida aproxima as distâncias e segue pelos grotões do País, na proposta de uma vida melhor para todos. Quantas pessoas, no desespero diante de uma doença, de uma enfermidade, de um desarranjo familiar, não recorrem às mensagens da Rede Vida para fortalecerem sua alma?

Com sua tradicional Missa de Aparecida; o *Ange-lus* de domingo, realizado na Praça de São Pedro pelo Papa Bento XVI; novenas como a do Divino Pai Eterno e o Terço Bizantino, com o Padre Marcelo Rossi, a Missa do Santuário da Vida, entre outras iniciativas sedimentadoras da paz, segue a Rede Vida a sua missão!

À programação religiosa, vinculam-se ainda entrevistas, programas jornalísticos nas áreas de cultura, informação e esporte, programas de entretenimento e infantis – está aqui a nossa Danny Pink, que nos brinda com a sua presença. (Palmas.) Hora de Brincar – uma apresentadora que invade os nossos lares, contribuindo na formação das nossas crianças, participando de forma encantadora para a formação moral e para a educação do povo brasileiro.

Sr. Presidente, nunca foi tão importante essa missão. O mundo, de fato, evoluiu das sociedades bárbaras aos dias de hoje, quando o coração humano já não tolera a covardia, a insanidade dos julgamentos, a brutalidade das ações.

Mas, lamentavelmente, embora não sejam aceitos pela sociedade, os comportamentos cruéis ainda persistem, desafiando a nossa paz interior e aprisionando os homens, mulheres, jovens e crianças num emaranhado de medo e insegurança.

Tememos pela vida de nossos filhos, tememos por nossa própria integridade. Vemos todos os dias atitudes que atentam contra a honradez da família, do laço social.

E a família, senhores, é a fibra mais nobre dessa composição. A família é a célula *mater* da sociedade. É o primeiro grupo social do qual participamos e no qual recebemos não somente herança genética ou material, mas principalmente moral. Dela depende a formação de nosso caráter e de nossa personalidade. Daí a importância da orientação religiosa na formação da pessoa como um todo, porque estabelece limites, regras, tolerâncias, condutas.

E aqui mesmo, ao saudar essa célula da pregação católica – com muita honra, sou católico –, vamos além e destacamos os benefícios do ensino protestante, judaico, islâmico; todos são bem-vindos, se trazem na sua essência o bem-estar do indivíduo, a dignidade e a compaixão.

E podemos sustentar essa tese em pilares, como, por exemplo: a) a espiritualidade, que nos livra dos excessos comportamentais de um mundo globalizado e excessivamente materialista; b) a moralidade, pois nossas crianças hoje são precocemente expostas aos apelos da sensualidade muito antes sequer de compreenderem a funcionalidade orgânica de seu corpo; c) a fraternidade, elemento vital para o exercício do mais sagrado dos mandamentos – amar o próximo, vendo todos como filhos de Deus, merecedores de um lugar ao sol; d) a solidariedade, que é, na verdade, princípio básico religioso, voltado para o atendimento aos mais necessitados.

E assim vamos percorrendo outros valores alcançáveis através do ensino religioso, como a intelectualidade, o gosto pela música, a sociabilidade, a fé!

Está lá nas escrituras, nos provérbios: *“Instrui o menino no caminho que ele deve andar, que até quando envelhecer não se desviará dele”*.

É realmente com muito entusiasmo que eu somo a minha homenagem à Rede Vida no seu aniversário de 16 anos.

Abro aqui um parêntesis para fazer justiça e registrar o nosso reconhecimento pelo apoio à Rede Vida e ao grande responsável pela redemocratização do nosso País: Senador José Sarney, Presidente desta Casa, Senador pelo meu querido Estado do Amapá.

São 16 anos de alegria. São 16 anos de esforço contínuo, Sr. Presidente, para levar a boa notícia, evangelização e os ensinamentos do Nosso Senhor a todos os lares brasileiros, consolidando-se como o canal da família.

Curiosamente, hoje, 21 de junho, data em que estamos prestando esta homenagem, é Dia de São Luís Gonzaga, santo italiano, nascido em 1568, e patrono da juventude, Senador Randolfe, Senadora Vanessa.

São para eles, os nossos jovens, que clamamos as maiores bênçãos. Que continuem sendo beneficiados com uma programação de altíssimo valor humano, cultural, científico, como as que são produzidas pela Rede Vida. Que bebam nessa fonte de reconhecimento e ternura e possam, assim, reproduzir no meio social um comportamento mais comprometido com a paz, com as virtudes e com o progresso.

Parabéns à Rede Vida, às famílias cristãs desse nosso Brasil e a todos aqueles profissionais e colaboradores que, todos os dias, anonimamente, ajudam a escrever essa história de 16 anos de sucesso.

Parabéns! Muito obrigado pelo fato de a Rede Vida existir! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm<sup>o</sup> Sr. José Sarney, Presidente do Senado Federal; Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Randolfe Rodrigues, signatário da presente sessão; Reverendíssimo Dom Osvino José Both, representando o Ministro da Defesa Nelson Jobim, Arcebispo Militar do Brasil; Ex<sup>mo</sup> Sr. João Monteiro de Barros Filho, fundador e Presidente da Rede Vida; Ex<sup>mo</sup> Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva, Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, assim como as senhoras e os senhores membros do Conselho; Rev<sup>mo</sup> Sr. Dom Paulo Mendes Peixoto; Irmã Maria Celeste Ghislandi e Sr<sup>a</sup> Antônia Acarino Mucciolo, quero, mais uma vez – já o fiz, mas, mais uma vez –, cumprimentar e, ao mesmo tempo, agradecer ao Senador Randolfe Rodrigues, que não dá somente a nós, que aqui estamos, mas dá ao Senado Federal e ao Brasil, que nos assiste pela TV Senado – uma outra grande conquista do povo, da democracia brasileira –, a oportunidade de participarmos desta justa sessão de homenagem aos dezesseis anos da Rede Vida.

Estamos aqui para comemorar não só os dezesseis anos da Rede Vida, mas para comemorar a visão, o ato de um jornalista de Barretos, como aqui foi dito, e vou ser muito repetitiva, Dr. Barros Filho. Muito! Um jornalista de Barretos, lá do interior do Estado de São Paulo, terra bonita da Festa do Peão; como o Maranhão, do Presidente José Sarney, é a terra do Bumba Meu Boi; como é o meu querido Amazonas a terra do Boi-Bumbá. Barretos é a terra da Festa do Peão.

Um jornalista muito simples, mas que conseguiu, que teve a capacidade de montar a maior rede católica de televisão do mundo. Foi um ato de ousadia, mas também um ato de muita fé, de muita fé do senhor, Sr. João Monteiro de Barros Filho. E, ao comemorarmos os dezesseis anos da Rede Vida, o seu ato, jornalista Barros Filho, temos também de homenagear, com muita força e muita alegria, o Presidente desta Casa, Senador José Sarney. (*Palmas.*)

Pois a ideia de formar a Rede Vida de Televisão nasceu exatamente durante o Governo do Presidente José Sarney.

Na época, a disputa pelo Canal 11, em São José do Rio Preto, foi grande, e o jornalista barretense representava o segmento mais fraco, mais tinha, além de uma fé imensa, a promessa do Presidente. E isso foi fundamental para que, hoje, estivéssemos aqui, comemorando os dezesseis anos de vida, e para que a população brasileira tivesse mais uma oportunidade dentro da mídia, que, como disse o Senador Pedro Simon, é cada vez mais importante na vida de todos nós.

Aqui, quero abrir aspas para dizer o seguinte – não sou eu que digo: “Sempre fui um homem de muita fé, lições que guardei de minha mãe Inês Monteiro”, contou o senhor, lembrando que fez o cursinho de cristandade em Aparecida, a convite do Padre Gabriel Corrê.

A vitória na disputa pela geradora de Rio Preto foi a primeira conquista da trajetória da emissora católica. O segundo imbróglio era convencer a CNBB a aprovar o projeto. E o Sr. Monteiro Filho conseguiu duas importantes adesões para levar avante o projeto: a do arcebispo metropolitano de Botucatu, Dom Antonio Maria Mucciolo, e a do arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida. A solução foi formar um instituto, porque a CNBB não tinha como administrar uma rede de televisão.

No dia 17 de dezembro de 1992, o Sr. Monteiro Filho acolheu a sugestão de Dom Luciano Mendes de Almeida e fundou o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (Inbrac), com estatutos sugeridos pelo professor Celso Neves e pelo jurista João Grandino Rodas.

Com a concessão aprovada pelo Congresso Nacional, e o Inbrac formado, a tarefa do jornalista barretense era colocar no ar a emissora católica. Então, o senhor, Monteiro Filho, teve outro grande desafio, que foi a busca dos investidores, parceiros católicos e patrocinadores. Era preciso muita dedicação para que isso ocorresse. E, no Natal de 1994 – vejo, pela sua feição, que o senhor deve lembrar-se desses fatos como se fosse ontem –, o arcebispo de Botucatu recebeu um telefonema de Andrade Vieira, anunciando que o Bamerindus seria o primeiro anunciante da Rede Vida, pagando os anúncios antecipadamente. E foi o que permitiu que a Rede Vida se instalasse num prédio, numa sede moderna na cidade de Rio Preto.

A Rede Vida teve as primeiras transmissões em março de 1995. E mais tarde, passou a operar como parceira da TV Aparecida; da CTV, do Vaticano, transmitindo, todo domingo, a missa do Papa, realizada na Praça de São Pedro.

Ela transmite novenas, missas, programas de entrevistas, esportes, musicais, jornais, enfim, é uma TV que não apenas leva a boa notícia, mas a palavra de conforto, leva a palavra da fraternidade, como foi dito e como foi lembrado, da solidariedade. Esses não são apenas adjetivos, mas princípios de vida que, infelizmente, são cada vez menos valorizados na sociedade em que a gente vive nos dias de hoje.

A Rede Vida também está em HD, que é mais um advento da modernidade, Senador Pedro Simon. HD é imagem boa, imagem perfeita que chega às nossas casas. E isso com muita luta, porque a facilidade que outras emissoras comerciais têm de conseguir os patrocínios não é a mesma que tem a Rede Vida. Mas

por isso existe a Rede Vida. Comemoramos, hoje, os dezesseis anos, mas, em breve, serão comemorados mais dezesseis, mais dezesseis, mais dezesseis, porque quem faz o bem tem e terá sempre vida longa.

Então, quero dar aqui os meus parabéns à Rede Vida. Parabéns ao senhor, Dr. Barros Filho. Parabéns a todos! Parabéns, Presidente Sarney, o senhor é parte dessa história também, e parabéns a todos que trabalham nessa rede de comunicação muito importante do nosso Brasil, que celebra não apenas os bons princípios, mas a vida, que é o mais importante de tudo. Aliás, vivemos no sistema capitalista, mas não é o capitalismo o mais importante; o mais importante somos nós, as pessoas, a vida de todos.

Parabéns a todos e muito obrigada! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney, Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador José Sarney; signatário da presente sessão, Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Randolfe Rodrigues; fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão, Sr. João Monteiro de Barros Filho; representante do Ministério da Defesa, Nelson Jobim; Arcebispo Militar do Brasil, Rev<sup>mo</sup> Sr. Dom Osvino José Both; Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (Inbrac), Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva; Membros do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristão, Rev<sup>mo</sup> Sr. Dom Paulo Mendes; Reverenda Irmã Maria Celeste; Sr<sup>a</sup> Antônia Acarino; demais senhores e senhoras presentes; Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, demais profissionais da imprensa, é com imensa satisfação que fazemos esta bela homenagem à Rede Vida de televisão, na passagem dos seus dezesseis anos de rica existência. Uma homenagem que, em boa hora, foi proposta pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Seu próprio nome expressa o bem maior que celebra: a vida, em todas as suas múltiplas facetas e condições. Repleta de programa e *shows*, feitos para toda a família, a Rede Vida estabeleceu, desde a sua primeira transmissão, em 1995, o compromisso de produzir uma programação de qualidade, baseada nos princípios cristãos.

Nesses dezesseis anos, Sr. Presidente, nunca se viram em suas transmissões cenas que atentassem contra os bons valores de nossa sociedade. Em suas transmissões, não há espaço para a violência desmedida ou para os exibicionismos que, por vezes, grassam em outros canais, o que é conhecido por todos nós.

Enganam-se também, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqueles que pensam na Rede Vida como uma retransmissora apenas de cultos religiosos. Embora sempre

preocupada com a qualidade e com os princípios cristãos que a inspiram, sua programação está recheada de bom e diversificado entretenimento.

No telejornal esportivo “Caminhos do Esporte”, as diversas modalidades esportivas do nosso País, principalmente o futebol, são tratadas com leveza e também descontração. Já os programas de entrevistas Tribuna Independente e Frente a Frente trazem sempre personagens de destaque do nosso cenário político e cultura, levando informação e conhecimento para todos os seus telespectadores, em todo o território nacional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Rede Vida é um exemplo inequívoco de que é perfeitamente possível aliar uma programação de qualidade com a leveza do entretenimento televisivo.

Ora, sabemos que as retransmissoras de sinal de televisão gozam, necessariamente, de uma concessão pública. Guardam, portanto, extrema responsabilidade sobre aquilo que produzem e levam aos milhões de lares brasileiros espalhados por todo o Brasil.

Assim, todos nós temos o dever institucional, como Parlamentares e homens públicos, de elogiar a programação da Rede Vida, que estabelece um compromisso com o entretenimento de qualidade e de alto nível, como é do conhecimento de todos nós.

A televisão, meus nobres colegas, é o mais poderoso e magnético meio de comunicação de que dispomos nestes últimos tempos. Por meio de sua programação, dezenas de milhões de brasileiros se informam e se divertem diariamente. Talvez seja, para significativa parte de nossa população, o único mecanismo de acesso ao entretenimento, à notícia e às manifestações culturais. Com exceção dos canais por assinatura, a sua programação aberta é a mais democrática forma de difusão cultural e informativa de nosso País.

Vejam, nobres Srs. Senadores e todos que estão nos assistindo, o tamanho da responsabilidade de seus programadores e repetidores. Estão eles a influenciar milhões de brasileiros na formação de suas consciências e visões.

Por isso, temos a obrigação de saudar uma programação de bom nível, especialmente em recepção aberta, que todos nós conhecemos. Não é por outro motivo que parabenizamos, neste momento, a Rede Vida de Televisão.

Ciosa de sua responsabilidade como difusora cultural e informativa, a rede cristã cumpre com louvor o seu papel de levar aos brasileiros e brasileiras espalhados por todo o País uma grade de programas que informam e divertem toda a família brasileira.

Mais uma vez, Sr. Presidente, meu caro Senador Randolfe, autor desta magnífica sessão, a V. Ex<sup>a</sup> e a todos que aqui estão, especificamente aos represen-

tantes da Rede Vida de Televisão, parablenzo a Rede Vida de Televisão, na figura de seu idealizador, o jornalista João Monteiro de Barros, pela passagem do seu aniversário de 16 anos e pela qualidade de sua programação, veiculada diariamente, em rede nacional, por mais de 445 retransmissoras espalhadas por todo o Brasil. Parablenzo, enfim, a todos, dizendo que a Rede Vida é um exemplo que deve ser seguido por todos os demais que atuam na comunicação brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

*Durante o discurso do Sr. Wilson Santiago, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.*

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex<sup>mo</sup> Senador Randolfe Rodrigues, Presidente desta sessão e requerente da mesma; Ex<sup>mo</sup> Sr. João Monteiro de Barros Filho, fundador e presidente da Rede Vida de Televisão; representando o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e Arcebispo Militar do Brasil, Rev<sup>mo</sup> Sr. Dom Osvino José Both; Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, Marcelo Aparecido Coutinho da Silva; Rev<sup>mo</sup> Sr. Dom Paulo Mendes Peixoto; Reverenda Irmã Maria Celeste Ghislandi; Sr<sup>a</sup> Antônia Acarino Mucciolo; Diretor-Geral da Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Neto, a quem agradeço pelas ocasiões em que ali me entrevistou, quero participar e saudar os 16 anos da Rede Vida de Televisão e aqui fazer referência a um artigo de Dom Luciano Mendes de Almeida, escrito em junho de 2005, por ocasião das comemorações dos 10 anos da emissora, quando ele recordava que *“em 1993 o pequeno grupo de fundadores consagrou à Padroeira do Brasil os primeiros esforços para colocar no ar as imagens do canal outorgado à TV Independente de Barretos. Nascia, assim, com as bênçãos de Deus, a Rede Vida”*.

Segundo Dom Luciano, João Monteiro de Barros Filho foi o responsável não só pela iniciativa, mas também pelo empenho técnico e artístico, pela fidelidade aos valores culturais, cívicos, morais e religiosos que tão bem caracterizam o trabalho da emissora.

A empreitada certamente não foi fácil, mas, aos poucos, o canal expandiu-se. A Rede Vida, hoje, está presente em todo o Território nacional, através do sinal aberto (VHF e UHF). São 1.500 Municípios e 110 milhões de telespectadores.

Em 2011, o Canal da Família estará com o sistema digital de televisão implantado em todas as capitais

brasileiras e nas 20 maiores cidades do interior do Estado de São Paulo, beneficiando mais de 55 milhões de habitantes com uma transmissão de alta qualidade.

A mística da Rede Vida está explicitada na escolha de sua prioridade, conforme nos dizia o saudoso Dom Luciano Mendes de Almeida:

“Canal da Família”, com a forte convicção de que o amor necessário ao convívio humano nasce e se robustece no ambiente familiar. A Rede Vida procura, assim, levar aos lares a mensagem da doação conjugal e acolhida dos filhos, do cuidado aos idosos e aos enfermos, da partilha e do perdão. Fomenta a vida sadia, excluindo a propaganda do fumo e do álcool e toda violência. Mantém em seus programas o padrão moral indispensável ao respeito, à estima e à solidariedade. Dá especial atenção aos programas religiosos que muito incentivam a formação do caráter, a oração pessoal e em família, a catequese e a participação litúrgica. Educa para o compromisso com a cidadania, a riqueza da nossa história e das religiões do País e a promoção do bem comum.

Aqui endosso essas palavras e desejo sucesso no caminhar dessa emissora, que tem como objetivo principal a união da família; que tem como objetivo, tenho certeza, a construção de um Brasil justo e civilizado, onde possamos, em breve, aplicar os princípios de justiça.

Para que isso ocorra, é preciso que, sobretudo, estejam sempre presentes aqueles valores da busca da ética, da verdade, da solidariedade, da fraternidade, da liberdade e da democracia. Ao ligarmos para assistir à Rede Vida, temos a convicção de que esses valores estão sempre lá presentes.

Meus parabéns. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, signatário da presente sessão, quero saudar toda a Mesa, saudando nossas companheiras e amigas, a irmã Maria e a Sr<sup>a</sup> Antônia, por estarem aqui representando, também, a Rede Vida.

Quero saudar toda a Mesa que está aqui, quero saudar todos os presentes, todas as pessoas que colaboram, que contribuem para o trabalho da Rede Vida, para que os programas possam ir ao ar com tanta alegria, com tanta espiritualidade. Quero fazer isso através da Danny Pink, que é apresentadora do Hora



de Brincar. Já tive oportunidade de vê-la, de assisti-la e muito nos alegra poder tê-la aqui. Em seu nome, Danny, quero saudar todos os presentes, todas as pessoas que estão aqui.

Quero saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, os expectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e, também, todos aqueles que assistem à Rede Vida e conseguem se enriquecer com as palavras, com todo o conteúdo de evangelização, de informação que a Rede Vida nos transmite todos os dias.

Hoje, celebramos desta tribuna os 16 anos da Rede Vida, uma emissora que nasceu com a intenção de levar aos lares brasileiros, às famílias brasileiras, informação, cultura, entretenimento e religião.

A programação da Rede Vida é voltada para a família, para o reforço de valores que contribuem para o desenvolvimento de nossa sociedade,

Valores morais, éticos e religiosos, baseados em princípios cristãos sólidos e que, independente da religião do expectador, contribuirá para o seu crescimento como ser humano.

Hoje, as críticas que são feitas à programação de TV não podem ser estendidas à Rede Vida que mantém uma programação de qualidade ímpar. A idéia ambiciosa de se criar uma emissora para divulgar o Evangelho, ter uma programação voltada para a família e que não ficasse restrita às questões religiosas foi o grande desafio de seus idealizadores e que, 16 anos depois, foi muito bem sucedida. É importante que se registre a preocupação da emissora em manter em sua grade, conforme já foi dito aqui, telejornais e programas de entrevistas que tratem da política, que comentem os acontecimentos no cenário político, informando de forma mais isenta e imparcial a população sem ter por trás qualquer tipo de pressão comercial. Isso é que é muito importante.

Destaco, também, o espaço para o esporte menos profissional. Ao transmitir jogos de campeonatos de futebol, e, aqui aplaudo ser uma das poucas emissoras que transmitem partidas de futebol feminino, valorizando as mulheres e dando espaço às jogadoras que têm tanto talento e competência, tanto quanto os homens, e não possuem um décimo do espaço.

No site da Rede Vida, destacamos o espaço ao usuário para pedidos de intenções de missa, textos da liturgia diária, informações como o santo do dia, o terço on-line e a vela virtual, onde podem ser colocadas as intenções de orações.

E, aqui, quero fazer um destaque. Eu já dizia isso, logo no início, principalmente para os nossos Bispos aqui presentes, que a minha família é uma família fervorosa, uma família religiosa. Minha mãe, particular-

mente, assiste todos os dias às celebrações da Rede Vida. Como moro só com ela e, quando eu saio, ela fica muito só, para ela, a Rede Vida é uma grande companhia, e ela consegue passar o dia todo rezando e assistindo não só às celebrações da missa, mas todos os programas que a Rede Vida tem nos possibilitado.

Quero aqui agradecer por esta oportunidade também que tem dado às nossas famílias de poderem se enriquecer da palavra de Deus, se fortalecer na fé e se manter cada vez mais esperançosas em dias melhores.

A Rede Vida traz programas de variedades, voltados para crianças e jovens, receitas, jornalismo, esporte, enfim... uma gama de temas para entreter de forma educativa a família brasileira.

Destaco aqui um pouco da história da Rede Vida que começou com um jornalista de Barretos, interior paulista, que já foi aqui lembrado pela nossa Senadora Vanessa, o Sr. João Monteiro de Barros Filho, aqui presente, o que muito nos alegra.

Também dizer que a ideia de formar a Rede Vida de televisão nasceu durante o Governo do Presidente José Sarney, que foi também aqui lembrado pela Senadora Vanessa. Na época, a disputa pelo canal 11 de São José do Rio Preto foi grande e o jornalista barreense representava o segmento mais fraco, mas tinha a promessa do presidente e uma fé imensa.

Aqui eu quero dizer, Sr. João Monteiro, que à época, com certeza, as assinaturas que as comunidades conseguiram colher para contribuir na defesa da instalação, da criação da Rede Vida com certeza também ajudaram bastante. Eu me lembro que na Arquidiocese de Vitória, do Estado do Espírito Santo, muitas famílias, muitas pessoas ajudaram a colher assinaturas no sentido de que a Rede Vida fosse criada. Então, em nome dessas pessoas, em nome de todas essas famílias, quero aqui agradecer a força, a coragem, o empenho, a disposição de todos vocês na criação da Rede Vida.

A vitória na disputa pela geradora de Rio Preto foi o primeiro milagre da trajetória da emissora católica, segundo está escrito na própria história da TV. O segundo desafio era de fato convencer a CNBB da criação da Rede Vida.

O Sr. Monteiro Filho conseguiu duas importantes adesões: a do arcebispo metropolitano de Botucatu, Dom Antonio Maria Mucciolo e a do arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida, que tivemos a oportunidade de conhecer.

E, 17 de dezembro de 1992, Monteiro Filho acolheu a sugestão de Dom Luciano Mendes de Almeida e fundou o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, o Inbrac, com estatutos sugeridos pelo professor Celso Neves e pelo jurista João Grandino Rodas.

Com a concessão aprovada pelo Congresso e o Inbrac formado, a tarefa do jornalista era colocar no ar a emissora católica. Monteiro Filho saiu em busca de investidores, parceiros católicos e patrocinadores. Era preciso um milagre para o projeto decolar. E aí, conforme foi lembrado, no Natal de 1994, o arcebispo de Botucatu recebeu um telefonema de Andrade Vieira, anunciando que o Bamerindus seria o primeiro anunciante da Rede Vida, pagando os anúncios antecipadamente.

O banco foi o primeiro anunciante da Rede Vida e com a verba pudemos lançar a TV num prédio moderno em Rio Preto – conforme já foi lembrado. Com essa história bonita e abençoada se iniciou a Rede Vida.

Orgulha-me participar desta homenagem a esse veículo de comunicação. Parabenizo os fundadores aqui presentes, a todas e a todos os profissionais que ajudam a fazer a história da comunicação brasileira dentro da Rede Vida.

Quero aqui desejar toda a felicidade para a Rede Vida, desejar que o Espírito Santo de Deus ilumine sempre cada um e cada uma, para que esta Rede Vida, que tão bem tem feito ao povo brasileiro, possa continuar trazendo para todas as famílias muitas alegrias, muita força, muito ânimo e muita esperança, principalmente para aquelas pessoas que precisam da proteção divina para se manter firme na caminhada, como são as pessoas doentes, aqueles que precisam de apoio espiritual, principalmente.

Que Deus abençoe a todos vocês e um grande abraço a todas. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rondolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Senadora.

Senador Eduardo Amorim, teremos o prazer de ouvi-lo.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, signatário também desta homenagem, Senador Rondolfe Rodrigues, Sr. João Monteiro de Barros, um dos grandes fundadores da Rede Vida, com muito orgulho, Representando o Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Arcebispo Militar do Brasil, Reverendíssimo Senhor Dom Osvino José Both, Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, Sr. Marcelo Aparecido Coutinho, membros do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, Reverendo Senhor Dom Paulo Mendes Peixoto, Reverenda Irmã Maria Celeste Ghislandi, Senhora Antônia Acarino Mucciolo, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Senhoras e Senhores.

Estou aqui como Senador por um partido que é alicerçado nos princípios e nos valores cristãos, o PSC. Eu sou católico, e é com muita satisfação que me somo

aos senhores para a comemoração dos dezesseis anos da Rede Vida de Televisão, a maior rede católica de televisão do mundo, nascida da fé, da esperança e da determinação, sobretudo do senhor jornalista João Monteiro de Barros Filho.

O Brasil é considerado a maior nação católica do mundo, e eu, como católico que sou, sinto-me honrado por estar aqui, por estar vivendo este momento.

A Rede Vida de Televisão transmite diversas celebrações católicas do País, a exemplo do que fez em dezembro último por ocasião do centenário da Arquidiocese de Aracaju, minha capital. Além disso, veicula programas jornalísticos, de entretenimento, infantis e de entrevistas, o que a torna um importante meio de comunicação para a divulgação do cristianismo, dos valores cristãos, além de formadora de conteúdo educativo para nós, brasileiros.

A emissora está presente em todo o território nacional, através de sinal aberto, antenas parabólicas e TVs por assinatura, e com um potencial de mais de cem milhões de telespectadores.

Gostaria, sobretudo neste momento, de parabenizar aqueles sonhadores, aqueles que tiveram fé, que acreditaram no presente e que deram os primeiros passos, graças aos quais estamos vivendo este momento: os fundadores da Rede Vida de Televisão, como o Sr. João Monteiro, como Dom Antônio Maria. Parabenizo também todos os que fazem essa grande emissora, tão importante para a comunidade católica do nosso País.

A gratidão é uma virtude que deve ser vivida por todos nós, sobretudo pelos cristãos. Por isso, obrigado a todos vocês, que sonharam, que construíram, sobretudo àqueles que ainda mantêm a Rede Vida de Televisão, porque a Rede Vida faz aumentar a esperança deste País, alivia a dor e o sofrimento, sobretudo dos mais carentes, dos mais injustiçados. A Rede vida é, com certeza, um grande canal, um instrumento de transformação social.

Como católico que sou, muito obrigado a vocês que foram sonhadores e obrigado a vocês que mantêm a Rede Vida intacta, levando e propagando os valores cristãos por toda esta Nação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Senador Ricardo Ferraço, temos o prazer de ouvi-lo.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Senador da República Randolfe Rodrigues, signatário desta sessão em que homenageamos a Rede Vida de Televisão pelos seus primeiros dezesseis anos

de vida, e de vida em abundância, em nosso País; Sr. João Monteiro de Barros Filho, fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão, em nome de quem desejo cumprimentar a todos, porque, seguramente, o êxito, o sucesso e as conquistas são todas fruto de um esforço coletivo muito grande, do mais modesto ao mais graduado profissional que, coletivamente, têm dado seu esforço, sua inteligência e sua dedicação para que a Rede Vida pudesse se transformar e se consolidar nesse verdadeiro símbolo da família brasileira, pelos valores que cultua, que pratica, que promove, não apenas em seu esforço pastoral, mas em seu esforço evangelizador; Revmº Sr. Dom Osvino José Both, representando o Ministro da Defesa, o Exmº Sr. Nelson Jobim, na condição de Arcebispo Militar do Brasil; Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva; membros do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, Revmº Sr. Dom Paulo Mendes Peixoto, Reverenda Irmã Maria Celeste Ghislandi, Srª Antônia Acarino Mucciolo; Sr. Diretor-Geral da Rede Vida, João Monteiro de Barros Neto – a quem já cumprimentei –; senhoras e senhores; Senadoras e Senadores, brasileiros e comunidade cristã que nos acompanham por todo o Brasil, não é sem razão que tantos de nós Senadores fazemos este rodízio na tribuna do Senado.

O sentido maior da nossa presença, julgo eu, é seguramente para expressar e manifestar toda a gratidão que temos pelo serviço extraordinário que a Rede Vida presta em todo o Brasil. Gratidão no conceito clássico daquilo que nos ensinou talvez o maior dos mestres da Igreja Católica, Santo Agostinho: aquele que não tem o dever do exercício da gratidão não é capaz de qualquer outra virtude.

Quem, como nós, tem a responsabilidade da vida pública sabe da responsabilidade, da importância do papel da Rede Vida, levando não apenas a fé, mas trabalhando, ampliando, fortalecendo, potencializando os valores cristãos na família brasileira. Não apenas os valores da Igreja Católica, mas os valores cristãos, porque nessa convergência e na produção da cultura da paz estamos todos muito unidos, independente da nossa fé religiosa.

Eu pessoalmente sou católico, mas acho que precisamos viver em comunhão com as religiões que pregam a paz, que fazem do Evangelho, que fazem do exercício pastoral a sua prática de vida.

O Senado é a Casa que representa os Estados federados. Aqui estão os representantes dos Estados. E quero trazer o abraço, a manifestação de carinho e respeito dos capixabas. Em meu Estado do Espírito Santo, a Rede Vida é dona de uma credibilidade, de uma reputação muito grande. Por isso, o meu reco-

nhecimento, a minha gratidão, o meu carinho e o meu respeito ao trabalho que os senhores e as senhoras desempenham País afora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

*Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Lídice da Mata.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; Exmº Sr. Senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento para a realização desta homenagem; Sr. João Monteiro de Barros Filho, fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão; Revmº Sr. Dom Osvino José Both, representando o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e Arcebispo Militar do Brasil; Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva, Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã; Revmº Sr. Dom Paulo Mendes Peixoto; Reverenda Irmã Maria Celeste Ghislandi; Srª Antônia Acarino Mucciolo; Sr. João Monteiro de Barros Neto, Diretor Geral da Rede de Televisão; senhoras e senhores funcionários da Rede Vida de Televisão; senhoras e senhores, o Partido Socialista Brasileiro junta-se, neste momento, às justas homenagens que o Senado Federal, por iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, presta à Rede Vida de Televisão, que, ontem, completou dezesseis anos de atividades.

Controlada pela Organização Monteiro de Barros, a Rede Vida tem uma variada programação de qualidade, dedicada ao público católico, levando, acima de tudo, uma mensagem de fé, de otimismo e de solidariedade cristãs.

Fundada no dia 1º de maio de 1995, a Rede Vida transmite em sua programação missas, novenas e celebrações católicas do País. Veicula ainda entrevistas, programas jornalísticos nas áreas de cultura, informação e esporte, programas de entretenimento e infantis.

Seu sinal é captado por todo o Brasil, via satélite, além de ser transmitido por meio de suas afiliadas e das 445 retransmissoras localizadas nos Estados. Com sede em São José do Rio Preto (SP), a emissora teve as primeiras transmissões em março de 1995. Mais tarde, passou a operar em parceria com a TV Aparecida, retransmitindo alguns de seus programas, como a Missa de Aparecida, exibida diariamente. Também tem parceria com o Centro Televisivo Vaticano, transmitido a cerimônia do Angelus de domingo, realizada na Praça de São Pedro pelo Papa Bento XVI.

A história da Rede Vida é uma história de pioneirismo e dedicação.

É, sem dúvida, absolutamente meritório o desejo do Senador Randolfe Rodrigues de fazer, no dia de hoje, uma homenagem a essa televisão, que, por seus dezesseis anos de determinação, se fez reconhecida no Brasil inteiro e respeitada por aqueles que a assistem, seus telespectadores, e por todo o mundo cristão, que reverencia, acima de tudo, sua posição, como já bem disse o Senador Pedro Simon, em defesa de fundamentos e princípios da fé cristã, acima de tudo, princípios humanitários, de que, neste momento, a sociedade brasileira e mundial tanto necessitam: os princípios voltados para a valorização do ser humano, a valorização do ser antes do ter, e para a ideia de que é preciso construir uma sociedade de valores cristãos, marcados pela solidariedade humana e pela capacidade de construir o bem comum, o bem coletivo.

Por essas razões, o PSB, o Partido Socialista Brasileiro, se sente na obrigação de homenagear essa instituição e seu fundador, que, com tenacidade, com capacidade de acreditar nas conquistas, no futuro, e de muita fé, conseguiu realizar essa extraordinária obra televisiva de comunicação para o Brasil e não apenas para os cristãos brasileiros.

Hoje, a comunicação em nosso país, assim como a Rede Senado, tenta traduzir para o Brasil uma possibilidade de novas referências que não sejam apenas as das TVs privadas com sua programação, muitas vezes, fincadas em programas feitos fora do nosso País, empregando mão de obra de outros países e servindo para ocupar quase 80% dos canais de TV fechada no Brasil, marcados por programas em que a violência é a tônica.

Portanto, a construção de um mundo baseado nos parâmetros e nos valores da paz e da solidariedade precisa de uma comunicação que também seja capaz de revelar esses valores para a sociedade, especialmente para a sua juventude.

Portanto, quero deixar, em nome do PSB, meus parabéns à Rede Vida, aos seus organizadores, ao seu corpo técnico e à equipe que realiza sua programação.

Vejo aqui algumas senhoras, algumas mulheres integrantes dessa equipe. Quero ressaltar a importância da inclusão da mulher nessa organização, para que possamos vencer também na comunicação que prega a paz e a igualdade as discriminações existentes em nossa sociedade relacionadas com a garantia dos direitos humanos, portanto, relacionadas com a garantia dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos jovens, dos negros, dos indígenas, dos idosos, de todas aquelas populações consideradas vulneráveis do ponto de vista social e que merecem

a atenção de toda a rede de televisão, principalmente dos cristãos em nosso País.

Quero, finalmente, dizer que espero que a Rede Vida se incorpore a esta campanha da Bahia, dos baianos, agora, com o reconhecimento da beatificação de Irmã Dulce, que a Rede Vida possa se incorporar, Presidente Sarney, a esta campanha, que é dos brasileiros, de termos a primeira santa brasileira reconhecida pelo Papa, pela Igreja Católica, que é a Irmã Dulce, a nossa querida irmã dos pobres e necessitados da Bahia e do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente José Sarney, meu querido amigo e Senador Randolfe, meus cumprimentos por essa iniciativa. Cumprimento toda a direção da Rede Vida, os nossos convidados.

Não poderia deixar de fazer esta pequena saudação. Dezesseis anos da Rede Vida, 16 anos de uma história bonita, que todos os oradores aqui descreveram, de alguém que é comprometido com o social, com o bem estar do nosso povo, de fazer o bem não interessando a quem.

Poderia falar aqui de todas as lutas que travamos, ao longo desses 25 anos, aqui, no Congresso – do Estatuto da Igualdade Racial, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, do Salário Mínimo –, e sempre tivemos na Rede Vida um ponto de apoio para essa longa caminhada das nossas vidas.

Só quero cumprimentá-los e dizer que, com muito orgulho, estou aqui, com muito orgulho temos feito essa parceria daqueles lutadores pelo social, como aqui foi descrito pelos Senadores.

Só quero dizer que tenho muito orgulho desta rede, que pauta a sua vida pelos princípios cristãos, até porque, para nós todos, meu amigo Randolfe, o maior revolucionário de todos os tempos foi Ele. Todos nós sabemos que foi Jesus Cristo.

Por isso, meus cumprimentos a todos vocês. Como é bom saber que no mundo existem movimentos e redes como esta aqui que vocês representam, que é a Rede Vida, que, aqui foi dito, representa os interesses dos homens e mulheres de bem, sejam negros, índios, mulheres, crianças, idosos. Enfim, o bem. Se eu tivesse que carimbar a Rede Vida, diria que é uma rede do bem. Viva a Rede Vida! Dezesseis anos! Que sejam 160 anos! Um abraço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Senador José Sarney, demais componentes da Mesa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com muita satisfação que me junto hoje aos que prestam esta justa homenagem aos 16 anos de funcionamento da Rede Vida de Televisão.

É uma verdade básica, Sr. Presidente, que não há democracia sem pluralidade. Viver democraticamente implica expor-se às mais diversas vozes, às mais diversas doutrinas, implica estar exposto à diversidade de opiniões e pontos de vista, que, muitas vezes, até contrariam nossas crenças. Mas, justamente ao fazer isso, muitas vezes somos levados a ver como ainda mais clareza nossa própria posição.

Há 16 anos, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, a Rede Vida de Televisão tem dado sua contribuição a essa circulação de ideias, ao dar voz e face à enorme comunidade católica deste País.

A Rede Vida é a prova viva de que a fé realmente move montanhas. Sua trajetória é, sem dúvida nenhuma, um dos melhores exemplos de sucesso no campo das empresas de comunicação no Brasil. Começou pequena, no interior de São Paulo, em São José do Rio Preto. Hoje, é a maior rede católica de televisão do mundo e a quarta emissora nacional em capacidade de transmissão instalada, com presença em todas as 27 capitais e nas 500 principais cidades brasileiras, cobrindo 1.500 Municípios e algumas regiões de países vizinhos ao Brasil, com o potencial de atingir mais de 110 milhões de espectadores.

Mas, muito embora seja uma rede católica, nem por isso deixa de ter uma programação diversificada, capaz de interessar a um público amplo e variado.

Esta, Sr. Presidente, é, de fato, uma das grandes virtudes da Rede Vida: ao mesmo tempo em que se dirige a um público amplo, mantém-se fiel à doutrina que a orienta. Com isso, não apenas dá visibilidade ao ponto de vista católico, dando a oportunidade a essa comunidade que se veja e se reconheça, como também permite aos não católicos que conheçam melhor a perspectiva e a visão de mundo católico.

Por fim, Sr. Presidente, quero encerrar deixando aqui minhas congratulações e meus sinceros agradecimentos a toda a equipe que torna possível a existência da emissora pelo excelente trabalho que realiza. Dirijo, enfim, um agradecimento especial a João Monteiro de Barros Filho por ter acreditado e insistido em seu projeto de criar uma televisão católica no Brasil. Seu exemplo, que alia idealismo e profissionalismo ímpares, mostra que os limites do que é possível dependem mais do valor das pessoas do que, propriamente, daquilo que nos impõem as contingências do mundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Parabéns à Rede Vida de televisão!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Temos, agora, a satisfação de ouvir aqui, no Senado, a palavra do Dr. João Monteiro de Barros Filho, que falará pela Rede Vida.

**O SR. JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO** – Sr. Presidente, Senador José Sarney, dignos Senadores, que, nesta data tão importante para nós, estão nos proporcionando uma festa nacional, representada pelos representantes dos diversos países do Brasil, que se unem e proporcionam à Rede Vida de televisão esta manifestação de carinho e de respeito.

Nós nos permitimos, com os nossos mais profundos agradecimentos, em nome de todos os diretores, fundadores, transmitir aos senhores, publicamente, uma manifestação que o mais profundo do meu interior exige que eu o faça, porque, afinal de contas, se existe uma Rede Vida de Televisão, não é apenas o trabalho de um jornalista do interior, de um ex-radialista, de um homem que fundou o jornal *O Diário de Barretos*, que, por uma inspiração, se dispôs a fazer um canal de televisão dentro de princípios éticos, morais, sociais, cívicos e cristãos.

Uma emissora cristã, sim; não uma emissora para que haja briga de religiões no País, mas uma emissora que faz com que todos os brasileiros entendam que nós somos realmente o canal da família brasileira. Quais brasileiros? Todos. Aqueles que realmente querem ajudar a construir a grande Nação do mundo, o nosso querido Brasil, podem fazer da *Rede Vida* esse grande canal de integração do nosso Brasil.

E me permitam, para que nós sejamos rápidos e eficientes na manifestação que faremos neste exato momento: por que nós temos a *Rede Vida de Televisão*? Foi o Monteiro que inventou? Não. Permitam-me. Nós tínhamos duas rádios e o jornal *O Diário de Barretos* e ouvíamos no Ministério das Comunicações: “Monteiro, quantas rádios você quiser – podem ser até oito por Estado –, nós vamos ajudá-lo. No dia, Monteiro, em que você falar em televisão, nós vamos trabalhar com os nossos amigos do Ministério das Comunicações para você perder. Televisão é um brinquedo caro! Quem não tem muito dinheiro, prestígio, competência – e você tem competência para tocar rádio e jornal – sofre com televisão.”

E foi assim, meus amigos, que dissemos: “Não, nós não queremos televisão. Nós temos duas emissoras de rádio, temos um jornal e vamos tocar a nossa vida”.

Mas, um dia, do Dentel – naquela época, existia o Ministério das Comunicações e havia o Dentel nas capitais, uma representação do Ministério das Comunicações – este homem, Dr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva, que era diretor do Dentel, ligou: “Monteiro,

em São José do Rio Preto, há um canal de televisão. Dispute esse canal que você vai ganhar”. “Mas como, Marcelo? Vocês dizem para eu não entrar em televisão e para eu disputar um canal em Rio Preto?! Ainda se fosse em Barretos, minha terra, vamos lá, mas, em Rio Preto, eu tenho um relacionamento muito pequeno.” “Não, Monteiro, tente esse canal.”

Sintetizando, pleiteamos a concorrência pública. Precisava fazer concorrência pública. Entramos em 20 competidores pelo canal. Estava na Presidência do Brasil o nosso querido amigo Senador José Sarney, que, administrando o Brasil... Agora há o livro *Sarney – A Biografia*, que estou lendo. Aqueles que ainda não têm o livro não percam a oportunidade de nós conhecermos uma das histórias mais bonitas do Brasil, escrita por uma articulista que fez toda a história do Sarney. Estou lendo o livro e estou apaixonado por tudo aquilo que está escrito sobre a vida do Presidente Sarney.

Muito bem, então nós fizemos a concorrência. O Sarney, na Presidência, buscou, lá na Televisa do México, o Augusto Marzagão, que foi um assessor dele na Presidência. E o Augusto Marzagão, um cidadão de Barretos, um amigo meu também, eu o procurei: Augusto, estão me incentivando a disputar um canal de televisão. Se você me ajudar... Converse com o Presidente Sarney. Se ele não tiver compromisso com ninguém e puder outorgar esse canal, eu vou ficar feliz. Isso porque o canal teria de passar pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e depois iria para a Presidência da República.

Só que, quando houve essa oportunidade de se julgar qual dos vinte que estavam disputando a concorrência ficariam com a emissora, o Augusto falou com o Sarney, que lhe disse: “Olha, eu não tenho compromisso com ninguém. Você conhece esse pessoal? Eles merecem realmente essa televisão?” Respondi: Ah! Merecem. Eu conheço o Monteiro, é uma família lá que... Nós podemos dar-lhe essa oportunidade para iniciar um sistema de televisão. E o Presidente Sarney, antes de deixar a Presidência da República, outorgou a televisão, mandou para a Câmara Federal, depois veio para o Senado. Aprovado na Câmara, aprovado no Senado, voltou para a Presidência da República. E foi, novamente, quando chegou à Presidência da República, que nós tivemos o privilégio – o Itamar Franco estava então na Presidência da República – de ser um dos vinte escolhidos.

Seria uma televisão afiliada de uma das emissoras redes existentes no Brasil. Aí veio, sim, aquela inspiração que vocês comentaram aqui. Deus me inspirou: por que não uma televisão cristã no Brasil? Procuramos Dom Antônio Maria Mucciolo, que foi Bispo de Barretos, foi o segundo Bispo de Barretos,

Arcebispo de Botucatu, e falamos: Dom Antônio, se o senhor me ajudar, nós poderemos fazer uma televisão cristã em todo o Brasil. Vamos conversar com Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB. Dom Luciano ouviu e gostou; levou para uma Conferência dos Bispos do Brasil, em Itaici, e lá os bispos, quando ouviram a notícia – não havia nenhuma televisão católica no Brasil – de que surgiria um esforço para se fazer uma televisão cristã, aplaudiram, aprovaram, e surgiu a Rede Vida de Televisão.

Estou contando essa pequena história para os senhores para não me prolongar e para pedir, principalmente, que todos nós brasileiros, que acompanhamos a Câmara dos Deputados, o Senado da República, e que temos uma preocupação muito grande, todos os senhores que administram este País e todos nós que fazemos comunicação possamos estar unidos a favor do Brasil. E, dentro deste Brasil que nós queremos construir, cada vez mais forte, mais capaz, nós temos um grande homem: José Sarney. Quem ler o livro dele vai ficar muito feliz.

Sr. Presidente, historicamente, muito obrigado pelo grande presente que V. Ex<sup>a</sup> deu ao Brasil: a Rede Vida de Televisão. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aos dezesseis anos, a Rede Vida de Televisão está consolidada. Seu sinal está presente em todas as regiões brasileiras em transmissão aberta, por satélite e por cabo. Dia após dia, ela entra em lares de todo o País levando, sempre e cada vez mais forte, a mensagem de fé e de esperança que é a razão mesma de sua existência.

Quando o Senado Federal abre espaço em sua complexa agenda para homenagear uma instituição como a Rede Vida, ele não faz outra coisa senão reconhecer os incontáveis méritos de um projeto de comunicação assentado nos mais elevados princípios cristãos. É justamente isso que caracteriza a trajetória desse extraordinário empreendimento fundado por João Monteiro de Barros Filho e Dom Antonio Maria Mucciolo.

*Uma TV para fazer o bem* foi o mote que transformou um belo sonho em realidade tangível. O primeiro passo foi a fundação, em dezembro de 1992, do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, denominação sugerida, aliás, pelo saudoso Arcebispo de Mariana e Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Luciano Mendes de Almeida. Com o

Instituto, nascia o suporte jurídico indispensável à criação e à condução de uma emissora de televisão.

Se não foram fáceis estes dezesseis anos de caminhada da Rede Vida, imaginem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quão difícil foi colocar a emissora no ar! Às dificuldades de ordem técnica, natural para um empreendimento que partia do zero, somaram-se os elevadíssimos custos financeiros que a montagem de uma estação de TV exigia. No entanto, o sonho venceu a dura prova a que se submeteram seus idealizadores.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que o que explica a trajetória de dezesseis anos da Rede Vida de Televisão é a nitidez de objetivos, a firmeza dos propósitos e a sinceridade com que abraça e divulga sua causa. Aí está, penso eu, a força maior que a conduz: a certeza de que a evangelização, assentada nos ensinamentos bíblicos e no exemplo de vida do Jesus de Nazaré, é missão da qual não podem se eximir os que verdadeiramente crêem Nele e no milagre da ressurreição!

A Rede Vida está integrada ao contexto histórico da contemporaneidade. Os que a fazem sabem perfeitamente bem como os modernos meios de comunicação são indispensáveis à messe evangelizadora. Propagar a Palavra, nos dias de hoje, requer muito mais que templos e recintos fechados. Numa sociedade de massa como a que surgiu e se desenvolveu ao longo do Século XX, é preciso ir até onde as pessoas estão, seja nos lares, seja nos locais de trabalho, de estudo e de diversão.

Para não sucumbir numa era em que a imagem se sobrepõe a quase tudo, em que a cultura visual suplanta com folga as demais manifestações culturais, a televisão torna-se instrumento inseparável do esforço evangelizador. No Brasil, a Rede Vida foi pioneira no sentido de oferecer aos milhões de católicos praticantes espalhados pelo País afora o alimento espiritual que robusteceria sua fé; aos que se afastaram da prática mais diuturna da religião, a oportunidade de reencontrar o caminho de volta, qual filho pródigo.

Inteligentemente, a Rede Vida optou por fazer uma televisão moderna, que mescla programas de cunho exclusivamente religioso com outros de variada natureza. De um lado, aprofunda sua missão religiosa, transmitindo missas a partir de Igrejas situadas em pontos distintos do território nacional, como o Santuário Nacional de Aparecida e a Basílica de Nazaré. Além disso, não se descuida quanto à divulgação de novenas e de terços.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, a Rede Vida sabe que seu público está inserido no mundo e, como tal, precisa estar bem informado e tem direito ao entretenimento. Daí sua programação acolher edições jorna-

lísticas, transmissões esportivas e musicais da melhor qualidade. Seus programas de entrevistas esmeram-se na seleção de convidados e nos temas a serem abordados. Tudo isso faz dela uma televisão moderna e dinâmica, envolvente e carismática.

Ao se identificar como *Uma TV para fazer o bem*, a Rede Vida de Televisão assume o compromisso de defender e disseminar os mais expressivos valores cristãos. Assim, ao estender ao amplo universo de telespectadores os princípios da fé, da caridade, da fraternidade e da esperança, ela cumpre a missão que se impôs. Ao fazê-lo, ao tempo em que prega e difunde os valores cristãos, está dando sua inestimável contribuição à unidade familiar, na medida em que enfatiza os valores que dignificam a vida humana, de modo a aproximá-la da imagem do Criador.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao encerrar este breve pronunciamento – breve, mas envolto na mais pura sinceridade –, rogo a Deus que a trajetória da Rede Vida de Televisão seja por ele abençoada. Que sua permanência entre nós, cada vez mais forte e influente, seja o sinal de que a Nação quer receber o conforto de sua presença e o vigor de sua mensagem.

Ao abraçar a todos os que pensam e constroem a Rede Vida de Televisão, assegurando sua chegada aos lares brasileiros, renovo meus cumprimentos aos que dão sequência ao santificado trabalho de espalhar a Boa Nova! Parabéns! Que ela continue a ser, sempre e mais, um *presente para a família brasileira!*

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero agradecer a presença de todos que aqui estão, a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que foi o signatário primeiro para esta sessão.

Quero agradecer, profundamente, as palavras proferidas pelo Dr. João Monteiro de Barros Filho. Mas a maior satisfação que nós temos aqui é de tê-lo no Senado, nesta sessão, na qual ele vê o quanto o seu ideal prosperou. Chegou até a receber o merecimento da Nação inteira aqui representada pela formação dos Senadores, que são todos os Estados do Brasil na Federação.

Quero agradecer a presença do Revm<sup>o</sup> Sr. Dom Osvino José Both, Arcebispo Militar do Brasil, que aqui representa o Ministro Nelson Jobim.

Quero agradecer a presença do Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, e os membros do Conselho do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã – Inbrac.

Quero agradecer a presença do Revm<sup>o</sup> Sr. Dom Paulo Mendes Peixoto, da Reverenda Irmã Maria Celeste Ghislandi e da Sr<sup>a</sup> Antônia Acarino Mucciolo, na

pessoa de quem eu quero lembrar o quanto Dom Antônio fez pela realização deste sonho e da Rede Vida.

Quero agradecer a presença do Sr. João Monteiro de Barros Neto, que mostra que a Rede Vida, a emissora da família, tem o exemplo da própria casa, em que toda a família está envolvida nesse projeto.

Senhoras e senhores funcionários da Rede Vida de Televisão, aqueles artistas, apresentadores que hoje são conhecidos, reconhecidos no Brasil inteiro, minhas senhoras e meus senhores, eu não podia encerrar esta sessão sem dizer algumas palavras.

Elas são, em primeiro lugar, uma palavra que é de gratidão. E gratidão é a memória do nosso coração. Já dizia Santo Agostinho que é a maior de todas as virtudes, porque na gratidão estão contidas muitas das qualidades e virtudes que um homem pode ter.

Quero dizer que foram muitos os que receberam. Poucos, diz o Evangelho, poucos ou pouquíssimos, um somente agradeceu. Eu quero dizer que esse um é o Dr. João Monteiro Filho, o que mostra o seu caráter, a sua dignidade e as suas virtudes. Ele contou a história da Rede Vida de Televisão, mas, com a sua modéstia, esqueceu um pequeno detalhe.

Quero dizer que a concessão de um canal de televisão é muito disputada, porque muitos têm o que ele representa de interesses comerciais, o que ele representa de uma visão de opinião pública, e, assim, na concessão da televisão de São José do Rio Preto, tinha tantos concorrentes. Era uma televisão que tinha a cobiça de muita gente e muitos grupos muito representativos do Brasil. Foi quando Augusto Marzagão, a quem ele se referiu aqui e que quero homenagear neste momento, me disse: Presidente, há um jornalista de Barretos, um homem sério, competente, que tem o sonho – foi isso que o Dr. Monteiro esqueceu – de fazer uma televisão cristã e da família brasileira. Eu disse a Marzagão: Só isso basta para que ele tenha a melhor de todas as qualidades de todos os grupos que estão disputando a televisão de São José do Rio Preto.

Portanto, ele se esqueceu de dizer esse ponto, essa inspiração que ele tinha, e foi isso que motivou a que, imediatamente, nós todos o escolhêssemos, porque sabíamos que estávamos abrindo uma nova era na televisão brasileira. Diante de todas as televisões comerciais aparecia um homem que queria fazer uma televisão que fosse uma televisão de vida, vida de ensinamentos, de ensinamentos morais, de ensinamentos éticos, vida de fé, vida de evangelização, defesa da família, que é a base da sociedade, vida e oração, pregação da bondade, pregação da convivência, do amor ao próximo, dos ideais cristãos. Como ele mesmo disse, pregação da moral e da ética. E a Rede Vida transformou-se em tudo isso.

Acompanhei também, fui testemunha das dificuldades, porque, a partir de então, ele sempre me procurou, sempre demonstrando essa gratidão que não mereço. Mas ele foi um homem que me deu notícia das dificuldades que teve no início. Mas foi esse sonho dele, sem dúvida alguma, uma inspiração que teve para que pudesse ser esse homem que vai ficar na história da televisão brasileira, vai ficar na história do cristianismo brasileiro, e vai ficar na história da evangelização deste País.

O Dr. Monteiro, então, pode ficar feliz porque conseguiu realizar o seu sonho. A partir de então, há 16 anos, no dia em que colocou o sinal da Rede Vida para o Brasil, em São José do Rio Preto apareceu aquela luzinha da fé, que passou a ser irradiada para o Brasil inteiro, disseminada em todos os cantos deste País, e hoje ela se encontra não somente aquela luzinha primeira que ele acendeu, mas se encontra um farol extraordinário que todo o Brasil reconhece.

Eu tenho uma gratidão especial à Rede Vida. Minha mãe, cuja morte... Até hoje não compreendo o mundo sem ela. Minha mãe, os últimos anos da sua vida ela passou pregada ouvindo a Rede Vida todas as tardes. Era o seu lugar de oração, era o seu lugar de ensinamento, era o seu lugar de vida dentro da sua vida, nos seus últimos anos.

O Dr. Monteiro sabe dessa história, que contei a ele e estou repetindo agora no Senado da República. Portanto, é uma gratidão que tenho com a Rede Vida, ao mesmo tempo em que o Dr. Monteiro acha que tem essa gratidão comigo. Quero dizer, Dr. Monteiro, que ela está resgatada hoje, e o senhor não tem mais gratidão nenhuma. Tenha gratidão com o Criador, que lhe mandou para fazer essa obra.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Agora suspendo a sessão por alguns minutos, para que ele possa receber, como todos os que fazem a Rede Vida, os cumprimentos dos presentes.

*(A sessão é suspensa às 16 horas e 36 minutos; e é reaberta às 16 horas e 46 minutos, sob a Presidência do Sr. Marcelo Crivella.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Havendo número de presentes no plenário, declaro aberta a nossa sessão.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 590, DE 2011**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 26, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a**



**criar conta garantidora, com recursos de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A. (em liquidação) – BERJ.**  
**Relator: Senador Valdir Raupp**

### **I – Relatório**

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 26, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, visa autorizar o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, denominada “conta B1”, com recursos de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A. (em liquidação) – BERJ.

Conforme explica o autor da proposição o BERJ é a parte remanescente do antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) que continuou em poder do estado após a operação de privatização, realizada em 1997, na qual o Banco Itaú S. A. adquiriu o controle do BANERJ. Na ocasião, o Senado Federal autorizou, por intermédio da Resolução nº 61, de 1997, que o Estado do Rio de Janeiro tomasse empréstimo de cerca de R\$3 bilhões junto à Caixa Econômica Federal (CEF), com a finalidade de criar dois fundos garantidores. Uma parte desse valor constituiu a chamada “conta A”, para a garantia do passivo previdenciário, e outra parte constituiu a chamada “conta B”, para a garantia de passivos trabalhistas, cíveis e de outras naturezas.

No último dia 20 de maio, o Estado do Rio de Janeiro realizou leilão de sua participação acionária no BERJ, tendo o Banco Bradesco S. A. adquirido o controle da instituição. Assim como na venda do BANERJ, se fez necessária a constituição de um fundo garantidor para passivos ocultos, de natureza trabalhista, cível e

outras. O Estado realizou uma auditoria nos passivos ainda remanescentes do BANERJ e verificou que o saldo depositado na “conta B” é muito superior ao valor das obrigações ainda remanescentes. Por esse motivo, previu-se a transferência de R\$200 milhões da “conta B” para uma nova conta garantidora dos passivos do BERJ, denominada “conta B1”.

A proposição foi submetida à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após o que seguirá para a deliberação final do Plenário do Senado Federal.

### **II – Análise**

Trata-se de matéria que envolve tão somente alteração nas condições da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 61, de 1997. Desse modo, não há dúvidas sobre seu enquadramento nas competências privativas do Senado Federal de que tratam os incisos V e VII do art. 52, da Constituição Federal, que regulam o endividamento dos entes federativos.

Tendo em vista que a Resolução nº 61, de 1997, autorizou que o valor do empréstimo fosse usado como garantia para os passivos do BANERJ, se faz necessária nova autorização desta Casa para que parte do saldo hoje existente na denominada “conta B” seja utilizada como garantia de passivos do BERJ, na nova “conta B1”.

Com isso, o Senado Federal permitirá que os recursos da operação de crédito autorizada em 1997 sejam utilizados não apenas para a privatização de uma parte do antigo BANERJ, mas para o Banco por inteiro.

### **III – Voto**

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 26, de 2011.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011. – Senador **Valdir Raupp**, Relator.

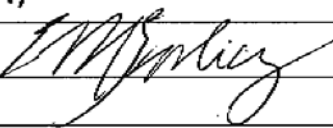
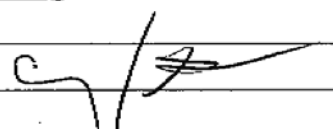
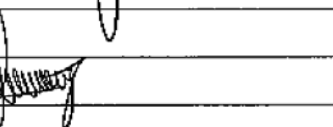
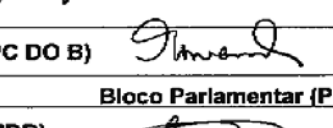
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26 DE 2011**  
**NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24 / 06 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

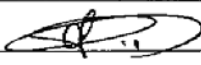
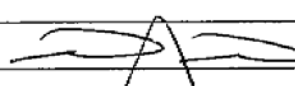
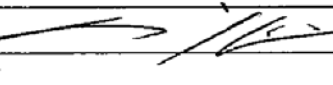
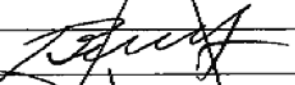

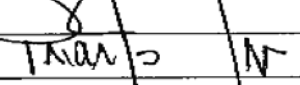
**PRESIDENTE:** 

**RELATOR(A):** 


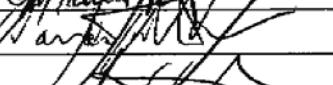
**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)**

DELÍCIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT) 	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPPLY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT) 	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT) 	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B) 	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

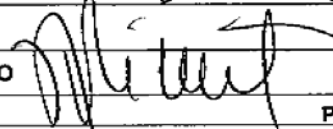
**Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**

CASILDO MALDANER (PMDB) 	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB) 
LUIZ HENRIQUE (PMDB) 	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP) 
FRANCISCO DORNELLES (PP) AUTOR 	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB) 

**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) 	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) 	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

**PTB**

ARMANDO MONTEIRO 	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO

**PSOL**

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 590, de 2011**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 26, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, que *autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até duzentos milhões de reais, para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de*

*venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – BERJ.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2011**

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelecendo a retenção da receita de medicamentos sujeitos à prescrição de profissionais habilitados.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43 – A dispensação de medicamentos contendo as substâncias listadas na resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, isoladas ou em associação, fica sujeita à retenção de receita e escrituração em farmácias e drogarias.

§ 1º A dispensação de medicamentos de uso controlado de venda sob prescrição somente poderá ser efetuada mediante receita em duas vias, sendo a 1ª via - retida no estabelecimento farmacêutico e a 2ª via - devolvida ao paciente, atestada, como comprovante do atendimento.

§ 2º As prescrições somente poderão ser dispensadas quando apresentadas de forma legível e sem rasuras, por profissionais devidamente habilitados e contendo as seguintes informações:

I - nome do medicamento ou da substância prescrita sob a forma de Denominação Comum Brasileira (DCB), dosagem ou concentração, forma farmacêutica, quantidade (em algarismos arábicos e por extenso) e posologia;

II - identificação do emitente: nome do profissional com sua inscrição no Conselho Regional ou nome da instituição, endereço completo, telefone, assinatura e marcação gráfica (carimbo);

III - identificação do usuário: nome completo;

IV - identificação do comprador: nome completo, número do documento oficial de identificação, endereço completo e telefone (se houver);

V - data da emissão; e

VI - identificação do registro de dispensação: anotação da data, quantidade aviada e número do lote, no verso.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que mais de 50% das prescrições de antibióticos no mundo são inadequadas. No Brasil, 40% desse consumo são de antibióticos.

Os medicamentos controlados devem ter sua venda sob prescrição médica porque devem ser consumidos com indicação específica a cada situação patológica, no momento e na forma mais apropriados, e pelo período cientificamente recomendado. Fora desses critérios os medicamentos podem causar mais danos do que benefícios aos pacientes. A ingestão errônea de medicamentos é a principal causa de intoxicação no Brasil.

Para evitar esse tipo de acidente é que o Ministério da Saúde, por intermédio da ANVISA, recentemente estabeleceu critérios de controle de medicamentos. No entanto, a aprovação de Lei específica tratando do assunto poderá intensificar muito esse controle.

Assim sendo, e para que possamos avançar ainda mais na busca de um consumo racional de medicamentos, como preconiza a Organização Mundial de Saúde – OMS, prevenindo uma série de problemas de saúde pública, é que propomos a análise e aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2011.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

### LEGISLAÇÃO CITADA

**Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973**

D.O 19/12/1973

Retificação no D.O.U. de 21.12.1973

Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte;

.....

### CAPÍTULO V Do Licenciamento

.....

Art. 43. O registro do receituário e dos medicamentos sob regime de controle sanitário especial não poderá conter rasuras, emendas ou irregularidades que possam prejudicar a verificação da sua autenticidade.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2011

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que *altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências*, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os artigos 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2073 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração.

.....” (NR)

“**Art. 3º** Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2073, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

De acordo com artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001, alterado pela Lei nº 11.196 de 2005, em 2013 finda o prazo para a SUDAM/SUDENE aprovar projetos que terão direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. Assim, somente os projetos protocolizados e aprovados até 31 de dezembro de 2013 terão direito à redução de 75% do IRPJ, extinguindo-se doravante o benefício.

O fim do prazo vem preocupando, tanto empresários como trabalhadores dessas duas importantes regiões do país – Norte e Nordeste, que temem ver seus projetos inviabilizados, o que causaria enormes prejuízos econômicos para as duas regiões.

Reduzir as desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e um dos princípios da ordem econômica, conforme dispõem, respectivamente, os arts. 3º e 170 da Constituição Federal.

Quando uma empresa decide onde será a sua localização, ela analisa uma série de fatores, principalmente a proximidade com fornecedores de insumos e com os mercados consumidores; a existência de trabalhadores com qualificação adequada; e a facilidade para escoar a produção. E quando a sua escolha é fora das áreas com maior densidade econômica, como são os casos das regiões Norte e Nordeste, as empresas abrem mão desses fatores e buscam outras compensações.

Os incentivos fiscais são justamente uma dessas compensações. As empresas têm com eles um estímulo para se instalarem em regiões menos desenvolvidas contribuindo, desse modo, para a redução das desigualdades regionais.

Apenas recentemente, as economias dos estados das regiões Norte e Nordeste, áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, passaram a crescer acima da média nacional. No entanto, para que os números das desigualdades regionais sejam revertidos, os incentivos fiscais devem continuar a ser oferecidos. Sem eles as empresas não abrirão mão das vantagens locais do Sul e do Sudeste, ou seja, os investimentos permanecerão focados nessas duas regiões, perpetuando a desigualdade territorial existente na economia brasileira.

Assim sendo, é que venho solicitar apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que objetiva prorrogar os incentivos da SUDAM e da SUDENE até 2073.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2011.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.199-14. DE 24 DE AGOSTO DE 2001.**

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

~~Art. 1º - Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.~~

~~§ 1º - A fruição do benefício fiscal referido no caput dar-se-á a partir do ano calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, modernização, ampliação ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional, até o último dia útil do mês de março do ano calendário subsequente ao do início da fruição.~~



Art. 1º **S**em prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2013 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - **Sudene** e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - **Sudam**, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 1º A fruição do benefício fiscal referido no caput deste artigo dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, ampliação, modernização ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ao do início da operação. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 2º Na hipótese de expedição de laudo constitutivo após a data referida no § 1º, a fruição do benefício dar-se-á a partir do ano-calendário da expedição do laudo.

~~§ 3º O prazo de fruição do benefício fiscal é igual ao período compreendido entre o ano de início de fruição e 31 de dezembro de 2013, não podendo exceder a dez anos.~~

§ 3º O prazo de fruição do benefício fiscal será de 10 (dez) anos, contado a partir do ano-calendário de início de sua fruição. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 4º Para os fins deste artigo, a diversificação e a modernização total de empreendimento existente serão consideradas implantação de nova unidade produtora, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 5º Nas hipóteses de ampliação e de modernização parcial do empreendimento, o benefício previsto neste artigo fica condicionado ao aumento da capacidade real instalada na linha de produção ampliada ou modernizada em, no mínimo:

I - vinte por cento, nos casos de empreendimentos de infra-estrutura (Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999) ou estruturadores, nos termos e nas condições estabelecidos pelo Poder Executivo; e

II - cinquenta por cento, nos casos dos demais empreendimentos prioritários.

§ 6º O disposto no **caput** não se aplica aos pleitos aprovados ou protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior, até 24 de agosto de 2000, para os quais continuará a prevalecer a disciplina introduzida pelo **caput** do art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 7º As pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior a 24 de agosto de 2000, que venham a ser aprovados com base na disciplina introduzida pelo **caput** do art. 3º da Lei nº 9.532, de 1997, e cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, poderão pleitear a redução prevista neste artigo pelo prazo que remanescer para completar o período de dez anos.

§ 8º O laudo a que se referem os §§ 1º e 2º será expedido em conformidade com normas estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

§ 9º O laudo de que trata o § 1º poderá, exclusivamente no ano de 2001, ser expedido até o último dia útil do mês de outubro.

Art. 2º Fica extinto, relativamente ao período de apuração iniciado a partir de 1º de janeiro de 2001, o benefício fiscal de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, de que trata o art. 14 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e o art. 22 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, exceto para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, e para os que têm sede na área de jurisdição da Zona Franca de Manaus.

Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2013, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

#### **LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005.**

Mensagem de veto  
(Regulamento)  
Conversão da MPv nº 255, de 2005  
Texto compilado

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051,



de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO PARA A PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REPES

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - Repes, nos termos desta Lei. (Regulamento)

Parágrafo único. O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, as condições necessárias para a habilitação ao Repes.

~~Art. 2º É beneficiária do Repes a pessoa jurídica que exerça exclusivamente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, cumulativamente ou não, e que, por ocasião da sua opção pelo Repes, assuma compromisso de exportação igual ou superior a 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta anual de venda de bens e serviços. (Regulamento)~~

Art. 2º É beneficiária do REPES a pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, e que, por ocasião da sua opção pelo REPES, assuma compromisso de exportação igual ou superior a sessenta por cento de sua receita bruta anual decorrente da venda dos bens e serviços de que trata este artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 428, de 2008)

Art. 2º É beneficiária do Repes a pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação, e que, por ocasião da sua opção pelo Repes, assuma compromisso de exportação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de sua receita bruta anual decorrente da venda dos bens e serviços de que trata este artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.774, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o caput deste artigo será considerada após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

~~§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica à pessoa jurídica que tenha suas receitas, no todo ou em parte, submetidas ao regime de incidência cumulativa da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS~~

~~§ 2º O Poder Executivo poderá reduzir para até cinquenta por cento e restabelecer o percentual de que trata o caput. Redação dada pela Medida Provisória nº 428, de 2008)~~

~~§ 2º O Poder Executivo poderá reduzir para até 50% (cinquenta por cento) o percentual de que trata o caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.774, de 2008)~~

~~§ 3º Não se aplicam à pessoa jurídica optante pelo Repes as disposições do inciso XXV do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (Revogado pela Medida Provisória nº 428, de 2008) (Revogado pela Lei nº 11.774, de 2008)~~

~~Art. 3º Para fins de controle da produção e da comprovação de que o contratante do serviço prestado seja residente ou domiciliado no exterior, o beneficiário do Repes utilizará programa de computador que permita o controle da produção dos serviços prestados. (Regulamento) (Revogado pela Medida Provisória nº 428, de 2008) (Revogado pela Lei nº 11.774, de 2008)~~

~~§ 1º A Receita Federal do Brasil terá acesso on line, pela internet, às informações e ao programa de que trata o caput deste artigo, para fins de auditoria, com controle de acesso mediante certificação digital. (Revogado pela Medida Provisória nº 428, de 2008) (Revogado pela Lei nº 11.774, de 2008)~~

~~§ 2º Para fins de reconhecimento da utilização da infra estrutura de software e hardware, o programa de que trata o caput deste artigo será homologado pela Receita Federal do Brasil, sendo-lhe facultado o acesso ao código fonte. (Revogado pela Medida Provisória nº 428, de 2008) (Revogado pela Lei nº 11.774, de 2008)~~

---

**Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997**

**DOU de 11.12.1997**

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Alterada pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Alterada pela Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

Alterada pela Lei nº 9.887, de 07 de dezembro de 1999.

Alterada pela Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000.

Alterada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Alterada pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001.

Alterada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Alterada pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Alterada pela Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.

Alterada pela Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Alterada pela Lei nº 10.828, de 23 de dezembro de 2003.

Alterada pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Alterada pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Alterada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Alterada pela Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011.

#### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Os lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas serão adicionados ao lucro líquido, para determinação do lucro real correspondente ao balanço levantado no dia 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

**Art. 2º** Os percentuais dos benefícios fiscais referidos no inciso I e no § 3º do art. 11 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, com as posteriores alterações, nos arts. 1º, inciso II, 19 e 23, da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e no art. 4º, inciso V, da Lei nº 8.661, de 02 de junho de 1993, ficam reduzidos para:

I - 30% (trinta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003;

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

#### **TÍTULO VII**

**Da Ordem Econômica e Financeira**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA**

**Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

~~VI - defesa do meio ambiente;~~

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

~~IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.~~

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

*(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno; de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2010

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tipificar e estabelecer penas contra o abuso bancário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 74-A:

“Art. 74-A Causar prejuízos ou transtornos a clientes, derivados de ação contrária às normas legais e infralegais, na oferta de serviços financeiros.

Pena: Detenção de um a seis meses ou multa.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A relação entre instituições financeiras e seus clientes é marcada pelo abuso e desrespeito por parte dessas instituições, que durante muito tempo lutaram para não estarem sujeitas às determinações do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.591-1 pelo STF, foi pacificado que as instituições financeiras subordinam-se às determinações do CDC, o que garante maior proteção dos clientes das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Entretanto, apesar da subordinação ao CDC, os clientes bancários continuam sofrendo inúmeros abusos tais como oferta e cobrança por serviços não solicitados, cobranças de tarifas não previstas na regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN), descontos indevidos nas contas bancárias, longo tempo de espera nas agências bancárias, entre outros.

Para proteger o consumidor de serviços financeiros propomos a tipificação do abuso bancário no CDC, com a imposição de pena às instituições financeiras que causarem prejuízos e transtornos aos clientes, quando esses prejuízos e transtornos forem derivados de ações contrárias às normas legais e infralegais.

Esperamos o apoio dos colegas parlamentares para esta proposição que visa coibir o abuso bancário.

Sala das Sessões,

Senador **VITAL DO RÊGO**

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.**

Texto compilado

Mensagem de veto

Regulamento

Regulamento

Vigência

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo;

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.591-1 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. CARLOS VELLOSO
REQUERENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADVOGADOS	: IVES GANDRA S. MARTINS E OUTROS
REQUERIDO	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
REQUERIDO	: CONGRESSO NACIONAL

**VOTO-VISTA**

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Tentarei ser objetivo. Quanto à ofensa --- na expressão "inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária", do § 2º do art. 3º do CDC --- ao "princípio da razoabilidade", anoto desde logo que ela, tal qual a *proporcionalidade*, não constitui um princípio. Como observei em outra oportunidade<sup>1</sup>, uma e outra, *razoabilidade* e *proporcionalidade*, são postulados normativos da interpretação/aplicação do direito --- um novo nome dado aos velhos cânones da interpretação, que a nova hermenêutica despreza --- e não princípios.

E assim é ainda que a nossa doutrina e certa jurisprudência pretendam aplicá-los, como se princípios fossem, a casos concretos, de modo a atribuir ao Poder Judiciário capacidade de "corrigir" o legislador. Isso me parece inteiramente equivocado, mesmo porque importa desataviada afronta ao princípio --- este sim, princípio --- da harmonia e equilíbrio entre os Poderes. De modo que não se sustenta a tentativa, da requerente da ADI, de inovar texto normativo [o Código de Defesa do Consumidor] no âmbito do Judiciário, pretendendo que este atue usurpando competência legislativa. O que se admite, unicamente, é a aplicação, pelo Judiciário, da razoabilidade como instrumento de equidade. Mas isso não no momento da produção da norma jurídica, porém no instante da norma de decisão<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito, 3ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2.005, págs. 183 e ss.

<sup>2</sup> Vide meu O direito posto e o direito pressuposto, 6ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, págs. 280 e ss.

2. Não há dúvida, de outra parte, quanto à circunstância de a exigência de lei complementar veiculada pelo artigo 192 da Constituição abranger apenas o quanto respeite à regulamentação --- permito-me exercer o vocábulo "regulação", em razão do tanto de ambigüidade que enseja --- regulamentação, dizia, da estrutura do sistema. O sistema haveria de estar a serviço da promoção do desenvolvimento equilibrado do País e dos interesses da coletividade --- diz o preceito --- e, para tanto, a Constituição impõe sua regulamentação por lei complementar. Mas apenas isso. Os encargos e obrigações impostos pelo Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, atinentes à prestação de seus serviços a clientes --- isto é, atinentes à exploração das atividades dos agentes econômicos que a integram, todas elas, operações bancárias e serviços bancários, na dicção do Ministro Nelson Jobim --- esses encargos e obrigações poderiam perfeitamente, como o foram, ser definidos por lei ordinária.

Neste ponto permito-me ainda discordar do que se afirmou anteriormente, na observação de que o texto do artigo 192 incorpora expressão que deveria constar da exposição de motivos da lei. A mim parece incompreensível possa alguém negar força normativa a esta autêntica *norma-objetivo*<sup>3</sup> consagrada no texto constitucional, que estabelece os fins a serem perseguidos pelo sistema financeiro nacional, a promoção do desenvolvimento equilibrado do País e a realização dos interesses da coletividade.

3. Parece-me oportuno, de outra banda, considerarmos argumento desenvolvido em memorial, segundo o qual a lei especial, como tal entendida, no caso, uma resolução do Conselho Monetário Nacional, afastaria a aplicação da lei geral, vale dizer, do Código de Defesa do Consumidor.

O artigo 4º, inciso VIII, da Lei n. 4.595/64 estabelece que compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República (redação da Lei n. 6.045/74), "[r]egular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta lei, bem como a aplicação das penalidades previstas".

---

<sup>3</sup> Vide meu Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito, cit., págs. 128 e ss.



O vulgo, quem não é versado nos meandros do direito supõe, equivocadamente, que é o Banco Central quem dispõe sobre esta matéria. Não é assim, contudo. O titular do exercício da chamada *capacidade normativa de conjuntura*<sup>4</sup> é o Conselho Monetário Nacional. O Banco Central limita-se a dar publicidade às deliberações do colegiado.

A questão a considerar respeita à determinação do significado, no contexto do preceito --- isto é, no mencionado artigo 4º, inciso VIII --- do vocábulo *funcionamento*. É unicamente sobre esta matéria que o Conselho Monetário Nacional está autorizado a dispor texto normativo.

Os que exercem atividades subordinadas à Lei n. 4.595/64 são as instituições financeiras. Logo, é do *funcionamento* das instituições financeiras que se trata. Podemos, portanto, dizer: desempenho de suas atividades pelas instituições financeiras. O Conselho Monetário Nacional regula o desempenho de suas atividades pelas instituições financeiras. O vocábulo *funcionamento* é, porém, mais forte, na medida em que expressivo da circunstância de as instituições cumprirem uma função no quadro do sistema financeiro nacional.

O vocábulo tem a virtude de tornar bem explícito o fato de a lei ter estabelecido que para funcionar, para desempenhar a atividade de intermediação financeira, a empresa deverá cumprir o que determina o Conselho Monetário Nacional no que concerne a sua adequação a esse desempenho. Vale dizer, quanto ao nível de capitalização, à solidez patrimonial, aos negócios que poderá realizar [por exemplo, câmbio, captação de depósitos à vista, etc.], à sua constituição de conformidade com as regras legais [lei das sociedades anônimas, com todas as suas implicações]. Entrando em funcionamento, a instituição financeira, mercê da autorização que para tanto recebeu, pode exercer determinadas atividades, v.g., captar depósitos à vista, pagar benefícios previdenciários, captar poupança, receber tributos. Essas atividades deverão ser, no entanto, desempenhadas no quadro das determinações dispostas pelo órgão normativo [v.g., tipos de operações permitidas ou vedadas; volumes a serem aplicados nessa ou naquela modalidade de crédito; posições cambiais (níveis) a serem cumpridas e negócios dessa natureza que podem ou não ser contratados]. Digo mais: esse exercício há de ser empreendido de modo que a empresa --- isto é, a

<sup>4</sup> Vide meu O direito posto e o direito pressuposto, cit., págs. 231-233.

instituição financeira --- funcione em coerência com certas diretrizes de políticas públicas, suas prerrogativas sendo exercidas conforme definições, estruturais e conjunturais, que as delimitam [v.g., recolhimentos compulsórios, encaixe obrigatório].

Vê-se bem, destarte, que a função das instituições financeiras é sistêmica, vale dizer, respeita ao seu desempenho no plano do sistema financeiro. Ainda em outros termos, essa função somente pode ser cumprida no plano do sistema financeiro.

Ora, o Conselho Monetário Nacional é competente apenas para regular --- além da sua constituição e da sua fiscalização --- o funcionamento das instituições financeiras, isto é, o desempenho de suas atividades no plano do sistema financeiro. Tudo quanto exceda esse desempenho não pode ser objeto de regulação por ato normativo produzido pelo Conselho Monetário Nacional.

Por isso as resoluções que dispõem sobre a proteção do consumidor dos serviços prestados pelas instituições financeiras --- resolução n. 2.878, de 26 de julho, alterada pela de n. 2.892, de 27 de setembro, ambas de 2.001 --- são francamente ilegais. Como essa é matéria que excede o funcionamento das instituições financeiras, é inadmissível afirmar-se que suas disposições obrigam em virtude de lei<sup>5</sup>, eis que o artigo 4º, inciso VIII, da Lei n. 4.595/64 não autoriza ao Conselho Monetário Nacional o exercício de capacidade normativa de conjuntura em relação a ela. Permitam-me insistir neste ponto: a expedição de atos normativos pelo Banco Central, quando não respeitem ao funcionamento das instituições financeiras, é abusiva, consubstancia afronta desmedida à legalidade.

Francamente ilegais as resoluções, o argumento segundo o qual a resolução n. 2.878 excluiria a aplicação do Código de Proteção do Consumidor porque a lei especial afasta a geral --- argumento de que se lança mão em memorial, com expressa alusão a um voto meu nos autos do RE n. 351.750 --- francamente ilegais as resoluções, dizia, o argumento perece.

4. Também não resta dúvida no que tange à caracterização do cliente de instituição financeira como consumidor, para os fins do artigo 170 da Constituição do Brasil. A relação entre banco e cliente é, nitidamente, uma relação de consumo.

---

<sup>5</sup> Vide meus votos nas ADI's 3.090 e 3.100 e meu O direito posto e o direito pressuposto, cit., págs. 244 e segs.



Como observei também em outra oportunidade<sup>6</sup>, o Código define "consumidor", "fornecedor", "produto" e "serviço". Entende-se como "consumidor", como "fornecedor", como "produto" e como "serviço", para os efeitos do Código de Defesa do Consumidor, o que descrito está no seu art. 2º e no seu art. 3º e §§ 1º e 2º.

Inútil, diante disso, qualquer esforço retórico desenvolvido com base no senso comum ou em disciplinas científicas para negar os enunciados desses preceitos normativos. Não importa seja possível comprovar, por  $a + b$ , que tal ente ou entidade não pode ser entendido, economicamente, como consumidor ou fornecedor. O jurista, o profissional do direito não perde tempo em cogitações como tais. Diante da definição legal, força é acatá-la. Cuide apenas de pesquisar os significados dos vocábulos e expressões que compõem a definição e de apurar da sua coerência com o ordenamento constitucional.

O art. 2º do Código diz que "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". E o § 2º do art. 3º define como serviço "qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista". Assim temos que, para os efeitos do Código do Consumidor, é "consumidor", inquestionavelmente, toda pessoa física ou jurídica que utiliza, como destinatário final, atividade bancária, financeira e de crédito. Isso não apenas me parece, como efetivamente é, inquestionável. Por certo que as instituições financeiras estão, todas elas, sujeitas ao cumprimento das normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

---

<sup>6</sup> Definição legal de consumidor, in Repertório IOB de jurisprudência, 2ª quinzena de janeiro de 1.991, n. 2/91, pág. 42.

5. É certo, no entanto, que o § 2º do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor há de ser interpretado em coerência com a Constituição. Para tanto se impõe sejam excluídos da abrangência por seus efeitos determinação do custo das operações ativas e da remuneração das operações passivas praticadas por instituições financeiras na exploração da intermediação de dinheiro na economia. A respeito dessa matéria deve dispor o Poder Executivo, a quem incumbe fiscalizar as operações de natureza financeira, o que envolve a fixação da taxa base de juros praticável no mercado financeiro.

A fixação dessa taxa não pode ser operada senão desde a perspectiva macroeconômica. Basta a menção, por exemplo, ao poder de multiplicação de moeda circulante em moeda escritural, que os bancos exercem de modo a receber a título de juros, pelo mesmo dinheiro materialmente considerado, em certos casos mais de três vezes o valor da taxa praticada. O volume de moeda adicional "criado" pelo banco corresponde a moeda escritural, isto é, a moeda bancária --- moeda que, na dicção de Eugênio Gudín<sup>7</sup>, "só se concretiza nos livros dos bancos, através de algarismos que passam de um a outro livro ou de uma a outra coluna. Esses algarismos são animados pela vontade das partes mas não saem dos estabelecimentos de crédito, onde nascem, circulam e desaparecem".

6. Vou me deter um instante neste ponto, procurando desvendar essa poderosa capacidade de criação de riqueza abstrata de que os bancos desfrutam.

Quando um banco concede empréstimo a alguém, utiliza-se, para tanto, de moeda que recebeu de seus depositantes. Assim, admitindo-se que o banco A tivesse recebido um volume total de

---

<sup>7</sup> Princípios de Economia Monetária, 1º vol., 7ª ed., Agir, Rio de Janeiro, 1.970, pág. 51.

depósitos igual a 100, alguém poderia supor que esse banco [o banco A] estivesse capacitado a contratar empréstimos, com B, C e D, no valor total de 100.

Essa suposição é, todavia, equivocada. E isso porque, a qualquer momento, um ou mais titulares de depósitos à vista no banco A poderão emitir cheques contra o banco depositário. Logo, é evidente que, se não o valor 100, ao menos uma parcela desse valor haverá de ser mantida em poder do banco A, a fim de que possa ele, tão logo sacados esses cheques, pagá-los. Essa parcela do valor 100, mantida em caixa pelo banco A, é chamada de *encaixe bancário*.

Evidente que, se supusermos que aqueles depositantes que sacam valores de seus próprios depósitos o fazem para manter consigo os valores sacados, a parcela de *encaixe* do banco A será extremamente elevada, em termos percentuais. O quanto restaria para ser emprestado a B, C e D seria praticamente irrelevante.

7. Suceda, contudo, em primeiro lugar, que os depositantes no banco A, quando sacam cheques contra o banco depositário, fazem-no, na maioria das vezes, para liquidar obrigações perante terceiros. E esses terceiros, naturalmente, depositam os cheques que receberam em um banco. Suponha-se somente existisse em determinada localidade o banco A: os credores que receberam cheques sacados contra o banco A irão depositá-los no banco A.

Em segundo lugar, ocorre que B, C e D --- tomadores de crédito junto ao banco A --- lançam mão desse crédito para efetuar pagamentos a terceiros, que, por sua vez, depositam os valores recebidos de B, C e D nesse mesmo banco A.

Assim, é evidente que, ao contrário do que anteriormente se supôs, a parcela de *encaixe* do banco A, aplicada sobre o volume nominal dos depósitos, não será necessariamente elevada, em termos percentuais.

Resumindo: *encaixe bancário* é a parcela de moeda que o banco A mantém em seu poder para atender a eventuais quedas no volume total dos seus depósitos à vista.

8. Iato posto, teremos que, nas circunstâncias acima consideradas, o encaixe do banco A poderá ser igual, exemplificativamente, a 20% do volume total dos depósitos à vista que tiver recebido.

Naquelas circunstâncias --- supondo-se existisse somente o banco A em determinada localidade e que nenhum dos titulares de depósito à vista nele tivesse sacado valores, contra esses depósitos, para mantê-los entesourados consigo, debaixo do colchão -- teremos que:

- [i] - originariamente foram depositados 100 no banco A;
- [ii] - o banco A emprestou 80 a B, C e D;
- [iii] - os terceiros, que receberam pagamentos de B, C e D, depositaram esses 80 no banco A;
- [iv] - o banco A conservou 20% [= encaixe] desses 80, emprestando 64 a E, F e G;
- [v] - os terceiros, que receberam pagamentos de E, F e G, depositaram esses 64 no banco A;
- [vi] - o banco A conservou 20% [= encaixe] desses 64, emprestando, em números redondos, 51 a H, I e J;
- [vii] - os terceiros, que receberam pagamentos de H, I e J, depositaram esses 51 no banco A;
- [viii] - o banco A conservou 20% [= encaixe] desses 51, emprestando, em números redondos, 40 a K, L e M;
- [ix] - os terceiros, que receberam pagamentos de K, L e M, depositaram esses 40 no banco A.

O banco A, assim, a partir dos 100 recebidos em moeda circulante de seus originários depositantes, terá emprestado 235, multiplicando por mais do que dois aquela quantidade de moeda circulante; terá 335 em depósito, recebidos de seus originários depositantes e dos terceiros que receberam pagamentos de B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L e M.

Eis como o banco A, a partir dos 100 que recebeu de seus originários depositantes em moeda circulante, pode "criar" um volume de moeda adicional no valor de 235.

9. O fato de, em verdade, não ser o banco A o único existente, ainda que em uma determinada localidade ideal, em nada altera a exposição até esse ponto produzida.

E assim é porque, ainda que alguns dos terceiros que receberam pagamentos de B a M e dos originários titulares de depósitos à vista no banco A não sejam clientes do banco A --- mas sim do banco X e do banco Y --- B e todos os demais, até M, e aqueles originários titulares de depósitos à vista no banco A em determinado momento receberão pagamentos em cheques sacados contra os bancos X e Y e os depositarão no banco A. A compensação entre créditos e débitos recíprocos é então feita nas chamadas câmaras de compensação.

10. Essa monumental multiplicação de moeda produzida pelos bancos sempre gera efeitos sensíveis, mas extremamente exacerbados, extremamente exacerbados quando a taxa de juros é elevada, como ocorre entre nós. Altas taxas de juros incidindo sobre uma base de depósitos inúmeras vezes multiplicada --- para ficar somente no tema dos juros, sem avançar para o das tarifas --- vale dizer, multiplicação de moeda a taxas elevadíssimas, isso é que explica o mais do que monumental lucro dos bancos, cujos montantes, por uma notável coincidência, foram divulgados pela imprensa no dia seguinte à sessão plenária, desta Corte, na qual votou o Ministro Nelson Jobim, 22 de fevereiro passado. Um deles lucrou cinco bilhões e meio em 2.005.

A circunstância de a taxa de juros ao consumidor ser muito elevada entre nós explica apenas parcialmente esse lucro que causa espanto. No anexo ao voto do Ministro Nelson Jobim lê-se que essa taxa --- "taxa de juros ao consumidor" [repete: "ao consumidor"! ] --- em 2.005 era de 56,85% ao ano.

Na verdade, porém, o sistema bancário, no seu conjunto, recebe muito mais do que esses 56,85% ao ano pelo crédito que concede, visto que, mercê do expediente da criação de moeda escritural, empresta mais de uma vez o mesmo dinheiro que recebeu de seus depositantes. No exemplo de que há pouco me vali, 100 recebidos em depósito a vista são transformados em 235, o que elevaria os juros percebidos pelo banco A de 56,85% a 133,59% ao ano. E, notem bem, meu exemplo é discreto, eis que em certos casos a quantidade de depósitos chega a ser multiplicada por três, o que elevaria a taxa de juros ao consumidor a mais de 170% ao ano.

11. Ora, essa poderosa capacidade de criação de riqueza abstrata não pode ficar sujeita a administração desde a perspectiva das relações microeconômicas, sob pena de comprometimento dos objetivos que o artigo 192 da Constituição visa a realizar, o desenvolvimento equilibrado do País e a satisfação do interesse da coletividade.

Importa, no entanto, também considerarmos o descompasso existente entre a taxa de juros SELIC e as taxas efetivamente impostas pelos bancos a seus clientes. Taxa de juros SELIC é a "taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), para títulos federais"<sup>8</sup>. É denominada básica para o mercado<sup>9</sup> por ser aquela que o Estado, devedor peculiar, paga por seu endividamento e ao mesmo tempo sinaliza a política monetária implementada pelo Banco Central. Pois bem, a taxa de juros SELIC resulta amplamente ultrapassada nas contratações de créditos concedidos pelos bancos a todos os seus clientes, consumidores ou empresas, pessoas físicas ou jurídicas, precisamente aquelas contratações que operam a multiplicação de moeda e sua transformação em moeda escritural.

Deveras, a mera e simples comparação entre o montante da chamada taxa SELIC --- que, sem nenhuma dúvida, é bastante elevada, se a considerarmos em relação à praticada em outros países --- e a soma da efetivamente cobrada no plano de cada negócio individualmente considerado celebrado com os tomadores de crédito evidencia ser indispensável o efetivo controle da composição dessa soma. E não apenas nas hipóteses de relação entre banco, fornecedor de crédito, e cliente, pessoa física, senão também quando se trate de pequena ou média empresa. Pois aqui se instala --- e de modo pronunciado --- uma relação de dominação, em cujo pólo ativo comparecem os bancos, no pólo passivo, suportando-a, o devedor. Em certos casos, autênticas situações de dependência econômica.

<sup>8</sup> Cf. a Circular 2.900/99, do Banco Central.

<sup>9</sup> Diz o artigo 13 da Lei n. 9.065/95: "A partir de 1º de abril de 1995, os juros de que tratam a alínea c do parágrafo único do art. 14 da Lei n.º 8.847, de 28 de janeiro de 1994, com a redação dada pelo art. 6º da Lei n.º 8.850, de 28 de janeiro de 1994, e pelo art. 90 da Lei n.º 8.981, de 1995, o art. 84, inciso I, e o art. 91, parágrafo único, alínea a.2, da Lei n.º 8.981, de 1995, serão equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente".



O cliente do banco coloca-se sob os efeitos de uma relação de dominação, inclusive a que o abarca quando compelido a depositar em uma instituição financeira suas poupanças. Desejo dizer, com isso, que o Banco Central está vinculado pelo dever-poder de controlar vigorosamente a definição do custo das operações ativas e sobre a remuneração das operações passivas praticadas por instituições financeiras no desempenho da intermediação de dinheiro na economia.

Dai porque tenho como indispensável a coibição de abusos praticados quando instituições financeiras acrescentam à taxa base de juros, a chamada taxa SELIC, taxas adicionais de serviços e outros que tais. Vale dizer: tudo quanto exceda a taxa base de juros, os percentuais que a ela são adicionados e findam por compor o *spread* bancário, tudo isso pode e deve ser controlado pelo Banco Central e, se o caso, pelo Poder Judiciário. Não incide, contudo, sobre esta matéria --- repito: definição do custo das operações ativas e remuneração das operações passivas praticadas por instituições financeiras no desempenho da intermediação de dinheiro na economia --- não incide, dizia eu, o micro sistema do Código de Defesa do Consumidor, mas sim o Código Civil. O fato é que tudo quanto exceda o patamar da taxa SELIC é pura relação contratual. Por óbvio, a abusividade e a onerosidade excessiva na composição contratual dessa taxa, além de outras distorções, são passíveis de revisão nos termos dos preceitos aplicáveis do Código Civil --- e, repito ainda, não somente em benefício do cliente pessoa física, mas também em especial das pequenas empresas, em relação às quais a dependência econômica pode estar francamente caracterizada. É necessário não perdermos de vista o poder do oligopólio constituído pelas instituições financeiras, capazes de, na multiplicação de moeda circulante em moeda escritural, produzir bem público. O que acima demonstrei, explicando os mecanismos de criação de moeda escritural e como estão constituídos os lucros das instituições financeiras, é impressionante.

12. Não acompanho o voto do eminente Ministro Nelson Jobim, que faz distinção entre "operações bancárias" e "serviços

bancários", para excluir plenamente da incidência da norma veiculada pelo § 2º do artigo 3º da Lei n. 8.078/90 as primeiras, o que, em rigor, equivale a dar-se procedência à ação direta. Com efeito, afastadas as "operações bancárias", o Código de Defesa do Consumidor incidiria unicamente, na dicção do Ministro Nelson Jobim, sobre serviços autônomos prestados pelo banco, tal como outro prestador qualquer, recebendo remuneração específica por esse serviço [custódia de valores, caixa de segurança, cobrança de títulos, remessas financeiras, compra e venda de títulos e outras desse estilo]. Por outro lado, afirmar que os clientes bancários das operações bancárias estariam submetidos a sistema próprio de proteção é dizer que não estão protegidos, visto que as resoluções n. 2.878 e n. 2.892/2001 afrontam escancaradamente o princípio da legalidade. A proteção dos clientes bancários nas operações bancárias não é matéria atinente ao funcionamento das instituições financeiras. Essas resoluções são despidas de significação normativa, são --- para lembrar Fernando Pessoa --- são papel escrito com tinta, onde está indistinta a diferença entre nada e coisa nenhuma.

Sendo assim, julgo parcialmente procedente a ADI, de modo porém diverso do que o fez o Ministro Carlos Velloso, para o fim exclusivo de afastar exegese que submeta às normas da Lei n. 8.078/90 --- Código de Defesa do Consumidor --- a definição do custo das operações ativas e a remuneração das operações passivas praticadas por instituições financeiras no desempenho da intermediação de dinheiro na economia. Isso sem prejuízo do controle, pelo Banco Central, e do controle e revisão pelo Poder Judiciário, nos termos do disposto no Código Civil, de eventual abusividade, onerosidade excessiva ou outras distorções na composição contratual da taxa de juros, no que tange ao quanto exceda a taxa base.

*(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)*



**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 351, DE 2011**

**Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletrônicas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O regime de trabalho regulado nesta lei é aplicável aos empregados que prestam serviços em atividades de operação, manutenção, proteção radiológica e física das usinas nucleoeletrônicas, bem como em qualquer outra atividade necessária ao funcionamento das unidades nucleares.

Art. 2º Sempre que for imprescindível à continuidade operacional, o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de revezamento.

§ 1º O regime de revezamento observará o turno de 8 (oito) horas e será adotado nas atividades rotineiras descritas no artigo anterior.

§ 2º O turno de 12 (doze) horas de trabalho será restrito às seguintes situações:

- I – durante a parada das usinas;
- II – em emergência operacional;
- III – específicas, observado o plano de operação da empresa.

§ 3º Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, poderá ser exigida a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou em local próximo, durante o intervalo destinado à alimentação, que será de 1 (uma) hora.

Art. 3º Durante o período em que o empregado permanecer no regime de revezamento em turnos de 8 (oito) horas, serão assegurados os seguintes direitos:

- I – pagamento do adicional de trabalho noturno;
- II – disponibilização de local adequado para refeições com equipamentos de cozinha adequados para esta finalidade;
- III – recepção de refeições encomendadas pelos empregados;

IV – repouso de:

- a) 3 (três) dias consecutivos para cada 6 (seis) turnos trabalhados em período diurno ou misto; e
- b) 6 (seis) dias consecutivos para cada 6 (seis) turnos trabalhados em período noturno.

Art. 4º Ao empregado que trabalhe no regime de revezamento em turno de 12 (doze) horas, ficam assegurados, além dos já previstos nos incisos I, II, e III do art. 3º, os seguintes direitos:

- I – repouso de no mínimo 2 (dois) dias consecutivos para cada 4 (quatro) turnos trabalhados;

II – pagamento, como extraordinárias, das horas excedentes às 180 (cento e oitenta) horas mensais.

Art. 5º A variação de horários, em escalas de revezamento diurno, noturno ou misto, será estabelecida pelo empregador com obediência aos preceitos desta lei.

Art. 6º Os atuais regimes de trabalho, nas atividades previstas no artigo 1º, bem como as vantagens a eles inerentes, serão ajustados às condições estabelecidas nesta lei, de forma que não ocorra redução de remuneração.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

As unidades nucleares respondem pela geração de aproximadamente 3% da energia elétrica consumida no Brasil. Pelo sistema elétrico interligado, essa energia chega aos principais centros consumidores do país e corresponde, por exemplo, a mais de 50% da eletricidade consumida no Estado do Rio de Janeiro.

As paradas das usinas para reabastecimento de combustível nuclear e para manutenção ou realização de melhorias técnicas são executadas em regime contínuo de trabalho, preferencialmente em escalas de revezamento de 12 horas, para permitir o rápido retorno da unidade geradora ao sistema elétrico nacional, visando a evitar a sobrecarga do sistema.

As unidades nucleares contribuem decisivamente com sua energia para que os reservatórios de água que abastecem as hidrelétricas sejam mantidos em níveis que não comprometam o fornecimento de eletricidade à Região Sudeste.

Os trabalhadores, por exigência da legislação emanada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, necessitam permanecer sintonizados com as atualizações tecnológicas do setor, através de treinamento. Os indicadores de desempenho das usinas nucleares têm relação direta com a capacitação técnica dos trabalhadores que nelas atuam.

O treinamento, em simuladores que reproduzem a sala de controle das unidades nucleares e em locais apropriados para o ensino prático de tarefas de manutenção, é realizado em parte da jornada de cada turno.

A adequação da jornada de trabalho, permitindo que o trabalhador durante a jornada produza e se qualifique, é medida eficaz, indispensável e insubstituível.

Com esta proposição, buscamos solução efetiva a um dos problemas cruciais da área nuclear brasileira: a ausência de uma política satisfatória de formação de recursos humanos no setor.

Esta lei visa a incentivar a segurança e a produtividade das usinas nucleares.

Ante o exposto, solicito aos nobres Pares o apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei. – Senador **Dalcídio do Amaral**.

*(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO Nº 760, DE 2011**

Requeiro, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal que seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 30, de 2011, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis números 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis números 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória número 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

### **JUSTIFICATIVA:**

Entendemos que aspectos científicos e tecnológicos importantes na construção de um instrumento legal de tamanha importância para o país devem ser, o mais amplamente possível, discutidos e aperfeiçoados em todas as suas nuances.

Neste sentido, é de suma importância que possamos, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, oferecer uma contribuição voltada para estes aspectos.

Estudos de respeitadas instituições de pesquisa de relevância nacional e internacional como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e a Academia Brasileira de Ciência – ABC, vêm sendo desenvolvidos e podem enriquecer e dar consistência ao trabalho do Senado visando o aprimoramento da proposta aprovada na Câmara dos Deputados.

Em nota pública datada de 25 de maio último, a SBPC e da ABC afirmam que o código florestal de 1965 (Lei 4771), apesar de construído com o aporte científico da época, necessita de aprimoramentos à luz da ciência e tecnologia disponíveis na atualidade. Ao mesmo tempo entendem que o Projeto de Lei nº 1.876 aprovado na Câmara dos Deputados não resolve as necessidades de modificações na legislação anterior, pois o mesmo não contempla uma fundamentação científica e tecnológica.

Informaram ainda que foi criado no âmbito das duas organizações representativas do meio científico brasileiro no dia 07 de julho de 2010, um Grupo de Trabalho que culminou com a publicação do livro *O Código Florestal e a ciência. Contribuições para o diálogo*, lançado em Brasília, no dia 25 de março, com o propósito de contribuir com os debates para uma legislação equilibrada e cientificamente embasada.

Esse estudo, dentre outras conclusões importantes aponta que cerca de 50% da malha hídrica brasileira pode ser impactada pela anistia às ocupações ocorridas nas áreas de preservação permanente em rios de até cinco metros de largura prevista no texto aprovado na Câmara. Apontam que o 76% das terras aptas a agropecuária apresentam alguma fragilidade que deve ser considerada nos mecanismos de proteção de vegetação nativa ou para a consolidação de usos agropecuários. Dentre as várias conclusões relevantes do estudo apontam que quase 50% do território hoje utilizado para agropecuária no Brasil é voltado para a pecuária cuja média de produtividade é de 1,1 cabeça por hectare, rendimento considerado muito aquém do potencial, conforme o Senso Agropecuário do IBGE de 2006.

Outro dado relevante da pesquisa desenvolvida pelo GT da SBPC/ABC aponta a relevância da proteção e recomposição da reserva legal para fins de polinização de vários cultivos agrícolas relevantes para o País. A pesquisa científica confirma os benefícios expressivos da polinização, como serviço ambiental, para a produtividade de culturas importantes. Os polinizadores podem ser responsáveis por um acréscimo de 50% na produção de soja; de 45 a 75% na produção de melão; 40% na produção de café; 35% na produção de laranja; 88% na produção de caju; 43% na produção de algodão; e 14% na produção de pêssego. Quanto ao maracujá, sua produção depende integralmente de agentes polinizadores.

Estima-se de acordo com o estudo em referência que o impacto da erosão ocasionado pelo uso agrícola das terras no Brasil é da ordem de R\$ 9,3 bilhões anuais, que poderiam ser revertidos pelo uso de tecnologias conservacionistas e pelo planejamento de uso da paisagem, gerando benefícios ambientais e que, em razão do uso inadequado de solo e desmatamentos ilegais, existam hoje no Brasil 61 milhões de hectares de terras degradadas que poderiam ser recuperadas e usadas na produção de alimentos.

Estudo do IBGE lançado neste mês de junho de 2011 indica que mais de 30% de tudo o que foi desmatado na Amazônia até 2002 encontrava-se abandonado. Em extensão territorial isso indica mais de 241 mil km<sup>2</sup> ou 24 milhões de hectares de áreas abandonadas, além de outros 52% ocupados com pecuária de baixíssima produtividade, sendo apenas 15 % ocupados com culturas agrícolas.

Por outro lado embora a área de produção tenha aumentado no período entre 1975 e 2010 somente 45,6%, a produção cresceu 268%. Dado que demonstra a relevância do desenvolvimento científico e tecnológico para a redução da pressão do mercado sobre os nossos recursos naturais e os processos ecológicos essenciais.

Muito se diz acerca da ausência de base científica na formulação de legislações que estabelecem medidas de conservação e uso sustentável de recursos naturais no Brasil. Portanto, não podemos perder essa oportunidade histórica para alavancarmos, no Senado Federal, um debate maior, que, à Luz da Ciência e da Tecnologia, trate de um dos interesses mais relevantes para a sociedade brasileira que é a capacidade de bem gerir nossos recursos em prol de nossa população.

Em razão do exposto, considero que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal, é o espaço adequado para oferecer esta contribuição.

Senador **RICARDO FERRAÇO**  
PMDB - ES

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do Regimento Interno.

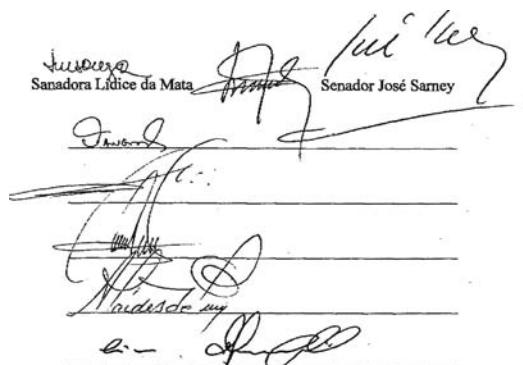
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 761, DE 2011**

Nos tomos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o Período do Expediente da Sessão do dia 23 de agosto de 2011, terça-feira, seja destinado a reverenciar a memória do Cineasta, Ator e Escritor Glauber Rocha, pela passagem dos 30 anos de seu falecimento, ocorrido em 2 de agosto de 1981.

Sala das Sessões, de junho de 2011.



Senadora Lidice da Mata      Senador José Sarney

**REQUERIMENTO Nº 762, DE 2011**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado nos termos do art. 40, §1º II, do Regimento Interno, para desempenhar missão no exterior, por indicação dessa Presidência no intuito de representar o Senado Federal no 1º Congresso Internacional de Segurança Pública e Privada (1º CISEGUR), a realizar-se em Lisboa, República Portuguesa, nos dias 06 a 07 de julho de 2011, requeiro a pertinente autorização para os efeitos do artigo

Supracitado.

Na oportunidade comunico a Vossa Excelência em atendimento ao art. 39, I, do mesmo Regimento a minha ausência do país nos dias 5 a 8 de julho para cumprimento da referida missão.

Sala das Sessões de julho de 2011. – Senador **Pedro Taques**.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella – Bloco/PRB – RJ) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 763, DE 2011**

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Antonio Bertolucci, ocorrido em 13 de junho, quando, infelizmente, o empresário Presidente do Conselho de Administração do Grupo Lorenzeth e entusiasta ciclista foi atropelado por um ônibus, nas proximidades da Avenida Sumaré, na cidade de São Paulo, bem como a apresentação de condolências à sua esposa Sandra, aos seus filhos e filhas Rogério, Antonella, Giuliano, Tito,

Fábio e Sandra, assim como à toda sua família e à grande cor unidade de amigos e admiradores, tanto dos que trabalham no

Grupo Lorenzetti quanto dos entusiastas do ciclismo.

**Justificação**

Antonio Bertolucci, carinhosamente chamado de Antonello por seus amigos, formou-se na Faculdade de Engenharia de Maná. Descendente, por parte de mãe, da família Lorenzetti, desde a sua formação passou a trabalhar na mais tradicional empresa produtora de chuveiros elétricos do Brasil, onde, nos últimos dez anos, era Presidente do Conselho de Administração.

Antonio Bertolucci era um grande entusiasta das bicicletas, sempre preocupado com que as nossas cidades brasileiras, especialmente São Paulo, onde morava, pudesse ter mais ciclovias, ciclo-faixas e, sobre-

tudo, mais respeito para com os ciclistas, assim como para com os pedestres, os motociclistas e motoristas de todo tipo de veículos.

Antonello tinha 20 bicicletas. Costumava ir de casa para o trabalho diariamente de bicicleta. Com frequência passava na oficina do bikeleiro, seu amigo, Edson Soares de Souza, como aconteceu antes do acidente. Aos amigos, falava das vantagens de andar de bicicleta, de quão bem fazia à saúde, de como não causava poluição e tantas outras.

Na missa de 7º dia, ontem na igreja São Pedro – São Paulo, junto ao Bosque do Morumbi, em São Paulo, centenas de amigos, além dos familiares e tantos ciclistas, foram homenageá-lo. O sacerdote ressaltou o quanto Antonello havia, aqui na terra, cumprido sua missão.

O seu amigo Luiz Nasser, expressou o quanto Antonello havia sido um extraordinário companheiro e exemplo para Sandra, para os seus seis filhos e para todos os que conviveram com ele, desde a adolescência, quando jogavam basquete juntos.

Todos ressaltaram seu caráter, honestidade como chefe de família, empresário e animador de iniciativas incluindo as da área do ciclismo.

Possa a tragédia que o vitimou ser um alerta a todos no Brasil, para que as autoridades municipais de São Paulo e todas as cidades brasileiras tornem as medidas necessárias para que haja maior respeito aos ciclistas e maior facilidade de locomoção com a bicicleta, conforme tem acontecido em quase todas as modernas metrópoles do mundo. Infelizmente, em São Paulo, em 2010, houve a morte de quatro ciclistas, em média, por mês.

Embora tenha havido algum progresso nas medidas tomadas nos últimos anos pelo Prefeito Gilberto Kassab, há ainda tanto por fazer para que não haja acidentes como o que causou a morte de Antonio Bertolucci.

Em homenagem a Antonio Bertolucci, aqui, hoje visto a camiseta “de Bike para o trabalho”, que muitos de seus amigos usaram ontem.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2011. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes **Mensagens**:

– **nº 199, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2011

- (nº 5.549/2009, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.420, de 2011;
- **nº 200, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2011 (nº 5.543/2009, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.421, de 2011;
  - **nº 201, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2011 (nº 5.545/2009, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.422, de 2011;
  - **nº 202, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2011 (nº 5.548/2009, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI) e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.423, de 2011;
  - **nº 205, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2011 (nº 5.541/2009, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA) e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.426, de 2011;
  - **nº 206, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2011 (nº 5.542/2009, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.427, de 2011; e
  - **nº 207, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2010 (nº 6.180/2009, na Câmara dos Deputados, do Deputado Roberto Alves), que confere ao Município de Holambra, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Flores, sancionado e transformado na Lei nº 12.428, de 2011.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 279, de 17 de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Integração Nacional, em resposta ao **Requerimento nº 364, de 2011**, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – O Senado Federal recebeu os seguintes **Avisos** de Ministros de Estado:

- **Nº 109, de 17 de junho de 2011**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 223, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;
- **Nº 476, de 16 de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 361, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;
- **Nº 77, de 15 de junho de 2011**, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento nº 406, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 863, de 2011**, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando a **Mensagem nº 94, de 2011** (nº 153/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que solicita a retirada de tramitação do texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999, encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 1.418/99, na origem, que tramita nesta Casa nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2010.

São os seguintes os documentos:

#### **MENSAGEM Nº 94, DE 2011**

Mensagem nº 153

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Mi-

nistro de Estado das Relações Exteriores, a retirada de tramitação do texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999, submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.418, de 28 de setembro de 1999.

Brasília, 25 de maio de 2011. – **Dilma Rousseff**.

EM Nº 83 MRE

Brasília, 14 de fevereiro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, pela qual se solicita seja retirada a Mensagem 1.418/1999, referente ao Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em 17 de abril de 1999.

2. A Mensagem presidencial foi remetida à Câmara dos Deputados, que a aprovou, em 20-4-2010, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 384-A/1999. A conclusão do processo de aprovação legislativa do citado Protocolo aguarda a apreciação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e votação pelo Plenário do Senado Federal.

3. Assinalo que, após análise do referido projeto pela área substantiva deste Ministério, foi observado que seu escopo é bastante limitado. Ressalta-se que, da lista das cinco cidades relacionadas no anexo único do Protocolo Adicional, já existem em três delas (Kinshasa, Lusaca e São Tomé) Embaixadas brasileiras habilitadas a executar a função de cooperação consular. Em apenas duas cidades – Goa/Índia e Beira/Moçambique – nacionais brasileiros poderiam eventualmente se beneficiar do auxílio das missões portuguesas. Ainda assim, não se julga essencial tal assistência, tendo em vista que o Consulado-Geral do Brasil em Mumbai e a Embaixada do Brasil em Maputo estão habilitados a prestar apoio aos poucos numerosos brasileiros residentes ou de passagem por Goa ou por Beira. De outra parte, seriam acionados apenas cinco consulados brasileiros para eventual auxílio a nacionais portugueses: Caiena, Ciudad Del Este, Ciudad guayana, Houston e Santa Cruz de La Sierra. A esse respeito, é do conhecimento deste Ministério que os nacionais portugueses fazem jus à assistência em caráter emergencial por parte de representante de outros países da União Europeia, ao qual costumam recorrer de modo preferencial.

4. Ressalto que a retirada do Projeto Adicional não criaria vazio jurídico, estando em vigor, desde outubro de 2008, “Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais do Exterior, Circulação de Pessoas e outros Temas Consulares” – instrumento bilateral de escopo abrangente, que contém dispositivos permissivos à cooperação consular bilateral efetiva. À luz do referido instrumento, realizou-se, em 2010, II Reunião de Cooperação Consular, na qual foram discutidos projetos de cooperação bilateral de segunda geração.

5. Em face do exposto, submeto à alta consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, pela qual se solicita seja retirado o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 325/2010, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Antonio de Aguiar Patriota**.

Aviso nº 212 – C. Civil

Em 25 de maio de 2011

Assunto: Retirada

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa à retirada de tramitação do texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999, submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.418, de 28 de setembro de 1999.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Ofício nº 863/11/SGM-P

Brasília, 16 de junho de 2011

Assunto: Encaminha Mensagem para juntar ao processado

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a fim de ser juntada ao processado, a Mensagem nº 153, de 2011, do Poder Executivo, que solicita a retirada da Mensagem nº 1.418, de 1999, apreciada nesta Casa da forma do PDC 384 de 1999, que “Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa em 17 de abril de 1999”.

Informo, por oportuno, que a referida proposição foi aprovada por esta Casa e encaminhada ao Senado Federal por meio de Ofício nº 376/10/OS-GSE, de 28-4-10.

Atenciosamente, – Deputado **Marcio Maia**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – A **Mensagem nº 94, de 2011**, anexada ao pro-

cessado do **Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2010**, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2011**

Acrescenta o art. 251 à Constituição Federal para mudar a denominação da Zona Franca de Manaus para **Pólo de Desenvolvimento Incentivado - PDI**, e acrescenta o art. 98 ao do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre os benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal fica acrescida do seguinte art. 251:

"Art. 251. A Zona Franca de Manaus passa a denominar-se **Pólo de Desenvolvimento Incentivado - PDI**, preservando-se seus benefícios tributários, suas finalidades, inclusive a de promoção do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, e sua forma de administração com os ajustes à nova designação.

Parágrafo único. Os recursos próprios arrecadados pelo órgão gestor do Pólo de Desenvolvimento Econômico Incentivado serão aplicados, obrigatoriamente, em cada exercício fiscal, em ações necessárias ao desenvolvimento da Região." (NR)



**Art. 2º** O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica acrescido do seguinte artigo:

**"Art. 98** O prazo previsto no *caput* do art. 92 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2073." (RN)

**Art. 3º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada pela Lei nº 3.173, de 1957. Por meio do Decreto-Lei nº 288, de 1967, o Governo regulou o funcionamento da ZFM, estabelecendo incentivos fiscais por trinta anos para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário. Implantou-se um parque industrial – base de sustentação da ZFM – cuja importância para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Ocidental foi crescente.

Esse modelo de desenvolvimento foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, com a constitucionalização da Zona Franca de Manaus no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Segundo esse dispositivo constitucional, as características de área de livre comércio, de exportação e importação e os incentivos fiscais oferecidos para a produção na ZFM vigorariam por vinte e cinco anos, ou seja, até 2013.

A Emenda Constitucional nº 42, de 2003, art. 92, prorrogou por mais dez anos o prazo previsto no art. 40 do ADCT, estabelecendo que os benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus terão vigência até 2023.

Nossa proposta é estender esses benefícios até o final de 2073, ou seja, cinquenta anos após 2023, esta proposta tem como base a importância da Zona Franca de Manaus para a região Norte e para o Brasil. A ZFM abriga 400 empresas, que geram cerca de 100 mil empregos diretos e um faturamento de aproximadamente R\$ 62 bilhões no ano de 2010.

O bom desempenho da Zona Franca de Manaus tem efeitos positivos sobre o restante da região Norte. O consumo de seus trabalhadores fomenta a produção dos estados vizinhos. A demanda por trabalhadores beneficia habitantes de outros estados da região; essa demanda também estimula investimentos em centros de formação de mão-de-obra qualificada em toda a região.

Mas não se pode perder de vista que as empresas decidiram se instalar na Zona Franca de Manaus devido aos benefícios fiscais oferecidos e à possibilidade de se beneficiarem das facilidades de importação de peças e componentes de aparelhos eletroeletrônicos. Não houvesse esses benefícios, possivelmente elas teriam optado pela localização mais próxima aos principais mercados consumidores do Brasil.

Enfim, os benefícios são fundamentais para que as empresas sejam compensadas pela desvantagem locacional da região Norte, distante dos principais centros de consumo do Brasil. A presença das empresas, por sua vez, é fundamental para o desenvolvimento da região, havendo, inclusive, repercussões sobre a segurança nacional.

A economia mundial está passando por um momento de alta incerteza, em parte porque as mudanças tecnológicas são extremamente velozes. Produtos que são atualizados tecnologicamente podem deixar de sê-lo em pouco tempo devido à alucinante corrida tecnológica. A consequência disso é o aumento do risco associado aos investimentos. As empresas, para levarem a cabo suas inversões, cujos retornos são incertos, precisam ter a segurança de que as regras que as estimulam permanecerão estáveis por um período razoável de tempo.

No caso da Zona Franca de Manaus, as regras que estimulam os investimentos vigerão, com certeza, até 2023. Esse horizonte de tempo é curto quando se considera que os investimentos industriais, principalmente nos setores de tecnologia de ponta que caracterizam a ZFM, são de longo prazo. É necessário garantir às empresas que operam, ou venham a operar, na Zona Franca a certeza de que as regras não mudarão no curto ou no médio prazo. Por isso, proponho a inclusão de novo artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para que os incentivos vigorem até 2073.

Outra proposta que faço é a alteração do nome de Zona Franca de Manaus para **Pólo de Desenvolvimento Incentivado - PDI**. A idéia de zona franca está atrelada à possibilidade de entrada de mercadorias estrangeiras em alguns pontos de um país sem sujeição às tarifas alfandegárias válidas para o restante do território. Geralmente, esse incentivo é concedido para que as mercadorias importadas sejam beneficiadas e posteriormente exportadas ou para desenvolver algumas regiões.

No caso da Zona Franca de Manaus, há, e sempre houve, a preocupação com a questão do desenvolvimento regional. No entanto, não era o objetivo, desde o início, criar uma base de exportação; os produtos ali fabricados eram destinados principalmente ao mercado interno. Além disso, por ser a ZFM, inicialmente, uma zona franca industrial, agropecuária e comercial, associou-se a ela a imagem de um centro de comércio de produtos importados.

A Zona Franca de Manaus não é, portanto, uma base de exportação ou um entreposto comercial. Ela experimenta o adensamento crescente da cadeia produtiva, a diversificação da linha de produtos exportáveis e o incentivo a projetos na área de tecnologia, não deixando dúvidas em relação ao seu dinamismo econômico e à sua importância estratégica para o desenvolvimento da região Norte.







Ora, essas são características de um pólo industrial. Por isso, sugiro a inclusão de um artigo na Constituição Federal para proceder à mudança de denominação de Zona Franca de Manaus para **Pólo de Desenvolvimento Incentivado - PDI**.

Considerando as razões mencionadas, peço apoio aos Nobres Pares para a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus e para a mudança de sua denominação para **Pólo de Desenvolvimento Incentivado - PDI**.







**Sala das Sessões, 02 de junho de 2011**



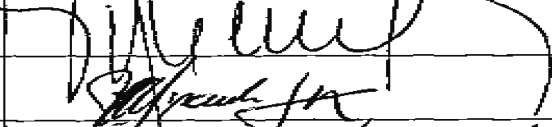
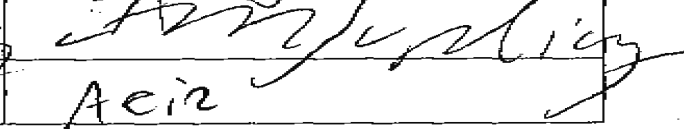




**Senadora Vanessa Grazziotin**

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
1	ANA RITA ESGARIO	
2	LÍDICE DA MATA E SOUZA	
3	Raulo Azeite	
4	Ataídes Oliveira	
5		
6	Wagner Santiago	

CLÓVIS MARTINS

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
7	LÍDICE DA MATA E SOUZA	
8	JOHN WILSON	
9	Castro Alves	
10	MOZILLO	
11	LINDBERGH	
12	IVO ASSOL	

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
13	LEON RIBEIRO	
14	IVIL BERNARDES	
15	JOÃO VICENTE	
16	LYRIO WILSON	
17	J. M. Siqueira	
18	Acir	

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
19	Prado	Prado
20	Prado	Prado
21	Valdir Raposo	Valdir Raposo
22	José Agripino	José Agripino
23	Romero Jua	Romero Jua
24	Jua	Jua

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
25	Pinho	Pinho
26	Edson Bual	Edson Bual
27	Pulo Pin	Pulo Pin
28	Get. Pin	Get. Pin
29		
30		

Nº	SENADOR/SENADORA	ASSINATURA
31	José Bimrent	José Bimrent
32	José Pedro	José Pedro
33	Marino Ant	Marino Ant
34	Marino Costa	Marino Costa
35	Waldemar Ant	Waldemar Ant
36	Roberto Tavares	Roberto Tavares

Reprints

Requisito

**DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

DOU 28.02.1967

*Altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus.***ÍNDICE SISTEMÁTICO**

CAPÍTULO I - Das Finalidades e Localização da Zona Franca de Manaus
CAPÍTULO II - Dos Incentivos Fiscais
CAPÍTULO III - Da Administração da Zona Franca
CAPÍTULO IV - Dos Recursos e Regime Financeiro e Contábil
CAPÍTULO V - Das Disposições Gerais e Transitórias

---

**ADCT**

**Art. 40** - É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição.

obs.dji.grau.2: Art. 92, ADCT - CF

obs.dji.grau.4: Zona Franca; Zona Franca de Manaus

**Parágrafo único** - Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus.

obs.dji.grau.4: Zona Franca de Manaus

---

**Presidência da República**

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003**

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As MESAS da CÂMARA DOS DEPUTADOS e do SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

**"Art. 92.** São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

---

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

---

### **LEI Nº 3.173, de 06 de junho de 1957**

Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu assino a seguinte Lei:

**Art.1º** - É criada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma zona franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas.

**Art.2º** - O Governo Federal fará demarcar, nas imediações da cidade, à margem do rio Negro e em lugar que reúna condições de calado e acostagem satisfatórias, uma área de terra não inferior a duzentos hectares, onde ficará localizada a zona franca, com as instalações e serviços adequados ao seu funcionamento.

§ 1º - As terras destinadas à zona franca criada nesta lei serão obtidas por doação do Governo do Estado do Amazonas ou mediante desapropriação para fins de utilidade pública, na forma da legislação em vigor.

§ 2º - Será estudada a adaptabilidade da ilha de Marapatá, em frente a Manaus, como área complementar da zona franca, reservada a certos produtos que possam nela ser depositados, para fins de beneficiamento, sem possibilidade de deterioração que lhes diminuam o valor comercial.

**Art.3º** - Na zona franca que for demarcada serão construídas instalações portuárias com armazéns terrestres e cais flutuante acostável, segundo o tipo exigido pela grande variação do nível das águas da região.

**Art.4º** - Nas dependências internas da zona franca de Manaus, constituídas pelos terrenos agregados às suas instalações portuárias será facultado aos participantes que o desejarem arrendar, terrenos para o fim de construir depósitos de mercadorias ou montar indústrias de beneficiamento de matérias-primas provenientes das repúblicas limítrofes à Amazônia ou daquelas que sejam banhadas por cursos fluviais tributários do rio Amazonas, bem como os correspondentes serviços de escritório.

**Art.5º -** As mercadorias de procedência estrangeira, quando desembarcadas diretamente na área da zona franca de Manaus, e enquanto permanecerem dentro da mesma, não estarão sujeitas ao pagamento de direitos alfandegários ou quaisquer outros impostos federais, estaduais ou municipais que venham gravá-las sendo facultado o seu beneficiamento e depósito na própria zona franca de sua conservação.

**Art.6º -** Todos os artigos ou produtos entrados na zona franca poderão ser acondicionados nos armazéns de propriedade da administração do porto ou de particulares, dentro da zona franca, pagando as respectivas taxas de armazenagem.

**Art.7º -** Será incluída na área da zona franca uma faixa de água de duzentos metros de largura, contada sobre a superfície do rio, na parte adjacente ao litoral do mesmo porto e na qual poderão estacionar sujeitas ao mesmo regime da zona franca, embarcações e alvarengas convertidas em depósitos provisórios de mercadorias estrangeiras em trânsito rápido ou jangadas de toros de madeira estrangeira a serem beneficiados dentro da área do porto.

**Art.8º -** As mercadorias estocadas ou beneficiadas na área da zona franca poderão dos ser incorporadas à circulação nacional, mediante despacho regular e pagamento direitos alfandegários correspondentes e mais impostos em que incidam por esse motivo.

**Art.9º -** A administração do porto da zona franca de Manaus poderá ser confiada à companhia concessionária do porto de Manaus mediante as condições que a União estabelecer ou ter administração autônoma do próprio Governo Federal.

**Art.10º -** O Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, regulamentará as normas de operação e fiscalização da zona franca de Manaus e estabelecerá a tabela das taxas por sua utilização.

**Art.11º -** Enquanto as obras da construção da zona franca não estiverem concluídas, a União entrará em acordo com a companhia concessionária do porto de Manaus para que o regime do porto da zona franca entre imediatamente em vigor utilizando alguns dos armazéns da mesma companhia.

**Art.12º -** A zona franca de Manaus é considerada empreendimento coordenado com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, correndo as despesas de sua instalação, conservação e funcionamento à conta da verba a que se refere o artigo 199 da Constituição, ficando autorizado desde já o Governo Federal a fazer as operações de crédito necessárias até o limite de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para custeio das despesas com os serviços e encargos que forem projetados e orçamentos para a referida zona franca.

**Art.13º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art.14º -** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 1957, 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkimim

Publicada no D.O.U. de 12/06.1957, seção I, nº 133

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*



## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2011**

Altera o parágrafo único do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O *parágrafo único* do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 7º - ...*

*Parágrafo único - A categoria dos trabalhadores domésticos será definida em lei, sendo assegurados os direitos previstos nos incisos anteriores, bem como a sua integração à previdência social."* (NR)

**Art. 2º** Os encargos trabalhistas de natureza tributária recolhidos pelo empregador doméstico, inclusive a contribuição previdenciária, serão deduzidos, nos termos da lei, da base de cálculo do Imposto a que se refere o art. 153, III, da Constituição Federal, em percentual nunca inferior a 80%.

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

folha de Math e Souza  
Sobres índice de Math

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2011**

Modifica o art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, para assegurar os mesmos direitos aos trabalhadores domésticos.

SENADOR(A) Paulo Durin Paulo Durin  
 —

SENADOR(A) Adilson Adilson  
 —

SENADOR(A) Alvaro Dias Alvaro Dias  
 —

SENADOR(A) Clelio Azevedo Clelio Azevedo  
 —

SENADOR(A) Portius - Wilton Sampaio (repetido)  
 —

SENADOR(A) Vicente da Mata e Sáez LÍDICE DA MATA  
 —

SENADOR(A) Forquim Donnell F. Donnell  
 —

SENADOR(A) Cesildo Waldner ~~Abel~~  
 —

SENADOR(A) ~~Abel~~  
 —

SENADOR(A) Flexa Ribeiro Flexa Ribeiro  
 —

SENADOR(A) Luiz Henrique Luiz Henrique  
 —

SENADOR(A) João Claudino João Claudino  
 —

SENADOR(A) *[Signature]* Eduardo  
 —  
 SENADOR(A) *[Signature]* Lindenberg  
 —  
 SENADOR(A) *[Signature]* *[Signature]*  
 —  
 SENADOR(A) *[Signature]* Acin  
 —  
 SENADOR(A) *[Signature]* AND  
 —  
 18 SENADOR(A) *[Signature]* *[Signature]*  
 —  
 SENADOR(A) IVO CASSOL *[Signature]*  
 —  
 SENADOR(A) VALDIR RAUPP *[Signature]*  
 —  
 SENADOR(A) JOSE AGRIPINO *[Signature]*  
 —  
 22 SENADOR(A) ROMULO JOTA *[Signature]*  
 —  
 SENADOR(A) *[Signature]* *[Signature]*  
 —  
 SENADOR(A) *[Signature]* VALADARES  
 —  
 SENADOR(A) PINHEIRO - PT BD *[Signature]*  
 —  
 SENADOR(A) EDUARDO ALVES *[Signature]*  
 —

SENADOR(A) *Georgina* *Pedro Simon*

SENADOR(A) *João Paulo* *- Sr. João Pinheiro*

SENADOR(A) *Paulo* *- JOÃO PEDRO PT/A-*

SENADOR(A) *João Paulo*

SENADOR(A) *João Paulo* *(yell)*

SENADOR(A) *João Paulo*

SENADOR(A) *João Paulo* *⇒ ⇒*

SENADOR(A) *João Paulo* *Requiro*

## **CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS**

**Art. 7º** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família para os seus dependentes;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Lei 5.452, art. 59 § 1º)

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos, ~~em conformidade com a legislação~~ nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

~~XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;~~

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

~~XXIX - ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:~~

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)

~~a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;~~

~~b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural; (Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)~~

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

~~XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;~~

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo Único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

### Seção III DOS IMPOSTOS DA UNIÃO

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

(..)

III - renda e proventos de qualquer natureza;

(...)

§ 2º - O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

# — não incidirá, nos termos o limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a contabilidade superior e superior e afins anos, cujo fundo total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 23, de 1998).

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alex Gurgacz* (Bico PT-RN)	Felipe Ribeiro** (Bico PSDB-PA)	Mora do Carmo Alves* (Bico DEM-SE)
Aécio Neves** (Bico PSDB-MG)	Francisco Dornelles* (Bico PP-RS)	Marinho Silveira** (Bico PP-PA)
Alcides Nogueira Fereira** (Bico PSDB-SE)	Giuliano Alves* (Bico PMDB-RN)	Mário Couto* (Bico PMDB-PA)
Alvaro Dias* (Bico PSDB-RJ)	Gouvêa Borges** (Bico PMDB-AP)	Marta Serebino* (Bico PMDB-MG)
Ana Amélia** (Bico PP-AM)	Guilherme Argello* (PTB-DE)	Maria Suplicy** (Bico PT-SP)
Ana Rita* (Bico PT-CE)	Humberto Costa** (Bico PT-PE)	Mozartildo Cavalcanti* (PMB-RJ)
Angela Portela** (Bico PT-BA)	Ilário Almeida* (Bico PC do B-CE)	Paulo Bauer** (Bico PSDB-SC)
Antônio Diniz* (Bico PT-AC)	Isamar Franco** (PPS-MG)	Paulo Davila** (Bico PP-RN)
Antonio Carlos Valadães** (Bico PSDB-BA)	Ivo Cassol** (Bico PT-RS)	Paulo Paim** (Bico PT-ES)
Arturdo Muniz** (PTB-PI)	Jairbas Vinícius** (Bico PMDB-PE)	Pedro Simon* (Bico PMDB-MS)
Atalides Oliveira** (Bico PSDB-PI)	Jayme Campos* (Bico DEM-SC)	Pedro Taques** (Bico PP-MS)
Benedito de Lira** (Bico PP-AL)	João Alberto Souza** (Bico PMDB-MG)	Randolfo Rodrigues** (PSOL-AM)
Blairo Maggi** (Bico PP-MT)	João Durval* (Bico PT-BA)	Reinaldo Calheiros** (Bico PMDB-AL)
Castelo Maldaner* (Bico PMDB-PA)	João Pedro* (Bico PT-AM)	Ricardo Ferraz** (Bico PMDB-ES)
Cleber Lucena* (Bico PSDB-PI)	João Vicente Claudino* (PTB-PI)	Roberto Requena** (Bico PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bico PP-PI)	Jorge Viana** (Bico PT-AC)	Rodrigo Rollemberg** (Bico PSDB-DF)
Cláudio Andrade* (Bico PP-MG)	José Agripino** (Bico DEM-RN)	Roberto Tuck** (Bico PMDB-RJ)
Cristovão Buarque** (Bico PTB-DF)	José Figueiredo** (Bico PT-RJ)	Sérgio Petisco** (Bico PMDB-AC)
Cyrus Miranda* (Bico PSDB-MG)	José Sarney* (Bico PMDB-AM)	Sérgio Souza** (Bico PMDB-PI)
Dejaldo do Amaral** (Bico PT-MG)	Kátia Abreu* (Bico DEM-TO)	Valdir Raupp** (Bico PMDB-RS)
Demóstenes Torres** (Bico DEM-OD)	Lêide da Mata** (Bico PT-BA)	Vanessa Grezzola** (Bico PC do B-AM)
Edmar Américo** (Bico PP-CE)	Lizbeth Farias** (Bico PT-RJ)	Vicente Alves** (Bico PP-TO)
Eduardo Braga** (Bico PMDB-AM)	Loeb Filho** (Bico PMDB-PA)	Vital do Rêgo** (Bico PMDB-PR)
Eduardo Suplicy* (Bico PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bico PMDB-OD)	Waldemir Mota** (Bico PMDB-MS)
Epitácio Cafeteira* (PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bico PMDB-SC)	Walter Pinheiro** (Bico PT-BA)
Estácio Oliveira** (Bico PMDB-CE)	Magno Malta** (Bico PP-ES)	Wellington Dias** (Bico PT-PI)
Fernando Collor* (PTB-AM)	Marcelo Crivella** (Bico PMB-RJ)	Wilson Sampaio** (Bico PMDB-PA)

### Mandatos

\* Período 2007/2011 \*\* Período 2011/2015

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)



**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 59, DE 2011**

Altera o parágrafo único do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, para assegurar à categoria dos trabalhadores domésticos todos os direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O parágrafo único do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, passa a vigorar com a seguinte redação:

№ **Ал. 7** .....

.....

**Parágrafo único.** São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos todos os direitos previstos neste artigo. (NR)"

**Art. 2º** Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 7º, traz um rol de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, sem afastar outros que visem à melhoria de sua condição social. Contudo, o parágrafo único do mesmo artigo restringe à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos apenas as garantias previstas nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, além de assegurar a sua integração à previdência social.

Recentemente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção sobre os Trabalhadores Domésticos, a qual estende para tais trabalhadores os mesmos direitos estabelecidos aos demais. Importante destacar que o Brasil já se posicionou sobre o tema, votando favorável à Convenção.

A equiparação já apregoada pela OIT, e agora pretendida pela presente proposta, vai significar a alcance de diversos direitos aos trabalhadores domésticos, como, por exemplo, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), folga semanal de, pelo menos, 24 horas consecutivas, jornada de trabalho de até 44 horas semanais, hora extra e adicional noturno para quem trabalha depois das 22h.




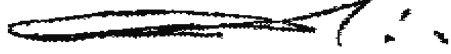

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada (IPEA), no Brasil o trabalho doméstico é exercido, majoritariamente, por mulheres (93% do total), sendo que, desse universo, 61,6% são negras. De outra monta, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), o trabalho doméstico representa 18,2% do total da ocupação feminina no Brasil, o que corresponde, em termos numéricos, a mais de 6 milhões de pessoas.

Portanto, a presente proposta objetiva não apenas a extensão à categoria de trabalhadores domésticos de todo o rol de garantias trabalhistas previstas na nossa Constituição Federal. Essa medida será de grande impacto à população feminina brasileira, haja vista o significativo universo a que nos referimos.

Por isso, contamos com o apoio dos nobres senadores e senadoras em sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador LINDBERGH FARIAS

	NOME	ASSINATURA
1	PINHEIRO	
2	Paulo Roberto	
3	Uma Rica	
4	MOZILLO	
5		Geovani Borges

6	<del>Paulo F. Sá</del>	<del>Paulo F. Sá</del>
7	Edro Simon	Edro Simon
8	YEDIO ARAUJO	YEDIO ARAUJO
9	João Pimental	João Pimental
10	LAURILDO MARQUES	LAURILDO MARQUES
11	Víctor da Mota e Sousa	Víctor da Mota e Sousa
12	ETM. S. S. S.	ETM. S. S. S.
13	Valdir Roberto	Valdir Roberto
14	Waldemar Mota	Waldemar Mota
15	Amílcar Diniz	Amílcar Diniz
16	Yanis Couto	Yanis Couto
17	Ataídes de Oliveira	Ataídes de Oliveira
18	Alvaro Dias	Alvaro Dias
19	JOÃO PEDRO	JOÃO PEDRO
20	Marcelo Lülle	Marcelo Lülle

21	DEMÓSTENIS	DEMÓSTENIS
22	EDUARDO AMORIM	EDUARDO AMORIM
23	RANDOLFE	RANDOLFE
24	Requena	Requena
25	Marinor Pinto	Marinor Pinto
26	Juan Carlos	Juan Carlos
27	FELIX RIBEIRO	FELIX RIBEIRO
28	Manoel Sena	Manoel Sena
29	MAURO MOTA	MAURO MOTA
30	ACIR GURGICZ	ACIR GURGICZ
31	JANILDO	JANILDO

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – As propostas de emendas à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB - PA) – Pela ordem.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP - RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Só um instante, Senador Mário Couto.

Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles. Em seguida, o Senador Mário Couto; depois, o Senador João Pedro e Senador Suplicy, e a nossa encantadora Senadora Vanessa.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex<sup>a</sup> e aos Líderes desta Casa que seja estabelecida urgência urgentíssima para a votação do Projeto de Resolução nº 26, aprovado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, em regime de urgência.

Esse Projeto de Resolução permite que 200 milhões de uma conta no valor de R\$1 bilhão que o Rio mantém na Caixa Econômica para garantia de débitos trabalhistas com a privatização do Banerj sejam utilizados como garantia para as operações de privatização do Berj.

Eu gostaria de pedir urgência para esta matéria.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Sr. Senador, vou consultar as Lideranças. Nós temos uma medida provisória que está obstaculizando a nossa pauta. Mas como é uma questão administrativa, eu acho que tem todo o mérito para votarmos e aprovarmos essa matéria tão relevante para o Rio de Janeiro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM - GO) – E o DEM concorda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – O DEM concorda.

Eu queria ceder a palavra ao Senador Mário Couto, nobre Senador do Pará.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB - PA) – Só quero me inscrever pela...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB - PA) – ... Liderança da oposição e dizer que eu também concordo com a proposta do nobre Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Muito obrigado, Senador. Tem o apoio do Pará.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB - RR.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo concorda também com a votação dessa matéria, porque ela é extremamente importante, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Muito obrigado, Senador Jucá. O Rio agradece.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL - PA) – Senador, pela Liderança.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT - AM) – Sr. Presidente, eu estou pedindo a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente, já fiz a minha inscrição. Apenas confirme, por favor, a minha inscrição pela Liderança do DEM.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – V. Ex<sup>a</sup> é o primeiro inscrito, assim que terminar a Ordem do Dia.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL - PA) – Excelência, Excelência, eu queria...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Senadora Vanessa.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB - AM) – Na realidade, eu pedi pela ordem, mas é mais para pedir uma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Pois não.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB - AM) – V. Ex<sup>a</sup> vai iniciar a sessão convidando os oradores inscritos ou imediatamente na Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Nós vamos iniciar a Ordem da Dia, fazer a votação, encerrar a Ordem do Dia e começar alternando Líderes e inscritos.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB - AM) – Após a Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Após a Ordem do Dia.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Agora, só teremos uma matéria na Ordem do Dia. Vamos abrir e fechar.

Senador Eduardo Suplicy.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Alô. Está difícil esse microfone.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de aqui expor o requerimento de pesar pela morte do Sr. Antonio Bertolucci, na semana passada. Eu pergunto se posso fazer a justificativa de pronto ou se me inscrevo para uma comunicação inadiável por esse propósito ou se posso encaminhar de pronto à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Sr. Senador, eu gostaria de que V. Exª se inscrevesse. Eu mesmo o inscreverei para, após a Ordem do Dia, fazer uma comunicação inadiável.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Exce-lência. Senador. Eu queria aqui...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Então, para uma comunicação inadiável, eu me inscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Está inscrito.

Senadora Marinor.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Estou brigando um pouquinho aqui com o microfone, que está falhando de vez em quando.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senadora.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Quero anunciar a concordância do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – E pedir a minha inscrição pela Liderança do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – V. Exª já está inscrita.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, eu pedi... Estou inscrito para uma comunicação inadiável?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – V. Exª foi inscrito.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Queria apresentar, em nome da Mesa e em nome do Plenário, os parabéns ao nosso Senador Eduardo Suplicy, que hoje aniversaria.

Receba o aplauso dos seus companheiros, a admiração e o apreço e que Deus o cubra de suas bênçãos e de suas graças. *(Palmas.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) –

## ORDEM DO DIA

Há sobre a mesa... apenas para fazer constar, o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2011 – Medida Provisória nº 526.

Transcorre, hoje, a primeira sessão da matéria, constando da pauta.

Conforme acordo das Lideranças, ela não será submetida hoje. Virá na próxima sessão.

É o seguinte o item:

### Item 1:

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2011

*(Proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011, 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; revoga dispositivo da Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011).*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Com relação aos **Itens 2, 3 e 4** não têm acordo. São os seguintes os itens adiados:

### Item 2:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator:

Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

**Item 3:****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da

CMA.)

**Item 4:****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 41, DE 2010**

*(Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a infor-

mações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Sobre a mesa, requerimento de urgência, de acordo com o art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do nosso Regimento Interno, Senador Lindbergh.

É o seguinte o requerimento:

**REQUERIMENTO Nº 764, DE 2011**

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 26 de 2011, que “autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplementos das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – BERJ”.

Em 21 de junho de 2011.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26 DE 2011**  
**NÃO TERMINATIVO**

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 21/06/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPPLY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Para encaminhar o requerimento. Apenas para votar aqui. V. Ex<sup>a</sup> encaminha.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente quando da privatização do Banerj, foi feita uma conta garantidora do passivo trabalhista de um trilhão, que hoje tem um bilhão e duzentos – desculpe o trilhão. O que o Rio pleiteia é a nova conta, com passivo de 200 milhões, para garantir o passivo previdenciário do Berj. É essa a resolução.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Os Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Vamos à apreciação da matéria.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero cumprimentar o nosso Relator, Ministro Francisco Dornelles, porque nos honra muito ser Senadores do Estado do Rio de Janeiro com o Senador Francisco Dornelles, que apresentou um relatório maravilhoso hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, e esse assunto tão importante para o Rio de Janeiro já está sendo votado nesta tarde, aqui neste plenário.

Parabéns, Senador Ministro Francisco Dornelles.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A bancada popular do Rio se engrandece com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para confirmar que hoje é a primeira sessão da leitura da medida provisória, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Primeira sessão. Transcurso da primeira sessão.

**Item extrapauta:**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 26, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, que *autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até duzentos milhões de reais para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no*

*contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A. (em liquidação) – BERJ.*

Parecer favorável nº 590, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Parabéns, Senador Dornelles.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

#### PARECER Nº 591, DE 2011

(Comissão Diretora)

#### Redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 2011, que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) — BERJ.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2011.



**ANEXO AO  
PARECER Nº 591, DE 2011**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº , DE 2011**

**Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) — Berj.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a criar conta garantidora, denominada “Conta B1”, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com recursos provenientes dos depósitos da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 61, de 1997, do Senado Federal, denominada “Conta B”, para garantia das obrigações assumidas por esse Estado no contrato de venda de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) — Berj.

Parágrafo único. O acesso à “Conta B1” será autorizado exclusivamente ao Berj, ou a seu adquirente ou sucessores, devendo ser observadas as mesmas condições previstas para o acesso a “Conta B”.

Art. 2º Os recursos remanescentes na Conta B1”, após decorridos os prazos prescricionais ou a liquidação de todas as obrigações por ela cobertas, serão revertidos à “Conta B”, vinculando-se, novamente, à finalidade prevista no art. 4º da Resolução nº 61, de 1997, do Senado Federal.

Art. 3º Permanecem em vigor todas as disposições da Resolução nº 61, de 1997, do Senado Federal, no que não contrariarem a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam permanecem como estão. *(Pausa)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Terminada a Ordem do Dia.

Vamos então...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Gostaria de encaminhar um requerimento de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Bertolucci, (Requerimento nº 763, de 2011, lido anteriormente), em 13 de junho, terça-feira passada, quando, infelizmente, o empresário, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Lorenzetti e entusiasta ciclista, foi atropelado por um ônibus, nas proximidades da Avenida Sumaré, na cidade de São Paulo, bem como a apresentação de condolências à sua esposa, Sandra, aos seus filhos e filhas Rogério, Antonella, Giuliano, Tito, Fábio e Sandra, assim como a toda sua família e à grande comunidade de amigos e admiradores, tanto dos que trabalham no Grupo Lorenzetti quanto dos entusiastas do ciclismo.

Antonio Bertolucci, carinhosamente chamado de Antonello por seus amigos, formou-se na Faculdade de Engenharia de Mauá. Descendente, por parte de mãe, da família Lorenzetti, desde a sua formação passou a trabalhar na mais tradicional empresa produtora de chuveiros elétricos do Brasil, onde, nos últimos dez anos, era Presidente do Conselho de Administração.

Antonio Bertolucci era um grande entusiasta das bicicletas, sempre preocupado com que as nossas cidades brasileiras, especialmente São Paulo, onde morava, pudessem ter mais ciclovias, ciclofaixas e, sobretudo, mais respeito para com os ciclistas, como também com os pedestres, os motociclistas e motoristas de todo tipo de veículo.

Antonello tinha vinte bicicletas. Costumava ir de casa para o trabalho diariamente de bicicleta. Com frequência passava na oficina do bikeleiro, seu amigo, Edson Soares de Souza, como aconteceu antes do acidente. Aos amigos, falava das vantagens de andar de bicicleta, de quão bem fazia à saúde, de como não causava poluição e tantas outras...

Na missa de sétimo dia, ontem, na Igreja São Pedro e São Paulo, junto ao Bosque do Morumbi, em São Paulo, centenas de amigos, além de familiares e tantos ciclistas foram homenageá-lo. O sacerdote ressaltou o quanto Antonello havia, aqui na Terra, cumprido sua missão.

O seu amigo de longa data Luiz Nasser expressou o quanto Antonello havia sido um extraordinário companheiro e exemplo para Sandra, os seus seis filhos e para todos os que conviveram com ele, desde a adolescência, quando jogavam basquete juntos.

Todos ressaltaram seu caráter, honestidade como chefe de família, empresário e animador de iniciativas, incluindo as da área do ciclismo.

Possa a tragédia que o vitimou ser um alerta a todos no Brasil, para que as autoridades municipais de São Paulo e de todas as cidades brasileiras tomem as medidas necessárias para que haja maior respeito aos ciclistas e maior facilidade de locomoção com a bicicleta, conforme tem acontecido em quase todas as modernas metrópoles do mundo. Infelizmente, em São Paulo, no ano passado, houve a morte de quatro ciclistas, em média, por mês.

Embora tenha havido algum progresso nas medidas tomadas nos últimos anos pelo Prefeito Gilberto Kassab, como registrou, ontem, em sua entrevista à *Folha* e ao UOL, há ainda tanto por fazer para que não haja acidentes como o que causou a morte de Antonio Bertolucci.

Em homenagem a Antonio Bertolucci, aqui, hoje visto a camiseta “De Bike para o trabalho”, que muitos de seus amigos usaram ontem.

Assim, Sr. Presidente, quero aqui também homenagear esse importante empresário brasileiro, Antonio Bertolucci, um exemplo para tantos de nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella – Bloco/PRB – RJ) – Nós é que agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella – Bloco/PRB – RJ) – A Presidência designa, nos termos dos **Ofícios nºs 136, 47 e 89, de 2011**, respectivamente, as Lideranças do PSDB, DEM e PTB, para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul os seguintes Senadores, em consonância com o art. 8º da Resolução nº 1, de 2011-CN:

- Paulo Bauer, como titular, pelo PSDB;
- José Agripino, como suplente, pelo DEM; e
- Mozarildo Cavalcanti, como titular, e Fernando Collor, como suplente, pelo PTB.

São os seguintes os ofícios:

Ofício nº 136/11-GLPSDB

Brasília, de junho de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 971/11, indico o senador Paulo Bauer para integrar, como titular, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição e organização e competência.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB.

OF. Nº 47/11-GLDEM

Brasília, 15 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em resposta ao OF. SF nº 972/2011, de 15 de junho do ano em curso, indicamos o Senador José Agripino para compor, como suplente, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Atenciosamente, – Senador **Demóstenes Torres**, Líder do Democratas no Senado Federal.

OF. Nº 89/2011/GLPTB

Brasília, 26 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao ofício encaminhado pela Mesa Diretora do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Fernando Collor para integrarem a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, como membros titulares e suplentes, respectivamente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella – Bloco/PRB – RJ) – Concedo agora a palavra ao nobre Líder Senador Demóstenes Torres. Em seguida, estão inscritos o Senador Mário Couto, Senador Eduardo Amorim, Senadora Marinor Brito. Esses são os inscritos, em ordem, pela Liderança, em alternância com as Lideranças que já estão inscritas anteriormente.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, as coleções distribuídas pelo Governo Federal para as escolas públicas de todo o País já provocaram tanta celeuma que eu as supunha incapazes de novas surpresas.

Mas parece infinito o estoque de bobagem, doutrinação, apedutismo, equívocos, rédeas, pornografia, enfim, tudo que não deveria entrar nas salas de aula e que está nas carteiras de todos os estudantes.

Hoje, é o livro de matemática que ensina operações erradas. Ontem, foi a obra de Língua Portuguesa, legitimando as agressões ao idioma. Sempre é a tentativa de fazer de cada aluno um militante de ONG, sindicato ou partido ligado ao Palácio do Planalto. Nota-se, claramente, que não há a menor preocupação com o aprendizado, mas com o crachá de ativista.

*Viver, Aprender* é o nome de uma coleção que lideraria o Febeapá, Festival de Besteiras que Assola o

País, criado por Stanislaw Ponte Preta. Seus exemplares, luxuosos e caríssimos, alcançam os milhares de Municípios brasileiros. A armadilha está no conteúdo. Tomem-se como base os dois volumes que compõem o item Multidisciplinar distribuídos para o primeiro segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, o EJA. O Volume I, *Vivências e Diversidades*, diz que a cara do Brasil é retratada nos *slogans* do Governo e os reproduz textualmente: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca” e “O melhor do Brasil é o brasileiro”. Aliás, a máxima do potiguar Câmara Cascudo aparece em muitos trechos não como peça literária, mas associada ao País maravilha da publicidade. Em vez de língua estrangeira ou de ciências, as páginas são ocupadas com cartazes de alguns entre as dezenas de ministérios.

Folhear o livro é um passeio pelos diversos ensaios da idiotia. Lê-lo é ter contato com um texto confuso, às vezes patético. Estudar por ele é tomar aula primária de militância esquerdista com argumentos Pré-Revolução Russa de 1917. Duvida do descobrimento do Brasil, repete a catilinária incitadora da guerra racial e sai semeando aleivosias. Nele aparece o tal combate ao preconceito linguístico, famoso em outro livro da mesma coleção, por endossar expressões como “nós pega o peixe”.

No módulo “Fala Brasil”, eixo “Identidade e Diversidade Cultural”, mantêm-se o ensinamento de que é certo falar errado. Para os autores, apenas “na maioria das vezes em que escrevemos, devemos seguir as normas da língua portuguesa”. “Na maioria”, eles dizem, não em todas. Portanto, é mais um livro oficial que legitima o “lulês”.

Assim, escreveu-se o *Vivências e Diversidades*, tropeçando-se nas vírgulas, arrebatando-se as concordâncias e doutrinando-se a moçada. Para convencer os futuros vestibulandos da necessidade de reservar cotas advindas da raça, o livro informa que há apenas dois grupos de jovens no Brasil: “Negros e pardos”, com 51% da população; e “Branços”, com 49%. Na estatística do Ministério da Educação, não existe uma só pessoa que não seja preta, ou branca. Nada de amarelo, cafuzo, mameluco, caboclo, polaco, índio, curiboca; nada. A República das consultorias é um irreal país bicolor, e uma das belezas do Brasil se encontra na heterogeneidade.

O *marketing* chapa-branca, como já mencionado, encetou um ardil para todos os livros terem propaganda explícita do Governo, inclusive com reprodução integral de peças publicitárias. Nas entrelinhas, mentaliza-se a mensagem de que o Governo-paizão está de olho nas atividades dos cidadãos, mesmo as triviais. Perigo retumbante mora nos detalhes despretensiosos.

Num capítulo sobre a Terra, o livro explica o interior e a crosta, a hidrosfera e a descontinuidade de Gutenberg, para, em seguida, sem sequer se mudar de página, ensinar “A origem da desigualdade” e a redenção do Brasil pelo Movimento dos Sem Terra. Tudo programado, esquematizado.

Na lavagem cerebral do Governo, a desigualdade social chegou com os portugueses e só começou a melhorar mais de cinco séculos depois, em 2003, quando o salvador de Cesare Battisti tomou posse.

Atenção para esta frase sobre as capitânias hereditárias: “Esse foi o início da formação de grandes propriedades de terra no Brasil, em geral concentradas nas mãos de poucos”. Pela lógica da companheirada, os chacareiros de agora são todos herdeiros de Francisco Giraldes, Jorge de Albuquerque e Vasco Coutinho, com alguns primos de Mem de Sá e Tomé de Sousa. Quando encerra o tópico da desigualdade, imediatamente o livro pula para a solução, que reside onde? Nos acampamentos do MST.

Para a publicação oficial do Governo, os barracos de lona são “habitações provisórias enquanto lutam pela posse definitiva da terra”. Numa foto que mostra uma invasão, a ilegalidade é rebatizada de “ocupação”, termo tirado do dicionário de baderneiros. Nada se diz sobre os delitos do líder quadrilheiro José Rainha, preso pela enésima vez, agora por roubar dos pequenos agricultores, essa classe sofrida que trabalha para ele se divertir com carrões, viagens e festas. Na seção de louvores ao MST, a tarefa que os alunos ganham no item “Para pesquisar” é encimada por um texto que define bem de que lado repousa o Governo.

Passo a ler como está na obra oficial do Ministério:

Existem no Brasil vários grupos organizados que defendem a reforma agrária e uma melhor distribuição da terra. Eles fazem ocupações para forçar o governo a realizar a redistribuição de terras e realizar mais aceleradamente a reforma agrária.

Observem que essa pobreza vocabular pouco inspirada não compõe um panfleto do MST. Mais deprimente ainda: é parte de um livro distribuído pelo Governo para alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental. De qualquer forma, é um folheto a serviço dos líderes dos sem-terra, porque até os exercícios de Língua Portuguesa se baseiam no MST.

Seguindo o estratagema de doutrinar, os autores saltam um capítulo e voltam à carga com mais um tomo, “Movimentos sociais no campo e na cidade”. As ilustrações são interessantes: fotos de agitação de sem-terra, de servidores públicos reivindicando aumento, de estudantes pedindo passe livre nos ônibus,

do movimento negro, dos caras-pintadas e da Parada do Orgulho Gay. Quando se espera que já se tenha bajulado os súditos de rainha suficientemente, volta-se para completar a cartilha do MST.

Vale a pena destacar a descrição que o livro faz do Movimento dos Sem-Terra. Sob a retranca “Atuação/objetivos”, o Governo ensina no livro oficial da “Educação de Jovens e Adultos”, em meia dúzia de assertivas.

Vou citá-las como repousam na obra. No item I, diz-se que o MST existe para “construir uma sociedade sem exploradores”; no item II, “a terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade”.] O item III prega que a missão do MST é garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas”. Outra tarefa do MST está no item IV: “Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais”; e no item V: “Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais”. No item VI – para encerrar –, a prática do MST é “combater todas as formas de discriminação social e buscar participação igualitária da mulher”. E continua a tecer loas aos movimentos populares, até o aluno entender que o Brasil é o império dos sindicatos, governado por Dom Stédile. Vou repetir: esse amontoado de loas ao Movimento dos Sem-Terra é estudado nas escolas urbanas e rurais, de Roraima ao Rio Grande do Sul, da Paraíba ao Acre.

Assim, são todos os livros, principalmente os da coleção *Viver, Aprender*. Se essas falhas são explicáveis pela filosofia lulista de que, para subir na vida, basta não ler livro nem jornais, outra falha grotesca é a queda freudiana. O Governo simplesmente apela. Entre outras pérolas – e estou citando frases textualmente –, garante que nossas avós eram proibidas de “sentir prazer sexual” e diz que fazer sexo com parentes próximos é apenas tabu – Senador Marcelo Crivella, isso está no livro distribuído pelo MEC. No quadro “Homossexualidade e homofobia” – e ainda estamos no Volume I, dedicado ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos –, esse tópico parece ter sido desenhado em alguma entidade de militantes da área.

Analise-se uma afirmação do livro oficial do Governo: “A homofobia ainda é uma das causas mais importantes de violência na sociedade brasileira”. É o Governo, dizendo para milhões de estudantes algo sem base científica, sem pesquisa, sem nada. Até se aceitaria isso como esforço de retórica dos partidários da causa, mas não em um livro distribuído para estudantes de todo o Brasil. É imperioso respeitar a diversidade, combater a violência de gênero e assegurar os direitos humanos, prescindindo-se de falsificar dados.

Outro trecho é mais polêmico, e vou lê-lo como está no livro:

“Sabemos hoje que cerca de 10% da população mundial é composta de homossexuais”. Está no livro. Ninguém é melhor ou pior por causa da opção sexual, mas de onde o Governo tirou essa informação dos 10% de gays? Podem até ser mais, mas cadê a pesquisa? Onde apareceu esse dado? Seriam apenas tolices de passeata se não estivessem como lição para o Ensino Fundamental, Senador Mozarildo.

Se a ideia é doutrinar, nada como uma mentira ser sucedida por um equívoco. Os alunos podem até não saber quem é Shakespeare ou Cervantes, mas têm duas páginas sobre Roberta Close, com tratamento de celebridade histórica. Estão ali a biografia, explicando que não houve mudança mas adequação de sexo, e exercícios sobre a semicelebridade. São oito perguntas nas quais os jovens têm de mostrar sabedoria, respondendo, por exemplo, “o que Roberta Close mais queria” após mudar de sexo? “O que ela fez para conseguir?” e se “ela conseguiu logo”. O estudante de escola pública brasileira não pode prestar o vestibular sem conhecer *closes* da Roberta. E o livro repisa o politicamente correto: não houve mudança, mas “adequação de sexo”. O espaço dedicado a Roberta Close, com todo o respeito, é maior, é muito superior ao de personagens que não mudaram nem adequaram o sexo, como D. João VI, Olavo Bilac e Juscelino Kubitschek.

Porém, nada se compara às obras adquiridas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os exemplares estão nos estabelecimentos de ensino, à disposição de qualquer estudante.

Já foi tema de reportagem o livro *Teresa, que Esperava as Uvas*, abrigo de descrições horripilantes. Num dos contos, “Uma História de M”, há pormenores de uma criança de 11 anos fazendo sexo oral em um idoso. A linguagem de prostíbulo seria aceitável para um adulto de péssimo gosto que preferisse esse tipo de subliteratura, todavia, não na estante das classes de aula no Brasil.

Na época, agosto de 2010, a mais escandalosa destacada pelo jornal *Folha de S. Paulo* nem foi a história de M, mas detalhes de tortura e violência sexual no conto “Os Primeiros que Chegaram”. Há os movimentos de “arriar” e “levantar” vestimentas, quantidades de atos sexuais, enfim, os recursos pedagógicos condizentes com o Governo que o adquiriu.

Ouvidos pela *Folha*, a autora acerta ao afirmar que o uso do livro independe de sua vontade, o Ministério da Educação diz que “a violência do conto, embora possa chocar, não apresenta nada além do que

estamos acostumados a ver”, e o editor da obra alega falso moralismo, “perigoso para a educação”.

Ninguém, na cadeia de responsabilidade, pensou no público-alvo do livro, o aluno que está chegando à adolescência. Para ele, certamente, não é natural criança de 11 anos se prostituir, como aceita o MEC, cuja crença na banalidade do sexo é mais triste que a já deprimente realidade.

A impressão que se tem, ao folhear alguns dos livros comprados pelo Governo, é que, dentro de pouco tempo, chegarão às bibliotecas públicas as revistas e os filmes de sexo explícito. Se o órgão responsável pela educação não se choca com cenas de estupro e menina de seis anos ser chamada de “vagabundinha” como no livro *Teresa*, as coleções em quadrinhos, bons chamarizes para crianças, também carregam forte conteúdo erótico, com desenhos de casais nus na cama, fazendo sexo encostados na parede, violência sexual contra a mulher, além de cigarro e cachimbo. Todos esses livros têm na capa o carimbo do MEC e a sopa de letrinhas com FNDE e PNBE.

Recebi de uma diretora de colégio a cópia do livro *É proibido comer a grama*, comprada pelo trio MEC/FNDE/PNBE. Seu espanto era com o conto em que um detetive pega um professor pela orelha, torcendo-a pedagogicamente. Estou lendo *ipsis litteris*, torcendo a orelha do professor pedagogicamente, “conduziu-o para o interior do prédio sob o risco de assaltados, prostitutas, travestis, bêbados e policiais de plantão”. Imagine o efeito, Sr. Presidente, dessa literatura sobre os profissionais da educação. Mas o livro esbanja, entre aspas, “pedagogia”, com estupro de uma professora e insinuações de que a vítima gostou. Estão presentes no volume adquirido com dinheiro público estereótipos sexistas, machistas e fascistas.

Realmente, é o fundo do poço ou será que o Governo alcança absurdo maior do que distribuir nas escolas um livro em que mestre é achincalhado e uma professora é estuprada?

Nesses tempos de violência em colégios, o Governo faz campanha pelo desarmamento, mas não tira as bombas das prateleiras das bibliotecas.

As comissões que aprovaram as compras desses livros são as mesmas que criaram problemas com Monteiro Lobato, tachando-o de racista. Na insistente relação freudiana com a intimidade alheia, o Governo tenta fazer gracinhas. Abre um módulo no volume I da coleção Viver, Aprender – Vivências e Diversidade, para tratar da “Sexualidade com humor”. E perde de vez a noção na parte “Rir é o Melhor Remédio”, quando apresenta a música “O Gato Tico”, com o jogo de palavras do animal que mia na sala, na cozinha, no chão, encostado no fogão. A seguir, ordena que os

alunos façam exercício mudando o nome do gato para “Preto”. Apenas quem tem a infelicidade de conhecer os abjetos versos sob o teor racista, resultante da sugestão contida no livro, sabe o tanto que ele é de mau gosto. Além do mau gosto, da falta de criatividade e do desrespeito, tem um enquadramento: as estrofes podem ser pregadas na parede como um espelho de um Governo que prefere o gato Tico à tia Anastácia.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Moka.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco/PMDB – MS) – Senador Demóstenes Torres, conversando aqui com o nosso Colega Senador Pedro Taques, é difícil realmente acreditar nesse conteúdo, na forma como isso é colocado. Ainda bem que houve uma reação, e esses livros foram retirados. O duro é acreditar que ainda existe toda uma argumentação no sentido de achar que isso deveria ser aceito e que não deveria haver reação nenhuma. Fico imaginando um pai de aluno ao ler isso, qual seria a reação de um pai, de uma mãe? Isso é importante que V. Ex<sup>a</sup> coloque aqui, V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que está lendo *ipsis litteris*. Então, é uma coisa que chega a chocar. Eu acho que, realmente, não há nada, do ponto de vista pedagógico, que possa criar uma argumentação. Em nome de que está se colocando isso? Qual é a função? Qual é o objetivo, afinal, de tudo isso? É o aparte que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Mas o pior de tudo, Senador Moka, é que só foram retirados os livros relativos a Português e Matemática. O resto concorda.

**A Sr<sup>a</sup> Marinor Brito** (PSOL – PA) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Eu concedo o aparte. Antes, concedo ao Senador Pedro Taques; depois, à Senadora Marinor Brito.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Taques.

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT – MT) – Senador Demóstenes, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo belíssimo discurso. Livros como esse, a que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo referência, demonstram que a República Federativa do Brasil precisa caminhar muito para que nós possamos ter estudantes liderando as Olimpíadas Internacionais nos mais variados temas. Quem sabe nesse tema, permanecendo os livros dessa forma, nós atingiremos o primeiro lugar, porque, em Matemática, em História, em Química e em Física, os índices internacionais demonstram que nós temos de caminhar muito. Agora, nesse tema, quem sabe, receberemos a medalha de ouro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Tem V. Ex<sup>a</sup> toda razão, Senador Pedro Taques.

O OCDE fez uma pesquisa com 57 países. Os alunos brasileiros, na faixa de 15 anos, ficaram em 53º lugar em Matemática, 52º em Ciências e 48º em leitura.

Então, estão preocupados em ensinar isso aqui aos brasileiros.

Concedo um aparte à ilustre Senadora Marinor Brito.

**A Srª Marinor Brito (PSOL – PA)** – Senador Demóstenes, V. Exª sabe do respeito que tenho por V. Exª. Queria aqui, neste aparte, falar como educadora, queria aqui falar como uma militante da área de educação, que tem lutado, inclusive, nacionalmente para que nós vivamos neste País, para que respiremos neste País a possibilidade de ter uma educação pública de qualidade para todos e em todos os níveis. Tenho feito combates duros no meu Estado em função da precariedade, dos baixos índices educacionais e da história da deterioração da educação pública no nosso País. Algumas pessoas comentaram hoje, de manhã, acho que foi até V. Exª, que alguns Deputados ou Senadores foram ouvidos num programa de humor, no CQC, e que não sabiam fazer conta.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO)** – Não fui eu não.

**A Srª Marinor Brito (PSOL – PA)** – Então, foi outro senador que esteve sentado em alguma comissão ao meu lado. Vários Deputados não sabiam quanto era 6 x 7, e isso virou uma chacota. Não são pessoas dessa geração, não são os frequentadores da escola atual. Então, para demonstrar as limitações e as fragilidades históricas da educação pública no nosso país que, neste ou naquele centro, em algum momento, Senador, teve uma boa qualidade, a depender do investimento de alguns governos em determinados períodos históricos. Eu queria aqui dizer que não é demais colocar na pauta da educação pública brasileira – e estamos às vésperas de discutir o Plano Nacional – a importância da democratização e da pluralização dos debates na educação pública, sobretudo no que diz respeito à realidade em que vivem os nossos alunos. E a nossa escola hoje virou símbolo da violência, e da violência que não é só mais aluno agredindo aluno, mas aluno agredindo professores, a ponto de os nossos educadores não quererem mais atuar em determinadas escolas em regiões periféricas do País. Então, eu queria dizer a V. Exª, com todo o respeito que tenho a V. Exª, que esse debate está sendo feito por um único ângulo, e nós não temos o direito, como Parlamentares, de tratar essa questão de forma passional e de forma parcial. Existe um contexto histórico e social que tem envolvido a violência, que tem trazido a violência para a escola. E, quanto ao enfrentamento dessa violência, seja a violência contra os homossexuais - que existem,

embora os dados que V. Exª esteja trazendo para cá não sejam científicos, apresentados pelo Governo... e acho que o Governo tem a obrigação de pesquisar nessa área, para descobrir o porquê de tanta violência -, seja a violência que acontece contra negros, deficientes, crianças gordas, seja outra forma de violência que acontece na escola, o Governo Federal tem a obrigação de estudar e encontrar uma posição mediada para ajudar no enfrentamento da escola. Eu não estou aqui com passaporte do Governo para fazer a defesa dessa transição que o Governo pretende na educação pública, mas acho que alguma coisa precisa ser feita. Não devemos repudiar a atitude, sem analisar e estudar profundamente. E está acontecendo isto, de modo geral: uma criminalização da tentativa do Governo de encontrar formas de enfrentar a violência. Acho que temos de ajudar e, como educadora, eu jamais me negarei a fazer isso. Obrigada.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO)** – Agradeço a V. Exª e agradeço por V. Exª, indiretamente, concordar comigo, porque é óbvio que não podemos ter uma visão única de educação. E o Governo está fazendo propaganda, tentando fazer a cabeça de aluno, jogando para um viés completamente diferente do viés tradicional da educação.

Tive a oportunidade – por isso, demorei para fazer o pronunciamento – de ler os livros. Eu queria ler os livros, para não ser injusto, até porque alguém escreveu: “Quem está lendo aí que “nós pega o peixe” é errado não leu o livro”. Eu fui ler o livro. Aproveitei e li a coleção inteira nesse último mês. E a coleção inteira – perdoem-me – é um lixo! A coleção é um lixo, em termos pedagógicos.

Fui professor de Ensino Fundamental – eu fui de professor de Ensino Fundamental a professor de Direito. Então, eu sei o que é sala de aula, eu sei o que é enfrentar crianças de seis, sete, oito anos de idade. É a hora da curiosidade e é a hora em que a criança está aberta para poder sofrer influências. E o Governo não está fazendo educação científica. O Governo está fazendo educação ideologizada e, na minha opinião, criminosa. Apologia à invasão de terra, por exemplo, apologia ao Movimento Sem Terra, as propagandas do Governo...

Vou dar um aparte ao meu querido Senador Randolfe. É só para concluir.

**O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL - AP)** – Sem pressa, sem pressa.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM - GO)** – Então, a apologia feita é lamentável. Eu não quero que o Governo ensine o que eu penso, não. O meu pensamento, eu adquiri com estudo. Aliás, com dezesseis anos de idade, eu estava no movimento pela anistia, do qual não

me arrependo. Então, oscilei na minha formação para chegar até hoje. Leio e estudo - até sentado no trono do banheiro, permitam-me. Então, eu tenho o direito a ter a minha informação. Eu não posso ser induzido pelo Governo para ser o que o Governo quer, porque, senão, serei massa de manobra. O Governo está é fazendo a cabeça das crianças com educação de péssima qualidade, essa educação quase sexista. Aqui, não tem nada de moralismo ou de preconceito contra "a" ou contra "b" ou contra "c".

O Governo pregar que temos duas raças no Brasil - negros e brancos? Ora, onde estão os mestiços, que são 90% dos brasileiros? Onde estamos nós? A minha mãe era mestiça de índio, branco e negro; o meu pai era loiro do olho azul. Então, eu sou mestiço, como a grande maioria dos brasileiros, e não me envergonho disso. Pelo contrário, acho que essa é a nossa grande salvação. E vem alguém aí dizer que nós temos de ser ou brancos ou negros?! Ora, tenha paciência!

Concedo a palavra ao grande Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Senador Randolfe, vou fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>: como o orador está com 31 minutos na tribuna, peço que V. Ex<sup>a</sup> possa ser breve, pois tenho aqui 20 oradores inscritos.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL - AP) – Atenderei, Presidente. Querido Demóstenes, tenho tido com V. Ex<sup>a</sup> vários acordos em várias matérias e em vários debates aqui; e temos, democraticamente, tido divergências.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – Em parte do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, quero concordar com os extremos, mas quero também fazer um destaque: também sou historiador, além da militância no Direito, e sei que não há versão da história que não seja ideologizada. Vejamos. No tempo em que estudei, eu aprendi que a Proclamação da República foi um ato heroico do Marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889. Ora, todos sabemos que a Proclamação da República foi um golpe de Estado. Essa é a versão concreta, já reconhecida pelos historiadores hoje. Uma versão ou outra atende a um aspecto ideológico da história e a um lado da história. O mesmo aspecto incide sobre a nossa Independência. Pode ser ensinado que foi simplesmente um ato de D. Pedro que deu luz à nossa Independência ou que foi um acordo das elites políticas brasileiras remanescentes de Portugal que deu...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – ... luz à Independência do Brasil. Já concluo, para V. Ex<sup>a</sup> po-

der encerrar. Eu tenho visto, ao longo da história, um ensino da história direta e concretamente ideologizado; pode ser ideologizado a partir de uma versão e pode ser ideologizado a partir de outra versão. Mesmo a história tem três correntes distintas: positivista, marxista, Escola dos Annales e tantas outras. Portanto, em parte do seu pronunciamento, quero ter acordo...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Acho que o Governo está utilizando a Escola dos anais hoje, literalmente.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – Em parte do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, quero ter acordo com os extremos, mas também é importante destacar e resgatar que as versões da história até hoje também foram versões contadas apenas de um aspecto e de um lado da história.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Primeiro, quero agradecer a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, brilhante como sempre e dizer que, realmente, as versões apresentadas e detectadas ao longo dos anos podem ser combatidas. Aliás, nós estamos lutando para que os documentos da Guerra do Paraguai, os documentos da compra do Acre da Bolívia pelo Brasil possam vir a público. Isso é importante. É óbvio que a história vai ser conhecida muito tempo depois. Quem é que sabe dos conchavos que são feitos dentro dos governos? São documentos que vêm ao longo dos anos. Só agora, por exemplo, saíram documentos novos acerca da Guerra do Vietnã.

Eu só vim a descobrir que a maior figura histórica do Brasil era D. Pedro II depois de muito tempo, que era monarquista. Para mim, monarquia era um palavrão. E ele foi o maior dos republicanos, na minha opinião.

Agora, aqui não é nem ideologizada - desculpe-me, Senador Randolfe, respeito V. Ex<sup>a</sup> -, aqui é "sacанизada". Não há outra coisa para se dizer. O que o Ministério está distribuindo é pornografia. Eu não sou moralista, não. Eu acho que tem que se ensinar educação sexual na escola; eu acho que a criança tem de aprender, sim; ela não tem que ficar com uma coisa que não existe na cabeça. Mas distribuir um conto em que uma criança de seis anos é chamada de vagabundinha?! Qual é o objetivo pedagógico ou ideológico disso? Não entendo.

Então, acho que o Governo partiu para o extremo da desinformação. Nós temos que ter, sim, uma linha pedagógica, uma linha pedagógica extraordinária, boa, mas o Governo, na minha opinião, agiria muito melhor se criasse escola em tempo integral em vez de distribuir esse tipo de livro. Vamos colocar a criança o dia inteiro na escola, aprendendo.

Agora, pode ir alguém do movimento X, Y, Z falar sobre determinado assunto, desde que a escola tenha

um padrão, desde que possibilite ao aluno ter a sua opinião. Agora, eu não quero que meus filhos tenham a cabeça feita, como acho que a grande maioria de quem tem filho na escola também não. A criança vai lá para ter informação e ela faz a sua opção livremente.

É claro que as versões históricas são sempre momentâneas. V. Ex<sup>a</sup> é historiador, sabe melhor do que eu.

Só para concluir, Sr. Presidente, eu vou ler, pois é lido o discurso - eu preferi que fosse assim, para trazer *ipsis litteris* o que continham os livros. Repito: não há aqui censura ou moralismo. Se um adulto quer perder tempo com obra pornográfica ou doutrinária, que a consiga por seus meios, mas o Governo não pode ofertá-las nas mochilas e prateleiras em detrimento de clássicos da literatura que poderiam colaborar na formação dos recém-chegados à adolescência. Para os livros com erros de matemática que custaram quase R\$14 milhões, a Controladoria-Geral da União abriu procedimentos que podem redundar em responsabilização e o MEC suspendeu-lhes a utilidade.

Quanto às obras de doutrinação, elas continuam a ser distribuídas à larga, com uma armadilha governista em cada parágrafo. São propagandas, inclusive com os slogans de Governo e os estereótipos.

São carimbadas as propagandas do Governo Federal.

Os livros que narram estupro de crianças e de professoras foram retirados das bibliotecas, mas não para a Controladoria-Geral da União punir quem distribuiu e o MEC sustar o envio. São retirados pelos alunos, para leitura e pesquisa. Assim, os jovens vão estudar na sala de aula que o MST é a redenção e Roberta Close é mais importante que Dom João VI e, em casa, a narrativa de outros atos de violência sexual, como o da menina, estuprada aos 10 anos, que recita palavras doces para o monstro. Eis um abismo mais profundo que o pré-sal, um fosso que, em vez de jorrar conhecimento, serve como túmulo do futuro de milhões de jovens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Marcelo Crivella deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido para ir à tribuna a Senadora Vanessa Grazziotin. Antes, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me permita.

O Senador Marcelo Crivella fez aqui uma homenagem ao Senador Suplicy, que está aniversariando no dia de hoje, mas temos outra aniversariante, a Senadora Marisa Serrano, que nos abandonará na próxima segunda-feira. Inclusive seu suplente está aqui, o Sr. Antonio Russo.

Peço uma grande salva de palmas para a nossa grande colega, grande Senadora Marisa Serrano, que está aniversariando. S. Ex<sup>a</sup> vai nos abandonar na segunda-feira porque irá para o Tribunal de Contas de seu Estado.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes que a Senadora comece, gostaria de perguntar qual é a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> falará como líder?

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Como líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> falará em seguida.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela trocou comigo. Eu era o primeiro inscrito, cedi a ela. V. Ex<sup>a</sup> falará em seguida, após a Senadora Vanessa Grazziotin, que dispõe de 20 minutos.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paim, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que era o primeiro orador inscrito, pela permuta que fez comigo, o que me permitiu falar neste momento.

Aproveito para cumprimentar de público o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Marisa Serrano pelo aniversário.

Senadora Marisa Serrano, eu, que fui Deputada com V. Ex<sup>a</sup>, cumprimento-a pelo seu aniversário, mas triste por saber, neste exato momento, que V. Ex<sup>a</sup> nos deixará. Certamente, a bancada feminina ficará menos forte com a ausência de V. Ex<sup>a</sup>, que tem cumprido de forma ativa, dedicada, as suas responsabilidades como Senadora da República, como representante que é do Estado do Mato Grosso do Sul. V. Ex<sup>a</sup> deixará uma lacuna para o Senado como um todo, principalmente no que diz respeito à luta das mulheres. É muito difícil chegar ao Senado da República, e, para uma mulher, as dificuldades são maiores ainda.

Receba minhas homenagens, Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (Bloco/PSDB – MS) – Eu quero agradecer muito as suas palavras, as palavras do Senador Paulo Paim, agradecer a todos os meus companheiros com os quais, durante quatro anos, convivemos aqui. Mas dizer que há certos momentos da vida da gente em que há uma decisão a ser tomada. E eu aprendi, nesses mais de 40 anos de vida pública, que se tomam as decisões na hora que precisam ser tomadas. E eu achei que este era o momento de retornar ao meu Estado, continuar trabalhando por Mato Grosso do Sul, analisando as contas públicas no Tribunal de Contas do meu Estado. Eu quero agradecer



as suas palavras, dizendo que eu tenho certeza de que as mulheres aqui do Senado, as Senadoras, vão continuar lutando, brigando, fazendo bonito, mostrando que nós somos capazes, junto com os homens, de ajudar a governar este País. Muito obrigada.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Desejamos todo o sucesso a V. Exª, Senadora Marisa Serrano.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna no dia de hoje é um assunto pouco agradável, que eu, sinceramente, gostaria de não ter que me referir, mas me sinto na obrigação. Sinto-me na obrigação porque, ao ler um dos jornais da cidade de Manaus, edição do dia hoje, Sr. Presidente, fiquei um bocado chocada por uma matéria de página inteira, cuja manchete é a seguinte: “Senador do DEM critica a atuação de amazonenses”. A matéria se refere ao Senador Demóstenes Torres, que acabou de deixar a tribuna, que esteve no meu querido Estado, na minha amada cidade de Manaus, no dia de ontem, para participar do I Congresso Mestiço Brasileiro. Aliás, se tivesse se referido apenas a esse assunto, estaria de bom tamanho, seria muito bem recebido pelos amazonenses. Mas foi ao meu Estado, a minha terra, para criticar toda a bancada parlamentar do Estado do Amazonas. Dizendo o seguinte, está aqui: “Demóstenes Torres afirma que a bancada do Amazonas no Congresso Nacional não tem voz firme em defesa das questões do Estado”.

Quem é este senhor para falar isso da bancada do Amazonas e do Estado do Amazonas? Mesmo porque o que falou demonstra, já de imediato, que não tem o menor domínio sobre a política e a economia do Amazonas, porque, se tivesse, jamais falaria isso. E, quando fala isso e o jornal publica com muito destaque, não desrespeita apenas a bancada de parlamentares – três Senadores e oito Deputados Federais. Inclusive um Deputado Federal correligionário dele, do próprio partido dele, o qual ele sequer poupou. Mas ele não desrespeita apenas a bancada de parlamentares, não. Desrespeita a população do Estado do Amazonas, que soube e sabe escolher os seus representantes. Se nós somos Senadores da República, se o Amazonas tem oito Deputados Federais, é porque todos foram eleitos com o voto da maioria da população.

Senador Demóstenes, o gesto de V. Exª foi muito mais do que um gesto deselegante, muito mais do que um gesto desrespeitoso para com os parlamentares e para com o povo amazonense. Nós temos muitas divergências políticas, Senador – muitas, não são poucas. V. Exª acabou de sair da tribuna, fazendo um pronunciamento com o qual eu não concordo.

Agora, se um dia eu for ao seu Estado de Goiás, eu não vou dizer no seu Estado de Goiás que a sua postura aqui prejudica o Estado. Eu vou dizer: tenho divergências. Mas é um colega parlamentar. Eu nunca vi isso na minha vida.

Eu fui Vereadora da cidade de Manaus durante 10 anos. Fomos companheiros, eu, o Senador João Pedro e o ex-Senador, falecido, Jefferson Péres. Tínhamos divergências, em alguns momentos, com o Senador Jefferson Peres – eu e o Senador João Pedro, quando éramos Vereadores. Fui Deputada Federal durante 12 anos, nunca fui ao Estado de ninguém criticar quem quer que fosse, principalmente quando a crítica é vazia, quando a crítica não tem base nenhuma, absolutamente nenhuma.

Diz aqui, está entre aspas, no jornal, que o Senador Demóstenes Torres afirmou que “é vergonhoso”. Vergonhoso! Eu até tive muita precaução, antes de vir à tribuna. Liguei, falei com os jornalistas: “Mas foram esses os termos utilizados mesmo?” Foram exatamente esses termos, Senador Mário Couto: “...é vergonhoso que a bancada amazonense não tenha uma voz opostora ao Governo Federal para que haja uma melhor defesa dos interesses do Estado.

Segundo ele, “as amarras políticas firmadas pela maioria dos parlamentares, durante o período eleitoral, impedem que o Amazonas seja melhor representado e defendido”.

Não tenho amarras. Que V. Exª não meça a prática dos outros pela sua. Não tenho amarras com ninguém; nunca tive na minha vida. Tenho certeza de que nenhum dos Senadores e dos Deputados amazonenses tem. Nenhum! Nós temos compromissos, sim, políticos com o Governo, que passam pela defesa da Zona Franca de Manaus.

Fiz questão de passar boa parte da manhã no meu Gabinete, organizando, de forma muito simples – não é nenhum livro. Não são discursos, são tópicos, números, que mostram o que tem sido a Zona Franca de Manaus nesses últimos anos, desde a sua fundação até agora, o quanto a Zona Franca de Manaus sofreu nos governos anteriores e o quanto ela tem sido prestigiada pelo Governo do Presidente Lula e agora pelo Governo da Presidenta Dilma.

A Presidenta Dilma, quando candidata à Presidência da República, não foi nenhuma vez ao meu querido Estado do Amazonas. Nenhuma vez! Como não foi ao Ceará. Ao Amazonas, não foi uma única vez, mas recebeu, lá no Amazonas, a maior votação proporcional do Brasil. E por que recebeu a maior votação proporcional do Brasil? Porque é uma forma de o povo amazonense reconhecer não a pessoa da Presidente, que nunca teve tradição na política, no Parlamento, onde quer

que seja. Mal o povo do meu Estado a conhecia, mas sabia que a promessa do seu projeto de governo era a continuidade do projeto do governo Lula.

E olha aqui, Senador. V. Ex<sup>a</sup> deveria olhar um pouquinho mais para trás, alguns anos antes. Aliás, no período do governo Fernando Henrique, havia muitos amazonenses influentes, Ministros de Estado inclusive. Nunca conseguimos a prorrogação da Zona Franca de Manaus.

E o incentivo fiscal dado à Zona Franca de Manaus é muito diferente de outros dados no Brasil, porque o incentivo fiscal não é para a fábrica se instalar, como muitos Estados fazem – não são cobrados ICMS, ISS e IPTU. Não. O incentivo dado na Zona Franca de Manaus é ao produto. Portanto, só recebe incentivo quem produzir.

Senador Benedito de Lira, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, para uma empresa se instalar num lugar tão distante, de acesso tão difícil, como o nosso querido Amazonas, ela precisa ter segurança. E não é segurança de dois ou três anos; é uma segurança de, no mínimo, dez, quinze, vinte anos. E pedíamos muito, eu era Deputada de oposição, ao governo Fernando Henrique, mas nunca me furtei de ir com a bancada inteira, inclusive com aquele que foi Ministro do Fernando Henrique, ao gabinete do ex-Presidente para pedir a prorrogação da Zona Franca. Nunca conseguimos nada! Absolutamente nada! Nunca conseguimos nada!

A Lei de Informática, de 1991, que foi, Senador Inácio Arruda, reformada em 2001, em pleno governo de Fernando Henrique, acabou com a Zona Franca de Manaus. Ela tirou fábricas. Ela suprimiu empregos do nosso Estado.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Já concedo.

Ela suprimiu empregos do nosso Estado. O Presidente Lula, quando foi a Manaus, na sua primeira campanha, disse: “Não, vou tratar a Zona Franca de Manaus diferente.” E tratou. Hoje estão aqui os números alvissareiros. Não pensem que o Presidente Lula fez isso pela Zona Franca porque tinha uma oposição. O que é isso? Ele fez porque ele quis.

Antes de conceder o aparte ao Senador João Pedro, vou lembrar apenas aqui o último episódio acontecido: um Deputado Federal do Rio de Janeiro, do PSDB, apresentou um projeto de emenda à Constituição, um projeto que estendia os incentivos fiscais da produção de CD e DVD para todo o Brasil. Hoje, CDs e DVDs são produzidos em quase 90% na Zona Franca de Manaus. Se fosse aprovado aquele projeto de emenda à Constituição, no dia seguinte, as fábricas

estariam em São Paulo, no Rio de Janeiro, porque é lá que está o grande mercado consumidor. Perderíamos a votação, se fosse a plenário, na Câmara dos Deputados, porque o Sul queria, as bancadas do Sul, inclusive do Nordeste, achando que poderiam também se beneficiar levando indústrias para suas localidades.

Mas fizemos um movimento com o Presidente Lula, que disse o seguinte: “Não vamos votar PEC nenhuma que prejudique a Zona Franca, que subtraia qualquer emprego!” Nenhuma! Nenhuma! E a PEC está lá. Não foi votada, apesar da maioria que acompanhava o Presidente Lula concordar com a aprovação. O Presidente Lula foi capaz de convencer e disse o seguinte: “Não podemos prejudicar um Estado que tem tanta necessidade como tem a Zona Franca de Manaus.”

Então, penso que quem vai ao meu Estado falar, de forma generalizada, de todos os Parlamentares, primeiro, não conhece a realidade e, segundo... Repito, não foi apenas uma manifestação infeliz. Não foi, não! Não foi uma manifestação deselegante. Foi muito mais do que isso, foi uma manifestação desrespeitosa; um respeito que eu achei que estávamos construindo aqui, um respeito com relação ao tratamento que merecem ter todos os Parlamentares.

Por mais que eu tenha divergências políticas, eu não posso chegar ao Estado do outro sem conhecer a realidade e, genericamente, dizer o seguinte: “Que é uma vergonha, que não tem nenhuma voz ativa, porque todos estão amarrados ao Governo, portanto não vão poder falar, nem lutar, a favor do seu Estado e da sua gente!” Se essa é a prática de quem falou, pois fique sabendo quem falou que não é a minha prática. Sei que não é prática de V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Pedro. Não é. Ninguém pode achar que os outros têm as mesmas práticas que a gente tem. Eu jamais tive essa prática na minha vida.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Pedro.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Senadora Vanessa Grazziotin, obrigado pelo aparte. Eu sou o oitavo ou o nono inscrito, mas quero entrar no conteúdo para refutar, de forma peremptória, essa avaliação desrespeitosa ao Amazonas do Senador Demóstenes, no dia de ontem, na segunda-feira, em Manaus. Foi extremamente deselegante, porque não tinha nenhum Parlamentar no evento. É evidente que eu não sei o contexto. O certo é que um dos principais jornais do Amazonas publicou a opinião do Senador Demóstenes. Eu quero dizer, primeiro, que não tenho amarras e, segundo, que tenho orgulho de defender o Governo que temos e tenho tranquilidade para dizer o que o Governo fez, de 2003 para cá, pelo Amazonas. Presidente Paim, quando o Presidente Lula assumiu em 2003, esse grande parque industrial tinha 35 mil

trabalhadores. Serra era o Ministro do Planejamento. Pois ele não ia às reuniões do Conselho Administrativo da Suframa. Tentaram acabar com a Zona Franca. Fernando Henrique, os seus Ministros, todos tentaram acabar – essa é que é a verdade! O Presidente Lula, no primeiro semestre, prorrogou a Zona Franca por mais dez anos e deu tranquilidade para os outros projetos, para que o empresariado investisse na Zona Franca. Esse é o projeto que hoje tem 115 mil trabalhadores diretos. E nós temos uma luta dura, política, não contra o Governo, não, mas contra os interesses regionais. De São Paulo, todo mundo sabe, todas as regiões sabem da política ostensiva, da forma como trata o ICMS, a sua política, tentar acabar, tirar os empregos da Zona Franca de Manaus. E nós lutamos, não contra o Governo Federal, não – nós estamos juntos e tempos orgulho deste Governo –, contra os interesses de São Paulo, essa é a verdade. E vai o Senador Demóstenes, não sei se ele está com saudades do Senador Arthur Virgílio, que passou por esta Casa... É fácil: compra a passagem e vai a Portugal, que o Senador está lá. Mas o Amazonas tem essa bancada porque assim quis o povo do Amazonas; tem os Deputados e Senadores porque assim quis o eleitorado do Amazonas. Eu venho de 2006. Para chegar aqui fui Deputado Estadual; para chegar aqui fui Vereador de Manaus; para chegar aqui, anos e anos de militância nos movimentos sociais, defendendo a Amazônia, defendendo os povos indígenas, defendendo os trabalhadores, indo para frente de fábrica. Essa é a minha vida! Então, não aceito essa avaliação, essa descortesia, esse desrespeito com a bancada do Amazonas. Nesse sentido, quero prestar minha solidariedade ao discurso da Senadora Vanessa, que não pode ser de outra forma, não pode ser de outra forma. Nós temos que refutar esse tipo de coleguismo, esse tipo de avaliação, que não é contra os Senadores não, mas é contra a sabedoria do voto popular, do eleitorado de Manaus, que assim escolheu os Deputados Federais e os Senadores do Amazonas. Muito obrigado, Senadora.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador João Pedro, que não apenas engrandece o meu pronunciamento, mas exemplifica da melhor forma. É o que nós estamos procurando dizer aqui. Tenho certeza de que, se o Senador Eduardo Braga aqui estivesse, que foi Governador por duas vezes do Estado do Amazonas, um Governador extremamente bem avaliado, estaria agindo e reagindo da mesma forma.

Senador Demóstenes, eu acho que V. Exª poderia procurar o jornal *A Crítica* e dizer que não foi exatamente isso que V. Exª quis dizer. V. Exª não venha dizer que a medida provisória A ou B está acabando

com o Amazonas. Nós passamos quinze dias reunidos com a Presidenta Dilma, que nos recebeu, recebeu o Governador do Amazonas, e estamos tratando nossas questões.

Se hoje nós temos problema com o *tablet* – e estou com o meu *tablet* ali –, não é por causa da Presidenta Dilma, não é por causa do Presidente Lula, não; é por causa do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele, sim, fez mudanças na lei de informática, com o consentimento de um líder seu, de um líder que se gaba de ter sido líder por mais tempo, por onze anos, mas não teve a força para impedir, a força que nós estamos tendo – e tivemos durante oito anos com o Presidente Lula e estamos tendo agora.

Inclusive o Deputado do Partido de V. Exª que V. Exª também desrespeitou, porque lá no Amazonas nós temos um partido que é maior do que nossos outros partidos, que é a defesa dos empregos, é a defesa da região, e eu penso que essa deve ser a bandeira de todos nós. Porque, para mim, não é importante só defender a Amazônia, que é uma região menos desenvolvida do que o Sudeste, do que o Sul do País, mas é importante apoiar os nordestinos também, na defesa do seu progresso, para diminuir essa grande desigualdade que, infelizmente, marca o nosso País.

Mas eu vou levantar um outro exemplo aqui, Senador Demóstenes, porque o senhor precisa conhecer mais antes de voltar ao nosso Estado e falar. O Estado do Amazonas, que é o Estado maior do Brasil, em termos de tamanho, em termos de território, tem também a maior reserva de gás natural em terra firme. Mas a nossa energia era gerada – e boa parte ainda é – por óleo diesel, óleo combustível, poluente, em plena Floresta Amazônica. E nós, lá, com a maior reserva de gás natural em terra firme. Pois o seu ex-Presidente querido, de quem o senhor tem tanta saudade, queria privatizar essa riqueza, que não é do presidente A e nem do presidente B, é do povo brasileiro – queria privatizar. Foi preciso que entrássemos com uma ação na justiça para não permitir mais um entreguismo no Brasil. E conseguimos barrar, ganhamos na Justiça Federal, a privatização não se efetivou, nem para a exploração, nem para o transporte, nem para a comercialização.

O Presidente Lula, quando candidato em 2002, prometeu-nos: “Vamos fazer o gasoduto” – e a Ministra de Minas e Energia à época era a hoje Presidenta Dilma. A primeira coisa que eles assinaram a favor do Amazonas, e depois veio a prorrogação da Zona Franca, foi a construção do gasoduto.

Então, a bancada é, sim, madura. A bancada sabe agir, porque a gente faz oposição àquilo que não é bom, a gente faz oposição àquilo que é ruim, àquilo que não ajuda o Brasil, àquilo que não ajuda o povo.

E esse não foi o governo do Presidente Lula e nem é o Governo da Presidenta Dilma. São governos bons, que olham para o povo.

Eu vim agora da OIT, e fiquei orgulhosa, meu Líder Inácio Arruda, de ver que nenhum diretor da ONU deixou de citar o Brasil quando fazia discurso. Nenhum deles. E falavam sobre o processo de inclusão social em que a gente vive.

Agora, tenho aqui, e vou ofertar a V. Ex<sup>a</sup> – se V. Ex<sup>a</sup> não lê os assuntos regionais, só os assuntos nacionais, então, antes de ir a uma região, procure ler.

Está aqui: o Polo Industrial de Manaus fechou o primeiro quadrimestre de 2001 contabilizando novos recordes, Senador Paim, contabilizando novos recordes de faturamento e geração de empregos.

No período de janeiro a abril deste ano, as indústrias do Polo Industrial da Zona Franca faturaram quase US\$13 bilhões, um aumento de quase 23% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Será que esse é um Governo ruim? Estamos agora, em todas essas medidas provisórias, inclusive a dos *tablets*, tentando resolver o problema da Zona Franca que, volto a repetir, não foi criado pelo Governo Lula, foi criado lá atrás quando a Lei de Informática foi modificada em 2001.

Vejo que V. Ex<sup>a</sup> está de pé, solicitando o aparte e vou conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes.

**O Sr. Demóstenes Torres** (Bloco/DEM – GO) – De pé, Senadora Vanessa Grazziotin, não se pede aparte.

Estou de pé para ouvir V. Ex<sup>a</sup> e, em seguida, vou pedir a palavra pelo art. 14, para dar as explicações necessárias.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Está certo. Ainda quero concluir o meu pronunciamento e vou concluir pedindo que V. Ex<sup>a</sup> procure o jornal *A Crítica*, procure o jornal para dizer que o senhor não quis desrespeitar a Bancada do Estado do Amazonas, que em nenhum momento esse foi o seu objetivo; que o senhor procure o jornal *A Crítica* para dizer que o senhor não tem conhecimento nenhum em relação ao Estado do Amazonas e à Zona Franca de Manaus, porque, se o senhor tivesse conhecimento, não teria dito à imprensa o que o senhor disse.

O senhor foi participar de um encontro relativo a mestiços. Para que chegar lá e desrespeitar de uma forma tão grosseira, Senador, tão grosseira, toda uma bancada? Uma bancada que luta, uma bancada que se dedica, uma bancada que não tem nem nome. O meu nome, o nome do Senador João Pedro, o nome do Senador Eduardo Braga, o nome da Deputada Rebecca Garcia, o nome do Deputado Silas Câmara,

o nome do Deputado Átila Lins, o nome do Deputado Praciano, o nome do Deputado Pauderney, do seu partido, todos nós temos um único nome chamado Zona Franca de Manaus.

Não é fácil, não é fácil ser Parlamentar do Amazonas. Não é fácil ser parlamentar de um Estado que abriga um projeto que é uma exceção no Brasil. Agora mesmo vamos começar a debater a reforma tributária. Para nós, esse é o tema mais difícil. Por quê? A legislação, o sistema tributário brasileiro é um, o nosso regime é completamente diferente e, se não for tudo absolutamente cuidado, nós podemos sofrer.

Agora mesmo, repito, a medida provisória dos *tablets*. Quem é que diz que o *tablet* não é computador, Senador Paim? O *tablet* é um computador. Então, não há erro. Não há erro nenhum em incluir *tablet* como um bem de informática na Lei de Informática.

Nós estamos negociando com o Governo para que o Estado do Amazonas não perca a competitividade, não na produção do produto acabado, mas nas peças, nas partes. Hoje já conseguimos, mesmo com a Lei de Informática, nós já conseguimos ser competitivos na produção, por exemplo, de placa-mãe, na produção de carregadores de celulares, de alguns elementos, de alguns itens. Estamos negociando isso com o Governo.

Quanto ao problema da televisão a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, está um zum-zum-zum, mas a Presidenta Dilma foi a primeira a dizer: “Nós não vamos prejudicar a Zona Franca de Manaus, de maneira nenhuma”. E eu não acredito nas palavras, eu acredito nos atos, porque, mais do que as palavras, valem os atos.

Olha, Senador, o povo do Amazonas talvez seja o mais consciente. Ele deu, sem receber a visita da Presidenta Dilma, que não foi lá nenhuma vez durante a campanha, a maior votação e não deu à toa, não, Senador Paim, foi porque estava cansado de sofrer com governos anteriores, que queriam privatizar o gás, que não permitiam a prorrogação da Zona Franca de Manaus. E não era apenas o Presidente, era também o Governo de São Paulo, adotando medidas para prejudicar, sobretaxando, sobretaxando produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, Senador Mozarildo, sobretaxando. Foi isso que o então Governador José Serra fez conosco. E o povo não é bobo, não. Deu a José Serra 8% dos votos na campanha para presidente em primeiro turno. Foi tudo o que ele recebeu do povo do Estado do Amazonas.

Mas é aquilo, a vida é assim. Eu não tenho problema nenhum com a vida. A vida é bonita! A vida dá aquilo que a gente planta! A gente colhe aquilo que a gente planta!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Repito aqui: fui vereadora dez anos, fui Deputada Federal dez anos, Deputado Caiado. Eu nunca vi nenhum companheiro, nenhum colega, nenhum colega ir ao Estado do outro e desancar, falar mal de todo mundo, porque não defende... Não. Isso não é coisa que se faça. Essa não é a prática do Parlamento brasileiro. E mais, sem base, repito, sem base nenhuma. Estou aqui com os números. Acabei de ler um, mas tenho muitos outros, na Zona Franca de Manaus, do quanto temos crescido.

Não foi fácil para o Presidente Lula. Não sei se o Deputado Caiado, que aqui está, se lembra da PEC da Música? Quanto à PEC da Música, músicos de Goiânia pediam para a Bancada de Goiás votar na PEC da Música. Com a PEC da Música, o que aconteceria? Senador João Pedro, acabariam as fábricas de CDs e DVDs da Zona Franca. Pois foi preciso o Presidente Lula entrar, ela nem chegou ao Senado, nós retiramos esse trabalho do Senado da República. Resolvemos lá, porque tivemos e contamos com a ajuda do Presidente Lula.

Sr. Presidente, só quero dizer que eu vou pedir questão de ordem também, porque eu aqui não fiz nenhum discurso desrespeitando ninguém.

Eu apenas comentei algo, esse, sim, que foi desrespeitoso não a mim, mas a um Estado, a uma bancada, a um povo, um povo que luta muito para, lá do meio da selva amazônica, ter direito a um emprego e ter direito a um trabalho.

Repito, no Amazonas cada qual tem o seu partido, mas, quando viermos de lá, viramos defensores da Zona Franca, porque ela representa a sobrevivência da nossa gente e do nosso povo sofrido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Demóstenes Torres, que já a solicitou, baseado no art. 14, por 5 minutos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª Senadora e Srs. Senadores, até porque o Parlamento é lugar de falar. Não é verdade? Acho que, mesmo se não estivesse no Regimento, eu teria o direito de falar.

Fui ao Estado do Amazonas, convidado pelo Movimento Nação Mestiça, para falar justamente sobre a necessidade de cotas sociais, cotas para pobres e não cotas para raças, para etnias. Todo pobre ter a possibilidade de ingressar na faculdade em razão da sua condição econômica e não em razão da cor da sua pele.

A Senadora Vanezza Grazziotin me conhece pouco. O Senador João Pedro me conhece mais. Quando tenho de apontar o dedo, eu não uso a bancada. Eu

não falo isso, eu não falo aquilo. Aqui há vários Senadores que tive a oportunidade de enfrentar e que me respeitam porque eu o fiz de frente. Não ajo de maneira dissimulada, não.

Não fui lá para falar contra quem quer que seja. Não o fiz. Não falei de fulano, não agredi e não mencionei. Aliás, mencionei o nome de um único Senador do Estado do Amazonas lá, foi o ex- governador, hoje nosso colega, Eduardo Braga, quando, num artigo, disseram que há, hoje, racismo ambiental em que os negros são colocados justamente nos lugares onde tem esgoto, isso e aquilo outro. Eu dizia que não era meu adversário político, mas estive lá quando da morte do Senador Jefferson Peres, estava lá também o Senador Eduardo Suplicy, e o então Governador nos mostrou a obra que estava fazendo em favor dos pobres independentemente da cor. Então, o único Senador que mencionei foi para elogiar.

Segundo, perguntado – está gravado em vários canais de televisão, dei entrevistas para rádio ao vivo – e indagado o seguinte: “Se os Senadores – e não a bancada, não sei como votaram os Parlamentares, os Deputados Federais – se os Senadores do Amazonas tinham votado contra os interesses do Estado do Amazonas nessa PEC referente à PEC anterior que nós votamos aqui, se tinham votado...” Falei: “Não votaram contra, mas se abstiveram”. Na prática, votaram contra os interesses do Estado do Amazonas repito aqui. É só pegar o § 7º. O art. 15 que introduz o § 7º, que diz o seguinte:

Aplicam-se aos bens desenvolvidos no país, que sejam incluídos na categoria de bens de informática e automação por essa lei, conforme regulamento os seguintes percentuais: redução de 100% do imposto tal...

Ou seja, estendeu-se para o Brasil, nesse item, o que só era da Zona Franca de Manaus. E, aliás, eu ainda disse: “Na ocasião, o Senador Mário Couto usou da palavra e disse: ‘Que saudade do Senador Arthur Virgílio’”. Disse ou não disse, Senador Mário Couto?

Eu disse aqui, eu disse o seguinte: “Então, não é que votaram contra. Deixaram de votar, se abstiveram”. Pode pegar aí... Eu não tinha nada com isso. Agora me perguntaram, eu vou falar o quê? Eu vou ficar calado?

E eu disse o seguinte: “Ora, são as amarras! Que amarras? Amarras políticas”. Ou eu estou dizendo que os senhores são... Ou não? Os senhores não votaram contra o Governo. Ou seja, de certa forma, não cancelaram o interesse do Estado de V. Exªs. Por que razão? Por conta do Palácio. Infelizmente tem muitos Parlamentares que são manietados pelo Palácio. Fazem o que o Palácio quer. Agora, o culpado sou eu?

Eu fui lá, perguntaram e eu respondi. Não faltei com a cortesia, não faltei com o respeito e não o faço. Nenhum Senador aqui... Perguntem ao Senador Renan Calheiros se alguma vez eu faltei com o respeito a ele, mesmo nos embates mais duros. Perguntem ao Senador José Sarney. Perguntem à Senadora Serys Slhessarenko. Naquela ocasião, votei pela absolvição dela. Hoje, está aí provado nos jornais que ela era inocente. Eu tinha convicção que havia alguma coisa por trás. Isso é um sentimento, é um *feeling* que tem quem milita na justiça o tempo inteiro. Eu sabia que tinha alguma coisa contra a Senadora Serys. E está provado hoje que teve alguma coisa contra a Senadora Serys.

Está aí o Senador Magno Malta que foi investigado por mim. Até o último minuto, dei trabalho para o Senador, quebrei todos os sigilos dele e votei pela absolvição dele.

Agora, espera lá... Senador Mozarildo.. eu não fui jamais, ainda mais de graça, levianamente, vou brigar com a Senadora Vanessa Grazziotin por quê? Vou brigar com o Senador João Pedro por quê? Qual é a razão? Eu vou chegar lá e falar mal deles. Qual é a razão disso? A única oportunidade que tive foi para falar bem de um Senador, que eu conheci e que fez uma obra que, na minha opinião, era importante.

Agora, perguntado eu não posso falar: Olha, eu não estava lá, eu não vi. Os senhores não votaram. Eu vou dizer o quê? Os senhores não votaram em favor do Estado do Amazonas. Não votaram contra, mas não votaram a favor. Obedeceram ao Palácio.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concluindo Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Então é isso. Foi exatamente isso que aconteceu. Não faltei com respeito, não fui leviano, não critiquei o Estado do Amazonas. Pelo contrário, ainda lembrei que o Estado Amazonas, no fim do século XIX, no ciclo da borracha, mantinha o Brasil.

Então eu não vou considerar essa questão, sei que V. Ex<sup>as</sup> ficaram magoados. Eu não esperava que o jornal fosse colocar isso na primeira página. Para quê? Uma bobagem! Agora, fui perguntado e respondi. Os senhores, realmente deixaram; poderiam ter feito uma menção expressa contra este art. 5º, que introduziu o § 7º, que estendeu o benefício para o resto do País nesse item. Ponto final. Não houve desrespeito, não vou ligar para jornal coisa nenhuma, eu disse mesmo.

E o meu objetivo lá era outro, fui receber uma comenda do Nação Mestiça, por dizer que o Brasil não é feito só de brancos e negros, que os caboclos amazônicos também existem. Então é isso.

Agradeço. Muito obrigado. Não desrespeitei, não faltei com o decoro, não ataquei nenhum colega, não

disse nada de ninguém e quando mencionei o nome do Senador do Amazonas foi para elogiar.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, como Líder.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não quero transformar o Senado numa discussão que envolve o pronunciamento de outro Senador que acaba de usar o Regimento, o art. 14.

Mas eu quero dizer que se fosse pelas explicações ouvidas, se, de fato, a intervenção se resumisse a isso não teria problema nenhum, nenhum; não teria problema. Nossos votos, eles são públicos, o Brasil inteiro os conhece, e o nosso Estado mais ainda. O problema é que foi muito além, chamou a atuação da bancada de vergonhosa. Então, Sr. Presidente, é contra isso que nós estamos nos insurgindo. É somente contra isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu faço um apelo a todos os Senadores.

Senador Mário Couto, com a palavra.

Senador Mozarildo, a ordem é um líder e um inscrito. O meu tempo eu cedi para a Senadora Vanessa Grazziotin.

Agora o Mário Couto vai falar como líder; em seguida, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> quer falar no meu lugar?

Não? Espera? Senão eu lhe cederia com o maior prazer.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Demóstenes Torres, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que acredito nas suas afirmações.

Tenho certeza de que, pelo seu caráter demonstrado nesses quatro anos em que milita nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> não iria para Manaus para faltar com a ética a um colega. Tenho certeza disso. Tenho certeza de que as afirmações de V. Ex<sup>a</sup> foram no sentido de mostrar a votação naquela noite. Inclusive, meu caro Senador, naquela oportunidade da votação, Senador João Pedro, eu chamei desta tribuna os Senadores amazonenses. Clamei, por várias vezes, a presença de V. Ex<sup>as</sup> aqui no plenário, pois tinham dito a mim que os Senadores amazonenses estavam no cafezinho. Eu aqui clamei: “Que venham os Senadores amazonenses defender o seu Estado”. Mas não vi. É verdade. E deve ser isso que o Senador Demóstenes Torres mencionou lá em Manaus.

Mas, na fala da nobre, querida,...

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Eu falei nesse dia, Senador Mário Couto. Eu fui para a tribuna no dia da votação.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Mas na hora da votação V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui. É melhor ficarmos calados...

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Eu estava. Não, não. Eu estava, sim.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – ...e deixarmos a coisa passar.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Estava, sim.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – É melhor, Senador.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Eu não ouvi V. Ex<sup>a</sup>. Eu não ouvi V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que eu fui para esta tribuna, aí mesmo.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – É melhor não falar mais, senão eu vou alongar a discussão.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Não, não. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser falar, fale. Eu estou aqui para ouvi-lo.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Eu vou alongar a discussão, Senador!

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Então, fale. Fale!

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Senador, eu o chamei. Eu o chamei. Eu o chamei. Eu clamei: “Que venham os Senadores amazonenses votar em favor de seu Estado”.

Na hora da votação eu olhei, e o senhor não estava aqui, Senador.

Ai, Jesus Cristo! Ave Maria! Nossa Senhora de Nazaré, minha querida padroeira! É isso que acontece. É isso que acontece. Tem que obedecer às ordens do Palácio. E aí complica.

Só quero deixar muito claro, Senadora... Senadora Vanessa? Senadora Vanessa? Eu a elogiei tanto hoje, Senadora. Desde que cheguei aqui, eu a estou elogiando, mas agora não vou poder fazer isso da tribuna.

A senhora sabe, Senadora, quem foi que elogiou Fernando Henrique Cardoso por carta escrita? Eu li nesta tribuna poucos dias atrás. A senhora sabe quem foi? Sabe não, Senadora? Olhe para mim, Senadora. Olhe para mim, querida. Você é tão bonita. Olhe para mim. Olhe para mim, Senadora.

Foi a Dilma. A Dilma reconheceu quem é Fernando Henrique Cardoso. Reconheceu em todos os seus méritos. Olhe que o Lula não queria, hein? O Lula foi, foi, foi e jamais reconheceu! Jamais reconheceu! Eu aqui tive que elogiar a Dilma, porque ela teve um caráter muito forte em chegar aqui e reconhecer quem é Fernando Henrique Cardoso.

Mas hoje, por exemplo, não vou poder elogiar a Dilma. Não vou poder elogiar.

Aliás, Presidente Paim, quantos minutos eu tenho? São vinte?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone*) – V. Ex<sup>a</sup> já utilizou quatro minutos. Restam 16 minutos.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Eu posso falar à vontade.

Quando a Dilma, Srs. Senadores, diz...

Olhe só, Senador, como é que está caminhando este País. Eu fico muito preocupado, Senadores. Muito preocupado com a Presidenta da República... Senadora Vânia, olhe aonde nós chegamos! Isso é uma vergonha, Senadora, para a nação. A Presidenta do Brasil vai à imprensa e declara que os gastos públicos da Copa serão sigilosos.

Em que país do mundo inteiro, brasileiros e brasileiras, me diga, Brasil, em que país os gastos públicos são sigilosos?

Estão dizendo por aí que foi um pedido do Ricardo Teixeira. Imagine! O Ricardo Teixeira atrasa propositalmente as obras da Copa do Mundo exatamente para se cair nesta condição, para que a roubalheira seja feita a vossa vontade! Do Ricardo Teixeira, Brasil! Isso é uma desmoralização à Pátria! Isso é uma desmoralização à Pátria!

É terrivelmente ruim, Presidenta, é um mal exemplo, Presidenta, quando Vossa Excelência diz que não vai mostrar o que gastou; quando Vossa Excelência diz que não vai mostrar licitações; quando Vossa Excelência diz à Pátria amada que não vai mostrar os gastos públicos da Copa do Mundo, Vossa Excelência está dizendo à Nação: isso aqui está uma avacalhação, Nação! É isso que se imagina.

Não bastassem aqueles gastos sigilosos da Presidência da República, agora a Nação vê estarecida as afirmações da Presidenta da República!

Nenhum, Mozarildo, nenhum Governo na história deste País, nenhum Presidente na história deste País, minha querida Vânia, nenhum chegou ao absurdo e à estupidez, Presidente, de dizer que os gastos públicos da Copa do Mundo são sigilosos, que a Nação brasileira não tem o direito de saber, que o povo brasileiro não tem o direito de saber, que aquele que paga os seus impostos devidamente em dia não têm o direito de saber como foi aplicado o seu dinheiro!

O que deve estar pensando o povo brasileiro nesta hora? Que neste País tudo pode! Que este País não é sério! Que neste País a própria Presidenta da República esconde o que quer! A própria Presidenta da República não mostra a sua lisura, esconde essa lisura!

E os tribunais? Onde estão os tribunais? O Lula desqualificou o Tribunal de Contas da União. A Dilma diz que acertou: “Eu acertei com o Tribunal de Contas da União.” Acertou o quê, Brasil? O que é que a Dilma acertou com o Tribunal de Contas da União? Acertou em não mostrar os gastos públicos, Brasil? É uma vergonha, é um mau exemplo.

O que não deve estar dizendo o Pagot numa hora dessas? Ele deve estar dizendo: eu não te disse, Mário Couto, que não adiantava falar aí? Eu não te disse, Mário Couto, que quem tem razão sou eu, que é bom roubar neste Brasil?

Já chegaram ao cinismo de me levarem para o Supremo Tribunal Federal quatro vezes, Senador, para calar a minha voz nesta tribuna. Já me mandaram para o Conselho de Ética nesta Casa para calar a minha voz nesta tribuna. Não vão calar. Jamais calarei. Irei até o último dia do meu mandato fazendo aquilo que o povo me atribuiu.

Mas eu nunca pensei, sinceramente, nunca pensei em um dia vir à tribuna do Senado Federal para dizer que a Presidenta do Brasil está escondendo os gastos públicos. Reclamei aqui dos gastos de custeio, mostrei que a Senhora Presidenta da República gasta em sua casa, gasta em seu gabinete. Mostrei que a esposa do ex-Presidente tinha 106 sapatos. E eu perguntei, até me lembro, se era uma centopeia para usar tanto sapato. Mostrei que uma faixa de Presidente da República custa, neste País, R\$50 mil, Brasil. Isso não é dado da minha cabeça não, Brasil. Isso é dado do Tribunal de Contas da União, da Fundação Getúlio Vargas.

É inacreditável! Eu jamais pensei, Senadora, que uma presidenta de um país pudesse vir a público dizer que ela vai esconder, vai esconder os gastos. São bilhões, Brasil! Chega a bilhões, Brasil!

O Ricardo Teixeira deve estar pulando de alegria. A Fifa já condenou esse senhor. Eu não sei por que, no Brasil, as pessoas que mexem com dinheiro público continuam ali naquele mesmo lugar e não saem nunca. Eu não sei qual é a proteção que essas pessoas têm tem, Senadora, porque são muito fortes. A Fifa denunciou esse senhor, e ele agora vem por trás de tudo... A idealização desse projeto de ocultar as despesas públicas é do Ricardo Teixeira. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Propositalmente, ele deixou as obras atrasarem para criar tipo uma emergência, criar uma estupidez. Criar uma afronta ao povo brasileiro. Criar uma desmoralização ao País. Aonde vamos chegar, meu caro Senador? Aonde vamos chegar?

Desce um Senador da tribuna, e eu fiquei escutando atentamente o brilhante pronunciamento do Senador Demóstenes. E quanta coisa temos que falar, Senador. Querem dizer que o Brasil é um país em fran-

co desenvolvimento, que a sociedade mudou e muda toda hora, e estão inventando coisas impressionantes, coisas que serão votadas aqui neste Senado, coisas de arrepiar o cabelo, Senadores, como, ainda há pouco, o Senador Demóstenes mostrou a todos nós.

Sei que hoje há muitos oradores, Sr. Presidente, não vou me alongar. Mas desço desta tribuna, sinceramente, preocupado com a minha Nação. Como é que se chega ao ponto de dizer à própria Nação que os gastos, aquele dinheiro do imposto de cada cidadão brasileiro... Será feita a vossa vontade. Vai ser feito o que querem com o dinheiro.

O povo brasileiro não vai ter acesso. Pelas palavras da Presidenta, nem os tribunais vão ter acesso. Vai-se fazer o que quiser. Se tiverem de dispensar licitações de milhares e milhares de reais, vão dispensar e dar a quem quiser. São sigilosos! Ninguém vai olhar! Nem Ministério Público, nem tribunais vão ter acesso!

Nação brasileira, é esse o caminho que estão dando para ti, minha querida terra!

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP.) – Concedo a palavra ao Senador Moza-  
rildo Cavalcanti.

Enquanto ele chega à tribuna, vou ler um requerimento.

Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 761, de 2011**, da Senadora Lídice da Mata, dos Senadores José Sarney, Walter Pinheiro e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 23 de agosto seja destinado a reverenciar a memória do cineasta, ator e escritor Glauber Rocha, pela passagem dos 30 anos do seu falecimento, ocorrido em 22 de agosto de 1981.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP.) – Com a palavra, o Senador Moza-  
rildo Cavalcanti.

V. Ex<sup>a</sup> disporá do tempo necessário previsto pelo Regimento Interno.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no sábado, dia 25, acontecerá, em Florianópolis, Santa Catarina, um evento promovido pelo Grande Oriente de Santa Catarina, que pertence



à Confederação Maçônica do Brasil (Comab); evento esse que constará da diplomação do Grão-Mestre, do Grão-Mestre Adjunto e dos veneráveis eleitos. À noite, haverá a posse dessas autoridades maçônicas.

Estarei presente. Vou receber uma comenda da Ordem do Mérito Maçônico. Embora não seja da Confederação da Maçonaria Brasileira (Comab) - sou do Grande Oriente do Brasil -, somos coirmãos.

Tenho muita satisfação de ter sido distinguido com essa Ordem e quero aproveitar para falar um pouco muito mais para os não maçons do que mesmo para os maçons.

Temos, no Brasil, três correntes ou três potências, como chamamos, da maçonaria: o Grande Oriente do Brasil, as Grandes Lojas e os Grandes Orientes Independentes, que formam a Confederação da Maçonaria do Brasil.

Vou ler aqui um breve histórico justamente da Confederação da Maçonaria do Brasil, a Comab, que reúne os Grandes Orientes Independentes:

Em 1973, a Maçonaria no Brasil passou por um processo de declaração conjunto de desfiliação de dez Grandes Orientes Estaduais do Grande Oriente do Brasil.

Esse fato é considerado, junto com o momento histórico de 1927, um dos maiores acontecimentos da História da Maçonaria no Brasil, dando origem ao chamado “Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira”.

Iniciava-se uma nova jornada na Maçonaria brasileira e fixavam-se os alicerces para que outros Grandes Orientes Estaduais se orientassem pelos princípios federativos e constituíssem, primeiramente, um Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria brasileira, que evoluiu para a Confederação Maçônica do Brasil – Comab. (...)

Por convocação do Grão-Mestre de Minas Gerais, Athos Vieira de Andrade, reuniram-se em Belo Horizonte, os Grão-Mestres Danylo José Fernandes, do Grande Oriente de São Paulo; Osmar Maria Diógenes, do Grande Oriente do Ceará; Salatiel de Vasconcelos Silva, do Grande Oriente do Rio Grande do Norte; Celso Clarimundo da Fonseca, do Grande Oriente do Distrito Federal; Nilson Constantino, do Grande Oriente do Mato Grosso; Enoch Vieira dos Santos, do Grande Oriente do Paraná; Miguel Christakis, do Grande Oriente de Santa Catarina; Luiz Alberto de Alcântara Velho Barreto, do Grande Oriente de Pernambuco; Afonso Augusto de Moraes, do Grande Oriente do Maranhão; e Ivan Neiva Neves, do Grande Oriente do Espírito Santo. Resultou dessa reunião a fundação do Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira.

Decidiu-se que:

– cada Grande Oriente Estadual seria autônomo, independente e soberano, reconhecendo os demais como legais e legítimos, com a adoção da Constituição e Regulamento Geral específico;

– que o Colégio de Grãos-Mestres já seria uma instituição confederada, constituída para manter a integridade dos Grandes Orientes, unidos por interesses comuns e que brotaria dentro das vias culturais emergentes, mantida a essencialidade da Maçonaria.

Realizou-se, em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1991, a XXXV Assembléia-Geral do Colégio de Grão-Mestres, tendo como local o Instituto Presbiteriano Nacional de Educação.

A reunião tinha como Edital de Convocação a votação da proposta de reforma do Estatuto e do Regimento Interno da Confederação Maçônica do Brasil – COMAB, ex-Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira.

Então, Sr. Presidente, a partir daí, a Comab se expandiu. Hoje ela está presente em vários Estados do Brasil e tem atuado de maneira muito importante. Embora, repito, seja do Grande Oriente do Brasil, reconheço no movimento maçônico que a Confederação da Maçonaria do Brasil realiza um trabalho muito importante.

Tive a oportunidade, inclusive, de participar da 86ª Assembléia-Geral da Comab aqui em Brasília, quando foram discutidos vários pontos importantes, como o Plano Nacional de Educação, a atuação pela preservação da liberdade de imprensa, a reforma tributária, a reforma da legislação ambiental, o Plano Nacional de Direitos Humanos. E, a partir daí, essa decisão resultou numa audiência que a Comab, Confederação Nacional da Maçonaria do Brasil, teve no dia 12 de abril – a que estava presente o Presidente da Comab, o irmão Rubens Ricardo Franz –, numa ação articulada pelo Senador Casildo Maldaner, com o Senador José Sarney, ex-Presidente da República, como todos sabemos.

E levaram ao Presidente vários itens, para que pudessem ser encaminhados no âmbito do Congresso Nacional, assuntos como, por exemplo, a educação, a questão da emenda constitucional que regulamenta a demarcação de terras indígenas no Brasil, a declaração do direito dos povos indígenas, o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Código Florestal.

Vê-se, portanto, que a Maçonaria, ao contrário do que muitos falam, não é uma instituição que está fechada em si, que não procura interagir com a Nação, com a sociedade, que não participa, portanto, de todos os eventos que têm muito que ver com o futuro deste País.

Quero dizer que Grande Oriente do Brasil é a entidade de onde saíram as grandes lojas e, depois, os Grandes Orientes Independentes, que formam a Comab. Essas três correntes têm tido um trabalho muito bom no que tange a ações sociais, a ações cívicas e à preocupação com o futuro do País; têm investido, sobretudo, nos nossos jovens, procurando formar lideranças que possam, amanhã, estar justamente no comando não só da Maçonaria, mas também dos Municípios, dos Estados e do País.

Quero, portanto, aqui agradecer ao irmão Rubens Ricardo Franz e aos outros irmãos de Santa Catarina, que me prestam essa homenagem no dia 25, e, ao mesmo tempo, dizer que é justamente desta forma que a Maçonaria do século XXI tem de agir: de maneira aberta, colocando, inclusive, em publicações os seus pensamentos, os seus desejos e os seus objetivos.

Tenho certeza de que a Maçonaria unida – tanto o Grande Oriente do Brasil, quanto as grandes lojas, os Grandes Orientes Independentes, reunidos na Confederação da Maçonaria do Brasil – poderá fazer muito – muito mesmo – pela melhoria da realidade do País, principalmente no que tange à educação dos jovens, ao amparo àqueles mais carentes, ao apoio às mulheres e à discussão dos grandes temas nacionais.

É bom que os não maçons saibam que nós não fazemos só reuniões a portas fechadas, para discutir temas da doutrina maçônica, que eu diria que se resume em três palavras: liberdade, igualdade e fraternidade.

Sem essas três palavras, não podemos pensar em construir uma sociedade justa; não podemos pensar em ter uma família apoiada e, portanto em ter o futuro que o País espera.

Quero, ao encerrar, agradecer, mais uma vez, ao Grão Mestre de Santa Catarina, a todos os irmãos de Santa Catarina que compõem o Grande Oriente de Santa Catarina, confederado à Comab.

É uma honra muito grande essa comenda, e a recebo com muito orgulho. E me coloco à disposição, de pé e à ordem, para podermos trabalhar de fato por um Brasil melhor, mais justo; sobretudo, para podermos, como maçons, mostrar à sociedade que não é só a história do Brasil que conta os feitos da Maçonaria no passado, mas do mundo todo. A França o faz, com a Revolução Francesa; os Estados Unidos, com a própria Constituição do país, desde os seus primórdios; o Brasil, com a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República. Mas, sobretudo, nós queremos atuar nas questões atuais, modernas.

Portanto, essa é a Maçonaria do século XXI, que estamos, digamos, consolidando. Nós só poderemos consolidá-la, se, de fato, interagirmos com a socieda-

de e não ficarmos com o preconceito que havia antigamente – da sociedade para conosco, instigada por algumas instituições, e de nós mesmos para com a sociedade, porque achávamos que tínhamos de ocultar o que não temos para ocultar.

A Maçonaria não tem nada para ocultar. A única coisa, Senador Pimentel, que temos, vamos dizer assim, de sigilo entre nós são as formas de nos identificarmos. É a forma de eu chegar, por exemplo, ao Japão e, sem saber uma palavra em japonês, de poder identificar-me com um irmão maçom no Japão; é a forma de podermos, de fato, proteger-nos. Mas isso é muito mais uma herança do passado, quando os maçons foram perseguidos. Eles tinham sinais para se identificarem à distância; tinham toques, para terem certeza de que aquele irmão que fazia um sinal não fazia um sinal eventual; e tinham palavras que realmente consolidavam a qualidade de maçom.

Hoje, nós não temos necessidade sequer de dizer que não somos maçons. As lojas maçônicas estão completamente identificadas, com seus regimentos e constituições registrados nos cartórios. Elas devem, inclusive, ser parceiras dos governos e das outras instituições no combate a várias causas, como, por exemplo, à miséria. Hoje, esse é um programa que a Presidente Dilma lança com muita propriedade.

**O Sr. José Pimentel** (Bloco/PT – CE) – Senador Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Senador, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. José Pimentel** (Bloco/PT – CE) – Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo excelente pronunciamento, pelo resgate histórico do trabalho que esse agrupamento da Maçonaria tem feito pela história do Brasil e, particularmente, do Ocidente. Lembro-me muito bem do debate histórico do Iluminismo, que era a construção do movimento, a partir da França, para que pudesse haver, cada vez mais, uma independência do Estado para com a Igreja na época e, acima de tudo, a consolidação dos três grandes princípios: liberdade, igualdade e fraternidade. Voltando-se ao final do século XVIII e ao início do século XIX, no auge desse movimento aqui na América do Sul e na América Latina, constata-se que a Maçonaria teve um papel fundamental na formação intelectual da nossa juventude, dos nossos libertários e na construção da nossa República. Quando se observa o movimento republicano da metade do século XIX até a implantação da República, sempre havia um maçom na linha de frente. Se voltarmos à nossa Independência – e citamos José Gonçalves Ledo, que a nossa história pouco registra; no final do século XVIII e início do século XIX, um grande batalhador pela nossa Independência –, uma presença

na América do Sul e na América muito forte. Hoje, o mundo vive outro momento, de liberdades, de modernidade, de crescimento econômico, de inclusão social e de diminuição das desigualdades. E é nessa grande agremiação que existem até hoje pessoas integradas discutindo; além de contribuírem com o crescimento econômico brasileiro, contribuem com o fortalecimento das nossas instituições. Lá no nosso Ceará, os maçons têm uma presença muito forte nos vários setores da sociedade. Por isso, quero parabenizá-lo pelo seu belo pronunciamento.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**

– Agradeço, muito sensibilizado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, e repito o que V. Ex<sup>a</sup> bem frisou: a Maçonaria teve, em todos os recantos do mundo, na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, nos países todos e no Brasil, exatamente pela ação dos maçons, o grande movimento de emancipação, de liberdade, de sair, vamos dizer assim, do sistema absolutista, monárquico, fechado, para justamente um modelo democrático, em que a liberdade seja a primeira das ações, a igualdade pregada até hoje cada vez mais atual. Nós queremos que todos sejam, de fato, iguais em direitos e oportunidades.

A fraternidade é uma das virtudes mais importantes do ser humano, poder ser fraterno com o seu

semelhante, poder ser solidário. Tenho certeza de que esse objetivo a Maçonaria atual vai atingir.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero mais uma vez agradecer aos irmãos do Grande Oriente de Santa Catarina, à Confederação Maçônica do Brasil, pela distinção do meu nome, ao conceder a Ordem do Mérito Maçônico, no grau de Grã-Cruz, na categoria de: Maçons regulares de outras obediências, porque, no caso, eu não sou da Comab, como disse no início, sou do Grande Oriente do Brasil, mas somos todos irmãos e todos temos o mesmo pensamento, que é de fazer realmente uma sociedade melhor, mais justa, para que possamos, de fato, amanhã, dizer que somos todos iguais.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que autorize a transcrição, como parte do meu pronunciamento, dos documentos que aqui mencionei, os quais faço questão que sejam parte integrante do meu pronunciamento.

**DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

Pr.:3343/GOSC/2008-2011

Florianópolis, 25 de março de 2011 da E.:V.:

Exmo. Senhor  
Senador da República  
Ir.:Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti

**CONVITE**  
**POSSE DA NOVA ADMINISTRAÇÃO E ENTREGA DA**  
**ORDEM DO MÉRITO MAÇÔNICO - GOSC**

O Grande Oriente de Santa Catarina – GOSC, através deste Grão-Mestrado, indicou e o Colegiado em 04 de dezembro de 2010, aprovou a lista de concessão da Ordem do Mérito Maçônico para o exercício de 2011 (com a finalidade principal de laurear e homenagear pessoas físicas (maçons e não maçons) e jurídicas, órgãos ou entidades, de qualquer nacionalidade, dignas de reconhecimento da Maçonaria ou que se destacaram por serviços à Ordem Maçônica ou na defesa dos valores, princípios e ideais comuns à Maçonaria Universal).

Assim, convidamos o Irmão para ser homenageado e receber comenda “Ordem do Mérito Maçônico – GOSC”, no grau de Grã-Cruz, na categoria de: Maçons regulares de outras obediências da Maçonaria Universal que tenham contribuído para: a liberdade, igualdade e fraternidade; e o crescimento, desenvolvimento, integração e fraternidade entre o povo maçônico.

O evento acontecerá no dia 25/06/2011, em Florianópolis – Santa Catarina - Brasil. Com o seguinte programa:

Dia 25/06/2011 – as 11:00hs – Diplomação do Grão-Mestre, Grão-Mestre Adjunto e Veneráveis Eleitos – Local: Centro Sul – Fpolis.

Dia 25/06/2011 – as 20:30hs – Posse do Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto com jantar dançante de confraternização – Local: Centro Sul – Fpolis.

Confirmação de presença: com o Srta. Alice, telefone +55 (48) 3952-3305 e e-mail: [alice@gosc.org.br](mailto:alice@gosc.org.br).

Sendo o que se apresenta, queira o Senhor receber nossos fraternos abraços, apreço e consideração.

  
Rubens Ricardo Franz  
Grão-Mestre

  
Alair Francisco Tissot  
Grão-Mestre Adjunto

*O Grão-Mestre do Grande Oriente de Santa Catarina,  
RUBENS RICARDO FRANZ, convida  
para a Sessão Magna Pública de  
Transmissão de Cargo e Posse dos Dirigentes  
desta Instituição para o Triênio 2011-2014,*  
**ALAOR FRANCISCO TISSOT**  
**e**  
**JOÃO PAULO SVENTNICKAS,**  
*Respectivamente nos cargos de Grão-Mestre  
e Grão-Mestre Adjunto.*

**Programação**

Data: **Dia 25/06/2011 - às 20h30**  
**Posse do Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto  
e logo após jantar dançante de confraternização**

Local: **Centro Sul - Florianópolis/SC**

*(Traje social - terno e gravata)*

**HISTÓRICO DA COMAB****COLÉGIO DE GRÃO-MESTRES DA MAÇONARIA BRASILEIRA – FUNDADO EM 4 DE AGOSTO DE 1973**

Em 1973, a Maçonaria no Brasil passou por um processo de declaração conjunto de desfiliação de dez Grandes Orientes Estaduais do Grande Oriente do Brasil.

Esse fato é considerado, junto com o momento histórico de 1927, um dos maiores acontecimentos da História da Maçonaria no Brasil, dando origem ao chamado “Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira”.

Iniciava-se uma nova jornada na Maçonaria brasileira e fixavam-se os alicerces para que outros Grandes Orientes Estaduais se orientassem pelos princípios federativos e constituíssem, primeiramente, um Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria brasileira, que evoluiu para a Confederação Maçônica do Brasil – COMAB [SOBRINHO, Octacílio Schüller Sobrinho: “Uma Luz na História: o sentido e a formação da Comab”. Florianópolis: Ed. O PRUMO, 1998. p. 299].

Por convocação do Grão-Mestre de Minas Gerais, Athos Vieira de Andrade, reuniram-se em Belo Horizonte/MG, os Grão-Mestres Danylo José Fernandes, do Grande Oriente de São Paulo, Osmar Maria Diógenes, do Grande Oriente do Ceará, Salatiel de Vasconcelos Silva, do Grande Oriente do Rio Grande do Norte, Celso Clarimundo da Fonseca, do Grande Oriente do Distrito Federal, Nilson Constantino, do Grande Oriente do Mato Grosso, Enoch Vieira dos Santos, do Grande Oriente do Paraná, Miguel Christakis, do Grande Oriente de Santa Catarina, Luiz Alberto de Alcântara Velho Barreto, do Grande Oriente de Pernambuco, Afonso Augusto de Moraes, do Grande Oriente do Maranhão e Ivan Neiva Neves, do Grande do Espírito Santo, resultando, dessa reunião, a fundação do Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira.

Decidiu-se que:

– Cada Grande Oriente Estadual seria autônomo, independente e soberano, reconhecendo os demais como legais e legítimos, com a adoção da Constituição e Regulamento Geral específico;

– Que o Colégio de Grão-Mestres já seria uma instituição confederada, constituída para manter a integridade dos Grandes Orientes, unidos por interesses comuns e que brotaria dentro das vias culturais emergentes, mantida a essencialidade da Maçonaria.

**CONFEDERAÇÃO MAÇÔNICA DO BRASIL – FUNDADA EM 6-4-1991**

Realizou-se em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1991, a “XXXVª Assembleia Geral do Colégio de Grão-Mestres”, tendo como local o Instituto Presbite-

riano Nacional de Educação. [Boletim Oficial do GOSC nº 310/91, de 2 de maio de 1990, p. 19]

A Reunião tinha como “Edital de Convocação” a votação da proposta de reforma do Estatuto e do Regimento Interno da Confederação Maçônica do Brasil – COMAB, ex-Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira.

Um dos pontos de maior evidência debatidos foi a discussão e votação do projeto da “Confederação Maçônica do Brasil”. Este projeto, após discutido, votado e apresentada sua redação final, foi aprovado por unanimidade. Já o Regimento Interno ficou para ser apresentado na Reunião a ser realizada em São Luiz/MA, entre os dias 13 e 16 de junho daquele ano.

Essa alteração objetivou vincular cada Grande Oriente Federado a uma Confederação, sem perda da autonomia, independência e soberania, com as seguintes finalidades:

Representar, de forma confederada, as Potências e Obediências filiadas, mediante deliberação específica, perante as organizações, de maçons do país e do estrangeiro, e perante o mundo profano, tendo em vista a grandeza, a harmonia e a glória da Maçonaria;

Congregar as Obediências no estudo da Filosofia, História, Liturgia e Simbologia Maçônica, induzindo-as à prática da filantropia, do civismo, do desenvolvimento científico, cultural e artístico e ao aprimoramento moral das sociedades sob sua circunscrição;

Colaborar com as autoridades legitimamente constituídas no sentido da ordem, do progresso e do bem-estar da população brasileira;

Incrementar a difusão, pelas federadas, da doutrina e dos postulados da Maçonaria universal e do ideal maçônico;

Estudar e coordenar medidas que possam interessar aos federados, no sentido da ação maçônica conjunta;

Sugerir e estimular instruções maçônicas entre as federadas;

Ativar as relações das federadas entre si, e destas, com outras Potências;

Manter cursos no campo educativo, científico e assistencial, diretamente ou por intermédio das federadas; conceder bolsas de estudos como pessoa humana útil e produtiva à sociedade; e

Manter, em sua sede, biblioteca que mantenha departamento público e maçônico, e estimular a criação e o desenvolvimento de organismos similares pelas federadas.

Assinaram e anuíram a esse novo Estatuto:

- Grande Oriente Autônomo de Alagoas;
- Grande Oriente do Estado do Amazonas;
- Grande Oriente da Bahia;

- Grande Oriente do Ceará;
- Grande Oriente Autônomo do Maranhão;
- Grande Oriente do Mato Grosso;
- Grande Oriente de Mato Grosso do Sul;
- Grande Oriente Minas Gerais;
- Grande Oriente Paulista;
- Grande Oriente Independente da Paraíba;
- Grande Oriente do Paraná;
- Grande Oriente Independente de Pernambuco;
- Grande Oriente Independente do Piauí;
- Grande Oriente Independente do Rio de Janeiro;
- Grande Oriente Independente do Rio Grande do Norte;
- Grande Oriente do Rio Grande do Sul;
- Grande Oriente de Santa Catarina.

### **PRESIDENTES**

(a partir de 1991)

- Milton Barbosa da Silva (Rio Grande do Sul) 1991/1992  
 Hirohito Torres Lage (Minas Gerais) 1992/1993  
 Antônio do Carmo Ferreira (Pernambuco) 1993/1994  
 Lourival Pedro Kaled (Paraná) 1994/1995  
 João Laércio Gagliardi Fernandes (Paraíba) 1995/1996  
 José Carlos Pacheco (Santa Catarina) 1996/1997  
 Helton Barroso Drey (Minas Gerais) 1997/1998  
 Anselmo Falcão de Arruda (Mato Grosso) 1998/1999  
 João Batista Coringa da Silva (Rio Grande do Norte) 1999/2000  
 Milton Barbosa da Silva (Rio Grande do Sul) 2000/2001  
 Plínio Ferreira Marques (Maranhão) 2001/2002  
 José Mattos Silva (São Paulo) 2002/2003  
 Sebastião Moreira Feitosa (Piauí) 2003/2004  
 Ward Sousa Gusmão (Rio de Janeiro) 2004/2005  
 Antônio do Carmo Ferreira (Pernambuco) 2005/2006  
 Ticiano Duarte (Rio Grande do Norte) 2006/2007  
 João Krainski Neto (Paraná) 2007/2008  
 Heber Xavier (Mato Grosso do Sul) 2008/2009  
 José Aristides Fermino (Rio Grande do Sul) 2009/2010  
 Rubens Ricardo Franz (Santa Catarina) 2010/2011

### **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

Reiniciando os nossos trabalhos, após um breve re-cesso, agora já no ano de 2011, ao findar da primeira década do século XXI. O que certamente é um importante momento histórico para nós homens do século passado, que estamos presentes num novo século

marcado por grandes desafios e grandes debates, tais como: genética, economia, tecnologias, controle social da internet e dos meios de comunicação, mobilidade humana, sustentabilidade, conceito de nação, democratização, etc. Debates estes inseridos no contexto da sociedade global que ainda convive com realidades e extremos distintos, como por exemplo: riqueza e miséria, democracia e autoritarismo, liberdade de expressão e censura (vide o que ainda ocorre com o jornal O Estado de São Paulo), felicidade e tristeza (como as tragédias anunciadas do Rio de Janeiro), entre tantos outros. Convivemos ainda com o conflito e a transição do modelo social da era industrial para o da era do conhecimento. O que exige dos homens, nesta transição, uma formação adequada às exigências do século XXI, tendo estes, no mínimo, uma postura holística e visão sistêmica. Cientes das responsabilidades institucionais e das necessidades orgânicas da Ordem, para si e para com a sociedade em geral, que estamos focados na nossa missão institucional enfatizando: "... produzindo e transmitindo idéias e ideais de modo a contribuir para o desenvolvimento da humanidade". Como também, é convergente o alinhamento de um dos nossos objetivos estratégicos, que está em "contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil com sustentabilidade", atrelado às METAS DO MILÊNIO – ONU. Neste atrelamento às Metas do Milênio, focamos como projeto prioritário, a ação pela educação de qualidade e agregando os vieses da cidadania e a inserção do despertar do espírito empreendedor nos nossos jovens. Contribuindo para que as novas gerações saiam do modelo de preparo de massas para uma mão de obra (era industrial), para desenvolver um espírito pró-ativo para as questões de inclusão social com a geração de oportunidades e renda (era do conhecimento). E porque a maçonaria (COMAB) decide envolver-se neste projeto? Porque dentre os nossos princípios gerais e históricos estão: prega o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade; repudia todas as formas de exploração da pessoa humana; defende a plena liberdade de expressão do pensamento, como direito fundamental do ser humano, admitida a correlata responsabilidade. Neste contexto, o da Educação, há um fato de real importância neste início de ano, que é a abordagem objetiva e técnica, que o MEC visa realizar a reforma do ensino de que o Brasil necessita e que se encontra inserido no contexto do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE), aprovado pela COMAB na sua 86ª. Assembleia Geral e a ser discutido no âmbito do Congresso Nacional neste próximo trimestre. Este plano, numa primeira análise demonstra sensatez em se alicerçar em 20 objetivos mensuráveis e verificáveis, de real importância, entre os quais a de

alfabetizar todas as crianças sempre antes dos oito anos de idade. Objetivo este, que a nação já deveria ter atingido em meados do século passado. Observando a opinião de articulistas e posições daqueles que atuam na área, para melhorarmos o contexto educacional do País, não necessariamente necessitamos de mais recursos financeiros. Há a necessidade de que as verbas destinadas à educação tenham efeito sendo realmente revertidas em políticas eficientes. Muito embora o novo Plano Nacional de Educação (PNE) pretenda alcançar um investimento de 7% do PIB na área, necessitamos que a sociedade articule-se em fiscalizar através dos instrumentos adequados, a aplicação destes recursos públicos para a educação. E recomendamos o fiscalizar no âmbito local de poder (municípios e estados) a aplicação destes recursos, porque muitos desconhecem que somos uma nação em que cerca de 50% das crianças brasileiras da 5ª série são semi-analfabetas. E mais, dos 3,5 milhões de alunos que ingressam no ensino médio, apenas 1,8 milhão se formam. A consequência disto está em que todos os anos nós jogamos milhões e milhões de adolescentes despreparados no mercado de trabalho, sem qualquer perspectiva de ascensão social e econômica. Com isso, impedimos que o país amenize a sua desigualdade social, reduza a violência ou mesmo consiga sustentar uma taxa de crescimento mais estável. Dito isto, fica evidente que precisamos investir qualitativamente na educação de modo urgente. E para os que ainda não se convenceram, lembramos que os Estados Unidos fizeram isto já em 1870, onde em uma década, dobraram o investimento na educação pública e universalizaram o ensino. Sendo que em 1910, todas as crianças tinham acesso a uma escola de período semi-integral. Outro exemplo conhecido é o da Coreia do Sul, que na década de 70, iniciaram uma verdadeira revolução na qualidade da educação pública, principalmente investindo na área de ciência. Com isso, elevaram um PIB per capita abaixo do brasileiro (à época) para um dos mais altos do mundo em menos de duas gerações. E o Brasil? Levamos mais de 300 anos para editar o primeiro livro e fundamos nossa primeira universidade apenas no século 20, 300 anos depois da primeira universidade da América Latina e 400 anos após a primeira universidade da América do Norte, Harvard. Em 1950, convivíamos pacífica e confortavelmente com taxas de 50% de analfabetos absolutos, enquanto a Argentina e os EUA tinham, respectivamente, 14% e 3% de analfabetos. Tudo isso sem contar que, em 1900, essa taxa era de 65%, o que significa que levamos meio século para reduzi-la em 15 pontos percentuais! Hoje mesmo, de cada dez crianças que entram na primeira série do ensino básico, só três

o concluem. E mais: apenas uma em cada dez sabe o que deve saber para o terceiro ano do ensino médio. E um quinto desses alunos tem, em matemática, nível de quarta série do fundamental. Essa realidade é reflexo de uma situação política histórica, aplicada em várias regiões do País, onde grupos dominantes do poder político e econômico local, apropriam-se de bens e riquezas e mantêm a população confinada na pobreza. Parece não interessar democratizar e melhorar a qualidade na educação, porque seu sucesso eleitoral depende justamente do atraso, da falta de conhecimento e de informação. No ranking do Pisa, são estas regiões que apresentam as piores pontuações do País em leitura, Matemática e Ciências. Neles, é o ensino público que prevalece, pois a população é pobre, não tem como pagar escola privada. Neles, professores descrevem cenas dramáticas de estudantes desnutridos, carteiras quebradas, falta de livros e cadernos, escolas desabando, professores despreparados, ausentes e mal remunerados. As crianças até estão na escola, mas não aprendem. Mas o que podemos fazer? Primeiro, conscientizar a parcela da sociedade, formadora de opiniões e a população em geral para o verdadeiro desastre que é nossa educação pública. Em que pese os avanços dos últimos anos. Apenas com o apoio da população poderemos cobrar da classe política as medidas revolucionárias imprescindíveis para atacar de frente o problema. Em segundo lugar, envolvimento pessoal. Educação pública é uma questão por demais relevante para se deixar apenas na mão do Estado. Inclusive há inúmeras ONGs de excelência que contribuem para a melhoria do quadro educacional brasileiro. Participe delas. Participe das APP's e dos Conselhos Municipais de Educação. Finalizando, lembro: "A ignorância de si mesmo, arrasta consigo todas as outras ignorâncias, erros, os vícios, todas as desgraças; Entretanto o conhecimento de si mesmo atrai como séquito todas as virtudes e todos os bens" (Pitágoras) – Rubens Ricardo Franz Presidente da COMAB – Confederação Maçônica do Brasil Grão-Mestre do COMAB – Grande Oriente de Santa Catarina

#### **85ª ASSEMBLEIA GERAL - EXTRAORDINÁRIA**

Presidida pelo Ir Rubens Ricardo Franz, Presidente da Confederação Maçônica do Brasil – COMAB e Grão-Mestre do Grande Oriente de Santa Catarina – GOSC, a COMAB realizou a sua 85ª Assembleia Geral - Extraordinária, nos dias 26 e 27 de novembro de 2010, na cidade de Macapá – AP, com a seguinte programação: 1. Reforma estatutária: aprovado o novo estatuto e já disponível no site [www.comab.org.br](http://www.comab.org.br). 2. Discutido e estruturado os Projetos: • "Atuar pela melhoria do Ensino Básico e Fundamental Empreend-



dedora com base na Cidadania”, a cargo do GOIPE. •“Atuar pela reforma do Pacto Federativo”, a cargo do GORGS. •“Atuar pela Reforma da Legislação Ambiental brasileira”, análise da proposta do GOSC. •“Atuar pelos ajustes necessários no PNDHIII. – Programa Nacional dos Direitos Humanos III”, análise da proposta do GOSC. •“Atuar pela preservação da Liberdade de Imprensa e de Expressão de forma responsável”, a cargo do GOBA. •“Atuar pela Reforma Tributária”, A Cargo do Grande Oriente Paulista. •“Atuar pela Reforma Política”, a cargos do Grande Oriente do Paraná.

### **86ª Assembleia Geral da COMAB**

Foi realizada a 86ª Assembléia Geral Ordinária da Confederação Maçônica do Brasil – COMAB, nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2011, em Brasília - DF com número legal para deliberar sobre os assuntos da respectiva pauta, sob a presidência do seu Presidente, Soberano Irmão Rubens Ricardo Franz. A Assembleia recebeu a visitado Irmão Senador Mozarildo Cavalcante, que brindou a todos com informações relacionadas a demarcação de terras indígenas e de quilombolas, função da FUNAI, ficha limpa, etc. sendo aplaudido por todos, recebendo os agradecimentos do Presidente Rubens em nome de todos. O órgão máximo da COMAB deliberou sobre os seguintes assuntos, dentre outros, ou seja, Projetos: 1. Plano Nacional de Educação, elaborado pelo MEC e em trâmite no Congresso Nacional (aprovado no seu todo e com o apoio da COMAB e em mobilização nacional); 2. Atuar pela preservação da liberdade de imprensa: sendo estruturada a Conferência Nacional sobre o tema; 3. Reforma tributária: aprovado o apoio ao Movimento Brasil eficiente e a COMAB está estruturando um Seminário acerca do tema a realizar-se em São Paulo; 4. Reforma da legislação ambiental: em análise e discussão a proposta em aprovar-se uma ampla e geral reforma na legislação ambiental brasileira; 5. Plano Nacional dos Direitos Humanos - PNDH III: em análise a proposta de aprovar-se uma ampla revisão do mesmo a partir de uma discussão ampliada com a sociedade. Nesta mesma Assembleia, foi aprovada a redação final do Regulamento Geral da COMAB; aprovado a instituição e o Regimento Interno da Academia Maçônica Ciências, Letras e Artes da COMAB e eleita a sua Diretoria e o seu Conselho Fiscal para o ano junho de 2011 a junho de 2012, órgãos estes que ficaram assim constituídos: Diretoria – Presidente: Carlos Augusto Braz Cavalcante; Vice-Presidente: José Simione; Tesoureiro: Jurandir Alves de Vasconcelos. Conselho Fiscal (efetivos): José Maria Dias, Manoel Granja Filho e Osvaldo Pereira Rocha e suplentes: Antonio de Brito Filho, Geraldo Nicolau e Moisés Saldanha. Paralelo a Assembleia, reuniram-se

os representantes dos Grandes Orientes para o tema Formação do Maçom e com o objetivo de: contribuir para formar e aperfeiçoar o Líder Maçom, cuja ação estratégica está vinculada a alinhar o processo de formação do nosso quadro, respeitando as peculiaridades regionais, compartilhando informações, materiais e tecnologia aplicada. No que foi deliberado pela Assembleia: •Possibilitar a ampliação do conhecimento aos maçons. •Repensar a prática dos maçons no ensino da Maçonaria; •Aprimorar a prática pedagógica dos maçons em relação a habilidades reflexivas, críticas e formulação de questões relativas à prática da Maçonaria como um todo; •Instigar a produção científica e a pesquisa na maçonaria, abrangendo a necessidade de dominar os instrumentos utilizados na prática dos conteúdos maçônicos; •Favorecer as múltiplas formas de aquisição de conhecimento, através da interdisciplinaridade, ou seja, integrar a prática de ensino em Maçonaria 86ª Assembleia Geral da COMAB aos vários campos do saber; •Cooperar com o desenvolvimento do processo teórico-metodológico em relação às novas disposições das tecnologias educacionais quanto à construção do conhecimento; •Aplicar o conhecimento metodológico e científico na produção dos textos científico se trabalhos apresentados em lojas maçônicas para aumento de salário; desenvolvendo as habilidades da pesquisa e da formação maçônica; •Oportunizar ao quadro de M M dos Grandes Orientes Independentes, o cumprimento da sua missão.

**Conferência Maçônica** A COMAB está estruturando para a sua Assembléia Geral Ordinária, que será em junho na Paraíba, a realização de uma reunião preparatória para a “Conferência Maçônica com o tema: Liberdade de Expressão”, que acontecerá no Rio de Janeiro. Visto que a maçonaria tem explícito dentre os seus princípios gerais “Defende a plena liberdade de expressão do pensamento, como direito fundamental do ser humano, admitida a corre-lata responsabilidade”. Justificativa da Marca 1. A Inversão das palavras “Liberdade de Expressão” para “Expressão de Liberdade” demonstra como as palavras têm grandes significados quando se tem liberdade, podendo transmitir pensamentos ainda mais profundos. 2. A mensagem secundária transmitida com a inversão das palavras é que a conferência, em si, é uma oportunidade das pessoas expressarem o seu conceito de liberdade ou da liberdade de expressão. 3. A fonte utilizada lembra-nos o tempo das máquinas de datilografia, usadas na época da ditadura, pelos meios de comunicação. 4. A tarja preta representa a idéia de censura, e a cor da fonte ser igual a do fundo é proposital para transmitir a sensação que as palavras estão transpondo a tarja, ultrapassando a mesma, ou seja, que nenhuma

censura é capaz de superar a nossa liberdade de expressão.<sup>5</sup> Os três pontinhos representam a participação da maçonaria e como textualmente é usado em abreviações, mostra que há muito o que se discutir sobre o tema.<sup>6</sup> Graficamente a marca é simples, direta, versátil e limpa.

### **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

PNDH – Plano nacional de Direitos Humanos - versão 3, em análise e discussão na Assembléia

A COMAB – Confederação Maçônica do Brasil tem como seu principal projeto, ações em prol da melhoria da Educação no País e consequentemente proporcionar um melhor resultado social à Nação. Neste contexto, chamamos a atenção da sociedade, que está consolidado e em análise o projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação (PNE) que irá vigorar na próxima década. O documento de 14 páginas estabelece 20 metas a serem alcançadas pelo país até 2020. Cada uma delas é acompanhada de estratégias para que se atinjam os objetivos delimitados. Pelo menos 20% das metas tratam diretamente da valorização e formação dos profissionais do magistério. Entre elas a garantia de que todos os sistemas de ensino elaborem planos de carreira no prazo de dois anos, que todos os professores da educação básica tenham nível superior e metade deles formação continuada com pós-graduação – com a previsão de licenças para qualificação. O PNE ainda determina que o rendimento médio do profissional da educação não seja inferior ao dos demais trabalhadores com escolaridade equivalente. O plano inclui metas de acesso à educação infantil, ensino médio e superior. Ele reafirma a proposta de emenda à Constituição (PEC) recentemente aprovada que determina a universalização da pré-escola até 2016 e acrescenta que 50% das crianças de até 3 anos devam ter acesso à creche até 2020, patamar que já estava apontado no atual PNE mas não foi atingido. Hoje, esse atendimento é inferior a 20%. No ensino superior, o PNE estabelece que 33% dos jovens de 18 a 24 anos estejam matriculados nesta etapa – hoje esse percentual é inferior a 15%, longe da meta de 30% que havia sido estabelecida no plano aprovado em 2001. Considerando toda a população, a taxa de matrícula deverá atingir 50% até 2020. No ensino técnico a matrícula deverá ser duplicada. O plano também determina que se atinja a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Outra meta é que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade e o analfabetismo na população com mais de 15 anos erradicado até o fim da década – essa última também já estava prevista no PNE em vigor, mas a taxa ainda é de 9,7%. A educação em tempo integral deverá ser oferecida em 50% das escolas

públicas e os cargos de direção ocupados mediante critérios técnicos e mérito. Hoje é comum que os diretores sejam indicações políticas das secretarias de educação. O Ministério da Educação (MEC) também incluiu no documento as metas de crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que funciona como um termômetro da qualidade da educação. Até 2021 o país deverá atingir média 6 em uma escala de 0 a 10 – em 2009 a nota foi 4,6. O plano inclui ainda a meta de investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. O projeto de lei entra na pauta do Congresso Nacional que começará a discussão do texto a partir de fevereiro de 2011, e no qual a COMAB – Confederação Maçônica do Brasil o está analisando e participará destes debates. Sugestões acerca do tema, enviar para: projetos@comab.org.br

### **SINTESE DA PROPOSTA**

Proposta: o mesmo deve ser encaminhado, pelo Congresso Nacional, a um amplo debate com a sociedade brasileira. Justificativa: a ideologia que lhe serviu de norte tem a nítida intenção e objetivo específico de propor uma (sic Prof. Hermes Rodrigues Nery) “destruição” cultural do país, posto que nitidamente atropelou conceitos, valores, usos e costumes construídos ao longo de séculos pela pluralista sociedade brasileira. Tal análise e discussão ampliada pela sociedade, se impõe uma vez que é certo que as alterações necessárias a serem procedidas no PNDH-3 precisarão ser analisadas cuidadosamente pela sociedade, sem olvidar um amplo debate sobre todas as questões propostas, inclusive através de consulta e audiências populares.

**Da Legitimidade da Vontade Popular** Segundo informações, 14 mil pessoas opinaram no PNDH ao invés dos 190 milhões de brasileiros com direito a tal. Isso retira a legitimidade da vontade popular, já legalmente garantida pela representação política, ou seja, o Congresso Nacional; Em suma - não recepcionou as manifestações da sociedade que sequer foi regular e legalmente convocada para o debate de questões dessa natureza como ocorreu, por exemplo, na proposta sobre o desarmamento.

### **DEMOCRACIA SE FUNDAMENTA NA LIBERDADE E NA LEGALIDADE.**

O projeto contamina esses valores na medida em pretende impor o controle do Estado sobre a sociedade, entregando a representação popular não mais ao poder soberano do Legislativo, eleito pelo povo, mas nas mãos de associações e entidades sob o pretexto da representação participativa. É evidente, portanto, que não basta apenas mudar ou suprimir este ou aquele ou ainda alguns tópicos ou mesmo propor “ajustes” no

PNDH-3, uma vez que a sociedade e os brasileiros, onde encontram-se inclusive os Maçons, efetivamente não se darão por satisfeitos. O PNDH-3 é, em síntese, por seu conteúdo, um caminho aberto para asfixiar a liberdade de imprensa e religiosa, coibindo o livre exercício e acesso à Justiça, infringindo e fazendo, assim, letra morta ao princípio constitucional insculpido no Art. 5º da Carta Magna, pois, de agora em diante, sob à égide do PNDH-3, “nem todos serão iguais perante a lei”.

### **Reforma da Legislação Ambiental Brasileira**

A necessidade em análise da reforma da legislação ambiental brasileira, tem e é sabido é que a disciplina jurídica do meio ambiente no Brasil está longe de concentrar opiniões unânimes. Ao contrário, as opiniões ao longo do tempo se mostram altamente antagônicas, com conceitos radicais em ambos os lados. O embate entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico apresenta um campo acirrado de discussões em que litigam os defensores do recrudescimento e exacerbação das limitações e proibições da utilização dos recursos naturais, renováveis ou não, impondo-se cada vez mais severas restrições à utilização absoluta dos direitos da propriedade, em contraposição aos defensores da mitigação das limitações ambientais em homenagem à criação e circulação da riqueza, geração de tributos e postos de trabalho. Mesmo no plano global os debates sobre as limitações ambientais que possam diminuir e atenuar reflexos ambientais planetários, como alterações climáticas, aquecimento gradativo do planeta, derretimento das calotas polares e aumento do buraco na camada de ozônio, mostra-se debate longe de concentrar opiniões unânimes e consensuais. Neste contexto, está previsto a inclusão da pauta de votações do Congresso Nacional, o Projeto de Lei. 5.367/09 que institui o Código Ambiental Brasileiro. O preâmbulo do aludido projeto ostenta a seguinte redação: “Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção; cria a política geral de meio ambiente urbano; revoga o Decreto-Lei 1.413, de 14 de agosto de 1975, o Decreto 4297, de 10 de julho de 2002, as Leis 6.938, de 31 de agosto de 1981 e 4.771, de 15 de setembro de 1965, o Art. 7º da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o Art. 22 da Lei 9985, de 18 de julho de 2000.” Emerge do preâmbulo acima transcrito que o projeto retro citado almeja fixar um texto único, de aplicação em todo o território nacional para fixação de diretrizes gerais em relação à tutela jurídica do meio ambiente. Assim, propõe a revogação dos dois textos basilares da disciplina legal do meio ambiente no Brasil. O primeiro a ser revogado pelo novo texto é o Código Flo-

restal Brasileiro, instituído pela Lei n.4.771, de 21 de setembro de 1965. O outro diploma é a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a política nacional do meio ambiente e mecanismos afins. A iniciativa está por um regramento único e geral para todo o território nacional é histórico e extremamente oportuno. Isto porque é notória a dificuldade de compreensão pelo administrado destinatário da lei ambiental de uma legislação extensa, esparsa e de formulação inteiramente diferente em relação às épocas de suas publicações. Assim, na sistemática atual, colhe-se que para cada ecossistema que compõe a noção jurídica de meio ambiente incide um texto de lei específico, fonte de controvérsias, imprecisões e dificuldades na interpretação. Apenas para exemplificar, florestas e áreas de preservação permanente, conceito de reserva legal e utilização dos recursos florestais do país estão disciplinados no Código Florestal de 1965a ser revogado. Já as diretrizes do licenciamento ambiental estão fixadas noutro texto, qual seja, o da Lei n. 6.938/81. A disciplina jurídica do uso dos recursos hídricos está assentada no Código de Águas publicado em 1934. O primeiro Código de Mineração é de 1940, substituído pelo de 1967 ainda em vigor. Também de 1967 o Código de Proteção à Fauna e o Código de Pesca, ao passo da Lei n. 9.605, de 13 de fevereiro de 1998.

### **PRESIDENTE DA COMAB SE REÚNE COM O PRESIDENTE DO SENADO JOSÉ SARNEY**

Na continuidade das ações da mobilização da Comab, no dia 16/3, o Grão-Mestre e Presidente da Comab, Ir.: Rubens Ricardo Franz, numa ação articulada pelo ex-Governador e hoje Senador, Casildo Maldaner, realizaram uma audiência com o Senador José Sarney – Presidente do Senado e ex-Presidente da República, neste último dia 12/4 (aniversário do GOSC), para tratarem da seguinte pauta:

#### **I – EDUCAÇÃO:**

Apoio a proposta de autoria do Senador Cristovam Buarque, no sentido de concentrar o Ministério da Educação na educação de base, deixando o ensino superior para um ministério próprio ou retomando a antiga ideia de absorvê-lo no Ministério da Ciência e Tecnologia, como fazem vários países.

#### **II – PEC – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 1999:**

Apoio a PEC de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores.

Pretende a PEC, alterar os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal. Instituído como competência

privativa do Senado Federal, aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas.

Conclamamos os nossos congressistas a apoiarem a referida PEC, inserindo-se neste ou em outra PEC, a questão da demarcação de terras quilombolas. Visto que em ambos os casos têm sido demarcados territórios de forma desproporcional e com critérios a nosso ver, subjetivos e com poucas garantias de serem justos.

### III – DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS:

Ressaltamos que a nossa preocupação com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas se prende ao fato de:

- a) Seu artigo 6º prever que o indígena tem direito a nacionalidade;
- b) Seu artigo 4º prever que o indígena tem direito a autogoverno;
- c) Seu artigo 26 prever que o indígena tem direito a território;
- d) Seu artigo 3º prever que o indígena tem direito à autodeterminação e, assim, determinar sua condição política;
- e) Seu artigo 5º prever que o indígena tem direito às suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais;
- f) Seu artigo 9 prever que o indígena tem direito a nação indígena;

Como ratificação de tratados e convenções tem hoje, por força da emenda constitucional nº 45/2004, equivalência o dispositivo constitucional deixada às filigranas jurídicas à parte, com a ratificação dessa declaração, está-se dando um importante passo para a criação de estados indígenas dentro do território nacional.

### IV – PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS III:

A preocupação com o PNDH III se prende ao fato de (entre outros):

- a) Submeter o Brasil ao governo de conselhos ditos populares;
- b) Conter pontos que degradam a família;
- c) Submeter a mídia a controle social;
- d) Monitorar a tramitação judicial de processos;
- e) Representar a desconstituição da democracia brasileira, minando conceitos e valores conquistados pelo povo brasileiro.

Conclamamos os nossos congressistas a respeitarem as conquistas democráticas alcançadas pelo povo brasileiro, revendo e alterando seus fundamentos ideológicos, afastando toda e qualquer tentativa de res-trição de direitos e de aniquilamento da democracia.

### V – CODIGO FLORESTAL:

Apoio a atualização da legislação ambiental brasileira de forma a considerar a amplitude e diversidade do território brasileiro e suas características e peculiaridades regionais.

Também o Grão-Mestre participou do Fórum Parlamentar catarinense, onde discutiu-se os problemas das BR-101, 470 e 280. Triste realidade, os órgãos federais não agem em sintonia para o alcance dos objetivos maiores que a realização das obras para o atendimento da sociedade em geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mozarildo, parabéns pelo brilhante pronunciamento.

V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, do PSC.

V. Exª disporá do tempo previsto no Regimento Interno.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei muito breve, embora o que me traga a esta tribuna seja um tema de muita relevância para o meu Estado. Falo da citricultura, que chegou ao meu Estado de Sergipe na década de 20, através do Município de Boquim. Lá encontrou terra fértil, desenvolveu-se, e o seu cultivo foi disseminado para outras cidades da região centro-sul.

O cultivo da laranja no nosso Estado teve seu apogeu nos anos 80, trazendo riqueza para os pequenos, médios e grandes produtores, promovendo marcantes transformações socioeconômicas na região.

Com o passar dos anos, Sr. Presidente, houve uma grande queda na produtividade, provocada, sobretudo, pela concorrência com outras regiões produtoras de citros, por pragas e por falta de uma política governamental voltada para o setor, o que acarretou uma expressiva diminuição na geração de empregos diretos e indiretos e, conseqüentemente, a descapitalização dos produtores, especialmente dos citricultores familiares.

Historicamente, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues, invariavelmente, a intermediários, que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil. Com a comercialização da laranja, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, infelizmente, não foi e não é diferente.

É fato que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – criado em 2003 como uma das ações da estratégia Fome Zero, é um dos programas mais eficazes no combate à miséria e

na ampliação das oportunidades de mercado para o agricultor familiar, que depende, exclusivamente, do fruto da terra para sobreviver. O programa tem trazido grandes benefícios para a região e boas perspectivas para os pequenos agricultores, além de contribuir para melhorar a qualidade de vida da população, sobretudo mais carente, do meu Estado.

Através desse programa, o Governo Federal compra a produção de laranja dos pequenos agricultores para doá-la de forma simultânea, através do suco de laranja, às milhares de crianças, por meio da merenda escolar; para entidades sem fins lucrativos; hospitais; creches; assentamentos; comunidades quilombolas e cidades com os piores IDHs do meu Estado.

Dados levantados pelo programa Brasil Sem Miséria demonstram que, dos 16 milhões de pobres extremos, 47% vivem no campo, sobretudo no campo da Região Nordeste. No meio rural, onde a miséria acomete um em cada quatro moradores, pretende-se ampliar capacidades em três frentes.

Já dizia a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, em seu artigo publicado no jornal *O Globo*, no dia 15, semana passada:

Oferecer assistência técnica adequada com acompanhamento sistemático, recursos a fundo perdido, sementes resistentes e insumos para aumentar a produção de alimentos e incluir essa população nos mercados da agricultura familiar [são estratégias para combater a pobreza extrema].

Com o Brasil Sem Miséria, acreditamos que o Programa de Aquisição de Alimentos seja consideravelmente ampliado – e precisa ser ampliado. Se hoje ele atende a 66 mil famílias em situação de extrema pobreza, até 2014 deverá beneficiar 255 mil.

Em Sergipe, existe um projeto pioneiro na cadeia produtiva da laranja, denominado Suco da Terra, Laranja da Gente, responsável por distribuir mais de dois milhões de litros de suco de laranja e que vem, desde 2009, garantindo renda para mais de 3.000 pequenos agricultores, Sr. Presidente.

Sergipe tem 52.000 hectares de laranjais, produz mais de 1 bilhão de toneladas/ano de laranja e, dos 12.500 produtores, 60% são agricultores familiares. Atualmente, o Município de Umbaúba tem o maior índice de produtividade em relação à área plantada do meu Estado.

Mas, recentemente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, acreditem, a laranja foi retirada da lista de prioridades da cadeia alimentar e produtiva da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), órgão responsável pela compra de toda a produção da região citrícola de Sergipe. E é com muita indignação que ocupo, hoje, a tribuna desta Casa, para chamar

a atenção para este fato desumano e perverso que representa um retrocesso em relação às ações voltadas para geração de emprego, renda, inclusão social e, sobretudo, na área de alimentação.

Nenhuma justificativa plausível foi apresentada para sustentar essa medida drástica, que deixará, do dia para a noite, milhares de agricultores, pequenos agricultores, diga-se de passagem, sem dinheiro para o seu sustento e o sustento de suas famílias, além de privar outras milhares de pessoas da ingestão diária do suco de laranja, muitas em situação de vulnerabilidade alimentar. O suco da laranja tem contribuído, e muito, para diminuir os casos de desnutrição, sobretudo das nossas crianças, além de ser uma excelente fonte de Vitamina C e B. Falo isso como médico e como conhecedor do assunto.

É por isso que chamo a atenção da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Conab para continuar promovendo a inclusão do suco de laranja no Programa de Aquisição de Alimentos.

É preciso que medidas urgentes sejam tomadas nesse sentido, uma vez que os frutos estão no pé, aguardando a colheita, e vão começar a cair, para o desespero do agricultor e de suas famílias.

Não tenho dúvidas de que esse é o caminho que devemos trilhar para fortalecer a agricultura familiar, sobretudo a agricultura familiar do meu Estado, da região centro-sul do meu Estado, e garantir que a comida chegue às mesas dessas pessoas, mas, principalmente, sem nos esquecer de que quem produz precisa ter renda e uma vida digna.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fui muito breve, mas enfático, como bem falei no início.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Realmente, o Senador Eduardo Amorim, além do brilhante discurso, cumpriu com o que prometeu: que ia usar apenas sete minutos, apesar de ter direito a vinte minutos.

V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE. *Fora do Microfone.*) – Como disse ao Senador Magno Malta que seria muito breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Perfeito.

Convidamos o Senador Magno Malta para ocupar a tribuna.

Enquanto V. Ex<sup>a</sup> se dirige à tribuna, aproveito para ler um requerimento.

Em votação, requerimento (RQS 762/2011) do Senador Pedro Taques, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, a fim de participar,

por indicação da Presidência, do 1º Congresso Internacional de Segurança Pública e Privada, a realizar-se em Lisboa, Portugal, nos dias 6 e 7 de julho de 2011.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 765, DE 2011**

Requeiro nos termos regimentais a retirada do PLS nº 208, de 2011, de minha autoria, que “Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.”

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senador **Vital do Rêgo**.

#### **REQUERIMENTO Nº 766, DE 2011**

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do PLS nº 207, de 2011, de minha autoria, que “Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica”.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senador **Vital do Rêgo**.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 767, DE 2011**

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a emissão de Voto de Aplauso ao Superintendente da Revista “Olhar Amazônico”, Sr. Raimundo Costa de Souza, pelo lançamento da revista que tem circulação em todos os estados da região Norte, com notícias da Região Amazônica.

Sala das Sessões, de de 2011. – Senador **Geovani Borges**.

#### **REQUERIMENTO Nº 768, DE 2011**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Organização Não-Governamental Olhares. Requeiro, ademais, que esse Voto seja encaminhado

ao conhecimento da Instituição, por intermédio do seu Presidente, Sr. Teotônio Roque.

#### **Justificação**

A Olhares é uma ONG, inspirada nos projetos do Educador Paulo Freire, que tem como objetivo difundir as artes visuais, destacando seus aspectos pedagógicos, sociais, econômicos e ambientais.

Através da oficina Retratada Cidadania, busca-se a alfabetização e a formação de indivíduos capazes de ler e escrever por meio de imagens, auxiliando na construção da identidade e da auto estima de jovens das zonas urbana e rural que atuam em grupos culturais de suas comunidades.

“Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar da população, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das Gentes?”

Diante disso, considero justo o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2011. – Senador **Paulo Davim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 769, DE 2011**

Requeremos, nos termos do art. 160, combinado com os arts. 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de homenagem no período do expediente, para comemorar os dez anos da criação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), a realizar-se no dia 9 de agosto do presente ano.

#### **Justificação**

O Estatuto da Cidade foi fruto de um grande processo de discussão entre vários setores que atuam no cenário urbano: movimentos populares, órgãos públicos, universidades, entidades técnico profissionais e empreendedores privados.

Destaca-se neste instrumento, a importância da reforma urbana para o desenvolvimento econômico e social das cidades e o uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Para implementar as diretrizes gerais da política urbana, o Estatuto da Cidade instituiu alguns instrumentos como o plano diretor: obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes; o IPTU progressivo e o usucapião especial, que amplia a possibilidade de iniciativa para o usucapião coletivo, o que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como as favelas; entre outros.

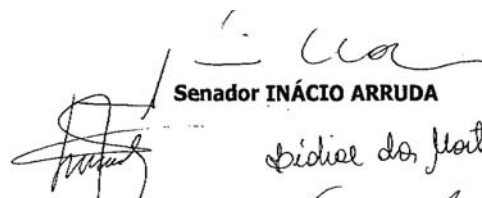
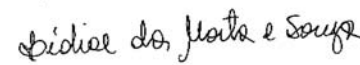
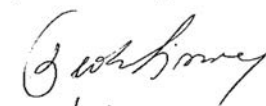

A batalha sobre a reforma urbana no Brasil vem da década de 30. Em 1964, surgiram os primeiros movimentos em favor de moradia. Em 1982, o General Figueiredo envia para o Congresso Nacional uma proposta de Reforma Urbana, que foi rejeitada pelos senadores da época, por considerá-lo um projeto de ideias comunistas.

Só em 1988, a nova Constituição passa a tratar da política urbana brasileira. Foi um cearense, o Senador Pompeu de Sousa, que apresentou uma proposta inicial tratando do tema da reforma urbana, engavetada pelo movimento neoliberal iniciado no Governo Collor. Em 1999, quando atuávamos na Câmara Federal conse-

guimos desengavetar o projeto de Pompeu de Sousa, modificá-lo, por já se encontrar defasado e, após ouvir a população, na Conferência das Cidades, elaborar um novo texto, denominado Estatuto da Cidade que foi sancionado em 2001, como Lei nº 10.257.

Dada a relevância desta Lei, convoco os demais pares desta Casa para subscreverem o presente requerimento de homenagem.

Sala das Sessões, junho de 2011.

  
Senador INÁCIO ARRUDA  
  
  


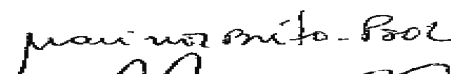



## REQUERIMENTO Nº 770, DE 2011

**Requeiro, nos termos dos arts. 154, III e § 5º; 199, §§ 1º e 2º; e 200, todos do RISF, a realização de SESSÃO ESPECIAL em comemoração ao SEXAGÉSIMO ANIVERSÁRIO de Fundação do Jornal “O DIA”, ocorrido em 05 de junho último. Sugerimos a sua realização em 29 de agosto (segunda-feira).**

**Tal comemoração constituirá merecido reconhecimento do Senado da República ao “O DIA”, periódico fundado em 1951 por Chagas Freitas, que posteriormente viria a eleger-se Deputado Federal (1954) e Governador do Estado do Rio de Janeiro (1970).**

Sala das Sessões, 21 junho de 2011.

  
Senador MARCELO CRIVELLA

  
  
  
JOÃO PEDRO /   
Muelly / (Muelly Costa) PT / etc

## REQUERIMENTO Nº 771, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Sessão Especial, no dia 15 de agosto de 2011, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis.

### JUSTIFICAÇÃO

No dia 27 de agosto é comemorado o dia do Corretor de Imóveis. A profissão surgiu no século XX, quando o desenvolvimento das cidades fez com que a comercialização de imóveis, por intermédio dos anúncios em jornal, se tornasse constante, passando a existir como forma de vida, como profissão. O Corretor de Imóveis nessa época era conhecido como agente imobiliário.

O nascimento da categoria ocorreu na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas, quando foram criadas as primeiras leis trabalhistas. Nos anos 40 os Corretores de Imóveis faziam parte de uma categoria organizada e reconhecida por toda a sociedade. Os anos 80 foram marcados pela solidificação e organização da profissão do Corretor de Imóveis em todo o Brasil.

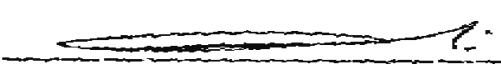
O mercado não comporta profissionais com baixa qualificação. A complexidade da intermediação imobiliária inclui aspectos jurídicos e econômicos, exigindo profissionais bem preparados, tanto do ponto de vista técnico como ético. Hoje o corretor avalia imóveis, presta consultoria de investimentos no mercado imobiliário, vende consórcios imobiliários, dá assistência à obtenção de financiamentos para aquisição de imóveis e ajuda o cliente a fazer a melhor escolha de acordo com seu bolso.

O Corretor de Imóveis é um profissional devidamente reconhecido, o qual é meritório prestar homenagem a estes profissionais, em sessão solene no Senado Federal.


Sala das Sessões,

  
Senador GIM ARGELLO (PTB/DF)

  
Sen. Lidia da Mata

  
Sen. Mozambelo Cavalcanti

  
Sen. Waldemir Mota

  
Paulo Jacob  
PT - MT



**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 772, DE 2011**

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal solicito que seja prestada, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, a seguinte informação:

- Cópia, na íntegra, do Relatório da Defesa do Governo Brasileiro sobre a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, que foi enviada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

#### **Justificação**

A resposta que o Governo brasileiro deu à Organização dos Estados Americanos \_ OEA, em relação à Suspensão da construção da Usina de Belo Monte, foi legítima e oportuna. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pertencente ao referido órgão, pediu que a liberação ambiental do empreendimento só fosse concluída após o governo consultar as comunidades indígenas afetadas.

Assim sendo, solicito de Vossa Excelência, cópia do Relatório de Defesa.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

#### **REQUERIMENTO Nº 773, DE 2011**

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito ao Ministro da Justiça, que sejam prestadas as seguintes informações:

Se há planejamento desse Ministério para construção de novos complexos penitenciários capazes de atender a superlotação dos presídios no Brasil;

Caso positivo, discriminar os estados, o valor da verba e o prazo para o início da construção;

#### **Justificação**

A superlotação no sistema penitenciário brasileiro é um problema de ordem pública. O poder Executivo não consegue suprir a demanda.

No estado do Amazonas o percentual de aumento do número de presos está no próximo da média registrada no Brasil no ano passado, que corresponde a 19%, caracterizando-se como o maior aumento em cinco anos.

Diante dessa situação de extrema gravidade, é que solicito informações desse Ministério quanto ao planejamento para aumento do complexo penitenciário no Brasil.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2011 – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Magno, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos, na forma regimental.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, aqueles que me ouvem, no Brasil, pelo sistema de comunicação desta Casa, TV Senado, Rádio Senado, Senador Clésio Andrade; nosso novel Senador, que assume no lugar da Senadora Marisa Serrano, Senador do Partido, é o nosso Deputado Russo – sei o sobrenome, que é Russo – lá do Mato Grosso do Sul, nós o recebemos com muita alegria no Partido, o Senador Blairo, o Senador Vicentinho, eu, o Senador Alfredo, o Senador João. Nós o abraçamos como família e esperamos ter uma convivência decente, corajosa, em favor dos interesses da família. V. Ex<sup>a</sup> me falou da sua família hoje de maneira tão emocionada, da sua família, dos seus filhos, dos seus netos, da sua história. E a Frente da Família, no Brasil, ganha mais um aliado em favor dos interesses de uma sociedade sadia.

Cumprimento a Deputada Lauriete, do meu Estado, que se faz presente, e o Deputado Paulo Pereira, que vieram prestigiar este momento importante do pronunciamento que faço, com o meu sentimento, à Nação brasileira.

Antes de entrar propriamente no meu pronunciamento, faço o registro de que o Prefeito de Lorena, que eu denunciei desta tribuna como pedófilo, abusador de criança, esse desgraçado, esse peste está preso. Eu ia chamá-lo de cachorro, mas não vou ofender cachorro. É possível que os cães façam uma revolta contra mim, até porque se pode fazer marcha de tudo e, daqui a pouco, vai ter marcha de cão contra Senador. Então, esse peste está preso, esse desgraçado, abusador de criança.

Há pouco, a Deputada Lauriete me mostrou o Gazeta Online do nosso estado, trazendo o registro, Senador Clésio, de um pastor que foi condenado no Rio pelo abuso de crianças – um professor – de sete a onze anos de idade. Esse filho da peste, esse desgraçado nunca foi pastor. Pastor não abusa de criança. Pastor preserva família, princípios. Esse é um doente

que, do alto da sua tara, dos seus interesses sexuais, se infiltrou em um ambiente religioso, sabendo que seria possível se aproximar de crianças com a confiabilidade da família. É igual a padre pedófilo. Há padre pedófilo? Não, porque padre não é pedófilo. Aqueles que são pedófilos não são padres. Esses desgraçados foram para a atividade religiosa sabendo que estariam perto de crianças – e crianças vulneráveis –, com a confiabilidade da família, para poder saciar os seus anseios sexuais. Essa cambada de desgraçados!

Faço o registro também muito importante de que o prefeito Eduardo Zeferino, de Dom Aquino, a 152 quilômetros de Cuiabá, responde a processo de abuso de criança em tramitação na Justiça há muito tempo. Quando eu estive em Cuiabá, num seminário na Assembleia Legislativa, deram-me o dossiê desse criminoso. Antes da minha palestra - era um seminário, Deputada Lauriete -, eu o denunciei e chamei a atenção do Judiciário. Para a minha felicidade, o Judiciário o prendeu. Para felicidade das crianças, para a felicidade daquela cidade, esse desgraçado também está preso.

Aliás, discuti este assunto no ano passado e quero discuti-lo com a Nação brasileira: vamos fazer um plebiscito chamando a atenção da Nação para que instituamos prisão perpétua neste País para pedófilos, aqueles que, do alto do seu indigno comportamento, abusam de crianças neste País.

Gostaria também de fazer agora um registro muito importante.

É que o Presidente do Partido da República – eu já falei aqui, mas pediram para falar de novo – de Santa Catarina foi preso por estupro. Desgraçado igual aos outros e tem que apodrecer na cadeia. E, se a Nacional já não fez a expulsão desse rapaz - o texto do G1 diz que ele ainda não foi expulso, porque a Executiva diz que vai esperar o processo para poder tomar qualquer tipo de atitude -, eu hoje vou oficial ao partido para que proceda à expulsão deste cidadão Nelson de Lima, preso por abuso de criança em Santa Catarina. Um desgraçado, um nojento desse tem que apodrecer na cadeia! Nojento! Toda hora, me vem a palavra cachorro, mas não posso nem chamar de cachorro, para não ofender os cães do Brasil. Esses nojentos, pilantras, criminosos que, do alto da sua indignidade e da sua tara sexual, não escolhem, aproximam-se da vítima e da sua família para abusar de uma criança.

Olho para o Brasil e... Eu não posso perder a minha indignação de justo. O justo precisa se indignar. E, diante dessas coisas, eu fico indignado. Jesus disse que das crianças é o Reino. Quem como elas não se tornar não pode vir ao Reino. E alguém que, do alto da sua tara, abusa de uma criança, fazendo toda uma organização criminosa para poder se aproximar dos

pais da vítima, fazer parte da família e, em seguida, proceder ao abuso de uma criança, realmente provoca em mim uma grande indignação.

Sr. Presidente, Deputado Garotinho, ex-Governador do Rio, Deputado João Campos, Deputado Paulo, de fato, o que me traz a esta tribuna é revelar a minha indignação, na tarde deste dia, com a decisão do Supremo com relação à marcha da maconha.

Fui desestimulado por alguns Senadores a vir falar sobre esse assunto. Alguns disseram: “Não se briga com a Justiça”; “O Supremo decidiu, está decidido”; “Não é bom, é bom fazer o social”; “Cuidado com o que você vai falar”; “É bom fazer um meio de campo”. Outros me disseram: “Você não tem conhecimento jurídico sobre o que quer falar”. E eu confesso que é uma verdade. Eu posso não ter conhecimento jurídico, mas tenho sentimento. Eu tenho a capacidade da indignação e me sinto inquieto se não puder falar o que preciso falar.

Vim a este Senado com um milhão e trezentos mil votos de um Estado pequeno. Um milhão e trezentos mil cidadãos do meu Estado confiaram em mim, confiaram nas bandeiras que defendo, Senador Pimentel - V. Ex<sup>a</sup> foi Deputado Federal comigo -, porque cheguei aqui defendendo essas bandeiras e fazendo esses enfrentamentos. Em nenhum momento da minha história, eu botei o galho dentro. Não me acovardei em nenhum momento, até porque medo, eu conheço de ouvir falar, eu nunca fui apresentado. Nunca me acovardei! Fiz todos os meus enfrentamentos!

No Supremo, os Ministros não são anjos nem semideuses; portanto, são cidadãos, homens de carne e osso como eu. São capazes, preparados juridicamente; senão, não estariam lá. Claro, não dá nem para comparar comigo, um semianalfabeto, mas são passíveis de erro também. São passíveis de errar, de votar instigados por um relatório de um companheiro. Se há missa de corpo em todos os lugares, ali também não pode ser diferente. Penso que o Supremo tem passado do limite. O Supremo não é Deus. O Supremo lida com a vida das pessoas e a vida de uma sociedade. É verdade que o Supremo precisa tratar com a constitucionalidade dos assuntos que lhe são levados. O Supremo, Deputado João Campos, não foi constituído para acrescentar ou tirar da Constituição, mas para interpretá-la. Mais do que interpretar, o Supremo está acrescentando ou tirando. O Supremo está legislando, está fazendo um papel que não lhe pertence! O papel de legislar pertence ao Legislativo, não ao Supremo! É no Legislativo que o Supremo é sabatinado; é aqui que os Ministros do Supremo são sabatinados pelos legisladores! Ao Supremo, cabe o papel de interpretar, não o de tirar ou colocar. O Supremo tem coloca-

do, tem tirado a seu bel-prazer, construindo uma nova Constituição.

Gostaria de contar uma história para o Supremo que minha mãe contou para mim quando eu era menino. Quando se trata de família, quando se trata de uma sociedade sadia - e não se tem água boa no mar se, no nascedouro do rio, a água é podre; é preciso cuidar do nascedouro para que a água boa chegue ao mar -, não se tem uma sociedade sadia se não há criança sadia, se não há família sadia, se não se cuida da família.

Como falar de violência neste País carcomido, mutilado, incendiado pelas drogas - e, por conta disso, as drogas são o adubo da violência no Brasil -, quando o Supremo toma uma decisão e diz que é possível ir às ruas, por causa da liberdade de expressão, fazer passeatas em favor da legalização das drogas?!

Minha mãe dizia assim: “Meu filho, em favor do bem, há momentos na vida em que a graça é maior que a lei”. Minha mãe era analfabeta profissional, Senador Clésio, e minha mãe me contou uma história, Senador Pimentel, Deputado Garotinho, Deputada Lauriete. Dona Dadá, minha mãe, contava a história de, um dia, a Graça ter marcado um encontro com a Lei. E marcaram às oito horas da manhã para discutir o certo e o errado. A Lei chegou às cinco para as oito – legalista: cinco para as oito. Oito horas: esperou. Oito e dois: a Graça não chegou. Oito e meia: a Graça não veio. Nove: nada. Dez, meio-dia, quatro da tarde, dezoito horas, meia-noite: nada! A Lei começou: “Desgraçada, irresponsável, irresponsável! A Lei é a lei. Por isso, eu estou aqui. Comigo é assim. Eu corto dessa forma”. E começou a fazer o seu discurso: “Comigo é final de festa. Eu digo e acabou. Comigo, ninguém contesta, porque a Lei é assim”. E não deve ser diferente quando é a Lei. Mas, quando se trata da vida humana, há que se entender a Graça. Três dias depois, após a Lei esbravejar, xingar e gesticular, lá vem a Graça, arrastando os pés, devagar, cansada. Olhou para a Lei e disse: “Calma, calma. Eu demorei muito, porque estava vindo rápido, mas encontrei um irmão que assassinou o outro, por nada, por inveja, e eu tive que consolar o coração da mãe, eu tive que consolar o coração do pai, eu tive que chorar com eles. E eu saí dali e encontrei um profeta no calabouço, sozinho. Trinta anos de pregação sem ser ouvido. Eu fiquei com ele. Encontrei outro, chamado Micaías, preso, porque falou a verdade para o rei. E todo mundo que fala a verdade para o rei sofre punição. E Micaías foi punido, barbudo, sem comer. Mas, falou para o rei: ‘Olha, se tu voltares vivo... O senhor não falou comigo’. Encontrei o Profeta Amós, gritando sozinho, mas com a indignação do coração dos justos. Amós gritava em favor dos pobres, em favor

dos pobres, o tempo inteiro. Discriminado, humilhado. Fiquei com ele. Quando eu estava perto de chegar, encontrei um jovem, 33 anos de idade, pregado numa cruz, sozinho. A natureza se revoltou, entrou em estado de anomalia. O céu não deu a luz, os passarinhos pararam de cantar. Era o justo morrendo pelo injusto. Ele estava só. E eu fiquei com ele. Fiquei com ele e, por isso, eu me atrasei. Perdoa-me.”

Minha mãe dizia: “Meu filho, há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei”.

O Supremo precisa entender aquilo que minha mãe, que não tinha conhecimento jurídico, nem português ela sabia, mas tinha a sabedoria de entender que, quando se trata da vida humana, da família, da segurança da sociedade, a graça tem que ser maior do que a lei.

O que o Supremo decidiu com base na liberdade de expressão, por unanimidade, por todos os Ministros? Você pode fazer a marcha da maconha, é liberdade de expressão. A maconha é uma droga que está na ilegalidade. E a maconha é uma droga que, no seu componente, causa desde problemas cardíacos que levam à morte até à impotência sexual, leseira. Há 30 anos que recupero drogado, não sou cego.

Pode fazer a marcha pacificamente. E sabe o que acontece? A Polícia Militar é obrigada a dar cobertura a eles, o poder público é obrigado, a guarda municipal. Quando o Supremo decidiu pela liberdade de expressão por alguma coisa que é crime neste País, o precedente está aberto. Prestem atenção aqueles que acreditam em sequestro: vocês podem fazer sequestro e podem ir às ruas fazer uma marcha pacífica, porque vocês não serão presos. Será liberdade de expressão.

Aqueles que acreditam em abuso de criança, que fazem como o Hamas fez – o casamento de mais de 50 homens com crianças de 5, 6 anos de idade. E há que se organizar um partido de pedófilos. Há uma organização na Itália hoje e há um grupo sendo investigado no Brasil, um País que tem mais gente abusando de criança do que usando droga.

Podem ir para a rua, pedófilos do Brasil! A Polícia vai guardar vocês pacificamente, só com as faixas, dizendo que acreditam que o filho tem de ser do pai primeiro. A menina tem que ser primeiro do pai, não importando a idade! Criança pode ser abusada na escola! Não falem! Levem suas faixas, porque a Polícia Militar vai tomar conta de vocês!

O precedente está aberto para aqueles que acreditam em assalto de banco! Façam a marcha, porque somos Robin Hood! Tomamos dos ricos para dar aos pobres! Façam calados, que a Polícia há de guardá-los! Essa foi a decisão do Supremo!

Recebi o voto de um milhão e trezentas mil pessoas simples, porque a minha candidatura e a minha eleição foram de todos contra um, no Espírito Santo. Todos contra um! Governador, Igreja Católica! Mas um milhão e trezentas mil pessoas de famílias de bem votaram em mim, porque sabiam que, em momento algum, eu iria abrir mão e correr da minha responsabilidade.

Os Ministros do Supremo erraram! Quando essas marchas começarem a se proliferar pelo Brasil, o meu temor é o de que alguém faça uma ação! Que, quando a Canção Nova fizer os grandes movimentos que fazem com os jovens em Belo Horizonte, no Brasil inteiro, os católicos que fazem um trabalho fantástico com os jovens, alguém entre no Supremo e o Supremo diga: “Pare com essa palhaçada, porque isso é ilegal!”

Tenho medo de que parem a Marcha para Jesus, de São Paulo. Na quinta-feira, quatro milhões de pessoas, falando de vida, falando de esperança, falando de Deus, falando de família, falando de paz; falando contra as drogas, contra o álcool, contra a violência, num País hipócrita, de bêbados, que se recusam a fazer bafômetro – até Senador se recusa.

Há que se indignar! Há que se revoltar! Conclamo o Brasil a mandar *e-mail* para o Supremo! Homens e mulheres de bem deste País! Alguns me disseram: “Não faça isso! Não faça um discurso desse. Você está comprando brigas desnecessária!”

Eu disse uma coisa às minhas filhas, na CPI do Narcotráfico.

Um coronel foi pego em um grampo da Polícia Federal e ele dizia: “Esse cachorro tem que ser sangrado no meio da rua”, com referência a mim. “Ele tem que sangrar às 10 horas da manhã, no meio da rua, porque cachorro tem que morrer na luz do dia para o povo ver. Ele está achando o quê? Ele está achando o quê? Vamos pegá-lo!”

Recebi muita ameaça de morte na CPI do Narcotráfico. Na CPI da Pedofilia, recebi mais.

Sempre contei uma história para minhas três filhas. Tenho três filhas. Sou pai adotivo, e dou graças a Deus por isso, por ser pai adotivo, porque a adoção é a única chance que um homem tem de dar à luz. Tenho três filhas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Dê-me três minutos que vou encerrar.

O que conto às minhas filhas, penso que é o sentimento desse juiz Jeronymo Pedro Villas Boas, da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Registros Públicos de Goiânia. Não posso pedir às pessoas, mas eu posso aplaudi-lo da tribuna do Senado, eu, pela sua coragem e pela sua capacidade de buscar nos livros o

argumento plausível, forte, absolutamente significativo, que enfrenta de forma definitiva essa afronta advinda do Supremo Tribunal Federal contra a família e contra a sociedade brasileira.

Esse juiz toma uma decisão.

Quando falo do juiz, não posso me esquecer do Padre Reginaldo Manzotti, que estava domingo no Faustão e que dizia assim: “Faustão, respeitamos a decisão de qualquer pessoa seguir qualquer caminho, mas há que entender que família é projeto de Deus, é macho e fêmea. Você não pode entender família como homem, homem e mulher, mulher”. Se nascemos de útero, como entender família fora do útero? Até aqueles que querem, nasceram do útero! Até aqueles que decidiram em favor deles nasceram do útero! Deus criou macho e fêmea. Deus criou homem e mulher. Nada mais que isso.

Há que respeitar os homossexuais. Claro! Deus deu livre arbítrio ao homem. Cada qual segue seu caminho. E foi isso, Sr. Presidente, que eu disse ao Deputado Jean, dentro do elevador, na Câmara. Acho que foi de Deus aquilo. Eu e ele, sozinhos, nos encontramos no elevador. Eu disse: “Olha, você tem falado muita besteira a meu respeito, rapaz! Você está dizendo que meu discurso incita a violência. Como? Se quem prega o respeito sou eu às pessoas. Ora, o respeito devido, para ter convivência com você, é só respeito”. Respeito ao deficiente, ao portador de deficiência, ao negro, ao índio, ao judeu, ao nordestino, ao católico, ao evangélico, ao islâmico, todos, e aos homossexuais, que fizeram sua opção pelo homossexualismo, nós devemos esse respeito!

É por isso que esse PL nº 122, esse nº 122, já foi para o inferno, já está sepultado e não há de voltar, porque nós, da Frente da Família, não permitiremos.

Vamos construir um texto? Eu dizia ao Demóstenes agora, um texto evocando a responsabilidade de cada um de nós, do ponto de vista civilizado, de nos respeitarmos, e nada mais do que isso, Senador Clésio Andrade, nada mais do que isso, meu Presidente. E aí parabéns, Padre Reginaldo Manzotti, parabéns juiz Jeronymo Pedro Villas Boas.

Encerro a minha fala aqui, na compreensão de V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que eu sempre disse às minhas filhas a respeito da minha história de menino pobre do interior da Bahia.

Eu aprendi na escola. Na minha época, era o Hino da Bandeira, o Hino das Armas e o Hino Nacional. Eu sei tudo, porque naquela época era assim, havia um sentimento nativista no nosso coração, um sentimento de amor à pátria na alma da gente. Eu aprendi tudo e por isso nunca tive medo da verdade, nunca tive medo

do enfrentamento e de representar quem sempre confiou em mim.

E eu dizia às minhas filhas que, se em nome da verdade eu tiver que sangrar em praça pública, eu reservei para os últimos trinta segundos da minha vida, o que de mais precioso eu aprendi na escola pública deste País: “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora, pela Liderança do PSOL, Marinor Brito.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe do tempo previsto no Regimento.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Deputados que se encontram aqui na tribuna do Senado, o tema levantado pelo Senador Magno Malta é um tema muito polêmico. Eu já expressei, em alguns momentos, sobretudo em relação à parte dos conteúdos que compõem a argumentação do Senador para criticar a posição do Supremo. Eu já havia me manifestado.

Eu tenho uma concordância com o Senador Magno Malta, no geral da fala dele, que é o fato de o Supremo Tribunal Federal estar tomando as rédeas e assumindo decisões que, na minha opinião, são decisões do Poder Legislativo.

Fora isso, e os elementos importantes que ele coloca aqui em relação à violação de direitos sexuais, a parte relativa à impunidade, a forma como o Judiciário brasileiro, como as instituições públicas têm tratado a violação dos direitos humanos e a violação dos direitos das crianças e adolescentes; até aí eu tenho concordância. Acompanhei a CPI com o Senador e acho que isso não se deve confundir com o tema recente do Supremo.

Fiz questão de fazer essa manifestação para não deixar de reafirmar aqui a minha posição clara, nítida, na defesa dos direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiras, de organizarem as suas famílias à luz do seu desejo e da sua vontade.

Falar, hoje, na concepção de família tradicional, quando as mulheres apenas, de um modo geral, estão conduzindo a dinâmica das famílias é até um contrasenso, porque, entre a vulnerabilidade social, a falta de estrutura, a desconexão entre os direitos constitucionais e os direitos reais do povo brasileiro, existe uma distância muito grande, Senadores.

Mas eu não vim aqui tratar desse tema, eu vim aqui e faço questão de fazer, rapidamente, um balanço da minha ausência durante essa semana, aqui no Senado Federal; uma ausência justificada por diversas tarefas legislativas, que tive o privilégio de cumprir no meu Estado, desde a visita à região do Baixo e Médio

Amazonas e Tapajós, uma região que está ameaçada pelo abandono, que está com sentimento de abandono e, por conta desse sentimento de abandono, acaba sendo influenciada pelos interesses comerciais, pelos interesses, sobretudo, do agronegócio naquela região, assim como a região dos Carajás, a partir dos interesses das empresas mineradoras, acaba tendo um sentimento de divisionismo.

E eu fiz questão, Senador Paim, com todas as dificuldades, com a polêmica que traz esse tema, de visitar algumas cidades, inclusive a cidade em que eu nasci, para conversar com as pessoas, para ouvir as pessoas e para argumentar sobre o erro histórico que as pessoas estão sendo induzidas a fazer.

Por isso, eu estive na cidade de Curuá, eu estive na cidade de Alenquer, eu estive na cidade de Santarém. E aí é muito fácil, ao viajar – ao entrar numa lanchinha daquelas e passar quase três horas e meia para chegar da cidade de Santarém até a cidade de Curuá, sem nenhuma outra possibilidade de se locomover para aquela região se não for dessa forma, num banzeiro enorme, numa maré alta, numa ventania que já matou muita gente naquela região – nessa região, perceber o sentimento de abandono que aquele povo tem.

Mas fiz o debate, estive visitando escolas, visitei algumas comunidades que continuam sem o bem mais precioso que a humanidade pode ter, a água, sem ter o direito à água potável.

Então, é muito fácil perceber como essas pessoas acabam sendo conduzidas para a posição divisionista por conta do abandono e da pressão política que setores econômicos que têm interesse nessa divisão têm trabalhado.

E aí eu queria dizer aqui a V. Ex<sup>as</sup> que na visita a Alenquer, cidade onde o Senador João Pedro já morou...

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM. Fora do microfone.) – Sete anos!

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – ... por mais de sete anos, eu tive o desprazer – depois de ter denunciado e pedido o apoio do Governo Federal, Senador, com dois meses de antecedência, pois a possibilidade de o rio Curuá desabar estava em curso –, por coincidência, no dia em que estava na cidade, de ver a ponte do rio Curuá desabar.

Pedi providências ao Governo do Estado do Pará, pedi providências ao Ministro da Defesa, pedi providências ao Ministério das Cidades e, infelizmente, aconteceu – felizmente sem que pessoas estivessem atravessando a ponte, sem que carros estivessem atravessando a ponte.

Então, eu reitero aqui o pedido que refiz ao Governo Federal de reerguer aquela ponte, pois ela é a única forma de deslocamento naquela região e tem

deixado um grupo muito grande de moradores daquela região à deriva, sem ter o direito de comprar alimento pela falta de transporte.

Essa é uma situação muito séria, e eu quero deixar aqui registrada a minha indignação e o meu apelo, porque isso, para mim, é uma questão de humanidade. O Governo não pode continuar tratando a nossa região com essa visão de explorar os bens naturais, como aquela região tem sido explorada pelo agronegócio, como aquela região já foi explorada no ciclo da borracha, na década de 60, e outras formas de exploração que a gente tem vivido.

Queria aqui também dizer, com muito orgulho, que participei de dois eventos debatendo, no meu Estado e em outras cidades, na capital, a convite do Deputado Estadual do PSOL, Edmilson Rodrigues, na Assembléia Legislativa do Pará, o Plano Nacional de Educação, reunindo-me com diversas lideranças, com a intelectualidade das universidades paraenses, com o sindicato dos trabalhadores da educação e a população de um modo geral, alertando-os quanto à importância, mobilizando a sociedade para que o Plano Nacional de Educação, que vai ser votado na Câmara e no Senado, possa refletir a necessidade real de avançarmos com uma consciência crítica, tendo a educação como elemento instrumentalizador da consciência crítica e das possibilidades de melhoria e de qualidade de vida do povo.

O mesmo debate me levou à região da estrada, à cidade de Castanhal. Reuni-me, na Universidade Federal de Castanhal, com estudantes da universidade, professores da universidade e estudantes da UFPA – muitos filhos de trabalhadores rurais participam dos projetos nas universidades. Um debate grandioso, Senador Paim, com muitas indagações, com muitas críticas, com muitos apelos por parte daquela comunidade que circula em torno da região da estrada, no Pará, pedindo, apelando para que os olhares do Congresso, no debate sobre o Plano Nacional e, mesmo antes disso, os olhares do Governo Federal possam se voltar para enfrentar as dificuldades.

Encontramos ali situação de professores que fazem uma jornada infinita, desde a função de educador, a função de merendeiro, à função de serviços gerais na escola, à função até de motoristas ou de barqueiros para deslocar as crianças.

Se não fosse essa abnegação desses educadores naquela região, se não fosse isso, se não for isso, não teremos educação naquele Estado, porque o Estado brasileiro abandonou a educação pública no Pará. Não é à toa que lá encontramos os piores índices educacionais do País.

Faço questão de prestar conta da mobilização que estou tentando fazer em torno do Plano Nacional, da prestação de contas sobre o debate que ocorre aqui, na Câmara e no Senado Federal, Senador Paim, porque o povo não pode continuar alienado, o povo não pode continuar sem saber por onde estão passando as decisões políticas, por onde estão passando os movimentos que melhoram ou pioram a vida deles.

Quero aqui também lembrar – peço para passar esse cartaz que está aí em cima –, e anunciar com alegria uma outra agenda que realizei no Estado do Pará; dessa feita, também cumprindo uma tarefa delegada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, de realizar uma audiência pública, na cidade de Belém, no auditório da OAB Pará, reunindo movimentos sociais, reunindo movimento de mulheres, reunindo universidades públicas e privadas, reunindo os magistrados do Pará, representados por Ministério Público, por Tribunal de Justiça do Estado, por Tribunal Regional Eleitoral, reunindo diversas entidades da sociedade civil, ouvidoria, estudantes da universidade, para debater nada mais nada menos do que o papel da mulher brasileira na reforma política.

Esse debate, se ainda não foi feito em algumas cidades brasileiras, em algumas capitais brasileiras, nós realizamos no Estado do Pará; nós realizamos com muito êxito.

Eu espero, em breve, apresentar um relatório minucioso de toda a formulação, as propostas que foram levantadas na audiência pública do Senado Federal, da Comissão de Constituição e Justiça, para mobilizar as mulheres brasileiras, a sociedade brasileira, e para enfrentar, no conteúdo da reforma política, não só os aspectos relativos à participação da mulher no processo eleitoral, mas também as condições concretas e objetivas que as mulheres brasileiras têm para chegarem e assumirem os seus papéis de lideranças, chegarem e assumirem o seu papel nos partidos políticos.

Nós tivemos o privilégio, faço questão de registrar, de contar com a presença nessa audiência da pesquisadora, da Professora Luzia Álvares, da Universidade Federal do Pará, que tem dedicado esforços, nesses últimos anos, em pesquisar a participação das mulheres na vida política, que fez um trabalho específico, uma pesquisa específica, que espero trazer e entregar em mão dos Srs. e das Sras. Senadoras, sobre como as mulheres, no meu Estado, estão vendo o debate da reforma política.

Qual é a perspectiva das mulheres do meu Estado em relação à reforma política?

Acho que essa pesquisa é oportuna, porque, além de ter sido feita no modo de garantir a cientificidade do trabalho, ela é um retrato do pensamento da mulher

brasileira, um retrato do pensamento da mulher amazônica e paraense do debate que se faz no Congresso Nacional sobre a reforma política.

Diferentemente, Senador Paim, do que possamos imaginar, independentemente da faixa etária, independentemente da escolaridade e independentemente da condição econômica, as mulheres, no meu Estado, estão atentas a essa discussão.

Fiquei muito orgulhosa com o resultado da pesquisa. Fiquei muito orgulhosa porque é sinal de que a expressão política de mandatos como o meu, a expressão política de mandatos de homens comprometidos, como temos lá no Estado do Pará o mandato do Deputado Edmilson Rodrigues, que já foi prefeito da capital por duas vezes consecutivas, do mandato da presidenta do meu partido no Estado do Pará, a ex-deputada Araceli Lemos, tem refletido positivamente e estimulado, pelo perfil organizativo desses segmentos, a participação da mulher na vida política.

Queria aqui dizer aos Srs. Senadores e às Senadoras que nós temos, com todas as adversidades da distância entre o nosso Estado e a capital brasileira, dificuldades de transporte que continuam presentes no cotidiano da nossa vida, porque, diferentemente de algumas capitais, de algumas cidades brasileiras que têm alternativa até de ponte aérea, nós, muito deslocados desse eixo central, do ponto de vista do transporte também, estamos conseguindo atuar no Senado, atuar nas Comissões, buscando sempre fazer interlocução com os diversos setores da sociedade paraense, levando respostas, trazendo indagações, fazendo críticas, tentando construir e consolidar na consciência do nosso povo, do povo do meu Estado, que é necessário ter um papel protagonista nas mudanças que deverão acontecer neste País, não só sob a perspectiva da reforma política de um modo geral, mas do cotidiano da nossa vida.

Senador Paim, eu tenho dito e, disse a minha filha no dia de ontem, conversando com ela, que às vezes a gente fica muito triste. Eu moro longe da minha filha há 3 anos. Ela mora no Rio de Janeiro, escolheu a terra que hoje é a casa do Senador Lindbergh; fez um mestrado em arquitetura, apresentou a sua dissertação com louvor. Hoje está trabalhando. Quando ela me ligou, meio que desesperada, saindo de manhã muito cedo de casa para voltar quase na hora de dormir, de segunda a sábado, eu disse a ela: “Minha filha, bem-vinda ao mundo do trabalho”. Um emprego que ela mesma foi procurar.

Eu disse a ela: “Minha filha, com todas essas dificuldades, a distância e a dor que está no teu coração e que está no meu por não podermos estar todos os dias mais convivendo, pelas opções e escolhas que a

gente faz na vida, mas você ainda é uma mulher privilegiada. Você ainda é uma filha da classe trabalhadora que, diferentemente de milhares e milhares de filhas da classe trabalhadora deste País, não tiveram a oportunidade de se sentar num banco de escola, não tiveram a oportunidade de escolher uma carreira profissional. Você tem o privilégio de ter valores consolidados numa perspectiva humanizante, numa perspectiva solidária, e exercer hoje a sua profissão com dignidade”.

Esse...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA)** — ...sonho, eu quero poder continuar sonhando para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora. Eu não quero só para a minha filha. Eu quero que todos os filhos e filhas da classe trabalhadora tenham a possibilidade de ter uma carreira profissional com uma oportunidade de escolha como minha filha teve. E aí eu não posso, exercendo esse mandato de Senadora da República, abrir mão de tentar construir, no coração e na mente do povo da minha terra, das mulheres da minha terra, essa vontade de viver com mais dignidade, de viver com mais liberdade.

Eu queria aqui agradecer. Foi uma semana dura. Muito sol, muita subida em barco, muita subida em transportes difíceis de se locomover, mas muito vitoriosas...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA)** – Para concluir, Sr. Presidente. Eu sei que a minha passagem nos Municípios, nas agendas que fiz, animou muita gente a persistir na luta por um mundo melhor.

Muito obrigada. Estou também muito satisfeita pela oportunidade de ter feito esse número grande de agenda, mesmo ficando longe de alguns e de algumas Senadoras que declararam que sentiram a minha falta. Não sei bem qual foi o...

Muito obrigada.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP)** – Eu concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** – É só para encaminhar à Mesa dois pronunciamentos. Em um, eu falo sobre a preocupação dos trabalhadores da Anei, a Associação Nacional dos Empregados da Infraero, sobre a privatização de alguns setores dos aeroportos. No outro, eu falo a minha visão sobre a desoneração da folha de pagamento.

Obrigado, Presidente.

**SEQUEM, NAÍNTÉGRA, DISCURSOS  
DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebi em meu gabinete a Associação Nacional dos Empregados da Infraero – ANEI.

Segundo seu diretor-presidente Edson Cavalcante, a categoria recebeu com muita preocupação a notícia divulgada pelo Governo Federal de privatização dos aeroportos de Guarulhos, Brasília, Galeão e Confins.

Hoje o efetivo nesses aeroportos é de 15.568 (quinze mil, quinhentos e sessenta e oito) trabalhadores. A empresa possui ao todo 37.561 (trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e um) empregados concursados e terceirizados.

Todo esse contingente está apreensivo. Pois, embora a Infraero tenha se manifestado no sentido de que não haverá demissões, as entidades que representam os trabalhadores estão receosas, haja vista que não existem ainda regras definidas sobre as concessões.

A preocupação dos empregados é que o velho “filme” das privatizações e das demissões em massa já é conhecido por todos nós!

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária presta serviços que atende os padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, administrando 66 aeroportos, 69 grupamentos de navegação aérea, 34 terminais de carga e 51 unidades técnicas de aeronavegação.

Tudo isso graças à qualificação técnica de seu quadro funcional.

Em 2010, a rede de aeroportos administrados pela Infraero recebeu 155,4 milhões de passageiros, um atrativo para a exploração da atividade comercial.

A receita comercial com o aluguel de lojas é motivadora às empresas privadas. Especialmente porque os aeroportos incluídos na privatização são os mais rentáveis.

A receita da INFRAERO em 2010 ultrapassou os R\$ 3 bilhões.

Vale ressaltar que todos os investimentos feitos pela empresa, são registrados como bens da União, pois realizados com recursos públicos.

No orçamento do ano passado foram investidos mais R\$ 202 milhões em obras.

Esses dados objetivam tão somente evidenciar o tamanho da empresa e sua relevância nacional.

Quero demonstrar a todos senadores e senadoras não somente a preocupação da Associação Nacional dos Empregados da Infraero, mas também a minha posição, contrária a demissões no setor.

Creio que vivemos um momento econômico favorável, de crescimento com estabilidade. E a expectativa é que o setor aeroportuária continue a crescer.

A Anei possui inclusive propostas que possam minimizar o impacto advindo das concessões.

É preciso neste momento abrir os canais de interlocução para que possamos garantir a manutenção dos empregos no setor.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Srs. Senadores, vou falar sobre dois projetos que estão no Senado a respeito da desoneração da folha de pagamento com a respectiva transferência para o faturamento das empresas.

O PLS 205/2004, de nossa autoria, está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando a designação de relator, pelo presidente Delcídio Amaral.

O outro texto é o PLS 24/2007, que também tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, porém já com relator escolhido, senador Romero Jucá.

Destaco que essa última proposta foi aprovada há quase cinco anos pela Comissão Mista Especial do Salário-Mínimo, quando eu tive a honra de ser o relator.

As elevadas contribuições sobre a folha de salários, além de afetarem a competitividade, estimulam a informalização das relações trabalhistas, ou até mesmo, afetam o nível de emprego.

O caminho alternativo é a preservação dos benefícios e a busca de fontes de financiamento que substituam total ou parcialmente a base tradicional.

Inicialmente a alíquota de 20% (vinte por cento) é reduzida para 15% (quinze por cento), no caso da contribuição incidente sobre a folha de salários e substituída esta diferença por uma alíquota de 2,5% incidente sobre a receita bruta auferida pela empresa.

Não são números definitivos, pois o debate em torno do tema, e o seu aprofundamento com informações prestadas pelo Poder Executivo, poderão indicar a necessidade de ajustes nestes parâmetros iniciais oferecidos. Mantivemos a alíquota de apenas 1% para o caso da empresas exportadoras.

Insisto que a proposta permite caminhar para o rumo do aumento da contribuição sobre o faturamento, diminuindo o encargo sobre a folha de salários.

Fiquei satisfeito quando recentemente o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que o governo federal tem a intenção de desonerar a folha de pagamento.

Segundo ele é possível até zerar a contribuição patronal para a Previdência, atualmente em 20%, sobre os salários. Isso deve ocorrer de forma gradual.



Nós também acreditamos que isso dará competitividade à produção e incentivará a formalização da mão de obra e a contratação de mais empregados com carteira assinada.

Creio, Sr. Presidente, que não é necessário enviar uma Medida Provisória ao Congresso, pois já existem aqui, como disse, dois projetos sobre o tema.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental, Senador Paulo Paim.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, quero prorrogar a sessão pelo tempo necessário para que todos tenham oportunidade de falar.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Três horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Pelo tempo necessário. Não vou estipular o horário, porque a Casa é democrática, e V. Ex<sup>as</sup> estão aguardando, por todo esse tempo, a oportunidade de falar.

Portanto, quero submeter à apreciação do Plenário, considerando que há muitos oradores inscritos, que todos usem apenas dez minutos e o tempo tolerável que a Mesa sempre dá a todos os oradores.

Se V. Ex<sup>as</sup> concordarem... Eu aceito. Inclusive acho que era uma sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, não é isso?

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Eu concordo. Estou inscrito, mas concordo. Mas é preciso que ouvir aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Acho que todos concordam. Todos concordam.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe, conforme aprovação do Plenário, de dez minutos para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras, hoje, dia 21 de junho, é o Dia Mundial da Esclerose Lateral Amiotrófica, uma doença descrita em 1873 pelo neuropsiqiatra Jean-Martin Charcot.

Trata-se de uma doença neurodegenerativa de origem desconhecida, progressiva e habitualmente fatal. Essa doença leva a uma destruição dos neurônios motores na medula e no tronco cerebral, e, com isso, os estímulos não chegam aos músculos, que enfraquecem e se atrofiam.

No Brasil existem, aproximadamente, 2.500 pacientes portadores ou acometidos da esclerose lateral amiotrófica. Na Abrela – Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica – estão registrados apenas 1.300 pacientes. No mundo, há a estimativa de setenta mil indivíduos comprometidos com essa doença devastadora. A sobrevida é de aproximadamente cinco anos para 20% de seus pacientes e acima de dez anos para 10% desses pacientes.

É uma doença que acomete qualquer pessoa, sem distinção de gênero, sem distinção de etnia, sem distinção de classe socioeconômica.

A doença caracteriza-se por fraqueza e atrofia muscular, como falei há pouco, que se inicia numa das extremidades ou na musculatura orofaríngea, evoluindo para o comprometimento de todos os músculos esqueléticos, incluindo a musculatura respiratória. Na fase avançada da doença, o indivíduo progride para a paralisção completa, sem condições de falar, deglutir e respirar espontaneamente.

Essa terrível enfermidade retira do indivíduo que está em sua plenitude produtiva a autonomia, tornando-se totalmente dependente dos seus familiares. Embora a doença seja incurável, ela não é intratável. De fato, tratamentos sintomáticos têm avançado substancialmente nos últimos anos, porém é oneroso e inacessível para a maioria das famílias.

Tratamentos ou intervenções que comprovadamente melhoram a sobrevida e a qualidade de vida, tais como ventilação não invasiva, o Bipap, auxílio mecânico à tosse, comunicação aumentativa e alternativa, gastrostomia percutânea via endoscópica, alimentação enteral industrializada, cadeira de rodas motorizada, acompanhamento regular de equipe multidisciplinar (fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, assistência social) e *home care* não são oferecidos pelos SUS, exceto o Bipap, que é a ventilação não invasiva, que consta da Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1.370, de 3 de julho de 2008, porém não disponibilizado adequadamente. Com o agravante do diagnóstico retardado pela dificuldade dos exames. Portanto, por não receberem assistência adequada, aumenta ainda mais o sofrimento do paciente e da família.

A doença pode ter um efeito devastador. A difícil luta por lidar com a perspectiva de uma incapacidade progressiva e morte consome as reservas emocionais e financeiras. É uma doença complexa, exigindo assistência de enfermagem intensiva e equipamentos caros.

O neurologista Walter Bradley, da Universidade de Miami, recentemente, numa entrevista coletiva concedida à Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica, deixou uma mensagem para os pacientes

brasileiros e seus familiares, amigos e todos aqueles que gostariam de ajudar.

A ELA, como é chamada a esclerose lateral amiotrófica, impõe uma sobrecarga tremenda às vítimas e famílias do ponto de vista físico, financeiro e emocional. As sociedades e grupos de apoio da ELA em todo o mundo, inclusive no Brasil, fazem muito para ajudar, mas há sempre necessidade de mais. Se você conhecer alguém com ELA, ofereça seu tempo, para aliviar os membros da família da tensão constante. Ou simplesmente converse, ouça, seja amigo. Devemos continuar a despertar a consciência pública dessa doença fatal devastadora. Envolve-se, participe, escreva, telefone, converse, grite, descubra qualquer atividade relacionada com a ELA. Dê dinheiro. Os pacientes frequentemente necessitam de dispositivos domésticos e equipamentos especializados caros, tratamento e assistência de enfermagem durante um período indefinido. A ciência necessita de fundos, para intensificar as pesquisas das causas e cura, para que possamos eliminar esse pesadelo.

Como se pode perceber, esses doentes precisam de tudo, também de atenção, carinho e amor.

Quero parabenizar o coordenador da Abrela, Professor Acari Bulle de Oliveira, pela abnegação a essa causa e aos neurologistas do meu Estado, Rio Grande do Norte, em especial aos Drs. Mário Emílio Dourado e Fábio Melo dos Santos, que são dedicados a essa causa.

E que hoje, 21 de junho, Dia Mundial da Esclerose Lateral Amiotrófica, desperte a consciência para a responsabilidade coletiva para essa causa,

Por último, Sr. Presidente, peço que seja alterada a Portaria nº 1.370, de 03 de julho de 2008, da seguinte forma:

Art. 2 – Estabelecer que as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em Gestão Plena do Sistema devam adotar as medidas necessárias a organização e implantação do Programa de Assistência Ventilatória Não Invasiva, assim como a gastrostomia percutânea via endoscópica quando necessária e o atendimento multidisciplinar domiciliar nos estágios avançados das doenças neuromusculares.

Com a mudança nessa portaria, estaremos contemplando os doentes acometidos por esclerose lateral amiotrófica. É o que peço.

Faço esse registro hoje, dia 21 de junho, Dia Mundial da Esclerose Lateral Amiotrófica.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Davim.

Com a palavra agora o Senador Cyro Miranda, pela Liderança do PSDB.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Acir, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, por mais boa vontade que tenhamos, é praticamente impossível acreditar que o novo Regime Diferenciado de Contratações – RDC, um intruso na Medida Provisória 527, trará benefícios ao uso do dinheiro público na realização da Copa do Mundo de 2014.

A verdade nua e crua é que está armado um grande esquema para esbanjar o dinheiro do cidadão brasileiro, já punido diariamente por uma arrecadação recorde mês após mês.

O histórico dos eventos internacionais recentes no Brasil depõe contrariamente a qualquer discurso de boas intenções realizado pelo atual Governo.

Vejam que o precedente dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, durante o governo Lula, é alarmante: houve aumento de quase 800% nos custos. De R\$410 milhões, em 2002, a conta fechou em R\$3,7 bilhões. É conta multiplicadora para Palocci nenhum colocar defeito!

Sob sigilo, Copa e Olimpíada seguirão no mesmo caminho e irão muito mais longe. Será um banquete com o dinheiro suado do trabalhador brasileiro.

O curioso e inexplicável é que o Brasil foi definido como sede da Copa de 2014 em outubro de 2007; mas, nesses três anos e sete meses, quase nada se fez.

Por quê? Porque, ao que tudo indica e como está amplamente divulgado na imprensa, a inoperância e a ineficiência estão lado a lado, como de hábito, para patrocinar o campeonato de interesses escusos em que deve se transformar a Copa de 2014.

E tudo deve ocorrer sob o manto do sigilo e sob o pretexto de preservar o Erário. Parece até que o Brasil, como nunca antes na história de outro país em todo o mundo, tornou-se à prova de *wikileaks*, e nenhuma informação mantida sob o sigilo do Governo e dos órgãos de controle irá vazar.

Como bem observa a jornalista Eliane Catanhêde, no caso do Agente 007, o 00 significa licença para matar. No do RDC aprovado para a Copa e a Olimpíada, o RD é licença para roubar.

Mas não é só o sigilo que coloca em risco a probidade e a austeridade no uso do dinheiro público, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. O RDC estabelece outros pontos polêmicos, como a possibilidade de aumentar o valor de um contrato sem limite, na mesma licitação. Hoje, pela lei, esses aditivos estão limitados a 25%, no caso de obras novas, e 50%, para reformas.

Pode ser que não, Sr. Presidente, mas, pelo andar da carruagem, a Copa de 2014 será um megavento no pior dos sentidos. A Copa de 2014 será uma porteira aberta para os desvios de recursos públicos.

E para variar, o RDC está sendo aprovado por meio de uma medida provisória, a toque de caixa e sem o devido exame da matéria.

Com certeza, cada voto favorável à Medida Provisória nº 527 contribui para o descrédito do Congresso Nacional perante a opinião pública.

Nós temos o dever de nos colocarmos como contrapeso ao Poder Executivo, e não de convalidarmos medidas obscuras e carentes de um amplo debate.

O Governo diz que o RDC é utilizado em outros países, mas por que, então, isso não foi divulgado de forma clara para a opinião pública? Que países são esses e quais as características de cada uma das leis? Será que elas foram copiadas como deveriam ser, se é que o foram, ou se fez um arremedo de modo a permitir um verdadeiro assalto aos cofres públicos, sob o manto da legalidade do RDC? Por que não se respeitou o Congresso Nacional nem se enviou um estudo detalhado e com a devida antecedência?

Senador Flexa Ribeiro, quando juntamos as peças, não há como não pensar numa grande e ardilosa armação, um jogo torpe para superfaturar as obras e obter vantagens com o dinheiro do povo.

Sr. Presidente, a sociedade brasileira tem assistido a tudo isso e, com certeza, não aprova a conduta nem do Poder Executivo, nem do Poder Legislativo.

Observem que o Procurador da República, Athaíde Ribeiro Costa, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa 2014, manifesta-se contrariamente ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

O nobre Procurador salienta que a preocupação aumentou nesta semana, porque, de acordo com matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, assinadas pelos jornalistas Felipe Coutinho e Fernanda Odilla, a Fifa passou a pressionar as cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014 a *cooperar* nas licitações dos estádios e a contratar empresas patrocinadoras das entidade.

Há uma apresentação em *Power Point*, em que a Fifa manifesta interesse na contratação da parceria ADM para a confecção de brindes, como bonés e chaveiros.

Os documentos são assinados pelo Diretor de *Marketing* da Fifa no Brasil, Jay Neuhaus, num recado bastante claro: *Ou a sede contrata a ADM, ou paga 17% de taxa de licenciamento, caso opte por outra fabricante.*

A *Folha de S.Paulo* também teve acesso a e-mail enviado em janeiro deste ano aos coordenadores das 12 cidades-sedes e assinados por Carlos de La Corte,

Consultor do COL, em que é encaminhada carta do Diretor Geral de *Marketing* da Fifa, Thierry Weil, dizendo que a entidade considera que os produtos da Yingli Solar podem ser a melhor solução para a eficiência energética dos estádios da Copa.

Tudo isso é de extrema gravidade, porque traz à tona um conluio para praticar crimes contra o Erário.

Não! Nós não podemos admitir uma conduta dessa natureza, muito menos que se aprove o RDC, porque aí ninguém vai segurar mais as comportas abertas pelo superfaturamento e todas a sorte de artimanhas para favorecer empresas e grupos de interesse privado.

Colocamo-nos, portanto, ao lado do Sr. Presidente do Ministério Público Federal, e registamos nosso protesto contra mais uma manobra que pretende, como tantas outras, ferir de morte o interesse público.

Não ao RDC!

Sim à transparência dos gastos públicos!

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Com todo prazer, Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco/PSDB – PA) – Senador Cyro Miranda, V. Exª traz à tribuna um assunto da maior importância, que será debatido, mais proximamente, quando, por aqui, estivermos, como sempre, de forma apressada, sem uma análise mais detalhada, discutindo e votando a Medida Provisória nº 527. É lamentável e o próprio Presidente, nosso Presidente, José Sarney já deu uma declaração à imprensa dizendo que essa Medida Provisória não passará aqui no Senado com essa emenda ou com esse artigo que prevê as concorrências públicas já com a legislação não seguindo a Lei nº 8.666, flexibilizada, ainda agora com “segredo de Justiça” para que a sociedade brasileira não tenha conhecimento dos valores, como V. Exª bem destacou aí. Não vai muito longe o exemplo que esperamos não acontecer novamente, Senador José Pimentel, dos Jogos Panamericanos; apesar de licitados de forma transparente, depois ficou provado o desvio de milhares, de milhões, de centenas de milhões de reais naquelas obras. Estamos vendo agora que, lamentavelmente, o Governo do Presidente Lula só fazia ações midiáticas. Foi importante termos vencido a disputa para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, mas, como sempre, não houve planejamento. Agora, todos sabemos, e o próprio Deputado Romário, ex-jogador da seleção brasileira, já disse que só Deus para ajudar os brasileiros a não passarem vergonha na Copa de 2014. Nenhum brasileiro quer isso, mas o que está acontecendo é que isso, lamentavelmente, poderá vir a ocorrer. Deixo aqui o Estado do Pará como possível sub-sede da Copa, se algum Estado não cumprir as

exigências. O Governador Jatene já disse que o Pará está de braços abertos para sediar os jogos. Espero que o Amazonas cumpra, que é nosso irmão da Amazônia, e que tenhamos duas sub-sedes na Amazônia, que representa 60% do nosso País. Então ter duas sub-sedes é mais do que justo para nossa região, já que o nordeste tem quatro sub-sedes. Vamos ver, Senador João Pedro, se a gente consegue trazer para o Pará a sede no lugar de algum Estado que não cumpra as exigências.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão e o que nos deixa muito triste é que, desde outubro de 2007, como disse, nós já sabíamos que a Copa do Mundo viria para cá.

Então nós estamos procrastinando todas as decisões. Nada mais é do que uma medida provisória colocada já em 2007, para que, no afogadilho, então, com essa desculpa, a gente comece a aprovar qualquer tipo de despesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador José Pimentel, como quinto inscrito desta tarde, já avançando a noite.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, do PT, do Ceará.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Senador Acir Gurgacz, Presidente desta sessão, quero começar registrando que, em 1990, a Cúpula do Milênio, o encontro internacional coordenado pela ONU, apresentou uma proposta, que o Brasil subscreveu, de que, em 2015 nós nos comprometíamos a diminuir pela metade a pobreza absoluta no Brasil. Tínhamos ali, aproximadamente, 26% de toda a população brasileira.

Em 2008, o Brasil já atendia essa meta. Se nós pegarmos as políticas públicas desenvolvidas pelo Presidente Lula, veremos que 35 milhões e 700 mil pessoas ascenderam na pirâmide social e mais 39 milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta até 2010, mas ainda há 16 milhões e 200 mil pessoas na pobreza absoluta.

Exatamente por isso a nossa Presidenta Dilma, na sua campanha eleitoral, assumiu como uma das bandeiras de campanha resolver, erradicar e superar a pobreza absoluta no Brasil.

E agora, no mês de junho, ela faz o lançamento desse programa, um programa consistente, para completar esse ciclo de inclusão social com crescimento econômico e distribuição de renda, que o nosso partido,

o Partido dos Trabalhadores, com a sua base aliada, vem desenvolvendo no Brasil.

E é por isso que, nas regiões mais pobres, as pessoas estão mais felizes, estão mais integradas e estão mais brasileiras, porque participam da riqueza nacional.

Esse projeto tem um grande olhar para as Regiões Norte e Nordeste, até porque 57% dessas 16 milhões e 200 mil pessoas vivem na minha região, a Região Nordeste. E quando a gente observa quem são esses brasileiros e essas brasileiras, vemos que, na sua ampla maioria, são meninos e meninas com até 14 anos de idade e na sua casa o chefe da família é a mulher, em face de uma política desenvolvida ao longo da nossa história e das nossas famílias de que a paternidade não deveria ter uma grande preocupação para com seus filhos, deixava muito mais sob a responsabilidade da mulher.

Esse debate, junto ao terceiro setor, junto aos vários movimentos da sociedade civil organizada, nos permitiu que a responsabilidade paterna fosse aumentando. Agora com esse programa que nossa Presidenta Dilma termina de lançar, em que há um conjunto de ações que já vinham sendo feitas, nós queremos chegar a 2015 com 100%, resolvendo a pobreza absoluta. O Brasil tinha assumido em 1990 resolver a situação de apenas a metade da população que ali está. Esse projeto tem um grande embasamento nas políticas voltadas para a agricultura familiar. Se nós observarmos, em 2002 todo o crédito para a agricultura familiar brasileira não ultrapassava R\$2 bilhões. Esse mesmo setor, na safra agrícola de 2010/ 2011, tem R\$16 bilhões para a agricultura familiar.

Lembro-me muito bem de quando era Deputado Federal e debatia as taxas de juros cobrados na agricultura brasileira. Eram taxas escorchantes, imorais. Hoje, embora as taxas ainda sejam muito altas, nesse setor nós temos juros negativos. Se você é da área do assentamento a sua taxa de juros é de 3% ao ano, sem correção monetária, para uma inflação em torno de 6%. Se você vai para a agricultura familiar, se tem uma pequena propriedade, a sua taxa de juros é de 3% a 4% ao ano, sem correção monetária. E ao lado disso, com as políticas públicas, desenvolvidas pela nossa Embrapa, com a melhoria dos cultivos, esse setor passa a ter maior produtividade. E considerando a produção de grãos no campo, envolvendo agricultura familiar, a média e a grande propriedade, o agronegócio, nós somos hoje um dos países que mais cresce na produção de grãos. E queremos chegar a 2022, sendo o primeiro produtor de grãos do mundo.

Para isso, precisamos ter uma política que envolva todo o pacto federativo, toda a sociedade brasileira,

em que a agricultura familiar, a média e a grande propriedade façam parte desse grande projeto, com um Código Florestal condizente com a nossa realidade e pactuado com os vários setores produtivos brasileiros.

Na minha região, no Nordeste, lembro que um dos maiores reclames que tínhamos, por volta de 2004 e 2005, era a necessidade da energia elétrica nas nossas moradias. Todas as vezes em que visitávamos uma comunidade, um sindicato rural, um assentamento, uma feira daquelas cidades do meu Ceará, o que mais se pedia era exatamente acesso à energia. Em pleno século XXI, isso era coisa que o mundo já tinha resolvido no final do século XIX e até a metade do século XX, mas o Brasil continuava à base do bico da lamparina, e, alguns, do velho lampião, para tentar trazer clareza para sua casa, para seus filhos poderem estudar. Acima de tudo, o custo era muito alto; não se conseguia preservar o alimento, melhorar a sua qualidade.

Com o programa Luz para Todos, estamos universalizando a energia, com algumas dificuldades, na região Norte, em face de suas grandes distâncias. Precisamos desenvolver outras tecnologias, para que efetivamente apaguemos, de uma vez por todas, a velha lamparina e levemos energia às casas das nossas famílias. Isso faz parte do programa de erradicação da pobreza e da miséria no Brasil.

Nós, na região Nordeste, sabemos o que representa a água. A água, para nós, Acir, é como o ar de respirar. Presidente, sem ar não há vida; para nós, do Nordeste, é da mesma forma: sem água não há vida.

Exatamente por isso desenvolvemos, durante a campanha de 2010, o programa Água para Todos e o de Erradicação da Miséria também. O programa Água para Todos é uma das pilstras nesse processo, para que possamos, de uma vez por todas, aposentar também a velha lata d'água na cabeça e passar a ter água de qualidade nas nossas moradias.

Naquelas em que for possível fazer um processo de irrigação, um processo de abastecimento de água por meio da encanação, isso será feito. E para as casas isoladas, mais distantes, é a cisterna caseira.

O nosso Estado, o Estado do Ceará, firmou um convênio com o Governo Federal, agora no final de 2010, para a construção de mais 42 mil cisternas caseiras. Dessas 42 mil, a metade o Governo Federal viabilizará, e a outra metade o nosso Governo do Estado do Ceará, o nosso Governador Cid Ferreira Gomes, fará em contrapartida, para que possamos chegar ao final de 2011 com mais 42 mil cisternas caseiras ali prontas.

Desenvolvemos no Estado do Ceará um programa chamado Cinturão das Águas, para receber as águas do São Francisco, o que, para nós, do Nordeste setentrional, é decisivo. E, quanto àquele velho debate

que havia entre os Estados doadores e os Estados receptores, conseguimos fazer um grande entendimento político, para revitalizar o rio São Francisco, recuperar sua capacidade e, ao mesmo tempo, levar água para o Nordeste setentrional, porque ali ela não existia. E só foi possível fazer isso por intermédio de um Presidente que foi e é o melhor e o maior Presidente de toda a nossa história, Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu aprendi, nos bancos da escola, que o Imperador D. Pedro II se havia comprometido em vender a última pedra da coroa, para que nunca mais no Nordeste se passasse sede. Isso foi em 1877, quando houve uma das maiores secas no Nordeste brasileiro. A coroa continua intacta, a sede veio e ainda continua na vida nordestina.

Mas foi preciso que o Brasil tivesse a coragem de eleger Presidente da República um peão, um nordestino, filho do Estado de Pernambuco, para se pudesse fazer esse acordo, esse grande entendimento entre os Estados doadores e os Estados receptores da água, a fim de que a interligação pudesse ser feita.

O canal Leste, que abastece Pernambuco e a Paraíba, está com 80% prontos, e queremos chegar ao final de 2011 com ele concluído. O nosso Senador Wilson Santiago conhece muito bem o que isso representa. O canal Norte, que beneficia Pernambuco, o Ceará, a outra parte da Paraíba e o Rio Grande do Norte, tem hoje 40% feitos, e queremos chegar a 2013 com ele concluído. Esse processo permitirá resolver um grave problema que já foi cantado em prosa e verso por vários cantores e compositores da nossa região. Mas foi esse nordestino que conseguiu resolver a questão, e a Presidenta Dilma está dando continuidade. Isso faz parte do Programa Brasil sem Pobreza.

Nós sabemos o que representa a moradia na parte urbana. Grande parte das famílias que foram ontem expulsas da roça, seja por falta da terra, seja por falta de oportunidade, e que vieram para a grande cidade, passando a morar nas palafitas, nas casas de palha e de latão, hoje, com o Programa Minha Casa, Minha Vida estão resolvendo esse problema.

Iniciamos esse grande programa com um milhão de moradias no seu primeiro período e asseguramos a construção de 1,5 milhão de moradias; essas casas estão sendo feitas e entregues. Agora vem a segunda fase, com mais dois milhões de moradias. A indústria da construção civil pede a capacitação da mão de obra, a formação da mão de obra do pedreiro, do servente, daquele que vai construir a nossa moradia. E aqui há uma particularidade: esse pedreiro e esse servente fazem a casa e têm o direito de morar na casa. O nosso velho Patativa do Assaré dizia que o pedreiro e o servente

começavam a casa, terminavam-na, fechando-lhe a porta de entrada, e nunca mais tinham acesso a ela.

Senador Wilson Santiago, por gentileza.

**O Sr. Wilson Santiago** (Bloco/PMDB – PB) – Senador José Pimentel, V. Ex<sup>a</sup> faz um relato daquilo de que todos nós – inclusive a população brasileira – temos conhecimento. Há o reconhecimento daquilo que o ex-Presidente Lula de fato realizou, no que se refere à administração pública, com ações, em sua grande maioria, voltadas aos pequenos, aos menos favorecidos, contribuindo, com isso, com o aumento da autoestima do povo brasileiro. Da mesma forma, a Presidenta Dilma tem apresentado novos programas e ampliado os anteriormente existentes, como o programa Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec, além de tantos outros, que são essenciais para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Daí, o relato que V. Ex<sup>a</sup> faz é mais do que justificado e provado. Por essa razão, o próprio Presidente Lula deixou o Governo com uma aprovação de mais de 80%, e a Presidenta Dilma já chega próximo a isso, apesar de ter completado apenas os primeiros seis meses de Governo. Tenho certeza de que, ao final deste Governo, o Brasil terá muito que comemorar, por ter governos comprometidos com os interesses da grande maioria da população brasileira, visando a políticas públicas e a ações administrativas voltadas para ela. Está de parabéns V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que, agindo o Governo assim, quem ganha é o povo brasileiro.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Senador Wilson.

Senador Flexa Ribeiro, por gentileza.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco/PSDB – PA) – Senador José Pimentel, eu quero louvar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> sobre as ações em benefício do povo irmão do Nordeste. Acho que são importantes e devem ser por todos nós consideradas. Mas V. Ex<sup>a</sup>, no momento do seu pronunciamento, disse que o Presidente Lula foi o melhor presidente que o Brasil já teve. Eu acho que há nisso uma falta de visão histórica. V. Ex<sup>a</sup> retorna ao ufanismo – a que me referi, há pouco, quando apartei o Senador Cyro Miranda – do Presidente Lula, que dizia: “Nunca dantes, na história do Brasil, aconteceu tal coisa”; “Nunca dantes...”. Parece que o Brasil foi descoberto em 2003. O Marechal Deodoro da Fonseca, nosso primeiro Presidente da República, e, daí por diante, todos os outros... V. Ex<sup>a</sup> faz um juízo próprio, ao anunciar o Presidente Lula como o maior Presidente do Brasil. Eu discordo. Acho que ele cometeu uma série de enganos. Nós tivemos outros presidentes importantes. Não me refiro somente a Fernando Henrique Cardoso, mas a outros tantos que tiveram a posição de dar uma nova visão, um novo patamar para o nosso País. Quero que

todos nós tenhamos saúde e vida, porque, ao final do mandato da Presidenta Dilma, V. Ex<sup>a</sup> vai subir à tribuna e dizer que o Brasil nunca teve uma Presidenta tão importante ou tão querida como a Presidenta Dilma. Aí vai esquecer o Presidente Lula. Então, o juízo que a história faz não é no momento presente. A história vai fazer o julgamento mais à frente, e queira Deus que estejamos todos nós com vida, para que possamos saber quem fez o Brasil chegar ao patamar em que hoje se encontra. Quero dizer que concordo com V. Ex<sup>a</sup> em relação às obras que são necessárias para o Nordeste e lamento que elas não tenham chegado à Amazônia e ao meu Estado, o Pará.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Senador Flexa Ribeiro, quem diz isso não é o Senador José Pimentel, mas o povo. Basta ver as pesquisas de opinião pública.

Quem termina um governo, depois de oito anos, com mais de 80% de “bom” e “ótimo”; com 94%, incorporando-se o “regular”; e com apenas 6% pensando igual a V. Ex<sup>a</sup> é inegavelmente o melhor Presidente de toda a história brasileira.

E nós elegemos a Ministra, hoje Presidenta Dilma, para fazer mais e melhor do que o Presidente Lula. E é por isso que ela foi eleita com a expressão de voto que teve, sendo a primeira mulher a ser Presidenta do Brasil, para que, com o seu coração de mãe, com sua mente de avó, possa fazer melhor do que todos os homens do Brasil.

Por isso eu sou um daqueles que sou da base do Governo e tenho orgulho de ser da base do Governo, como fui Deputado de oposição por oito anos, fazendo um debate duro, mas muito sincero sobre o que acontecia no Brasil.

E tenho convicção de que o Brasil não voltará mais à Velha República, até porque a Velha República deixa pouca lembrança na mente e nos corações do nosso povo. Basta ver o que foi a Revolução de 30, com a unidade do Sul com o Nordeste para derrotar a Velha República, porque ali o que predominava era a política da caneta, do bico de pena, em que nós sabíamos que as mulheres não podiam votar, os trabalhadores não podiam votar. Era o voto censitário, e o voto dependia do poder de compra dos homens do Brasil, e apenas 5% dos homens votavam. Havia pessoas com direito a 2.000 votos nas eleições da República Velha a que V. Ex<sup>a</sup> faz referência. Aquele período, nós do Nordeste, ajudamos a construir. Naquele período, nós do Nordeste, com João Pessoa na linha frente, escrevemos uma nova história e, em seguida, a Constituição de 46 consolida esse processo democrático, que, lamentavelmente, foi interrompido em 64. E nós, novamente, em 89, escrevemos a nova história, e hoje o Brasil é a

sétima potência econômica do Planeta, com distribuição de renda e inclusão social, que tem um dos programas mais ousados no mundo da educação. Para o senhor ter uma ideia, até 2003, nós construímos no Brasil apenas 139 escolas técnicas federais. E tivemos um sociólogo Presidente da República, que, em 1997, baixou um decreto proibindo a criação de escolas técnicas no Brasil. E esse nordestino termina de construir mais 280 escolas técnicas, inclusive seis delas no seu Estado, o Estado do Pará, e todas no interior do Pará.

E agora...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE. *Fora do Microfone.*) – Para concluir, Sr. Presidente. Agora, a Presidenta Dilma, no Pronatec, está construindo mais 120 escolas profissionalizantes para que a gente possa resolver o apagão da mão de obra.

Sou um sindicalista, e, nas décadas de oitenta e noventa, a maior preocupação nossa era receber, na data base, parte da inflação e não perder o emprego. Assisti, na década de noventa, à chamada reengenharia do mundo do trabalho, que era para saber se demitia-se o filho ou o pai, porque não havia emprego para os dois. Hoje, fico muito feliz quando os nossos empresários botam a placa na porta da sua fábrica ou do seu estabelecimento, dizendo: “Estou precisando de empregados”, empregados qualificados, empregados para continuar construindo essa forte Nação, que pertence ao bravo povo brasileiro que a constrói. Por isso, tenho muito orgulho da história brasileira, mas tenho de fazer referência e justiça àqueles que a constroem.

Sr. Presidente, como o Líder do DEM falou 35 minutos e comeu o nosso tempo, vou dar como lido o meu pronunciamento.

#### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL**

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, um dos mais importantes compromissos assumidos pela Presidenta Dilma Rousseff durante sua campanha eleitoral foi o de envidar todos os esforços para erradicar a miséria de nosso País.

Coerente com sua vida pública, definiu como prioridade máxima de seu Governo o ataque a essa realidade de miséria que ainda assola milhões de brasileiros que vivem abaixo do que se considera dignidade humana, mesmo após os extraordinários avanços assegurados durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vale lembrar, aliás, o perfil do desenvolvimento com inclusão social promovido ao longo do Governo Lula. Graças a políticas como o Programa Bolsa Fa-

mília, a elevação do valor real do salário mínimo e dos benefícios previdenciários, o investimento no ensino técnico-profissionalizante, entre tantas outras, o Governo Lula logrou assegurar a ascensão social de nada menos que 35,7 milhões de pessoas.

Agora, a determinação da nossa Presidenta Dilma Rousseff é no sentido de levar adiante esse trabalho, avançando com firmeza no rumo da completa erradicação da miséria em nosso País.

Com esse objetivo, a Presidenta Dilma lançou neste mês de junho o Plano de Superação da Extrema Pobreza – Brasil sem Miséria, que busca promover e ampliar a transferência de renda, inclusão produtiva e garantir acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento básico e energia elétrica para milhões de brasileiros.

A ideia do Governo Federal é a inclusão da população mais pobre de nosso país, aquela com renda familiar de até R\$ 70,00 por pessoa, e deve construir parcerias com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

A assistência social será apenas um dos aspectos do Plano de Superação da Extrema Pobreza, que inclui, também, a proposta de organizar cursos de capacitação para as pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, levando em consideração as necessidades existentes no mercado de trabalho de cada região. O novo plano do Governo Federal se constitui, portanto, num incentivo concreto ao exercício de atividades produtivas.

Alguns dados do Brasil sem Miséria mostram que devem ser alcançados 16,2 milhões de pessoas em todo o país sendo que 59% deste público-alvo encontram-se na região Nordeste (17% na região Norte; 17% no Sudeste; 4% no Sul e 3% no Centro-oeste). Dados preliminares do Censo 2010 indicam que o Ceará tem cerca de 1,5 milhão de pessoas extremamente pobres. Esse valor corresponde a 17,8% da população cearense, pessoas que sobrevivem com uma renda mensal de até R\$ 70,00.

Outros dados importantes indicam que 47% desses brasileiros vivem na área rural (quase 7,6 milhões de brasileiros) e que 40% do total têm até 14 anos, o que demonstra uma preocupação com nossas crianças e nossos adolescentes, o futuro de nossa Nação.

Alguns pilares do programa demonstram também a preocupação com o nosso Brasil rural. Ampliar a produção das famílias agricultoras, por exemplo, é uma das metas mais relevantes para erradicar a pobreza no campo. Para cada mil famílias agricultoras serão formadas equipes com 11 técnicos que devem ajudar na reestruturação da produção. Com o auxílio da nossa Embrapa na produção de sementes de qualidade e

na assistência técnica a esses produtores certamente poderemos desenvolver um melhor trabalho para nossa população rural.

Ainda no campo, o programa Água Para Todos, fundamental no combate à pobreza, prevê a construção de cisternas para atender o consumo de água de 750 mil famílias nos próximos dois anos e meio, principalmente no semi-árido nordestino. Está prevista também a instalação de sistemas complementares e coletivos de abastecimento contemplando populações rurais dispersas ou que vivem em áreas mais adensadas e com acessos a fontes hídricas.

Outro dado para os pequenos produtores rurais é o aumento de quatro vezes do número de agricultores atendidos pelo Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) que foi criado para apoiar a agricultura familiar em situação de baixa de preço, garantindo alimentos de qualidade para populações carentes. Atualmente, 156 mil agricultores vendem a produção para o PAA e a meta do Brasil sem Miséria é ampliar esse número para 445 mil agricultores até o final de 2014. O Governo deve ainda ampliar as compras para instituições públicas e filantrópicas como hospitais, escolas, universidades, creches e presídios. Além disso, o PAA também vai fornecer produtos da agricultura familiar a estabelecimentos privados em função de uma parceria com as grandes redes de supermercados.

Outra novidade diz respeito a proteção ambiental. O Brasil sem Miséria vai criar também o Bolsa Verde, um novo programa de transferência de renda para que as famílias promovam a conservação nas áreas onde vivem e trabalham. O Bolsa Verde vai pagar R\$ 300,00 por trimestre a cada família que promova a proteção ambiental em Áreas de Preservação Permanente. Além desse valor, que será repassado pelo cartão do Bolsa Família, os beneficiários do Bolsa Verde podem conseguir renda através do extrativismo e da pesca de modo sustentável.

Temos também a continuidade do Programa Luz Para Todos que vai garantir acesso à energia elétrica para 257 mil famílias do campo até 2014. Esse benefício certamente trará mais comodidade aos pequenos produtores rurais que já podem ter acesso a bens como geladeira ou televisão.

Sr. Presidente, outro ponto de destaque do Brasil sem Miséria é a capacitação profissional. A inclusão social através da qualificação de milhares de brasileiras e brasileiros é outro importante sustentáculo do programa e a meta aqui é de qualificar um milhão e setecentas mil pessoas entre 18 e 65 anos em ações articuladas de governo como o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec) e o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (Projovem).

A ideia geral do Plano de Superação da Extrema Pobreza é associar a ampliação dos benefícios sociais com o aumento das oportunidades de emprego, tanto no meio rural como no urbano. O Governo vai sobrepor o mapa da pobreza ao mapa das oportunidades, de modo a viabilizar a inclusão produtiva.

A capacitação também deve ocorrer em parcerias com escolas técnicas, o sistema S (SESI, SENAI, SESC e SENAC) e outras redes que serão mobilizadas para ofertar mais de 200 tipos de cursos gratuitos sintonizados com a vocação de cada região.

O Brasil sem Miséria também dedicará atenção especial aos catadores de materiais recicláveis apoiando a sua organização com a melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades de inclusão. A meta neste caso é atender capitais e regiões metropolitanas abrangendo 260 municípios cujas prefeituras também receberão apoio para a criação ou o aperfeiçoamento de programas de coleta seletiva de lixo. O plano deve capacitar e fortalecer a participação de 60 mil catadores até 2014.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Plano de Superação da Extrema Pobreza adota uma abordagem abrangente no enfrentamento da exclusão social. Assim sendo, o Governo irá criar, no bojo do Programa, uma ampla gama de políticas públicas voltadas à integração à sociedade dos brasileiros hoje excluídos.

Entre essas políticas públicas, estão incluídas, evidentemente, providências basilares, indispensáveis para o acesso aos mais diversos direitos inerentes à cidadania, como, por exemplo, a facilitação dos trâmites para obtenção de documentos pessoais. No caso das mulheres, é necessário, antes de tudo, aumentar a oferta de vagas em creches em todo o País, condição indispensável para que elas possam trabalhar.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estudos encomendados pelo Governo mostraram que grande parte das pessoas que vivem em condições de pobreza extrema não tem acesso aos benefícios oferecidos pelo Estado por absoluta falta de conhecimento, o que precisa ser enfrentado com investimentos em comunicação. Para atender essa necessidade, profissionais serão treinados nos Estados e Municípios para orientar os cidadãos situados abaixo da linha da pobreza sobre os seus direitos e sobre o modo de ter acesso a eles.

Por incrível que possa parecer, mesmo nas regiões metropolitanas ainda podem ser encontrados muitos brasileiros que vivem em situação de isolamento, sem informação alguma. Daí ressalta a importância do trabalho desses profissionais, que funcionarão, também, como uma espécie de educadores.

Sr. Presidente, vale destacar que as sugestões para o melhor desenho do Plano de Superação da Ex-



trema Pobreza não estão vindo apenas das três esferas de Governo. Também a sociedade civil tem aportado ideias muito interessantes. Uma delas, defendida por vários setores, inclusive dentro do próprio Governo, afirma que o estímulo ao empreendedorismo é uma forma bastante eficiente de combate à miséria.

Lembramos, Sr. Presidente, que seria impossível criar empregos em número suficiente para atender a todas as pessoas que se encontram em situação de pobreza extrema, e que a cobertura desse déficit pode ser feita mediante políticas de apoio ao espírito empreendedor, como o microcrédito.

De fato, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o estímulo ao empreendedorismo é elemento indispensável em qualquer iniciativa voltada ao combate à miséria. Cabe lembrar, desde logo, a majoritária participação das micro e das pequenas empresas na geração de empregos em nosso País. E, não menos importante, o Programa Empreendedor Individual, que superou os 1,2 milhão de empreendedores formalizados.

Ao se cadastrar, o empreendedor passa a ter acesso a benefícios previdenciários, adquire um CNPJ, pode emitir notas fiscais, participar de compras governamentais e ter acesso a crédito e financiamento. A formalização do empreendedor individual é feita pela Internet e o custo mensal fixo é de 5% do salário mínimo – destinados à Previdência Social – mais um real a título de ICMS ou cinco reais a título de ISS.

É interessante observar que, no universo de mais de um milhão de empreendedores até agora formalizados pelo Programa, 45% são mulheres e 70% exercem sua atividade em domicílio. Até o final do ano passado, quase 20 mil trabalhadores haviam sido contratados com carteira assinada por empreendedores individuais.

As atividades econômicas com maior destaque em número de formalizações foram o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; os cabeleireiros; os minimercados, mercearias e armazéns; as lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao longo das últimas décadas, o Brasil tem realizado avanços muito significativos no combate à pobreza. Em 1990, quase 26% dos brasileiros viviam com renda inferior ao critério da pobreza extrema estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em acordo firmado na Cúpula do Milênio, o Brasil se comprometeu a reduzir esse número pela metade até 2015. Já em 2008, porém, o País superou essa meta.

O governo federal, sob o comando da nossa Presidenta Dilma Rousseff, está confiante de que poderá ter um desempenho ainda melhor do que o observado ao longo das duas últimas décadas, enfrentando a miséria

absoluta com programas que promovam a inclusão social, a distribuição de renda e o acesso à cidadania.

Foi para esse fim que o Governo Federal apresentou a nação o Plano de Superação da Extrema Pobreza, com ações articuladas de fortalecimento dos programas de transferência de renda, de inovações ambientais como a criação do Bolsa Verde, de criação de oportunidades de emprego, de qualificação profissional, de estímulo ao empreendedorismo, de ampliação do acesso da população aos serviços sociais básicos.

Sr. Presidente, não poderia, portanto, deixar de manifestar meu entusiástico apoio ao Plano de Superação da Extrema Pobreza – Brasil sem Miséria.

É chegado o momento de levar dignidade humana a esses brasileiros e brasileiras, que se encontram em situação de extrema miséria, para que eles também compartilhem a brisa do desenvolvimento com inclusão social.

Tenho plena certeza de que com o trabalho sério e comprometido de todos os entes federativos, chegaremos muito em breve a um grande resultado nessa área.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador José Pimentel, eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

Tive o prazer de ouvir a Ministra Tereza, juntamente com a nossa Presidenta Dilma, no lançamento do Programa Brasil Sem Miséria. Eu tenho certeza de que esse programa vai mudar ainda mais a cara do Brasil nos próximos anos. É um programa que realmente vai fazer a diferença e vai ajudar muito a população brasileira, a população carente que precisa de auxílio, precisa de um trabalho voltado à melhoria da qualidade de vida da população mais carente no Brasil.

Com a palavra o Senador Geovani Borges, do PMDB do Amapá.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não... Eu tinha levantado o microfone para que o Senador José Pimentel me permitisse um novo aparte, mas ele não teve tempo, para que não usasse o final do seu pronunciamento. Mas, Senador José Pimentel, só para uma informação de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> disse que o Presidente Lula construiu centenas de escolas técnicas.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Duzentas e oitenta.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Duzentas e oitenta. E no meu Pará...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone*) – Seis.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA.) – Seis. Nenhuma está funcionando, Senador José Pimentel. Nenhuma.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone*) – Ainda.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA.) – Como todas as obras do Presidente Lula, são obras de ficção. Eu quero convidá-lo para que V. Ex<sup>a</sup> vá ao Estado do Pará, para que V. Ex<sup>a</sup> possa conhecer a verdade. E lamentavelmente, porque eu gostaria que as seis ou sete estivessem funcionando, mas nenhuma está em funcionamento.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Quero lembrar ao senhor que estive algumas vezes no Estado do Pará, inclusive inaugurando agências da Previdência Social, porque o que foi feito na década de noventa foram casas que não eram dignas da classe trabalhadora. Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Com verba de emenda de Bancada, que o Ministro Pimentel solicitou à Bancada e foi atendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Há um orador na tribuna, Senador Flexa Ribeiro, e V. Ex<sup>a</sup> conhece o Regimento.

Só quero dizer ao Senador José Pimentel que V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento, quanto ao seu pedido.

Com a palavra o Senador Geovani Borges, do Amapá, pelo PMDB.

**O SR. GEOVANI BORGES** (Bloco/PMDB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou procurar ser breve pelo avançado da hora e até em respeito aos colegas que estão aguardando aqui praticamente desde às 14 horas, horário de início dos trabalhos do Senado Federal.

Permitam-me fazer aqui apenas um breve registro sobre um acontecimento na área de saúde, efetivado no meu Estado, e que nos acena com uma luz de sensibilidade sobre um segmento ainda bastante martirizado pelo preconceito e pela falta de informação.

Eu me refiro ao I Simpósio de Epilepsia e Saúde Mental do Amapá, realizado pela Federação Brasileira de Epilepsia, com a participação do Ministério Público.

O simpósio reuniu especialistas da área e pessoas com epilepsia para discutir os principais desafios dos que enfrentam essa doença, que acomete mais de três milhões de pessoas só no Brasil. Estudiosos informam que, a cada novo dia, somam-se a este número quase trezentos novos casos.

Entre os palestrantes esteve o Procurador de Justiça Edmilson Fonseca, do Ministério Público de

Rondônia – Estado de V. Ex<sup>a</sup>, que preside com muita competência os trabalhos desta Casa –, que, na oportunidade, apresentou aos espectadores e ao Ministério Público do Amapá o projeto pioneiro pelo enfrentamento do preconceito da epilepsia nas escolas.

Inclusive, eu gostaria de fazer aqui um reconhecimento: embora a causa dos portadores de epilepsia ainda não seja amparada por legislação específica, Rondônia, Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, saiu na frente e conseguiu assegurar o primeiro caso de aposentadoria para um epilético na Justiça Federal, fato que, para mim, deveria passar a valer como referência para tribunais de todo o País.

Pois muito bem, participaram do evento a Faculdade de Macapá – Fama – e palestrantes das Universidades Federais de Minas Gerais, da Paraíba, Estado do nosso querido colega Wilson Santiago, e da Universidade de São Paulo.

Sr. Presidente, os mais de três milhões de portadores da doença no Brasil merecem essa atenção. Estamos falando da mais comum das desordens neurológicas, mas sobre a qual ainda paira uma verdadeira nuvem de desinformação e, por consequência, preconceito.

A dificuldade de convívio, seja pessoal, seja profissional, é um problema para os portadores da síndrome. Lamentavelmente, em pleno século XXI, a epilepsia continua, por incrível que pareça, com o mesmo estigma do passado, quando a vinculavam a magias ou a fenômenos sobrenaturais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 1% da população do globo é portadora de epilepsia. No Brasil, forma a segunda maior causa de procura por atendimento nos serviços de neurologia, segundo levantamento feito pela Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp.

Apesar de ser a condição neurológica com maior prevalência no Planeta, são poucos os que recebem um tratamento adequado e poucos também aqueles que a encaram com naturalidade.

E isso obriga o epilético a se esconder, a omitir sua condição por medo de ser estigmatizado, de ser preterido nas seleções de emprego e em todas as esferas do convívio social.

Então, cada ação educativa, cada passo que a comunidade científica dá no sentido de promover debates, congressos e palestras sobre o tema é importantíssimo para que sejam desfeitas as ideias errôneas sobre o assunto.

A epilepsia tem um impacto profundo nas relações do paciente. Ninguém sabe lidar com a situação. O indivíduo é afastado do grupo e, numa empresa, não raro, uma crise é motivo de demissão sumária.

É difícil encontrar pessoas assumidamente epiléticas. Nas associações de pacientes ou ONGs de apoio ao portador, é mais comum o contato com os pais do paciente do que com ele próprio.

As ideias pré-concebidas crescem na proporção da falta de informação. E, quanto maior ela for, mais o paciente se vê compelido a se refugiar, ficando com muita insegurança e autoestima baixíssima.

É comum as pessoas reagirem com pavor e até nojo diante de uma crise epilética. Faltam, na verdade, campanhas de sensibilização para o tema, de forma a deixar claro que, em primeiro lugar, a epilepsia não é contagiosa, por nenhum meio ou forma. As pessoas se assustam diante dos abalos da musculatura, especialmente dos membros, da salivação, comumente chamada de baba, e da língua que se enrola. É preciso explicar isso de forma clara, didática. O preconceito se dissipa se houver orientação aos leigos.

Quando eu falo em esclarecimento, é em forma de campanha educativa mesmo, encampada pelo Ministério da Saúde e outras forças auxiliares. É importante a informação adequada a respeito das crises, dos tipos de exames que podem ser feitos, dos métodos de tratamento e, sobretudo, de como a gente pode lidar com a situação e de que forma devemos agir diante da necessidade de socorrer alguém. É uma desumanidade tratar o problema da maneira como ainda se trata, fingindo que ele não existe.

Historicamente, estigma e discriminação têm sido relacionados às epilepsias, e as pessoas acabam tendo que aprender a lidar com graus variáveis de antipatia pública à sua condição clínica. As epilepsias, através da história, têm inspirado medo naqueles que assistem a uma crise, por idéias de possessão demoníaca, deficiência mental, insanidade ou tendências criminosas.

As pessoas com epilepsia vivem, de forma permanente, a angústia de serem rejeitadas e desvalorizadas pela sociedade. O impacto psicossocial das epilepsias tem sido bem documentado e as pessoas portadoras dessa síndrome relatam, com frequência, situações de baixa autoestima, solidão, redução nas oportunidades de emprego, níveis altos de ansiedade e depressão, que aumentam de acordo com a frequência de crises. Tem sido relatado o preconceito que as crianças com epilepsia enfrentam com os pais de crianças sem epilepsia, que desaprovam que seus filhos estudem ou brinquem com elas, ou seja, os portadores de epilepsia estão sujeitos a atitudes de rejeição social desde a infância e, muitas vezes, tais atitudes se iniciam no próprio grupamento familiar, com restrições à frequência escolar e à participação em atividades coletivas próprias da idade.

Em algumas sociedades, especialmente na África, as epilepsias ainda são consideradas contagiosas. As crianças são mantidas em casa, não frequentam escolas, não conseguem fazer amigos e, mais tarde, não conseguem casar-se ou encontrar trabalho.

Sr. Presidente, respeitando o avançado da hora, neste minuto que me resta, solicito a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos regimentais, porque ainda faltam várias laudas para serem colocadas, que considere na íntegra o meu pronunciamento desta noite.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR GEOVANI BORGES**

**O SR. GEOVANI BORGES** (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Srs. Senadores, permitam-me fazer aqui breve registro sobre um acontecimento na área de saúde, efetivado no meu Estado, e que nos acena com uma luz de sensibilidade sobre um segmento ainda bastante martirizado pelo preconceito e pela falta de informação.

Eu me refiro ao primeiro Simpósio de Epilepsia e Saúde Mental do Amapá, realizado pela Federação Brasileira de Epilepsia, com a participação do Ministério Público.

O Simpósio reuniu especialistas da área e pessoas com epilepsia para discutir os principais desafios dos que enfrentam essa doença, que acomete mais de 3 milhões de pessoas só no Brasil.

Estudiosos informam que a cada novo dia, somam-se a este número quase 300 novos casos.

Entre os palestrantes esteve o procurador de Justiça Edmilson Fonseca, do Ministério Público de Rondônia, que na oportunidade apresentou aos espectadores e ao Ministério Público do Amapá, o projeto pioneiro pelo enfrentamento do preconceito da epilepsia nas escolas.

Inclusive eu gostaria de fazer aqui um reconhecimento: embora a causa dos portadores de Epilepsia ainda não seja amparada por legislação específica, Rondônia saiu na frente e conseguiu assegurar o primeiro caso de aposentadoria para um epilético na Justiça Federal. Fato que para mim, deveria passar a valer como referência para tribunais de todo o país.

Pois muito bem, participaram do evento a Faculdade de Macapá (Fama) e palestrantes das universidades federais de Minas Gerais da Paraíba e da Universidade de São Paulo.

Sr. Presidente, os mais de três milhões de portadores da doença no Brasil, merecem essa atenção.

Estamos falando da mais comum das desordens neurológicas, mas, sobre a qual, ainda paira uma verdadeira nuvem de desinformação e, por consequência, preconceito.

A dificuldade de convívio seja pessoal, seja profissional é um problema para os portadores da síndrome. Lamentavelmente, em pleno século 21, a epilepsia continua, por incrível que pareça, com o mesmo estigma do passado, quando a vinculavam a magias ou fenômenos sobrenaturais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde 1% da população do globo é portadora de epilepsia.

No Brasil, formam a segunda maior causa de procura por atendimento nos serviços de neurologia, segundo levantamento feito pela Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp.

Apesar de ser a condição neurológica com maior prevalência no planeta, são poucos os que recebem um tratamento adequado e poucos também aqueles que a encaram com naturalidade.

E isso obriga o epilético a se esconder, a omitir sua condição, por medo de ser estigmatizado, ser preterido nas seleções de emprego e em todas as esferas do convívio social.

Então, cada ação educativa, cada passo que a comunidade científica dá, no sentido de promover debates, congressos, palestras sobre o tema, são importantíssimos para que sejam desfeitas as idéias errôneas sobre o tema.

A epilepsia tem um impacto profundo nas relações do paciente. Ninguém sabe lidar com a situação. O indivíduo é afastado do grupo e, numa empresa, não raro uma crise é motivo de demissão sumária.

É difícil encontrar pessoas assumidamente epiléticas. Nas associações de pacientes ou ONGs de apoio ao portador, é mais comum o contato com os pais do paciente do que com ele próprio.

As idéias preconcebidas crescem na proporção da falta de informação. E, quanto maior ela for, mais o paciente se vê compelido a se refugiar, ficando com muita insegurança e auto-estima baixíssima.

É comum as pessoas reagirem com reações de pavor e até nojo diante de uma crise epilética. Faltam na verdade campanhas de sensibilização para o tema, de forma a deixar claro que, em primeiro lugar, a epilepsia não é contagiosa por nenhum meio ou forma.

As pessoas se assustam diante dos abalos da musculatura, especialmente dos membros, da salivação, comumente chamada de baba, da língua que se enrola.

É preciso explicar isso de forma clara, didática. O preconceito se dissipa se houver orientação aos leigos.

Quando eu falo em esclarecimento, é em forma de campanha educativa mesmo, encampada pelo Ministério da Saúde e outras forças auxiliares!

É importante a informação adequada a respeito das crises, dos tipos de exames que podem ser feitos,

dos métodos de tratamento e sobretudo a respeito de como a gente pode lidar com a situação, de que forma devemos agir diante da necessidade de socorrer alguém.

É uma desumanidade tratar o problema da maneira como ainda se trata, fingindo que não existe.

Historicamente, estigma e discriminação têm sido relacionados às epilepsias, e as pessoas acabam tendo que aprender a lidar com graus variáveis de antipatia pública à sua condição clínica.

As epilepsias, através da história, têm inspirado medo naqueles que assistem a uma crise, por idéias de possessão demoníaca, deficiência mental, insanidade ou tendências criminosas.

As pessoas com epilepsia vivem de forma permanente a angústia de serem rejeitadas, desvalorizadas pela sociedade.

O impacto psicossocial das epilepsias tem sido bem documentado e as pessoas portadoras dessa síndrome relatam com frequência situações de baixa auto-estima, solidão, redução nas oportunidades de emprego, níveis altos de ansiedade e depressão que aumentam de acordo com a frequência de crises.

Tem sido relatado o preconceito que as crianças com epilepsia enfrentam com os pais de crianças sem epilepsia, que desaprovam que seus filhos estudem ou brinquem com elas.

Ou seja, os portadores de epilepsia estão sujeitos a atitudes de rejeição social desde a infância e, muitas vezes, tais atitudes se iniciam no próprio grupamento familiar, com restrições à frequência escolar e à participação em atividades coletivas próprias da idade.

Em algumas sociedades, especialmente na África, as epilepsias ainda são consideradas contagiosas, as crianças são mantidas em casa, não frequentam escolas, não conseguem fazer amigos e, mais tarde, não conseguem casar-se ou encontrar trabalho.

A Organização Mundial da Saúde a Liga Internacional contra a Epilepsia e o Escritório Internacional das Epilepsias estão trabalhando juntos numa campanha global, denominada Epilepsia fora das sombras, que também objetiva ajudar os portadores de epilepsia a entender melhor sua condição, a analisar as razões do estigma e, se não for possível eliminá-lo, pelo menos melhorar a qualidade de vida e o ajustamento psicossocial.

Eu quero até aproveitar a oportunidade para dizer que a Sociedade Brasileira de Neurologia anuncia para setembro deste ano, a realização de um congresso médico, a Jornada Brasil-França de Epilepsia.

Esse evento científico acontecerá em Recife, reunindo especialistas de diversas nacionalidades para

discutir os avanços médicos no tratamento e prevenção da doença.

A mim, parece uma excelente oportunidade para aproximar a comunidade científica das ações governamentais e do próprio poder legislativo, que pode e deve suscitar debates, proposições de leis, campanhas educativas, em favor desses mais de três milhões de pessoas – repito, só no Brasil!

Aliás, quando se fala que é em favor dessas pessoas, na verdade, seria melhor falar, que é em favor de todos nós.

Porque tudo que avança no sentido de diminuir os preconceitos e a desinformação, é bom para todos.

Se existe o estigma de que a epilepsia é uma doença contagiosa e letal, é preciso desfazer o equívoco. Sofrer o preconceito é pior que ter a doença.

Ficaportanto aqui esse meu apelo, aproveitando o acontecimento do primeiro Simpósio de Epilepsia e Saúde Mental do Amapá, para que a gente possa jogar um pouco de luz sobre o problema, falar de forma mais humanizada, esclarecedora, derrubando, enfim, os muros da desinformação.

É uma dívida moral que temos e que precisa ser resgatada. Aos portadores dessa síndrome e à comunidade científica que se debruça sobre o tratamento, registro minha solidariedade e meu reconhecimento.

Quem sabe o Brasil aproveite esse simpósio internacional, que será promovido em conjunto com a França, para sair na frente e abraçar essa causa, com humanidade, com respeito, com amor no coração.

Era o que tínhamos a registrar.

*Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Um belo pronunciamento, uma boa reflexão. V. Ex<sup>a</sup> será atendido, conforme o Regimento da Casa.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, orador inscrito pela Liderança do PDT. V. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos.

Há cinco oradores ainda e um jantar, a convite da Bancada do Paraná.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesse final de semana, em nosso Estado de Rondônia, nós tivemos a primeira transmissão ao vivo de uma reunião de uma comissão do Senado Federal realizada fora do Congresso Federal. No caso, foi um seminário especial da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, fazendo parte do ciclo de debates e palestras que realizamos todas as sextas-feiras, a

partir das 14 horas, horário de Brasília - 13 horas, no horário de Rondônia.

Essas reuniões, Sr. Presidente, têm demandado um grande esforço das equipes do nosso gabinete e da própria Comissão de Agricultura, assim como também da Agência Senado, da TV e Rádio Senado, além da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado, a Sepop. O seminário da última sexta-feira, realizado em Ji-Paraná, mobilizou ainda mais pessoas para que pudéssemos tornar uma realidade essa vontade que tínhamos de fazer uma transmissão ao vivo lá, da nossa querida Ji-Paraná, da nossa querida Rondônia, o coração da Amazônia.

Quero aqui agradecer, em nome da Comissão de Agricultura, ao Secretário de Comunicação Social do Senado, Dr. Fernando César Mesquita, e, em especial, ao Presidente José Sarney, por ter proporcionado mais essa inovação nas transmissões dos trabalhos do Senado pela TV e Rádio Senado, com interatividade, com a população brasileira interagindo, fazendo perguntas, participando desse debate tão importante.

Tivemos a colaboração do Senador Ivo Cassol, que esteve lá nos auxiliando na condução dos trabalhos, e a participação dos seguintes palestrantes: o Dr. Jamil Gomes de Souza, do Ministério da Agricultura; a Sr<sup>a</sup> Regina Sugayama, Consultora da Rede de Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária; o Dr. Fabiano Alexandre da Silva, da Idaron; e o Dr. Fernando Soares Pinto, Fiscal Federal Agropecuario do Ministério da Agricultura. Agradeço também a participação dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia.

Quero destacar aqui o porquê de termos realizado a audiência pública em Ji-Paraná, exatamente no mesmo dia em que era promovido o *Workshop* de Sanidade Animal promovido pelo Governo do Estado, por meio da Seagri e da Idaron, com apoio do Fefa, do Ministério da Agricultura. Promovemos a reunião da Comissão de Agricultura na cidade de Ji-Paraná, na região central de Rondônia, no coração da Amazônia, para que o Brasil pudesse ver que lá existe gente trabalhando pela produção do agronegócio, pela pecuária, pela agricultura, para mostrar que Rondônia e a Amazônia podem contribuir, e muito, para a melhoria da produção agrícola brasileira, da carne brasileira. Rondônia é exemplo do novo agronegócio brasileiro, que é produzir conservando. Fizemos esse seminário lá, na região central da Amazônia, para mostrar que um dos Estados mais novos da Federação já tem bons exemplos a dar ao País.

E mostramos para todo o Brasil o esforço de 95 mil produtores rurais, que criam gado em nosso Estado, para vacinar um rebanho de quase 12 milhões de

cabeças de gado contra a febre aftosa, garantindo a certificação da carne para exportação. Rondônia tem o sétimo maior rebanho do País e a carne é o nosso principal produto de exportação. O Brasil possui o maior rebanho bovino comercial do mundo. O mercado brasileiro de carne movimenta US\$5 bilhões por ano e exporta o produto para 183 países.

Rondônia está há oito anos sem ocorrência de febre aftosa e tem conquistado, a cada ano, novos mercados. Esse esforço de defesa agropecuária envolveu estratégias acertadas de educação sanitária, o controle do transporte de animais, com barreiras de inspeção sanitária em todas as rodovias do Estado, e a vacinação de todo o rebanho duas vezes ao ano. Esse trabalho integrado, envolvendo produtores e agentes sanitários, começou no início da década de 90 e, em 2003, o Estado de Rondônia conquistou da Organização Internacional de Epizootias o certificado de área livre de febre aftosa com vacinação. Foi uma grande vitória, que abriu vários mercados do mundo para a carne brasileira, em especial do nosso Estado de Rondônia.

O controle sanitário precisa ser aperfeiçoado a cada dia, principalmente considerando o nosso extenso território, a extensa faixa de fronteira e os mercados cada vez mais exigentes. Precisamos permanecer sempre alertas para que não ocorra nenhum retrocesso neste controle sanitário. A nossa meta é conquistar o certificado de área livre da febre aftosa sem vacinação, assim como também fez o Estado de Santa Catarina. Para isso, é preciso solidificar, cada vez mais, a parceria entre o público e o privado já existente. Só assim, vamos conquistar essa sonhada certificação de área livre de aftosa sem vacinação, valorizar o nosso produto e fortalecer o agronegócio rondoniense e brasileiro. Não podemos continuar à mercê de barreiras sanitárias dos mercados internacionais, que influenciam o preço pago aos nossos produtores. Não é uma tarefa fácil, como bem nos alertou a Dr<sup>a</sup> Regina Sugayama, Consultora da Rede de Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária.

Nesse sentido, é fundamental que o Brasil melhore seus mecanismos de defesa agropecuária e envolva a população para que ela entenda o problema. Promover a defesa agropecuária é o mesmo que lutar numa guerra silenciosa de proteção do patrimônio nacional. Precisamos estar preparados para vencer essa guerra. E só venceremos se assumirmos a defesa agropecuária como uma responsabilidade de todos. Portanto, esse objetivo não será alcançado sem parcerias dos órgãos públicos, produtores rurais e empresários e o envolvimento da população.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, nesse final de semana, também comemoramos o centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil. As celebrações tomaram conta dos templos evangélicos em todo o País. Lá, em Rondônia, não poderia ser diferente. Essa Igreja Pentecostal, fundada há cem anos pelos Pastores suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, em Belém do Pará, está há 89 anos em Rondônia e há 45 anos em Ji-Paraná, onde tenho vários amigos que participam desta congregação.

Parabenizo os evangélicos da Assembleia de Deus pelo centenário de fundação dessa igreja cristã no Brasil, que, além de promover o Evangelho de Jesus Cristo e a fé cristã em todo o mundo, também tem um grande trabalho social e de apoio aos mais necessitados.

Em nome de lideranças da Igreja Assembleia de Deus em Rondônia, como o Pastor Severo Antonio Alves, de Ji-Paraná, o Pastor Manoel Cardoso, de Jarú, o Pastor Hermelindo Alves de Araujo (*in memoriam*), que ajudaram no crescimento do Evangelho na região central de Rondônia, parabenizo todos os assembleianos do Estado de Rondônia.

Meus cumprimentos ao pastor Sadraque Muniz, presidente das Assembleias de Deus em Ji-Paraná; e ao pastor Nelson Luchtenberg, presidente da Convenção Estadual dos Ministros das Assembleias de Deus do Estado de Rondônia (Cemaderon).

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje o Brasil também recorda uma data triste, mas extremamente significativa para a nossa história. No dia 21 de junho, há sete anos, despediu-se definitivamente uma das figuras públicas mais polêmicas, mais influentes, mais decididas e mais carismáticas de toda a nossa trajetória nacional, o fundador do PDT.

Leonel de Moura Brizola foi, durante cerca de 40 anos, um dos políticos mais populares e polêmicos do País. Depois de entrar na política, em 1945, no PTB do ex-Presidente Getúlio Vargas, acabou eleito Deputado Federal em 1954 e Prefeito de Porto Alegre, no ano seguinte. Como governador do Rio Grande do Sul – eleito em 1958 –, comandou, em 1961, a “Campanha da Legalidade”, garantindo a posse na Presidência da República do então Vice-Presidente João Goulart, quando teve grande influência lutando pelas chamadas “reformas de base”.

Ninguém melhor para expressar quem foi Leonel Brizola do que o seu parceiro político Darcy Ribeiro, em texto publicado em 1994 e que passo a citar agora – Sr. Presidente, mais um minuto, por gentileza:

Ele foi o primeiro estadista de educação que o Brasil conheceu: Leonel Brizola. Como Prefeito de Porto Alegre e como Governador do

Rio Grande do Sul, Brizola já revelara uma paixão pela educação, que, aprofundada nos seus longos anos de vivência no exílio, pôde florescer no Rio de Janeiro. Como efeito, Brizola é o primeiro governante brasileiro a compreender em toda a sua profundidade a inexcusável importância do problema educacional, cuja solução é requisito indispensável para que o Brasil progrida.

Assim, ousando fazer nossas as palavras do mestre Darcy Ribeiro, homenageamos hoje, nesta Casa, a memória de Leonel Brizola.

Essas eram as minhas palavras nesta noite, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT.

A Presidência se associa a esta manifestação de carinho à memória de Leonel Brizola, esse grande brasileiro.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. A próxima oradora inscrita é a Senadora Lídice da Mata, da Bahia.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apresentei um projeto de lei na data de hoje, com o nº 347, de 2011, que disciplina a divulgação de pesquisas de opinião pública.

Como o tempo hoje está esgotado, no que se refere ao número de oradores inscritos, em decorrência de uma sessão que tivemos anteriormente à Ordem do Dia, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a publicação na íntegra do levantamento técnico-científico que realizamos em relação ao assunto e, posteriormente, ocuparei esta tribuna, em outra oportunidade, para tornar cada vez mais público aquilo que de fato é de essencial importância no que se refere à moralidade das pesquisas de opinião pública.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WILSON SANTIAGO.**

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Ao término de todas as eleições, vêm à tona no debate político, na imprensa e nas Casas Legislativas, o registro dos abusos que a divulgação de pesquisas tendenciosas ensejou.

Ao longo da campanha e, particularmente, nos dias que antecedem as eleições, pesquisas são divul-

gadas com informações completamente divergentes dos resultados colhidos nas urnas.

Instituições de renome apresentam pesquisas com dados que divergem em ou mais, além da margem de erro. Este fato é inconcebível nos dias de hoje.

Na Paraíba, nas eleições do ano passado, o Ibope errou feio na apresentação dos números para o Senado. Enquanto pesquisas para consumo interno, realizadas com institutos locais, nos dão 37% das intenções de votos, o Ibope, na véspera do pleito, nos atribuía apenas 15%. Quem é capaz de mensurar o prejuízo que nos foi causado naquela ocasião pelo instituto? Quem sabe tenha sido o Ibope, ele próprio, enganado?

O fato é que muitas vezes deixamos de dar credibilidade a institutos locais sérios e bem intencionados, para darmos preferência a outros de renome nacional, mas, que agem de má fé.

Em países do primeiro mundo alguns institutos de pesquisas brigam para acertar o percentual correto da eleição, diferenças mínimas são consideradas grandes erros, comprometendo idoneidade da empresa:.

As pesquisas são uma fonte adicional de informação para eleitores e militantes e nessa medida têm influência sobre a organização das campanhas e até sobre a definição do voto do eleitor.

Resultados de pesquisas separam candidaturas viáveis daquelas que aparentam não sê-lo, bem como contribuem, de um lado, para desestimular possíveis apoios aos candidatos mal posicionados. Por outro lado, essas pesquisas induzem o eleitor a substituir seu voto preferencial, se o candidato Parecer fora da disputa, pelo voto útil naquele tido pela pesquisa como viáveis.

Considerando essa influência decisiva das pesquisas divulgadas sobre a eleição, sendo a eleição nada mais que a concretização do princípio da soberania popular, é urgente a adequada regulamentação desse instituto. O que pretendemos é evitar a má fé de algumas instituições que atuam neste mercado, acreditando que desta maneira estaremos prevenindo a fraude contra o eleitor.

Apresentei hoje projeto de lei nº 347/2011 visando evitar estas fraudes. Em primeiro lugar estarei majorando as multas previstas na lei e atualizando sua unidade de medida.

Proponho alterar a unidade de UFIR para reais e definir o novo valor da multa no interior do intervalo de quinhentos mil a um milhão de reais.

No projeto também amplio o conceito da pesquisa fraudulenta, de maneira a incluir nele aquelas que, divulgadas até cinco dias antes das eleições, divirjam do resultado das urnas em três ou mais pontos percentuais além das margens de erro divulgadas.

Não se trata de limitar o direito à liberdade de expressão, mas de punir a divulgação de informação falsa com intuito de influenciar indevidamente o resultado das eleições. São punidos aqueles erros que, por impossibilidade estatística, só podem ser atribuídos à má-fé dos responsáveis.

Finalmente, é vedada a divulgação de pesquisa contratada por candidato, partido, coligação ou fundações partidárias. O pressuposto é simples: há conflito de interesses entre o público, que deseja informação fidedigna para formar sua decisão de voto, e os competidores, que desejam divulgar informação favorável a sua candidatura.

Os institutos não podem produzir ao mesmo tempo informação isenta e satisfazer o seu cliente, quando esse cliente é parte interessada no processo. A solução é vedar a divulgação dos resultados dessas pesquisas.

Partidos e candidatos poderiam contratar pesquisas apenas para nortear suas estratégias de campanha.

Por essas razões, acredito que com a aprovação do projeto de lei que hoje apresento estaremos contribuindo para evolução do sistema eleitoral e por conseguinte com a democracia de nosso País.

Muito Obrigado,

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental. Está na Mesa e esta Presidência autoriza a Secretaria a recepcionar o projeto de V. Ex<sup>a</sup>.

Senadora Lídice da Mata, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Nós, que somos os plantonistas aqui do Senado, que ficamos até mais tarde para falar um pouco, vou tentar também acolher o pedido de todos para falar mais rapidamente.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ontem eu fiz aqui um balanço histórico das políticas públicas brasileiras voltadas para a região do semiárido do nosso Nordeste, com a intenção de demonstrar que, ao longo do tempo, nós passamos por diversas fases, que, ao final, não resolveram de fato as questões relacionadas com o desabrochar da economia nordestina, principalmente da economia do semiárido, para fazer possível superar as dificuldades e a miséria dessa região.

Dentre essas fases, eu destaquei justamente a fase que nós vivemos agora, a partir de meados dos anos 90, que é já uma concepção de desenvolvimento sustentável.

E, dentre as experiências e discussões a respeito do desenvolvimento sustentável, justamente a experiência que está sendo desenvolvida na Bahia, pela Universidade do Estado da Bahia, aplicada no Projeto Canudos, que, ao longo desses três anos, justamente

no Governo do Governador Jaques Wagner, tem-se intensificado e reunido em torno de si, do Projeto Canudos, a participação de 43 entidades da sociedade civil local, empoderando-as para desenvolver uma experiência com êxito, por meio da participação popular.

O que diferencia essa experiência das fases anteriores, especialmente a chamada fase hidráulica de tratamento das questões nordestinas, é exatamente a compreensão de que é preciso incorporar as soluções apresentadas para o Nordeste à experiência vivida pela própria população de cada local, os fazeres locais, aperfeiçoando as diversas dimensões da realidade do semiárido, propondo soluções inovadoras, aptas a reforçar e aperfeiçoar a infraestrutura sócio-econômica local e o seu sistema produtivo, capacitando-as ainda a preservar o patrimônio ecológico, histórico e cultural da região, ajudando a superar os desafios da realidade do semiárido, mais especificamente no sertão de Canudos, onde se tenta promover os meios de sobrevivência de forma a melhorar as condições de vida da população do local e do entorno.

Dentre as principais realizações do Projeto Canudos, destacaria a criação de uma infraestrutura produtiva e de serviços por meio de recursos dos diversos parceiros, programas e contrapartida local. As articulações institucionais visando ao resgate da história e da memória da comunidade local com a reforma e a manutenção do Memorial Antonio Conselheiro e a reforma e sinalização do Parque Estadual de Canudos e, portanto o desenvolvimento de toda uma experiência voltada para destacar a importância daquela experiência, no sentido de fazer com que todo o conhecimento de implantação de laboratório de arqueologia, de realização de pesquisas, de edição de documentos, como “Várzea da Ema – Terra do Bem Querer” e, agora, o novo documentário “Três Vezes Canudos – A Biografia De Uma Cidade”, possa demonstrar por que caminho seguir.

Visando fomentar uma agricultura sustentável, estancar o processo de derrubada das bananeiras pela ação dos fortes ventos ocorrentes nos períodos de trovoadas, ocasião em que até 80% da produção local pode ser dizimada.

O projeto implantou uma área experimental, com a adoção dos seguintes tratamentos: a introdução do método de irrigação por microaspersão, a introdução de seis cultivares de banana, a introdução de sistemas de manejo orgânico, a implantação de barreira natural contra o vento, utilizando-se de uma espécie vegetal Neem.

Ainda em fase de teste, a iniciativa apresenta já resultados promissores. Na área experimental, não ocorreu nenhum caso de queda de bananeira, e o



novo sistema de irrigação introduzido contribuiu para o sucesso do experimento, apontando, inclusive, para uma economia de mais de 50% no consumo da água.

Ao lado disso, tem sido incentivada a aplicação de tecnologias apropriadas ao semiárido, sobretudo nas áreas de fundo de pasto. Para isso, diversos estudos vêm sendo promovidos, sobretudo no âmbito do Parque Estadual de Canudos, tais como o etnomapeamento da sua comunidade; a descrição das espécies de plantas e animais de ocorrência na área; os estudos comparativos com dados científicos sobre as espécies descritas pela comunidade; o levantamento florístico; o início de reflorestamento com espécies nativas da caatinga, e a publicação da *“Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil/Pescadores e Pescadoras Artesanais do Açude Público Cocorobó: Mostrando sua Cara e seus Problemas”*.

Novas ações preveem a implantação de um viveiro de mudas de espécies nativas, com capacidade de produção de 10 mil mudas. No desenvolvimento da piscicultura, as atividades foram centradas no açude de Cocorobó, e as articulações feitas com os órgãos estaduais resultaram na implantação de cerca de 100 tanques-rede, contribuindo para aumentar a produção pesqueira junto à colônia dos pescadores Z-45, buscando, portanto, dar ao açude de Cocorobó toda a potencialidade que ele precisa ter para a produção e para a sustentação da economia local, algo que não vem sendo feito desde que aquele açude foi implantado e foi construído.

Foi criado também o projeto de cidade cenográfica, buscando desenvolver um novo potencial para aquela região do semiárido baiano, com sua capacidade de, numa cidade cenográfica, reproduzir a Guerra de Canudos, no período de outubro, mas também podendo ser usada durante o ano inteiro para visitação, visitação do Museu de Canudos e visitação desse fato que é uma verdadeira epopeia na vida política brasileira do início da nossa República.

Também se criou o Fórum de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Canudos como uma instância de articulação, de organização de toda a comunidade e de participação efetiva nas decisões daquela comunidade a respeito do seu próprio destino.

Portanto, consideramos que o diferencial que se agrega a esse novo pensar do nosso semiárido é justamente a incorporação da sociedade civil organizada, sendo protagonista desse novo momento e criando um novo paradigma civilizatório, fundado no princípio da convivência com o semiárido e não de sua rejeição do semiárido e da ideia de que apenas a água e a irrigação serão capazes de dar solução a todos os

problemas do semiárido, tendo como objetivo central a participação efetiva da comunidade.

Nesse sentido, o Projeto Canudos, coordenado pela Uneb e co-financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado é uma experiência absolutamente vitoriosa, que precisa ser reforçada e mais conhecida pelo Governo Federal, pelo próprio Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Canudos.

Urge a viabilização de financiamento aos pequenos produtores, sobretudo àqueles que desenvolvem suas atividades junto às associações de fundo de pasto – e aproveito para apelar à nova direção do Banco do Nordeste para que examine a situação de exigência de garantias para esses produtores, na mesma condição em que são atendidas as comunidades quilombolas e indígenas.

Igualmente, solicito ao Dnocs que promova ações no sentido de equacionar os problemas relacionados ao método de irrigação, ampliação de área irrigada e diversificação dos cultivos; e também o apoio do Ministério do Turismo, portanto, do Governo Federal, que já recebeu a proposta do Governo da Bahia, por intermédio da Secretaria de Turismo, para apresentação e construção do grande projeto de cidade cenográfica dentro de Canudos, no parque estadual de Canudos, Antônio Conselheiro, que é um projeto também de um artista baiano, Paulo Dourado, que vem lutando, há muito tempo, para viabilizar um roteiro. Esse projeto pretende introduzir na cidade de Canudos,

*(Interrupção do som.)*

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – ... um roteiro turístico para todo o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes até esta hora, quero dizer que a Bahia já iniciou a sua experiência de combate à pobreza, e um dos nossos programas que mais se destacou e que vai ser incorporado ao programa Plano Nacional de Combate à Miséria, da Presidente Dilma, é justamente o programa Água para Todos.

Na Bahia, já foram construídas 52.423 cisternas, 1.740 sistemas de abastecimento e perfuração, 2.467 poços e 1.520 ligações de esgoto, com investimento de R\$177,6 milhões, alcançando e levando água a dois milhões de pessoas.

*(Interrupção do som.)*

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – É um programa absolutamente vitorioso.

Para finalizar, Sr. Presidente – porque caio na tentação, olhando para o Senador Flexa Ribeiro, que é um lutador resistente, com suas ideias e opiniões –, quero dizer que o governo do Presidente Lula se popularizou, meu caro Senador, porque fez uma tarefa que

os outros governos não realizaram: a inclusão de uma parte significativa da população brasileira num ambiente de produção, retirando-os da miséria. O Governo do Presidente Lula, ao fazer isso, conseguiu também combater a desigualdade entre a nossa região do Nordeste e a região do Sudeste. Recentemente saíram os dados sobre isso: as disparidades diminuíram no Brasil.

*(Interrupção do som.)*

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Os Municípios do Nordeste tiveram maiores ganhos na renda por pessoa em relação a São Paulo, o que é um dado significativo da melhoria do quadro de desigualdade social no Brasil, além de todos os outros dados dos programas de inclusão social do Presidente Lula, que demonstraram inclusão da maior parte da nossa população, principalmente da nossa população nordestina, num novo patamar de vida em nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra, agora, pela Liderança, Walter Pinheiro, por cinco minutos – só dá Bahia neste horário da noite. Depois ainda tem Flexa Ribeiro e João Pedro – o Amazonas fecha a noite.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Senador Flexa, senhoras e senhores telespectadores da nossa TV Senado e ouvintes da Rádio Senado neste momento, quero, muito rapidamente trazer aqui, mais uma vez, uma espécie, diria, de apelo e, ao mesmo tempo, de uma luta, para que nós consigamos universalizar o acesso neste País.

No último domingo, um programa de grande audiência neste País, o Fantástico, apresentou uma avaliação feita do desempenho dos provedores de banda larga no País, a partir de uma análise, de uma leitura que envolve diversos fatores, e esses fatores tem a ver com os serviços que chegam à casa do cidadão brasileiro e com a qualidade desse serviço. A intenção, diria, muito correta por trás dessa análise é permitir que uma comparação entre aquilo que é ofertado e aquilo que é anunciado, aquilo que é cobrado, inclusive muito caro por sinal, seja verdadeiramente o que é entregue na casa do cidadão brasileiro.

Os problemas que mais se destacaram foram: a falta de proporção e de clareza nos contratos firmados; claro, o alto preço cobrado pelo serviço; a falta de viabilidade técnica para instalação, ou seja, não há infraestrutura, mesmo nos lugares onde os serviços já são anunciados como existentes – portanto, essa falta de viabilidade é exatamente a ausência de uma

estrutura de rede para instalação–, e principalmente as interrupções e as instabilidades dos serviços e a perda de pacotes, aqueles pacotes tão anunciados.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui pedir a V. Exª, inclusive, até pelo avançar da hora, que V. Exª autorize a reprodução na íntegra deste nosso pronunciamento, permitindo que, não só nos Anais mas também por meio dos veículos de comunicação desta Casa, nós possamos reverberar, fazer, inclusive, o que os provedores não estão conseguindo fazer, fazer chegar a informação para ampliarmos a mobilização neste País acerca da necessidade de tratar com respeito o consumidor e de cumprir as metas, principalmente, do Plano Geral de Metas de Universalização para atender os serviços com banda larga, para atender os consumidores brasileiros.

Diante desses dados, a Anatel demonstrou recentemente a todos nós que o ano de 2010 foi um ano que fechou com 15,5 milhões de acessos fixos instalados no País – 19% das conexões a mais do que o registrado em 2009. Esses números dão exatamente a dimensão do problema – eu diria, um fantástico número de consumidores que pagam, pagam caro por um serviço, mas que não recebem o que deveriam ter: qualidade, pontualidade e, principalmente, capacidade de operar com essa rede sem quedas e tendo a oportunidade de fazer o chamado *download*, ou seja, baixar arquivos, abrir uma página, ter acesso à informação.

Desta forma, entendemos que é necessário um nível mais duro de atuação por parte do Ministério. Entendemos, Sr. Presidente, que essa situação só vai melhorar para o consumidor à medida que avançarmos na universalização do serviço de banda larga. Isso só ocorrerá mais rapidamente com a entrada, inclusive, das companhias telefônicas no mercado de TV por assinatura, e, principalmente, quando a gente tiver, por parte da Anatel, uma postura mais rígida para obrigar o compartilhamento de infraestrutura neste País.

Logo, isso, na minha opinião, servirá para a gente ampliar a oferta, reduzir o preço do serviço e permitir que mais e mais cidadãos brasileiros possam ter acesso a este que não é mais um bem qualquer, é uma obrigação do Estado, levar como uma exigência, como um direito, o direito à comunicação.

Por isso, peço a V. Exª que acate o nosso pronunciamento na íntegra e promova a devida divulgação nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WALTER PINHEIRO.**

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs.

Senadores, ao avaliar o desempenho dos provedores de banda larga nas cidades de maior demanda do serviço – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, o Inmetro concluiu que apesar da expansão do setor, os usuários ainda enfrentam problemas quando o assunto é internet de alta velocidade.

Os problemas que mais se destacaram foram a falta de proporção e de clareza dos contratos firmados; o alto preço cobrado pelo serviço; a falta de viabilidade técnica para a instalação; as interrupções e instabilidades do serviço; e a perda de pacotes.

A análise do Inmetro foi feita em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, e o Comitê Gestor da Internet, que monitora o funcionamento da internet no Brasil.

Durante dois meses, um equipamento desenvolvido pelo comitê foi instalado na casa de voluntários. Em São Paulo, foram testados o Virtua, da Net, e o Speedy, da Telefônica, que juntos respondem por 91,14% dos assinantes paulistanos.

No Rio de Janeiro, o Inmetro avaliou mais uma vez o Virtua, da Net e o Velox, da Oi, responsáveis por 94,52% do mercado carioca. E em Belo Horizonte, além do Virtua e do Velox, foi testado também o serviço da GVT. Somados, eles representam quase 89,58% das assinaturas locais.

Os resultados encontrados na análise, levados ao ar por meio do programa Fantástico, da TV Globo, no último domingo, demonstram a necessidade de adequação dos contratos de prestação de serviços ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Regulamentação de Telecomunicações, bem como a necessidade de melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pelo segmento.

O Inmetro avaliou a velocidade oferecida pelas operadoras. E nesse quesito fundamental, todas foram aprovadas. Como mostrou o Fantástico, quando a banda é de maior velocidade o usuário do serviço consegue fazer vídeo-chamada, acessar páginas na internet de maneira muito rápida e entrar nas redes sociais.

Todos os provedores também passaram nos testes de latência, que é o tempo de resposta a qualquer solicitação que você faça pela rede, e de avisos de endereços inexistentes sem desvio para propaganda.

Mas em três quesitos, as operadoras testadas apresentaram problemas.

Primeiro, quanto à disponibilidade da banda larga. Ou seja, o tempo total em que internet está de fato funcionando na sua casa.

A indisponibilidade do serviço observada em 75% das empresas analisadas demonstrou que o consumidor está efetivamente perdendo tempo de acesso

e dinheiro, pois o serviço não se encontra disponível por 24 horas durante os 30 dias do mês.

O tempo de disponibilidade é definido como 99%. Isso dá um tempo de 7 horas em um mês que o serviço poderia ficar fora do ar. Falharam neste quesito: Velox, da Oi, no Rio de Janeiro, GVT, em Belo Horizonte e Virtua, da Net, nas três cidades testadas.

Imagens congeladas e ruídos de comunicação acontecem quando há uma perda de dados durante a conexão. E, nesse ponto, apenas um dos provedores de banda larga testados apresentou uma perda acima do considerado aceitável: o Virtua, da Net, em Belo Horizonte.

O contrato foi campeão de irregularidades entre os provedores de banda larga. Nesse quesito o Inmetro encontrou problemas em todas as operadoras. A avaliação contratual evidenciou a desproporcionalidade e a vulnerabilidade do consumidor em sua relação com as operadoras.

Em letra miúda, linguagem excessivamente técnica, os contratos (1) não especificam a faixa de velocidade contratada pelo consumidor, (2) obrigam o consumidor a pesquisar as faixas de velocidade disponibilizadas pelos provedores de banda larga em outros documentos e (3) não garantem a integralidade do serviço contratado.

O Inmetro diz que a velocidade mínima e a máxima da conexão deveriam estar especificadas no contrato feito com o assinante, mas isso não foi encontrado nos contratos do Virtua, do Velox, da GVT e do Speedy. Contrariando o Código de Defesa do Consumidor, nenhuma empresa provedora de banda larga garante em contrato a totalidade do serviço que promete.

O Velox, da Oi, por exemplo, diz que não se responsabiliza por alterações de velocidade na conexão. O Speedy da telefônica e a GVT alegam que o serviço pode falhar por causa de “fatores externos”. E o Virtua, da Net, afirma garantir apenas 10% da velocidade contratada pelo assinante.

Ouvidas pelo Inmetro as empresas ofereceram diferente explicações:

– A GVT informa que não identificou falhas significativas em seu serviço de banda larga, mas diz que já fez algumas modificações nos contratos.

– A Oi, responsável pelo Velox, também afirma que vai fazer alterações nos contratos com seus assinantes.

– A Net, que oferece o Virtua, atribui as irregularidades técnicas a fatores como manutenções e furtos de cabos. E alega que o consumidor é previamente informado sobre o serviço contratado.

– E a Telefônica, responsável pelo Speedy, contesta a análise contratual feita pelo Inmetro e diz que seu serviço respeita o Código de Defesa do Consumidor.

Diante do resultado do teste, a Anatel anuncia que está elaborando um novo e mais rígido regulamento de controle de qualidade do serviço e informa que os consumidores que se sentirem lesados devem procurar a agência.

Dados da Anatel demonstram que o Brasil fechou o ano de 2010 com 15,5 milhões de acessos fixos instalados, 19% conexões a mais do que o registrado em 2009. Esses números dão bem a dimensão do problema: um fantástico número de consumidores que pagam, e pagam caro por um serviço que não recebem a contento.

Entendemos que a situação só vai melhorar para o consumidor à medida que avançarmos na universalização do serviço de banda larga. E isso ocorrerá mais rapidamente com a entrada das companhias telefônicas no mercado de TV por assinatura.

Desde que obrigadas a compartilhar suas redes, como é feito em muitos países, e com a capilaridade proporcionada pela tecnologia 3G, elas rapidamente arrastariam o serviço de banda larga para maiores contingentes populacionais e certamente, a custos bem mais baixos dos que estão sendo praticados atualmente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Belo pronunciamento, e V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, por sete minutos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Pedro, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, em especial telespectadores e ouvintes do meu Estado do Pará, do oeste do Pará e do Município de Santarém.

Antes de entrar, Senador João Pedro, na questão que me traz hoje à tribuna, parabenizar o Município de Santarém pelos 350 anos de sua fundação que transcorre no dia de amanhã,

Quero apenas me referir rapidamente à questão levantada no pronunciamento do Senador José Pimentel com relação às escolas técnicas em construção no meu Estado do Pará.

Tenho o maior respeito pelo Senador José Pimentel, Ministro competente, que procurou e alcançou um grande avanço na instalação de unidades do INSS nos Municípios de todo o Brasil, em especial do meu Pará, onde solicitou o empenho da bancada e obteve uma emenda para que pudesse construir lá 72 novas unidades do INSS, em 72 Municípios.

Eu quero aqui dizer do respeito e da admiração que tenho pela competência do Senador José Pimentel. Mas ele estava, lamentavelmente, equivocado com relação às escolas técnicas que foram indicadas

para serem construídas, no Estado do Pará, pelo ex-Presidente Lula. Primeiro, não eram seis. Foram onze.

Vou só fazer a leitura do Jornal *O Liberal*, de ontem, na coluna *repórter70*, com o seguinte texto:

Atraso

Escolas

O Ministro da Educação Fernando Haddad, recebeu esta semana um alentado relatório sobre as onze escolas tecnológicas que o MEC constroi no Pará e não ficou nada satisfeito. Das onze escolas, e não seis, uma - em Oriximiná - sequer saiu do papel; nove estão com o cronograma de obras atrasados e apenas uma, na centenária cidade da Vigia, conseguiu avançar, apresentando 72% de suas obras físicas já concluídas. A presidente Dilma Rousseff já manifestou a intenção de inaugurar uma escola tecnológica em território paraense. Por enquanto, a da Vigia é a única opção.

Então, eu peço, Senador Walter Pinheiro, que preside a sessão, que faça inserir o texto da nota da coluna *repórter70*, do jornal *O Liberal* de ontem, 20 de junho, só para que se reponha aqui a realidade dos fatos.

A informação que tenho de amigos da Vigia é que também a escola técnica em construção na Vigia não tem 72% de obras executadas. Vou verificar, fotografar e apresentar na semana próxima ao Senador Pimentel.

Mas, como eu disse, o que me traz aqui hoje é um motivo de júbilo. Eu, ontem, estive acompanhando o Governador Simão Jatene, no Município de Santarém.

Chegamos lá em torno de nove horas da manhã e passamos o dia inteiro em visitas a obras que estavam paralisadas no desgoverno que alcançou o Pará nos quatro últimos anos e que foram retomadas, agora, pelo Governador Simão Jatene, do PSDB.

Tivemos um dia bastante intenso de agendas, de reuniões com prefeitos, com lideranças, com vereadores de vários Municípios do oeste do meu Estado do Pará, como os Municípios de Monte Alegre e de Alenquer, entre outros.

Quero aqui dar uma notícia aos meus amigos lá de Alenquer, ao meu amigo Prefeito João Piloto, que é do DEM. Peço, João Piloto, que você convide o Senador João Pedro, nobre Senador que representa o Estado do Amazonas aqui no Senado Federal, que nasceu em Parintins, mas foi com a família, com o seu pai, para Alenquer e lá viveu durante sete anos, tendo dois irmãos nascidos naquele Município. Então, quero convidá-lo, Senador João Pedro, a fazer, assim que a sua agenda permitir, uma visita de retorno a Alenquer, para que V. Ex<sup>a</sup> possa rever, com certeza absoluta, os locais onde passou a sua infância.

Inúmeros Municípios, como Oriximiná, Juruti, Prainha, Terra Santa, Jacareacanga e Uruará, lá estiveram em audiência com o Governador Simão Jatene, que implantou o Governo do Estado em Santarém, em homenagem aos 350 anos da cidade, durante três dias: ontem, hoje e amanhã, dia em que, efetivamente, há 350 anos, o Padre João Felipe Bettendorf, exatamente no dia 22 de junho de 1661, fundou Santarém. É nessa data que se tem a primeira notícia do contato do homem civilizado, ou seja, do padre João Felipe com os índios Tupaius ou Tapajós, que eram os índios que habitavam aquela região.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Como eu disse, Presidente Senador Walter Pinheiro, fico feliz e quero aqui novamente agradecer os votos que me foram dados por todos os meus amigos do Pará e, em especial, de Santarém, como fiz ontem.

Quero dizer das ações que estivemos desenvolvendo ao longo desse primeiro mandato de seis anos e, agora, no novo mandato que me foi concedido pelo povo querido do meu Estado do Pará, da Universidade Federal do Oeste do Pará, a Ufopa, que estivemos visitando também, com o Governador Simão Jatene, da questão da inclusão no Plano Nacional de Viação de uma futura estrada de ferro, a EF-170, que é a estrada de ferro que vai ligar Cuiabá a Santarém.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – É evidente que isso será no futuro, a longo prazo, porque inicialmente lutamos, todos nós, pela complementação do asfalto da Santarém/Cuiabá e da Transamazônica, que estão em execução, como também a Zona de Processamento de Exportação e uma área de livre comércio, projetos de nossa autoria que tramitaram aqui no Senado Federal. E ontem tivemos a feliz notícia de que o Governador Simão Jatene encaminhou ao Conselho de Ministros, para que possa ser criada efetivamente, a Zona de Processamento de Exportação lá em Santarém.

Agimos também junto ao Presidente da Infraero, ou melhor, com o Secretário Nacional de Aviação Civil, Ministro Wagner Bittencourt, quando solicitamos que fosse acelerada a ampliação do aeroporto de Santarém, que hoje já não comporta o tráfego aéreo naquela região. E agimos também em relação a vários outros projetos.

Mas quero, ao concluir, face ao adiantado da hora, festejar junto com o povo de Santarém as ações do Governador Simão Jatene, que, só no dia de ontem, já determinou que fossem retomadas, em Santarém, as obras de ampliação do sistema de água da cidade,

que estavam paralisadas há mais de dois anos. E foi dada a ordem de retomada do serviço. É uma obra do PAC, Senador Walter Pinheiro, investimento de R\$80 milhões, sendo R\$40 milhões do Governo Federal e R\$40 milhões do Governo do Estado. E é bom que isso seja dito, que as obras do PAC têm, sim, recursos federais, mas têm a contrapartida do Governo do Estado, neste caso...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo, Presidente.

Neste caso, 50%. O Governador Simão Jatene também autorizou a construção de um ginásio de esportes que era o sonho de todos os santarenos e também de um centro de convenções.

Ele retomou as obras do Centro de Atendimento ao Cidadão, conhecido no Estado do Pará como Saci. Essa obra, de um milhão e setecentos, da maior importância, ficou paralisada durante quatro anos. Ontem, o Governador Simão Jatene mandou que a obra fosse retomada e concluída, para facilitar a vida de todos os santarenos.

Tínhamos vários outros assuntos para falar da minha querida Santarém, inclusive dizer que Alter do Chão, uma praia paradisíaca, o Caribe do Pará, considerada pelo *The Guardian*, um jornal inglês, como uma das dez praias mais bonitas do mundo.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Walter Pinheiro, que preste esta sessão, que atenda o requerimento que encaminho à Mesa, para que, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja consignado nos *Anais do Senado*, voto de aplauso ao Município de Santarém pelo transcurso, no dia de amanhã, dia 22 de junho, dos seus 350 dias de existência.

Que esse voto seja encaminhado à Prefeita Maria, ao Vice-Prefeito, ao Deputado Federal Lira Maia, ao Deputado Estadual Alexandre Von, aos vereadores e à Câmara Municipal de Santarém.

Parabéns a Santarém.

Peço para que seja encaminhado aos que me seguem pelo tag#santarem350anos, para que, por meio da rede mundial de comunicação, possamos colocar Santarém 350 anos como um dos assuntos mais abordados no dia de amanhã, quando transcorre esse aniversário.

Parabéns ao povo querido de Santarém.

Obrigado, Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## ⚡ ATRASO Escolas

O LIBERAL  
20-6-11

O ministro da Educação, Fernando Haddad, recebeu esta semana um alentado relatório sobre as onze escolas tecnológicas que o MEC constrói no Pará e não ficou nada satisfeito. Das onze escolas, uma – em Oriximiná – sequer saiu do papel; nove estão com o cronograma de obras atrasados e apenas uma, na centenária cidade da Vigia, conseguiu avançar, apresentando 72% de suas obras físicas já concluídas. A presidente Dilma Rousseff já manifestou a intenção de inaugurar uma escola tecnológica em território paraense. Por enquanto, a da Vigia é a única opção.

*Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 774, DE 2011

Requeiro, nos termos do Art. 222 do Regimento, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Santarém, pelo transcurso, no próximo dia 22 do mês de junho corrente, dos seus 350 anos de existência.

Requeiro ademais que este Voto seja encaminhado às seguintes autoridades:

- Prefeito e Vice-prefeito;
- Deputado Federal Lira Maia;
- Deputado estadual Alexandre Von;
- Câmara de Vereadores.

### Justificação

Popularmente chamada de “Pérola do Tapajós”, Santarém foi fundada pelo Pe. João Felipe Bettendorff, em 22 de junho de 1661. Sua história começa com a primeira notícia que se tem do contato do homem “civilizado” e os índios Tupaiús ou Tapajós.

Em Santarém encontra-se a Cerâmica Tapajós que está dividida em dois tipos de vasos: o de gargalo e o de Cariátides. Esta cerâmica é uma das mais

antigas e, de tão perfeita, chega a ser comparada até mesmo com a mais fina porcelana chinesa.

Privilegiada por sua localização entre as mais importantes metrópoles da Amazônia (Belém e Manaus), Santarém tem hoje cerca de 294.580 mil habitantes, distribuídos em 52 bairros da zona urbana e nas mais de 400 comunidades da zona rural. É considerada como uma das principais cidades turísticas da Amazônia, cujo cartão de visita é o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas, um espetáculo ininterrupto, bem na frente da cidade. E por falar em turismo, Santarém também possui quilômetros e quilômetros de praias paradisíacas, como a encantadora Alter do Chão que recentemente foi escolhida, pelo jornal inglês **The Guardian** como uma das dez praias mais bonitas do Brasil, Parabéns Santarém. – Senador **Flexa Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex<sup>a</sup> será atendido em seu pedido.

Com a palavra o Senador João Pedro, Senador pelo Amazonas. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para realizar seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei nesse tempo por conta do adiantado da hora.

Vou pedir desculpas aqui às nossas servidoras públicas do Senado que estão trabalhando até esta hora e com sorrisos.

Li na mídia que, na semana das grandes festas populares do nosso folclore, não há trabalho no Senado. Pois bem. Nós estamos aqui, às 21 horas e 24 minutos, falando, registrando as nossas opiniões.

E quero, nesta noite, Sr. Presidente Walter Pinheiro, pedir a V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> é um Senador do Nordeste que faz este debate, que nos ajude a encontrar um ponto de equilíbrio, junto com Senadores e Deputados, para darmos uma destinação equânime a essa riqueza encontrada pela Petrobras, que é o pré-sal. Lamentavelmente, esta é que é a verdade, há um sentimento aqui na Casa de se derrubar o veto do então Presidente Lula sobre aquilo que foi produzido nesta Casa.

Há poucos dias, tivemos uma reunião na sala do Presidente Sarney com Governadores do Nordeste, Senadores, Deputados Federais. E aqui quero dizer da minha compreensão dessa reunião. Parece que ela está se diluindo e nós não conseguimos encontrar um

ponto para partilhar essa riqueza. Nós não podemos perder a perspectiva de dividi-la com o povo brasileiro, com as cidades brasileiras, com as regiões brasileiras que padecem desse desenvolvimento diferenciado, perverso, com algumas regiões do nosso País. E nós encontramos essa riqueza. Onde está a riqueza do pré-sal? A trezentos quilômetros da costa brasileira, a uma profundidade de sete mil metros.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós precisamos, então, encontrar um ponto de equilíbrio para distribuir tamanha riqueza. Essa riqueza do pré-sal não pode, evidentemente, ficar sob a legislação de 1997. É uma legislação recente por conta das reservas de petróleo que o Brasil tinha. Agora, não; o Brasil sai da 72ª posição para a 5ª maior reserva do mundo, a 5ª reserva de petróleo e gás. É evidente que o Congresso e o Poder executivo têm que elaborar, que se debruçar sobre essa riqueza incalculável, riqueza incalculável do petróleo, do gás encontrado na costa brasileira.

É evidente que nós não podemos deixar que essa riqueza fique à mercê de uma legislação que é indiferente a tamanha riqueza.

Então, Sr. Presidente, espero que nós possamos encontrar, politicamente, um entendimento no Congresso Nacional e que possamos distribuir essa riqueza, olhá-la com equidade, com o compromisso de diminuirmos a pobreza no Brasil. A Presidenta Dilma tem tomado posições importantes, relevantes, históricas para debelar as diferenças regionais e a pobreza no Brasil. Lamentavelmente, o Congresso ainda não encontrou... Vejo o meu companheiro do Piauí, o Senador Wellington e tantos Senadores, fazendo um esforço, por isso, inclusive, fiz um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, que faça um discurso e exponha um pensamento nacional sobre o pré-sal, para que nós juntos, com Senadores, Deputados e, enfim, lideranças da sociedade civil, possamos

encontrar um caminho para distribuir uma riqueza que deve ser distribuída com o povo brasileiro, no sentido de melhorar o ensino, no sentido de melhorar a pesquisa, o meio ambiente. Enfim, nós podemos fazer muito com a riqueza do pré-sal. O que nós não podemos aceitar é essa incompetência de não chegarmos a um acordo para dividirmos nosso pré-sal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador João Pedro, pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero lembrar que, como resultado da reunião com os Governadores, aqui no Senado, a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, nós marcamos uma série de atividades.

Entre elas inclusive o prazo para que até o dia 13 tenhamos oportunidade de, em debates aqui na Casa, promover a apreciação de uma proposta que busque equacionar a distribuição dessa riqueza a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu.

E queria lembrar aqui aos telespectadores e a todo o povo, Senador João Pedro, que durante o dia de amanhã ainda teremos atividades no Senado Federal. A Comissão de Infraestrutura se reúne amanhã cedo para discutir importantes projetos, e ainda teremos o plenário na parte da tarde.

Portanto, as Senhoras e os Senhores Senadores só serão liberados à noite, quando poderão dirigir-se a seus Estados, ir às festas juninas e, ao mesmo tempo, aproveitar o feriado da quinta-feira, demonstrando assim o esforço feito aqui no Senado. Mesmo numa semana com feriado e festas juninas, a gente vai mantendo o ritmo de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

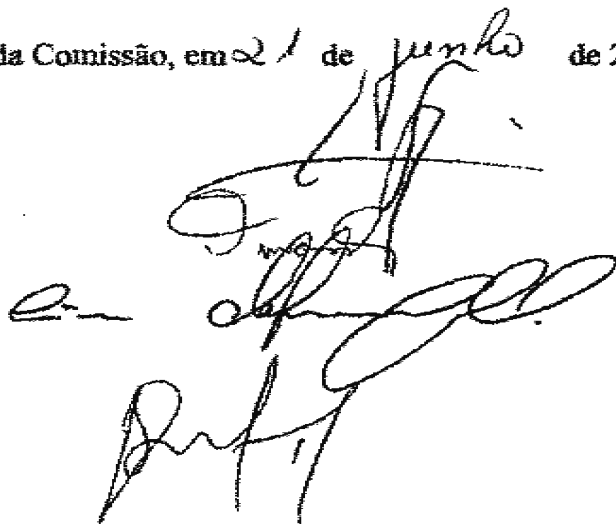
São lidos os seguintes:

**PARECER**  
**Nº 592, DE 2011**  
**(Da Comissão Diretora)**

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, que *altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 21 de junho de 2011.



**ANEXO AO PARECER Nº** , **DE 2011.**

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011.

Estabelece a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Os escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas serão aprovados previamente, por voto secreto, após arguição pública pelo Senado Federal, na forma do art. 52, III, "f", da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## **PARECER**

### **Nº 593, DE 2011**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 19, de 2011 (nº 725/2011, na origem), que encaminha, nos termos do inciso VIII do artigo 103-B, da Constituição Federal, a indicação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ney José de Freitas, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 21 de junho de 2011, apreciando o Relatório sobre o Ofício "S", nº 19, de 2011, opina pela aprovação da escolha do nome do senhor NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, por 13 votos favoráveis, 0 contrário (s) e 0 abstenção (ões).

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011.

Senador Eunício Oliveira, PRESIDENTE

Senador ALVARO DIAS, RELATOR

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: DFS Nº 19 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Domingos Ilídio</i>	
RELATOR: <i>Senador Álvaro Dias</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)</b>	
JOSÉ PIMENTEL <i>[assinatura]</i>	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY <i>[assinatura]</i>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i>	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA <i>[assinatura]</i>	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA <i>[assinatura]</i>	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>	8. HUMBERTO COSTA
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)</b>	
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>	3. EDUARDO BRAGA <i>[assinatura]</i>
VITAL DO RÉGO <i>[assinatura]</i>	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS <i>[assinatura]</i>	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO <i>[assinatura]</i>	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO <i>[assinatura]</i>	8. EDUARDO AMORIM
<b>BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</b>	
AÉCIO NEVES <i>[assinatura]</i>	1. LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>
ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i>	2. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	3. CÍCERO LUCENA <i>[assinatura]</i>
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
<b>PTB</b>	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PSOL</b>	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO <i>[assinatura]</i>

Atualizada em: 27/05/2011

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador ÁLVARO DIAS

Vem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com base no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da CCJ, o Ofício “S” nº 19, de 2011, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, em que consta a indicação do Excelentíssimo Sr. Desembargador Federal Ney José de Freitas, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2011/2013, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal.

Registro, ainda, que o Ofício referido traz a informação de que o indicado foi eleito por unanimidade no âmbito do TST.

O CNJ, instituído pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, possui a competência precípua de promover o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, consoante preceitua o § 4º do art. 103-B da Constituição Federal.

O art. 103-B da Constituição Federal, ao dispor sobre a composição do CNJ, estabelece, em seu inciso VIII, que será integrado por um juiz de TRT, indicado pelo TST.

O § 2º do art. 103-B, por seu turno, estabelece que os membros do CNJ, ressalvado seu Presidente, que é o Presidente do Supremo Tribunal Federal, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Eis aí o fundamento constitucional para que o ofício em comento tenha sido encaminhado pelo Presidente do TST ao Senado Federal.

No âmbito do Senado Federal, a apreciação da matéria dá-se com base nas normas que são indicadas a seguir.

O art. 383 do RISF trata da apreciação, pelo Senado Federal, da escolha de autoridades. Seu inciso I estabelece que a mensagem será acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae* e que, após leitura em plenário, será encaminhada à Comissão competente para análise.

Pela Resolução do Senado nº 7, de 2005, cabe à CCJ promover a sabatina dos indicados ao CNJ, antes da deliberação pelo Plenário.

Mencionada Resolução estipula, em seu art. 5º, quais informações e documentos deverão ser fornecidos ao Senado Federal para esclarecimento sobre o candidato.

Esses dados devem ser complementados com aqueles previstos no Ato nº 1, de 2007, da CCJ, que *disciplina o processo de aprovação de autoridades* no âmbito da Comissão.

Passo, então, à análise dos dados referentes ao indicado.

O Ofício “S” nº 19, de 2011, da Presidência do TST, é acompanhado, nos termos do inciso I do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e do inciso I do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, pelo *curriculum* do indicado, extraído da plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Obtêm-se do *curriculum*, dentre outras, as informações que se seguem.

O indicado é Desembargador Federal do Trabalho e Presidente do TRT da 9ª Região (Curitiba/PR) para o biênio 2010/2011.

Ingressou em 1988 na Magistratura do Trabalho, por concurso público em que foi classificado em 1º lugar, atuando como juiz de primeiro grau no interior e na capital do Estado do Paraná até 1996, quando foi promovido, por merecimento, à Corte Regional do Trabalho que ora preside.

É Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (COLEPRECOR), tendo tomado posse em 15 de dezembro de 2010.

Possui Doutorado em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná (2001-2003), tendo defendido a tese “Presunção de Validade do Ato Administrativo e a Questão do Ônus da Prova”.

Tem Mestrado em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1999-2000), tendo defendido a dissertação intitulada “O Estado Empregador e a Rescisão do Contrato do Trabalho em face do Princípio da Motivação do Ato Administrativo”.

É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1976-1980).

Possui larga experiência no magistério, tendo atuado, de forma regular, como professor visitante, de 1982 a 2008, em cursos de graduação e de pós-graduação nas áreas do Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Administrativo, em renomadas instituições como a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); Escola da Magistratura da Associação dos Magistrados

Trabalhistas do Paraná (Amatra/PR); IBEJ Cursos Jurídicos LTDA; Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL); Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC); Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA); e Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (ESA/OAB/PR).

Ingressou por concurso público, em 1982, tendo sido classificado em 1º lugar, para o cargo de professor auxiliar na disciplina de Direito Administrativo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

Possui conhecimentos da língua italiana, espanhola e francesa.

É membro da Academia Paranaense de Letras, desde abril do presente ano, e da Academia Nacional de Direito do Trabalho, desde 2009.

Recebeu a Medalha da Ordem do Mérito da Cooperação Judiciária Latino-Americana, em 2010, em Cartagena das Índias, Colômbia.

Recebeu menção honrosa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião da Sessão Solene em comemoração aos 317 anos de Curitiba, em 2010.

Foi condecorado com o título de Cidadão Honorário de Pinhais/PR, conferido pela Prefeitura de Pinhais, em 2010.

Foi condecorado, em 1999, pelo TST com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador.

Possui três livros publicados, tendo sido organizador de outro. Possui quatro artigos publicados em periódicos, sendo, ainda, autor de capítulos em outros oito livros publicados.

Participou em bancas examinadoras de dissertações de mestrado, de qualificação de doutorado e de tese de doutorado.

Participou, por fim, de inúmeros eventos jurídicos.

O indicado encaminha, em anexo:

a) nos termos do inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e da alínea a do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração de que não possui parentes consanguíneos ou afins vinculados à estrutura do Poder Judiciário;

b) nos termos do inciso III do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e da alínea *d* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre a inexistência de ações judiciais em que figure como parte, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar;

c) nos termos do inciso IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaração de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados e do Distrito Federal ou dos Municípios e que tampouco possui cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, como membro desses Poderes;

d) nos termos do inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar, em síntese, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado;

e) nos termos da alínea *b* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração de que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.

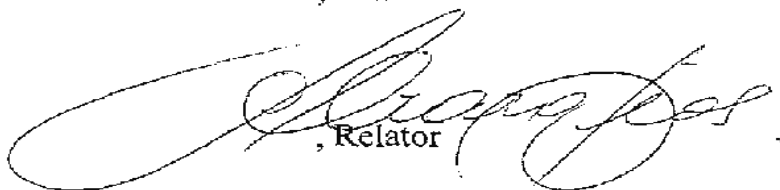
f) nos termos da alínea *c* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre sua regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme documentação comprobatória, em anexo, emitida pelos órgãos competentes, consoante exigência contida no § 2º do art. 1º do mesmo Ato;

g) nos termos da alínea *e* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre sua atuação profissional como Desembargador Federal do Trabalho do TRT da 9ª Região, nos últimos dez anos, tendo sido Diretor da Escola Judicial no biênio 2006/2007, Corregedor Regional nos anos 2007/2009 e Presidente do citado Tribunal desde dezembro de 2009.

Em face do exposto, nos termos do art. 3º, *caput*, da Resolução nº 7, de 2005, opino pela regularidade da instrução processual e pelo atendimento aos requisitos constitucionais, legais e regimentais exigidos, a fim de que o nome do indicado seja submetido à deliberação da CCJ e, após, do Plenário do Senado Federal.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011.

SENADOR EUNICIO OLIVEIRA, Presidente

  
, Relator

## **PARECER Nº 594, DE 2011**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 33, de 2011 (nº 166/2011, na origem), que “Submete a indicação do Juiz José Guilherme Vasi Werner para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.”

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 21 de junho de 2011, apreciando o Relatório sobre o Ofício “S”, nº 33 de 2011, opina pela aprovação da escolha do nome do senhor JOSÉ GUILHERME VASI WERNER, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, da Constituição Federal, por 13 votos favoráveis, 0 contrário (s) e 0 abstenção (ões).

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011.

Senador Eunício Oliveira, PRESIDENTE

Senador FRANCISCO DORNELLES, RELATOR

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 33 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Francisco Dornelles</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)</b>	
JOSÉ PIMENTEL <i>[assinatura]</i>	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY <i>[assinatura]</i>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i>	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)</b>	
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA <i>[assinatura]</i>
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES <i>(RELATOR) [assinatura]</i>	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
<b>BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</b>	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	3. CÍCERO LUCENA <i>[assinatura]</i>
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
<b>PTB</b>	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PSOL</b>	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO <i>[assinatura]</i>

Atualizada em: 27/05/2011



## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

O Ofício em epígrafe tem por base o art. 103-B, V, da Constituição Federal, e com ele são encaminhados, para apreciação, os dados pessoais do Juiz de Direito JOSÉ GUILHERME VASI WERNER.

O referido art. 103-B da Carta Política estabelece que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é composto por quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução. As indicação sob análise – de juiz estadual (inciso V) – compete ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Por sua vez, o 103-B, § 2º, da Constituição Federal, atribui ao Senado Federal competência para aprovar, por maioria absoluta, a escolha dos membros do CNJ. Para tanto, com o Ofício foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado.

A Resolução nº 7, de 2005, alterada pela Resolução nº 22, de 2009, estabelece as normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça. Pelo normativo, todos os indicados devem ser sabatinados por esta Comissão, devendo o Relatório ser apreciado em sessão pública e a votação procedida por escrutínio secreto.

A documentação encaminhada cumpre o disposto no art. 5º da Resolução nº 7, de 2005. Também foram encaminhados documentos que atendem ao Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Passamos a historiar a formação profissional e a produção acadêmica do indicado pelo Presidente do STF.

Brasileiro de 42 anos, nascido na Cidade do Rio de Janeiro em 24 de maio de 1969, o Juiz de Direito JOSÉ GUILHERME VASI WERNER cursou o, à época, 1º e 2º Graus no Colégio Santo Inácio, entre 1976 e 1986, e formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1993.

O indicado tem formação nos idiomas inglês e francês. Sobre o primeiro, destaca-se o FCE – *First Certificate in English*, expedido pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, em dezembro de 1987.

Da já extensa e elogiável experiência profissional do indicado na magistratura, apesar da sua relativa juventude, destacamos:

- Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, a convite do Ministro Antonio Cezar Peluso, desde abril de 2010, onde exerce a atribuição de Secretário-Geral Adjunto;
- Juiz Auxiliar da 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (admissibilidade de recursos extraordinários e especiais), de dezembro de 2009 a março de 2010;
- Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal Federal no Gabinete do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, de fevereiro de 2008 a março de 2009;
- Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de fevereiro de 2007 a janeiro de 2008;
- Membro do grupo auxiliar da Comissão de Estatística do Conselho Nacional de Justiça, tendo colaborado com a formulação dos indicadores estatísticos do Poder Judiciário Estadual, de 2005 a 2009;
- Juiz de Direito integrante das Turmas Recursais do Estado do Rio de Janeiro, de maio de 2005 a janeiro de 2007 e de abril de 2009 a dezembro de 2009.

O *curriculum vitae*, encaminhado junto com as declarações e certidões de estilo, conforme exige a Resolução nº 7, de 2005, informa que o indicado produziu as seguintes publicações:

#### OBRAS INDIVIDUAIS:

- “A Formação, o Controle e a Extinção dos Contratos de Consumo”. Rio de Janeiro: Renovar. 2007;
- “Juizados Especiais”. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006 – livro base da cadeira “Juizados Especiais” do curso de Mestrado Profissionalizante em Poder Judiciário.

#### OBRAS COLETIVAS:

- “*Privatization in Brazil*” in: *International Privatization*. London: Kluwer Law International, 1996, sob a coordenação de Dennis Campbell e Brian Hollywood;
- “Novos Direitos – Os Paradigmas da Pós-Modernidade”. Rio de Janeiro: Impetus, 2002, sob a Coordenação de Cleyson M. Mello e Thelma Fraga;
- “Juizados Especiais Cíveis – Novos Desafios”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, sob a Coordenação de Fernando Gama de Miranda Netto e Felipe Borring Rocha.

#### ARTIGOS:

- “Juizados Especiais Cíveis - Premissas de Julgamento”. João Pessoa: Revista do Juizado Especial (Publicação do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba). v. 1, 2005;

- “Breves Considerações sobre a Alternativa de Substituição de Produto Viciado”. Rio de Janeiro: Revista da EMERJ. n. 5. v. 19, 2002;
- “Breves Considerações sobre a Lesão no Direito Brasileiro Posto”. Rio de Janeiro: Revista Renovar. v. 23, 2002.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação de Sua Excelência o Juiz de Direito JOSÉ GUILHERME VASI WERNER para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned to the left of the text ', Relator'.

, Relator

## **PARECER**

### **Nº 595, DE 2011**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 37, de 2011 (nº 292/2011, na origem), que "Encaminha nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça."

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 21 de junho de 2011, apreciando o Relatório sobre o Ofício "S", nº 37 de 2011, opina pela sugestão da escolha do nome do Senhor GILBERTO VALENTE MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, da Constituição Federal, por 13 votos favoráveis, 0 contrário (s) e 0 abstenção (ões).

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011.

Senador Eunício Oliveira, PRESIDENTE

Senador Flexa Ribeiro, RELATOR

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: DFG Nº 37 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/06/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Flexa Ribeiro</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL <i>[assinatura]</i>	1. EDUARDO SUPLYCY
MARTA SUPLYCY <i>[assinatura]</i>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i>	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
ROMERO JUÇÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÉGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	3. CÍCERO LUGENA <i>[assinatura]</i>
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO <i>[assinatura]</i>

Atualizada em: 27/05/2011

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pelo Procurador-Geral da República, do Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do inciso XI do art. 103-B da Constituição Federal.

De acordo com o referido artigo da Lei Maior, os membros do CNJ, ao qual incumbe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento ao inciso I do art. 5º do citado diploma normativo, bem como ao inciso I do art. 1º do Ato da CCJ nº 1, de 17 de outubro de 2007, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido em 28 de dezembro de 1961, o Dr. Gilberto Valente Martins graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará em 1986. Obteve o título de Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, em 2010, com a Dissertação *Ministério Público Europeu – Competência Material*. Ademais, participou de cursos na área de inteligência, promovidos pelo Comando do Exército e pela Agência Brasileira de Inteligência, e exerceu magistério na Escola Superior do Ministério Público.

No início de sua trajetória profissional, atuou na assessoria jurídica da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena. Nos anos de 1988 e a 1990, exerceu o cargo de Defensor Público Estadual, tendo atuado como Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Naquele período, logrou aprovação em diversos concursos públicos para cargos da área jurídica, tais como o de Procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, de Procurador Autárquico Federal e de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA). Tomou posse neste último cargo, em agosto de 1990, tendo exercido, por longo período, funções de assessoria ao Procurador-Geral de Justiça, na administração superior do MPE/PA.

Atua hoje na 1ª Promotoria de Justiça Militar, na fiscalização da atividade da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Outrossim, integra o Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas e o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas. Ao longo de sua carreira, participou de diversas ações integradas de repressão ao crime organizado, tendo colaborado também com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria, criada pela Câmara dos Deputados, em 2003.

Pelo desempenho de suas atribuições, recebeu diversos elogios, homenagens e condecorações. Ademais, defendeu doze teses nos congressos nacionais do Ministério Público, as quais vieram a integrar os livros de teses daqueles encontros.

Constatamos que, para o atendimento ao disposto nos incisos II a IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declarações nas quais afirma:

I – não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Ministério Público do Estado do Pará e do Ministério Público da União;

II – não cumprir quaisquer sanções criminais ou administrativo-disciplinares, inexistindo contra ele procedimentos dessa natureza instaurados;

III – não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Em cumprimento ao art. 1º, II, do Ato da CCJ nº 1, de 2007, o indicado fez anexar ao processado declarações nas quais afirma:

I – não possuir parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

II – não participar nem ter participado, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais;

III – estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, informação essa corroborada por certidões expedidas pelos órgãos competentes;



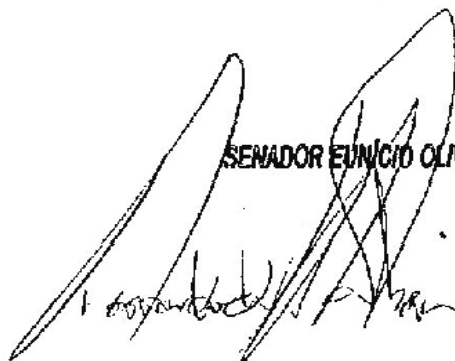
IV – não figurar como réu ou autor em ação judicial; e

V – haver oficiado, como representante do Ministério Público, perante: o Juízo de Direito da Justiça Militar do Estado do Pará, o Juízo de Direito da 1ª Vara de Inquéritos e Medidas Cautelares de Belém, o Juízo de Direito da Vara Criminal de Entorpecentes e Combate às Organizações Criminosas, o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Xinguara, o Juízo de Direito da Comarca de Tailândia e o Tribunal de Justiça do Estado.

Finalmente, em atendimento ao inciso III do art. 1º do multicitado Ato, o indicado apresentou, de forma sucinta, um arrazoadado sobre a sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Ante o exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011.



SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

, Presidente

, Relator

## **PARECER Nº 596, DE 2011**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Aviso nº 33, de 2009 (nº 519/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 816, de 2009, bem como dos relatórios e voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional no Programa Universidade para Todos – PROUNI e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (TC 013.493/2008-4).

RELATOR: Senador **VITAL DO REGO**

### **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão o Aviso nº 33, de 2009, correspondente ao Aviso nº 519 no Tribunal de Contas da União (TCU), que trata do Acórdão nº 816, de 2009.

Dito *decisum* foi adotado em processo de auditoria realizada nas ações governamentais voltadas ao acesso das populações economicamente mais vulneráveis ao ensino superior, objeto do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

O acórdão envolve diversas determinações e recomendações.

Entre as primeiras, destaca-se a de que o Ministério da Educação (MEC) adote mecanismos de controle que impeçam a participação no Prouni e no Fies de beneficiários que não satisfaçam os critérios de elegibilidade fixados nas respectivas legislações. Para tanto, o TCU determina que a Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC não somente institua mecanismo de fiscalização *in loco* sobre a lista de beneficiários, como verifique os indícios de irregularidade já apurados pela equipe de auditoria da Corte de Contas. Ademais, determina que se garanta o preenchimento total das vagas ofertadas pelo Prouni nas instituições de ensino superior, bem como seja aprimorada a metodologia que estima a renúncia fiscal no mesmo programa.

Entre as recomendações, cabe ressaltar as seguintes:

- que o MEC e a Receita Federal do Brasil promovam intercâmbio de informações para conferir exatidão aos dados de renúncia fiscal decorrente do Prouni;
- que o MEC avalie a conveniência de juntar o Prouni e o Fies em um único programa, para racionalizar e simplificar a sua burocracia;
- que o MEC avalie a conveniência de alterar o mecanismo de isenção fiscal de forma a equilibrar o quantitativo de benefícios ofertados pelas instituições com o da renúncia de receita;
- que a Sesu/MEC: a) privilegie o acesso dos estudantes a cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento tecnológico e social do País; b) altere a sistemática de seleção para acelerar e prevenir irregularidades; c) adote medidas de uniformização de procedimentos na seleção e acompanhamento dos beneficiários dos programas;
- que a Caixa Econômica Federal, então executora do Fies, treinasse melhor seus funcionários para uniformizar o atendimento aos candidatos e beneficiários do programa.

Acompanha o Aviso extenso e detalhado relatório da Auditoria Operacional do TCU, em que se aponta uma série de pontos falhos dos dois programas, os quais embasam as determinações e recomendações consignadas.

## **II – ANÁLISE**

Embora constitucionalmente reconhecida como direito de todos e dever do Estado, a educação superior, que compreende os cursos de graduação e de pós-graduação, é ofertada a pequena parcela da população brasileira.

Com efeito, a União e os Estados, juntos, possuem pouco mais de uma centena de universidades com cursos gratuitos e meio milhar de institutos tecnológicos. No conjunto, essas instituições dispõem de cerca de 1,5 milhão de vagas. A maior parte dos alunos da educação superior frequenta instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que abrigam mais de 4 milhões de estudantes.

Essa situação vexatória, num país de 191 milhões de habitantes e com quase 25 milhões de jovens entre 18 e 25 anos, tem duas causas principais. A primeira é a implantação tardia das universidades no Brasil – quase quatrocentos anos de atraso em relação a vários países da América Latina. A segunda resulta de uma dupla seletividade: a) intelectual, por parte das universidades públicas, que dificultam seus vestibulares, tornando-se muito difícil o acesso a seus cursos para a maioria dos estudantes que concluem a educação básica; b) econômica, nas universidades particulares, em razão do preço das mensalidades, que restringe sua clientela aos estudantes da classe média, que suportam arcar com despesas dessa ordem.

Há mais de quarenta anos o Brasil tem um programa de crédito educativo na educação superior, destinado a estudantes de baixa renda, atualmente denominado Fies. Há seis anos, o País passou a contar também com um sistema de bolsas integrais e parciais – o Prouni – ao qual se podem candidatar estudantes que acumulem três características: ser de família de baixa renda, ter cursado o ensino médio em escola pública ou em escola privada de forma gratuita e ter tido bom desempenho no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Esses dois programas são objeto da auditoria que deu origem ao Aviso do TCU que ora relatamos.

A leitura das 93 páginas do relatório da Auditoria do TCU que embasou as sete páginas do voto do Ministro José Jorge, a par de constituir documento memorável e utilíssimo para todos que se interessam pela educação superior no Brasil, dá-nos plenas condições de participar em meticulosa avaliação dos dois programas.

Em que pese o avanço que representam o Fies, várias vezes aperfeiçoado em sua legislação, e o Prouni, que já beneficia quase um milhão de estudantes de graduação nas instituições privadas, com e sem fins lucrativos, a auditoria revela imperfeições, inadequações e limites que precisam ser objeto da mais urgente correção.

Nos limites deste relatório, não há como resumir ou salientar esse ou aquele item a ser mais ou menos focalizado. Cumpre-nos, como legisladores e fiscais do Poder Executivo, dar atenção a todos. De nossa parte, existe total concordância com as observações da auditoria e, principalmente com as conclusões do Voto do Relator, Ministro José Jorge, que, reconheçamos, brilhou como deputado e senador no Congresso Nacional e dá provas de sua grande competência como membro do TCU.

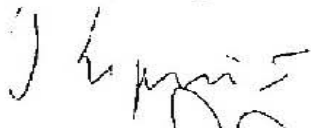


Não há dúvida de que temos, como detentores de mandato legislativo na União, a responsabilidade de contribuir para que os três milhões de jovens que concluem anualmente a educação básica, tenham cada vez mais oportunidades de prosseguir seus estudos em nível superior. Por certo, o governo federal e os governos estaduais, que oferecem cursos gratuitos de graduação e pós-graduação, precisam se esforçar para expandir suas vagas nas capitais e nas cidades de maior densidade populacional, como recomendava, desde 1988, nossa Constituição. Contudo, temos que reconhecer que o desafio precisa continuar a ser partilhado pela iniciativa privada, mas de uma forma inclusiva, sem discriminar os estudantes desprovidos de recursos para pagar mensalidades, tão mais altas quanto maior a qualidade e a procura dos cursos oferecidos.

Em nome desse direito, urge que o Prouni e o Fies sejam ainda mais aperfeiçoados na operação e expurgados das práticas irregulares detectadas pelo TCU. E ao que nos parece, nesse mister, o Poder Executivo tem levado em conta as contribuições da Egrégia Corte de Contas, algumas das quais vez ou outra formalizadas no Congresso Nacional.

### III – VOTO

Em virtude do exposto, cumprida a leitura do Aviso nº 33, de 2009, e afirmada nossa concordância com suas conclusões, nosso voto é por seu **arquivamento**.

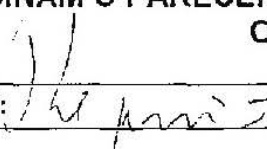
Sala da Comissão, 14 de junho de 2011.

, Presidente  
, Relator  



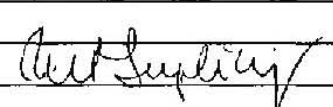
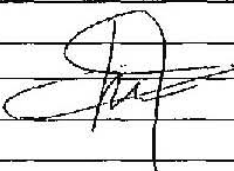
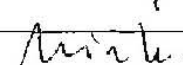
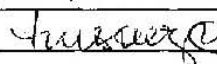
Relatora Ad hoc, Senadora Angela Portela

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

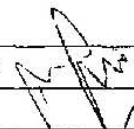
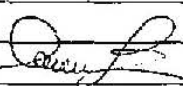
ASSINAM O PARECER AOS AVS Nº 33/09 NA REUNIÃO DE 14/06/2011  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR ROBERTO REQUIÃO

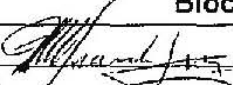
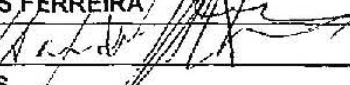
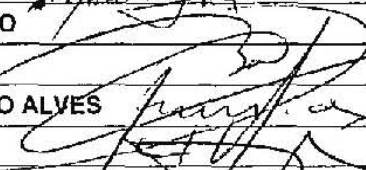
### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA 	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANÍBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPLICY 
PAULO PAIM	(VAGO)
WALTER PINHEIRO 	5-CLÉSIO ANDRADE
(VAGO)	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE 	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA 	9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA	10-(VAGO)

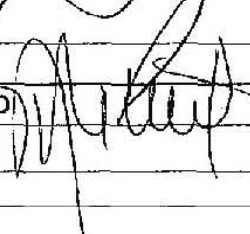
### Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP
GEOVANI BORGES	3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMIR MOKA
JOÃO ALBERTO	5-VITAL DO RÊGO
PEDRO SIMON	RELATOR
RICARDO FERRAÇO	6-SÉRGIO PETECÃO 
BENEDITO DE LIRA	7-CIRO NOGUEIRA
ANA AMÉLIA 	8-(VAGO)
	9-(VAGO)

### Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1-ALVARO DIAS
MARISA SERRANO	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO 
MARIA DO CARMO ALVES 	4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPIÑO	5-DEMÓSTENES TORRES

(PTB)

ARMANDO MONTEIRO 	1-MOZARILDO CAVALCANTI
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO)

(PSOL)

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

## **PARECERES**

### **Nºs 597 A 600, DE 2011**

*Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008 (nº 1.659/2007, na Casa de origem, do Deputado Elismar Prado), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.*

#### **PARECER Nº 597, DE 2011** **(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

RELATORA "AD HOC": Senadora SERYS SLHESARENKO

#### **I – RELATÓRIO**

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para apreciação, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 178, de 2008, de iniciativa do Poder Executivo, que trata da alimentação escolar, do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

Dos artigos 1º ao 21, o PLC dispõe sobre a alimentação escolar e suas relações com a saúde, a educação e a economia, bem como define, regulamenta e expande o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A chamada "merenda escolar", que concretiza o direito constitucional dos estudantes a diversas formas de assistência suplementar, que tradicionalmente se oferecia aos alunos do ensino obrigatório, passa a ser financiada pela União, de forma suplementar, também para as crianças de creches e pré-escolas e para os adolescentes, jovens e adultos do ensino fundamental e médio.

O PLC aborda as questões técnicas dos objetivos nutricionais do programa e os dispositivos político-administrativos da aquisição, preparo e distribuição dos alimentos, inclusive os procedimentos de gestão financeira e de controle democrático de suas operações no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios. Especial atenção é dada aos Conselhos de Alimentação Escolar, instituídos nos três níveis da Federação.

Do art. 22 ao 29, o PLC trata da assistência financeira às escolas públicas da educação básica, estendida a estabelecimentos beneficentes de educação especial, por meio do PDDE, de caráter também suplementar. Os repasses da União se destinam a despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a melhoria da prestação dos serviços educacionais.

O art. 30 modifica os arts. 2º e 5º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, no sentido de ampliar a ação do PNATE para alunos da pré-escola, do ensino médio e da educação de jovens e adultos residentes em áreas rurais,



beneficiando os governos estaduais e municipais que lhes oferecem transporte para as respectivas escolas e atribui aos conselhos de que trata o art. 24 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, a função de controle e acompanhamento social do Programa no âmbito de cada ente federado.

O art. 31 fixa a cláusula de vigência da Lei, se aprovada, a partir da data de sua publicação.

Pelo art. 32, revogam-se os dispositivos dos arts. 1º a 14 da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001.

## II – ANÁLISE

O PLC nº 178, de 2008, tem origem na Câmara dos Deputados no Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, do Deputado Elismar Prado, que alterava o inciso VIII do art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, para estender ao ensino médio o dever do Estado em atendimentos suplementares aos estudantes na área da alimentação, do material didático, da saúde e do transporte escolar.

A ele foi juntado, ainda na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, do Poder Executivo, que não somente dispunha sobre a ampliação dos programas suplementares, mas instituiu e regulamentava detalhadamente o PNAE, o PDDE e o PNATE, que já eram objetos de diplomas legais anteriores, que foram julgados insuficientes para atender às demandas da educação básica pública e comunitária.

Foi com esta nova formatação que o PLC chegou ao Senado. A apreciação inicial cabe a esta Comissão, continuando sua tramitação por mais três comissões da Casa, uma vez que seu mérito envolve matérias pertinentes da diversos setores da sociedade.

Aqui foram oferecidas dezenas de emendas que refletiam a atualidade do tema e a variedade de opiniões que suscitavam alguns dispositivos do projeto. Tive a oportunidade de me pronunciar nesta Comissão em relatório que não chegou a voto.

Como se tratava de matéria articulada com recursos orçamentários destinados a dar conta de novas e vultuosas despesas, aprovadas no final de 2008, o Poder Executivo, no intuito de operacionalizá-las e beneficiar mais de dez milhões de estudantes nos três programas, baixou, no início do corrente ano, a Medida Provisória (MPV) nº 455, que teve tramitação acelerada e converteu-se na Lei nº 11.947, sancionada no dia 16 de junho último. Vale dizer que algumas das inovações do meu relatório ao PLC foram contempladas no texto da MPV.

## III – VOTO

Em virtude da publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre a mesma matéria do presente projeto e pelo fato de ele não representar inovação jurídica, voto pela **prejudicialidade** do PLC nº 178, de 2008.

Sala da Comissão, 9 de julho de 2009.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES

, Presidente

  
, Relator



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROPOSIÇÃO:** PLC Nº 178 DE 2008**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE** 29/07/09 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

<b>PRESIDENTE:</b> SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
<b>RELATOR:</b> "AD HOC": SENADORA SERYS SLIESSARENKO	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLIESSARENKO
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. OIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

**PARECER Nº 598, DE 2011**  
**(Da Comissão de Assuntos Econômicos)**

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

RELATOR "AD HOC": Senador **EDUARDO AZEREDO**

**I - RELATÓRIO**

É submetido à análise desta Comissão o PLC nº 178, de 2008, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.820, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), e dá outras providências.

A proposição, recebida da Câmara dos Deputados, provém da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, de autoria do Deputado Elismar Prado, que tramitou, naquela Casa, conjuntamente com o Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, de iniciativa do Poder Executivo. Em verdade, o Substitutivo aprovado e remetido à apreciação do Senado Federal incorporou, fundamentalmente, o texto do referido projeto de iniciativa do Executivo Federal, que, em face da aprovação desse Substitutivo, foi declarado prejudicado e, conseqüentemente, arquivado.

Dessa forma, o PLC nº 178, de 2008, dispõe, de forma abrangente, sobre a ampliação dos Programas (i) Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), (ii) Dinheiro Direto Na Escola (PDDE) e (iii) Nacional de Apoio do Transporte Escolar (PNATE), todos com ações e recursos suplementares às desenvolvidas pelos demais entes federados, regulamentando-os detalhadamente, em face da insuficiência da legislação, até então vigente, para atender às demandas da educação básica pública e comunitária.

É importante frisar que o projeto do Poder Executivo, que, em verdade, deu origem ao PLC nº 178, de 2008, foi remetido ao Legislativo acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, justificando a expansão e as mudanças propostas para os três programas, bem como expondo os impactos sobre o orçamento da União com a ampliação de seu alcance.

O Projeto de Lei em referência foi encaminhado à apreciação desta Comissão, após conclusão de sua análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, o projeto será submetido ao exame das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte desta Casa.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe for submetida.

Relativamente ao mérito propriamente dito, caberá à Comissão de Educação se pronunciar com mais propriedade e pertinência sobre o PLC nº 178, de 2008, uma vez que a ela será submetido, em consonância com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não restam dúvidas de que a ampliação dos gastos da União no financiamento suplementar às atividades de ensino mantidas pelos Estados e Municípios parece-nos oportuna e pertinente, sobretudo em decorrência das restritas possibilidades de esforços adicionais desses entes para a elevação de suas receitas ou mesmo para a redução de suas despesas.

Entendemos, ademais, que a participação da União nesse financiamento cumpre diretriz que se coaduna com o atendimento das crescentes demandas sociais e a necessária manutenção da sustentabilidade fiscal de longo prazo dos entes federados.

Entretanto, entendemos que a avaliação desses aspectos de natureza fiscal e financeira, bem como a referente às determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), atribuições específicas desta Comissão relativamente ao Projeto em exame, são desnecessárias e não cabíveis, pois o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008, acha-se prejudicado.

Como é de nosso conhecimento, a matéria tratada no projeto envolvia a demarcação de recursos orçamentários, orientados para as novas e vultuosas despesas nele previstas. Ao final de 2008, por ocasião da apreciação da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2009, esses recursos foram aprovados e reservados sem que, ainda, o referido projeto tivesse sido apreciado pelo Legislativo. Em decorrência, o Poder Executivo, no intuito de operacionalizar as medidas e as ações ali previstas e de beneficiar mais de dez milhões de estudantes, a serem alcançados e beneficiados pelos três referidos programas, editou, no início do corrente ano, a Medida Provisória nº 455, que teve tramitação acelerada e foi convertida na Lei nº 11.947, de 16 de junho último.

Em consequência dessa deliberação, o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008, acha-se prejudicado, tendo, portanto, perdido sua oportunidade.



Com efeito, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em seu parecer proferido em Sessão realizada em 9 de julho do corrente ano, decidiu que o PLC nº 178, de 2008, encontra-se prejudicado *em virtude da publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre a mesma matéria do presente projeto, e pelo fato de ele não representar inovação jurídica.*

### III - VOTO

Em face do exposto, acompanhando a decisão exarada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2009.

, Presidente

 , Relator  
  
SEN. EDUARDO AZEREDO  
RELATOR "AD HOC"

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178 DE 2008  
NÃO TERMINATIVO

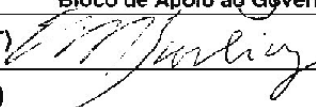
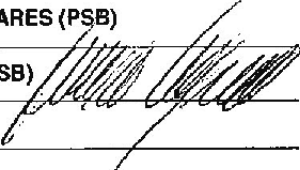
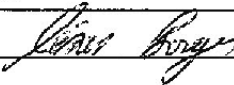
ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/11/09 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

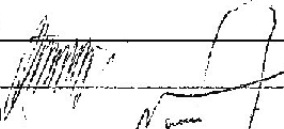
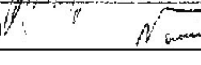
RELATOR(A):

SEN. EDUARDO AZEREDO, RELATOR "AD HOC"

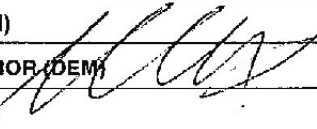
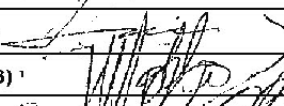
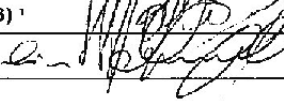
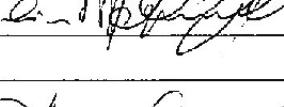
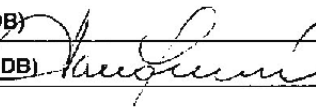
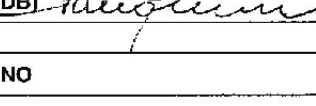
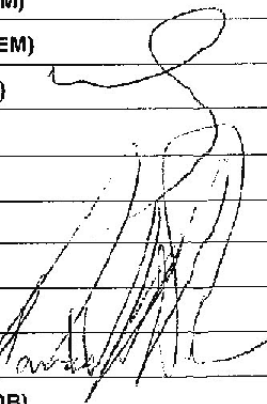
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPLICY (PT) 	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB) 
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-SADI CASSOL (PT)
CÉSAR BORGES (PR) 	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

Maioria (PMDB e PP)

FRANCISCO DORNELLES (PP)	1-ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2-GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB) 	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB) <sup>2</sup>
NEUTO DE CONTO (PMDB) 	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM) 	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM) 	5-KÁTIA ABREU (DEM)
OSVALDO SOBRINHO (PTB) <sup>1</sup> 	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB) 	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB) 	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB) 

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

<sup>1</sup> Vaga cedida ao PTB

<sup>2</sup> O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**PARECER Nº 599, DE 2011**  
**(Da Comissão de Assuntos Sociais)**

RELATORA: Senadora **MARISA SERRANO**

RELATOR "AD HOC": Senador **LOBÃO FILHO**

## **I - RELATÓRIO**

Em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 178, de 2008, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), e dá outras providências.

A proposição, originária da Câmara dos Deputados, resulta da aprovação de substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, de autoria do Deputado Elismar Prado, que tramitou, naquela Casa, conjuntamente com o Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, do Poder Executivo.

O mencionado substitutivo acabou por incorporar o texto do referido projeto de iniciativa do Executivo Federal, que, por conta da aprovação da emenda em alusão, foi declarado prejudicado e arquivado.

Nesses termos, o PLC nº 178, de 2008, dispõe, de modo abrangente, sobre a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE) e do Programa Nacional de Apoio do Transporte Escolar (PNATE), todos com recursos e ações suplementares às desenvolvidas pelos demais entes federados, regulamentando-os detalhadamente, em face da insuficiência da legislação, até então vigente, para o atendimento das demandas da educação básica pública e comunitária.

Sublinhe-se que o projeto do Poder Executivo, que deu origem ao PLC nº 178, de 2008, foi remetido ao Legislativo acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, com a justificativa para a expansão e as mudanças vislumbradas para os três programas, e a explanação dos impactos sobre o orçamento da União, por conta da ampliação de seu alcance.

Nesta Casa Legislativa, o projeto já foi apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, na sequência, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tendo recebido, em ambas, parecer pela declaração de prejudicialidade. Após análise desta Comissão, a matéria ainda será submetida à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

## II – ANÁLISE

Tendo em vista o entendimento da CCJ e da CAE acerca da prejudicialidade do PLC nº 178, de 2008, havemos por bem reproduzir a argumentação expendida na última Comissão, nos termos do voto do relator “ad hoc”, Senador Eduardo Azeredo:

(...) entendemos que a avaliação desses aspectos de natureza fiscal e financeira, bem como a referente às determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), atribuições específicas desta Comissão relativamente ao Projeto em exame, são desnecessárias e não cabíveis, pois o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008, acha-se prejudicado.

Como é de nosso conhecimento, a matéria tratada no projeto envolvia a demarcação de recursos orçamentários, orientados para as novas e vultuosas despesas nele previstas. Ao final de 2008, por ocasião da apreciação da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2009, esses recursos foram aprovados e reservados sem que, ainda, o referido projeto tivesse sido apreciado pelo Legislativo. Em decorrência, o Poder Executivo, no intuito de operacionalizar as medidas e as ações ali previstas e de beneficiar mais de dez milhões de estudantes, a serem alcançados e beneficiados pelos três referidos programas, editou, no início do corrente ano, a Medida Provisória nº 455, que teve tramitação acelerada e foi convertida na Lei nº 11.947, de 16 de junho último.

Em consequência dessa deliberação, o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008, acha-se prejudicado, tendo, portanto, perdido sua oportunidade.

Com efeito, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em seu parecer proferido em Sessão realizada em 9 de julho do corrente ano, decidiu que o PLC nº 178, de 2008, encontra-se prejudicado *em virtude da publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre a mesma matéria do presente projeto, e pelo fato de ele não representar inovação jurídica.*

Nada havendo que possamos acrescentar às judiciosas e irretocáveis ponderações do Senador Eduardo Azeredo, resta-nos, forçosamente, concordar com o inteiro teor da análise transcrita, no sentido de reconhecer a prejudicialidade do PLC nº 178, de 2008.



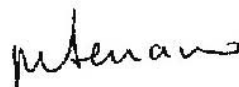
### III - VOTO

Em face do exposto, acompanhando as decisões exaradas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, votamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008.

Sala da Comissão, 3 de março de 2010.

Senadora ROSALBA CIARLINI  
Comissão de Assuntos Sociais  
Presidente

, Presidente

 , Relatora

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

#### IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova o Relatório do Senador Lobão Filho, Relator *Ad hoc*, que passa a constituir Parecer da CAS, que conclui pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008, de autoria do Deputado Elismar Prado.

Sala da Comissão, em 03 de março de 2010.

  
Senadora ROSALBA CIARLINI

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/03/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATORIA: SENADORA MARISA SERRANO

Relator "Ad Hoc" Senador Lobão Filho

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GEOVANI BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) PRESIDENTE	2- JAYME CAMPOS (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

**PARECER Nº 600, DE 2011**  
**(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

RELATORA: Senadora MARTA SUPLICY

## **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Educação, Cultura Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 178, de 2008, que dispõe sobre a alimentação escolar e, particularmente, sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

A proposição, recebida da Câmara dos Deputados, provém de substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, de autoria do deputado Elismar Prado, ao qual foi apensado, naquela Casa, o Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, de iniciativa do Poder Executivo. Esse substitutivo incorporou, fundamentalmente, o texto de iniciativa governamental.

Dessa forma, o PLC nº 178, de 2008, passou a dispor, de forma abrangente, sobre a ampliação dos três programas federais acima referidos, todos com ações e recursos suplementares aos aportados pelos demais entes federados, estendendo-os a toda a educação básica pública e comunitária e regulamentando-os detalhadamente, em face da insuficiência da legislação até então vigente.

É importante frisar que o projeto do Poder Executivo foi remetido ao Legislativo, acompanhado de exposição de motivos do Ministro de Educação Fernando Haddad, justificando a expansão e as mudanças propostas para os três programas, bem como expondo os seus impactos sobre o Orçamento da União.

O projeto de lei em referência foi encaminhado à apreciação desta Comissão, após conclusão de sua análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Assuntos Sociais.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre normas gerais sobre educação, cultura, ensino e esporte, de qualquer matéria que lhe for submetida.

É de conhecimento dos membros desta Comissão que as ações suplementares do Governo Federal no tocante à alimentação dos alunos da educação básica e do transporte de suas residências até a escola onde estudam são previstas na Constituição Federal e constituem política de alta relevância para assegurar o direito de todos à educação. Os recursos do PDDE, que garantem o funcionamento cotidiano das escolas públicas, também já se constituíram em política pública de tradição republicana. Estendê-las do âmbito do ensino fundamental para todas as etapas da educação básica, tanto nas redes públicas como nas escolas comunitárias gratuitas, é dever do Estado.

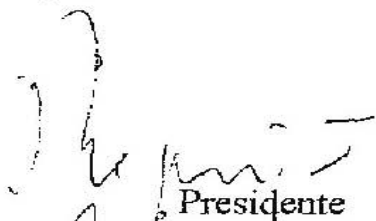
Entretanto, no mesmo sentido do pronunciamento das Comissões que analisaram anteriormente o PLC nº 178, de 2008, constatamos que sua avaliação pela CE é desnecessária e não cabível, pois o projeto acha-se prejudicado em razão da emissão, ainda em 2008, da Medida Provisória nº 455, que se converteu na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

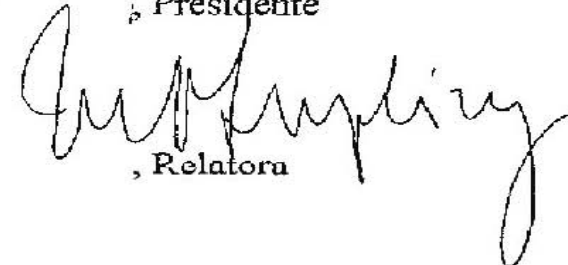
Com efeito, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em parecer proferido em 29 de julho de 2009, deliberou que o PLC nº 178, de 2008, encontra-se prejudicado *em virtude da publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre a mesma matéria do presente projeto, e pelo fato de ele não representar inovação jurídica.*

### III – VOTO

Em face do exposto, acompanhando a decisão exarada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nas outras onde foi apreciado, votamos pela **prejudicialidade** do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008.

Sala da Comissão, 14 de junho de 2011.

  
Presidente

  
, Relatora

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AOS PLC Nº 178/08 NA REUNIÃO DE 14/06/2011  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Roberto Requião* (Sen Roberto Requião)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA <i>Angela Portela</i>	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS <i>Wellington Dias</i>	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPPLYC <i>Marta Supplyc</i> RELATORA
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	(VAGO)
WALTER PINHEIRO	5-CLÉSIO ANDRADE
(VAGO)	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA <i>Lidice da Mata</i>	9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA	10-(VAGO)

### Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>
GEOVANI BORGES	3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMIR MOKA
JOÃO ALBERTO	5-VITAL DO RÊGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO <i>Sérgio Petecão</i>
RICARDO FERRAÇO	7-CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA <i>Benedito de Lira</i>	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA <i>Ana Amélia</i>	9-(VAGO)

### Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA <i>Cyrol Miranda</i>	1-ALVARO DIAS
MARISA SERRANO	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>
PAULO BAUER	3-ELEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPINO	5-DEMÓSTENES TORRES

(PTB)

ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
JOÃO VICENTE CLAUDINO <i>João Vicente Claudino</i>	2-(VAGO)

(PSOL)

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Os pareceres lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 596, de 2011**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, concluindo pelo arquivamento do **Aviso nº 33, de 2009**.

A Presidência, em cumprimento à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 597 a 600, de 2011**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Educação Cultura e Esporte, que concluem pela prejudicialidade do **Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008** (nº 1.659/2007 na Casa de Origem, do Deputado Elismar Prado), que *dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências*.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna dar ciência a meus Pares dos principais resultados alcançados pelos programas desenvolvidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Desde já, quero adiantar que o Relatório de Atividades das duas instituições, referente ao ano-base de 2010, traz informações que orgulham o Senado Federal e todos os seus servidores.

O ILB e a Unilegis são os órgãos responsáveis pela política de educação, treinamento e desenvolvimento dos talentos humanos do Senado, além de contribuírem para a disseminação de conteúdos educacionais, preferencialmente voltados às atividades legislativas, a diversas outras instituições públicas das três esferas de governo.

O ILB estrutura suas ações em seis linhas principais, de acordo com os seguintes programas: 1) Programa permanente de educação, desenvolvimento e treinamento de pessoal; 2) Programa de estudos avançados; 3) Programa editorial; 4) Programa de divulgação; 5) Parcerias institucionais; e 6) Programa de infraestrutura.

Srªs e Srs. Senadores, não seria possível esmiuçar, no pouco tempo de que disponho, os indicadores apresentados no já mencionado Relatório de Atividade

des. Todavia, quero mencionar alguns dos grandes números ali contidos.

Contabilizando os cursos presenciais e a distância, foram beneficiados pelos programas do ILB cerca de 15.000 profissionais em todo o território nacional e, também, no exterior. A esse contingente se somam os 300 participantes do “VI Fórum Senado Debate Brasil” e outros 139 da “3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e da Cultura da Paz”.

Não é suficiente apenas apresentar os grandes números, mas ressaltar o quesito qualidade. Os cursos oferecidos pelos diversos Programas incluem disciplinas como Processo Legislativo, Doutrinas Políticas Contemporâneas, Economia, Direito Eleitoral, Relações Internacionais, Novo Acordo Ortográfico, cursos de informática, entre vários outros. Os conteúdos ministrados e os suportes midiáticos são de alto gabarito, formulados, desenvolvidos e aperfeiçoados por especialistas das respectivas áreas. Quando presenciais ou semi-presenciais, os cursos contam com tutores e professores do mais alto padrão.

A Unilegis, por sua vez, deu continuidade ao renomado curso de especialização em Orçamento Público, em parceria com o Tribunal de Contas da União, o Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de Orçamento Federal, e ainda a Controladoria-Geral da União.

Convém destacar o ciclo de debates intitulado “Novos rumos do Processo Civil brasileiro”, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e o “VII Seminário Ítalo-ibero-brasileiro – Novos rumos do Direito Processual”, ambos sob a coordenação competente do Ministro Luiz Fux.

Este é apenas um esboço da abrangência e da importância dos cursos ofertados pelo ILB e pela Unilegis, os quais, por sinal, têm estendido sua rede de parcerias, que já conta com quase 100 instituições.

Sr. Presidente, Prezados Colegas, a equipe técnica e o corpo de colaboradores do Instituto Legislativo Brasileiro e da Universidade do Legislativo Brasileiro merecem todo o reconhecimento pelo grande trabalho que vêm realizando. Cumprimento-os efusivamente, nas pessoas do Diretor-executivo do ILB, Carlos Roberto Stuckert e do Vice-Reitor Acadêmico da Unilegis, Carlos Fernando Mathias de Souza.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vou encerrar a presente sessão, informando, mais uma vez, aos telespectadores, que teremos sessão ordinária amanhã, a partir das 14 horas, além dos trabalhos nas comissões na Casa, a partir das 8h30min da manhã. Lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

**ORDEM DO DIA****1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2011**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2011, que constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011, 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; revoga dispositivo da Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 16-06-2011)

Relator revisor: Senador Lindbergh Farias  
(Sobrestando a pauta a partir de: 18-04-2011)

Prazo final prorrogado: 1º-07-2011

**2****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

**3****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos

III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(Pendente de:

– leitura do parecer da CCJ;

– emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

**4****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de:

– leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;

– emissão de parecer da CRE.)

**5****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 644, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 644, de 2010 (nº 2.589/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-americano de Co-Produção Cinematográfica, o qual passa a chamar-se Acordo Ibero-americano de Co-Produção Cinematográfica, por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas de Ibero-América – CAACI, em 16 de julho de 2008, no âmbito da XVII Reunião Ordinária, realizada em Quito, República do Equador.

Parecer sob nº 495, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, de redação, que apresenta.

**6**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 76, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2011 (nº 2.768/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 496, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**7**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 116, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2011 (nº 1.739/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre*

*Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 497, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**8**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE  
2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2011 (nº 2.833/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 498, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Está encerrada esta sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 31 minutos.)*

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

# **Emendas**

## **AO**

### **PROJETO DE LEI N.º 3, de 2011**

#### **MENSAGEM**

**N.º 00041/2011 – CN  
(Nº 00171/2011, na origem)**

**Ementa:** “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 999.119.180,00 (novecentos e noventa e nove milhões, cento e dezenove mil, cento e oitenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”



**Índice de Emendas  
PL 003/2011 - EMENDA****Total por Parlamentar**

<b>ÂNGELO AGNOLIN</b>	00014 a 00018	5
<b>DELCÍDIO DO AMARAL</b>	00034 e 00035	2
<b>EDIVALDO HOLANDA JUNIOR</b>	00007 a 00009	3
<b>EFRAIM FILHO</b>	00001 a 00004	4
<b>EUNÍCIO OLIVEIRA</b>	00020 e 00021	2
<b>GORETE PEREIRA</b>	00022 a 00024	3
<b>JOSÉ ROCHA</b>	00019	1
<b>MARÇAL FILHO</b>	00025 e 00026	2
<b>MARCELO MATOS</b>	00027	1
<b>MILTON MONTI</b>	00005 e 00006	2
<b>NILDA GONDIM</b>	00012 e 00013	2
<b>RAIMUNDO GOMES DE MATOS</b>	00028 a 00030	3
<b>RUBENS BUENO</b>	00031	1
<b>SANDRO MABEL</b>	00010 e 00011	2
<b>WILSON SANTIAGO</b>	00032 e 00033	2
<b>Total de Emendas:</b>		<b>35</b>

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00001**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 03/2011-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------------------	--------------------

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO**

**SUPLEMENTAR** no PL 03/2011-CN, na U.O. 49.101 – *Ministério do Desenvolvimento Agrário*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

21.127.1334.8991.0025 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado da Paraíba

GND: 4

MA: 40

Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

**CANCELAR** no PL 03/2011-CN, na U.O. 49.101 – *Ministério do Desenvolvimento Agrário*, constante do Anexo I, as seguintes dotações:

21.605.0351.2B81.0001 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional

Fonte: 388

GND: 5

MA: 90

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

21.122.0351.2B83.0001 - Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional

Fonte: 388

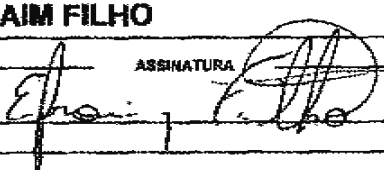
GND: 3

MA: 90

Valor: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva suplementar recursos destinados a apoiar projetos de infraestrutura agrária em áreas rurais de municípios do Estado da Paraíba, conforme dotação constante do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, acima discriminada.

CÓDIGO 2449	NOME DO PARLAMENTAR Deputado EFRAIM FILHO	UF PB	PARTIDO DEM
DATA 15/06/11	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

03/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**SUPLEMENTE-SE** no PL 03/2011-CN, na U.O. 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

08.243.0073.2383.0025

Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Paraíba

GND: 3

MA: 41

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**CANCELAR** no PL 03/2011-CN, na U.O. 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

08.244.1384.2A60.0001 - Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Nacional

GND: 3

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suplementar recursos destinados a apoiar os Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Paraíba, em consonância com a dotação constante do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social, acima discriminada.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

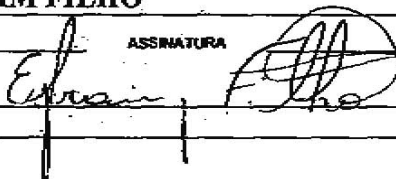
PARTIDO

DEM

DATA

15/06/11

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

03/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**SUPLEMENTE-SE** no PL 03/2011-CN, na U.O. 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

08.243.0073.2383.0025

Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Paraíba

GND: 3

MA: 41

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**CANCELAR** no PL 03/2011-CN, na U.O. 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

08.243.0073.2383.0001 - Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - Nacional

GND: 3

MA: 41

Fonte: 388

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva suplementar recursos destinados a apoiar os Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Paraíba, em consonância com a dotação constante do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social, no âmbito do programa "Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes".

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

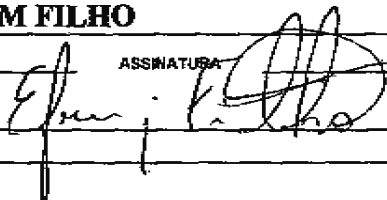
PARTIDO

DEM

DATA

15/06/11

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00004**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 03/2011-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------------------	--------------------

## TEXTO

**SUPLEMENTE-SE** no PL 03/2011-CN, na U.O. 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

08.244.1384.2A60.0025

Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado da Paraíba

GND: 3

MA: 41

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**CANCELAR** no PL 03/2011-CN, na U.O. 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

08.244.1384.2A60.0001 - Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Nacional

GND: 3

MA: 40

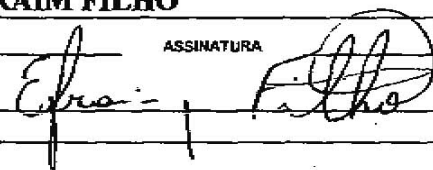
Fonte: 388

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva suplementar recursos destinados a apoiar os Serviços de Proteção Social Básica às Famílias em município do Estado da Paraíba, em consonância com a dotação constante do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social, acima discriminada.

CÓDIGO 2449	NOME DO PARLAMENTAR Deputado EFRAIM FILHO	UF PB	PARTIDO DEM
----------------	--	----------	----------------

DATA 15/06/11	ASSINATURA 
------------------	--

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00005**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 003/2011PÁGINA  
01DE01

TEXTO

**ACRÉSCIMO:**

ÓRGÃO: 55000

UO: 55901

FUNCIONAL: 08.244.1384.2B30.0035 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social  
Básica - No Estado de São Paulo

MOD: 40

GND: 4 FONTE: 100

Valor: R\$ 1.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: 55000

UO: 55901

FUNCIONAL: 08 244 1384 2A60 0001- Serviços de Proteção Social Básica às Famílias

VALOR: R\$ 1.000.000,00

MOD: 40

GND: 4 FONTE: 388

**JUSTIFICAÇÃO**

A PRESENTE EMENDA TEM O ESCOPO DE RESGATAR OS RECURSOS PREVISTOS NA EMENDA ORÇAMENTÁRIA DE MINHA AUTORIA DE NÚMERO 36140003 PARA O ANO DE 2011 E QUE FORAM CORTADOS EM RAZÃO DO VETO PRESIDENCIAL. TAL INICIATIVA, VISA, PORTANTO, RESTABELECER O APOIO FINANCEIRO PARA AS ENTIDADES DO INTERIOR DE SÃO PAULO QUE DESENVOLVEM IMPORTANTE TRABALHO SOCIAL NO ATENDIMENTO AOS MAIS NECESSITADOS E EM RISCO SOCIAL.

CÓDIGO

3614

NOME DO PARLAMENTAR

MILTON MONTI

UF

SP

PARTIDO

PR

DATA

14/06/2011

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00006**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 003/2011	PÁGINA 01DE01
---------------------	--------------------------------	------------------

TEXTO

**ACRÉSCIMO:**

ÓRGÃO: 55000

UO: 55901

FUNCIONAL: 08.244.1385.2B31.0035 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - No Estado de São Paulo

MOD: 40

GND: 4 FONTE: 100

Valor: R\$ 1.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: 55000

UO: 55901

FUNCIONAL: 08 244 1384 2A60 0001- Serviços de Proteção Social Básica às Famílias

VALOR: R\$ 1.000.000,00

MOD: 40

GND: 4 FONTE: 388

## JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM O ESCOPO DE RESGATAR OS RECURSOS PREVISTOS NA EMENDA ORÇAMENTÁRIA DE MINHA AUTORIA DE NÚMERO 36140004 PARA O ANO DE 2011 E QUE FORAM CORTADOS EM RAZÃO DO VETO PRESIDENCIAL. TAL INICIATIVA, VISA, PORTANTO, RESTABELECER O APOIO FINANCEIRO PARA AS ENTIDADES DO INTERIOR DE SÃO PAULO QUE DESENVOLVEM IMPORTANTE TRABALHO SOCIAL NO ATENDIMENTO AOS MAIS NECESSITADOS E EM RISCO SOCIAL.

CÓDIGO 3614	NOME DO PARLAMENTAR MILTON MONTI	UF SP	PARTIDO PR
DATA 14/06/2011	ASSINATURA		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00007**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

DE

**TEXTO**

Insira-se no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME****UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1384.2A60.0021 – Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Maranhão.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
S	3	2	40	0	2.000.000.000

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor do Anexo I (Suplementação) na seguinte Funcional Programática:

**ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME****UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1384.2A60.0001 – Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Nacional.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
S	3	2	40	0	2.000.000.000

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda pretende garantir à população do Estado do Maranhão a execução dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias conforme aprovado inicialmente na LOA 2011.

Apesar da extrema importância de tais ações, o Estado do Maranhão teve 10% (dez por cento) de sua dotação prevista inicialmente cancelada. Assim, considerando que o Governo Federal dispõe no presente momento de superávit financeiro para apresentar este projeto de crédito suplementar, parece acertado que o Maranhão tenha suas dotações recompostas e ampliadas. Razão porque esta emenda deve ser acatada.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDIVALDO HOLANDA JÚNIOR

MA

PTC

DATA

ASSINATURA

15/06/2011





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00008****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

DE

## TEXTO

Insira-se no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME****UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.243.0073.2383.0021 – Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias – No Estado do Maranhão.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
S	3	2	41	0	400.000.000

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor do Anexo I (Suplementação) na seguinte Funcional Programática:

**ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME****UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.243.0073.2383.0001 – Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - Nacional.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
S	3	2	41	0	400.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda pretende garantir à população do Estado do Maranhão a execução dos Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias conforme aprovado inicialmente na LOA 2011.

Apesar da extrema importância de tais ações, o Estado do Maranhão teve 10% (dez por cento) de sua dotação prevista inicialmente cancelada. Assim, considerando que o Governo Federal dispõe no presente momento de superávit financeiro para apresentar este projeto de crédito suplementar, parece acertado que o Maranhão tenha suas dotações recompostas e ampliadas. Razão porque esta emenda deve ser acatada.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDIVALDO HOLANDA JÚNIOR

MA

PTC

DATA

ASSINATURA

15/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00009****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

DE

## TEXTO

Insira-se no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME****UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1385.2A65.0021 – Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Maranhão.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
S	3	2	41	0	400.000.000

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor do Anexo I (Suplementação) na seguinte Funcional Programática:

**ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME****UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1385.2A65.0001 – Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - Nacional.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
S	3	2	41	0	400.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda pretende garantir à população do Estado do Maranhão a execução dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias conforme aprovado inicialmente na LOA 2011.

Apesar da extrema importância de tais ações, o Estado do Maranhão teve 10% (dez por cento) de sua dotação prevista inicialmente, cancelada. Assim, considerando que o Governo Federal dispõe no presente momento de superávit financeiro para apresentar este projeto de crédito suplementar, parece acertado que o Maranhão tenha suas dotações recompostas e ampliadas. Razão porque esta emenda deve ser acatada.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDIVALDO HOLANDA JÚNIOR

MA

PTC

DATA

ASSINATURA

15/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00010**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

1

## TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO do Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

UO: 49101

21.127.1334.8991.0050 - Apoio a Projetos de Infra – Estrutura e serviços em territórios Rurais –  
na Região Centro Oeste

GND: 03

FTE: 388

MA: 50

Valor: 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

CANCELAMENTO

UO: 49101

21. 605. 0351. 2B81. 0001- Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA – Nacional

GND: 03

FTE : 388

Valor: 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa qualificar e dar melhorias de qualidade de vida para as famílias dos assentamentos rurais do Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SANDRO MABEL	GO	PR
DATA	ASSINATURA		
15/06/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00011**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

1

## TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO do Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

UO 55901

08.244.1384.2B30.0001 - Estruturação de Rede de Serviço de proteção Social Básica - Nacional

GND: 04

ETE 388

MA: 41

Valor: 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

CANCELAMENTO UO 55101

08.306.1049 2798 0001- Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar -

Nacional

GND: 03

FTE 388

Valor: 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa melhorar as condições das pessoas da terceira idade nos municípios do Estado de Goiás.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SANDRO MABEL

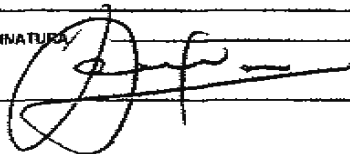
GO

PR

DATA

ASSINATURA

15/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00012**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 03, de 2011PÁGINA  
DE

## TEXTO

**Suplementar**

ÓRGÃO : 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

UNIDADE : 49101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Funcional Programática: 21.127. 1334.8991.0025

Ação – Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado da Paraíba

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 5.000.000,00

**Cancelar**

ÓRGÃO : 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

UNIDADE : 49101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Funcional Programática: 21.605. 0351 2B81 0001

Ação – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 5.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a proporcionar investimentos na implantação, ampliação e modernização de infraestrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais, ao fortalecimento da gestão social de seu processo de desenvolvimento e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, nos Municípios do estado da Paraíba.

Com a aprovação desta emenda, proporcionaremos um efetivo apoio a projetos territoriais para implementação e expansão dos investimentos em obras de infra-estrutura que beneficiem coletivamente os agricultores familiares, tais como construção ou ampliação de unidades de beneficiamento e armazenagem, estruturas de comercialização, construção e recuperação de centros de treinamentos, centros comunitários, apoio na estruturação de cooperativas de crédito e de produção da agricultura familiar, bem como de redes de assistência técnica, etc.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

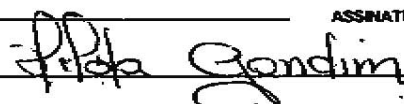
NILDA GONDIM

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00013**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 03, de 2011	PÁGINA DE
---------------------	-----------------------------------	--------------

## TEXTO

**Suplementar**

ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funcional Programática: 08.244. 1385.2A69.0025

Ação – Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado da Paraíba

GND 3; MOD 41; Fonte 151

Valor R\$2.000.000,00

**Cancelar**

ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional Programática: 08 244 1384 2A60 0001

Ação – Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência,  
Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias – Nacional

GND 3; MOD 40; Fonte 353;

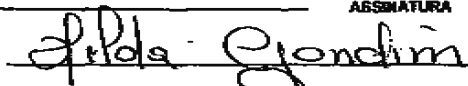
Valor R\$2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para ações de cuidados especializados, acompanhamento e orientação de forma continuada a idosos, crianças e adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, dentre outras situações de risco ou violação de direitos e de contingência, visando a proteção, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a potencialização de recursos para o enfrentamento de condições adversas e o alcance da autonomia, nos Municípios do estado da Paraíba.

São ações de desenvolvimento de serviços de Média e Alta Complexidade. Estes serviços atenderão indivíduos e famílias em situação de risco, violação de direitos ou situação de contingência, sendo cofinanciados pelo MDS os serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias e o serviço especializado para pessoas em situação de rua.

O estado da Paraíba necessita demasiadamente desta espécie de serviços que atendam aos indivíduos e famílias que se encontram necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar ou comunitário de origem, funcionando como moradia transitória.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>NILDA GONDIM</b>	UF <b>PB</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00014**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03 /2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a seguinte emenda:

ACRÉSCIMO:

UO: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08 511.1049 8948.xxxx

GND: 4, MOD: 40, FTE: 388, RP: 2, IU: 0, ESF: (S)

TÍTULO DO PROJETO:: Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Município de Taguatinga – No Estado do Tocantins

VALOR: R\$ : 2.000.000

CANCELAMENTO:

UO: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08 511.1049 8948 0001 - Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Nacional

GND: 4, MOD: 90, FTE: 388, RP: 2, IU: 0, ESF: (S)

VALOR: R\$ 2.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

A presente suplementação de crédito orçamentário tem como objetivo a execução de importantes projetos que viabilizará ações estratégicas, de acesso à água e da construção de sistemas/postos artesanais para consumo e para a produção de alimentos no Município de Taguatinga, no Estado do Tocantins.

CÓDIGO

2689

NOME DO PARLAMENTAR

ANGELO AGNOLIN

UF

TO

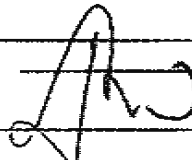
PARTIDO

PDT

DATA

16.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03 /2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a seguinte emenda:

ACRÉSCIMO:**UO:** 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 8948.0000**GND:** 4, **MOD:** 40, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)**TÍTULO DO PROJETO:** Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Município de Arraias – No Estado do Tocantins**VALOR:** R\$ 1.000.000CANCELAMENTO:**UO:** 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 8948 0001 - Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Nacional**GND:** 4, **MOD:** 90, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)**VALOR:** R\$ 1.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

A presente suplementação de crédito orçamentário tem como objetivo a execução de importantes projetos que viabilizará ações estratégicas, de acesso à água e da construção de cisternas/postos artesanais para consumo e para a produção de alimentos no Município de Arraias, no Estado do Tocantins.

CÓDIGO

2689

NOME DO PARLAMENTAR

ÂNGELO AGNOLIN

UF

TO

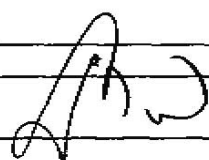
PARTIDO

PDT

DATA

16.06.2011

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00016**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03 /2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

**TEXTO**

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a seguinte emenda:

**ACRÉSCIMO:****UO:** 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 8948.xxxx**GND:** 4, **MOD:** 40, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)**TÍTULO DO PROJETO::** Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Município de Paranã – No Estado do Tocantins**VALOR:** R\$ 1.000.000**CANCELAMENTO:****UO:** 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate e Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 8948 0001 - Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Nacional**GND:** 4, **MOD:** 90, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)**VALOR:** R\$ 1.000.000**JUSTIFICAÇÃO**

A presente suplementação de crédito orçamentário tem como objetivo a execução de importantes projetos que viabilizará ações estratégicas, de acesso à água e da construção de cisternas/postos artesianos para consumo e para a produção de alimentos no Município de Paranã, no Estado do Tocantins.

CÓDIGO

2689

NOME DO PARLAMENTAR

ÂNGELO AGNOLIN

UF

TO

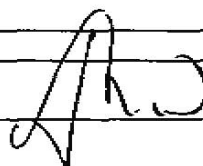
PARTIDO

PDT

DATA

16.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03 /2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a seguinte emenda:

ACRÉSCIMO:

UO: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 8948.0000

**GND:** 4, **MOD:** 40, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)

**TÍTULO DO PROJETO:** Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Município de Dianópolis – No Estado do Tocantins

**VALOR:** R\$ 1.000.000

CANCELAMENTO:

UO: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate e Fome

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 8948 0001 - Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Nacional

**GND:** 4, **MOD:** 90, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)

**VALOR:** R\$ 1.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

A presente suplementação de crédito orçamentário tem como objetivo a execução de importantes projetos que viabilizará ações estratégicas, de acesso à água e da construção de cisternas/postos artesanais para consumo e para a produção de alimentos no Município de Dianópolis, no Estado do Tocantins.

CÓDIGO

2689

NOME DO PARLAMENTAR

ÂNGELO AGNOLIN

UF

TO

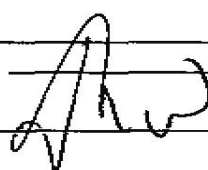
PARTIDO

PDT

DATA

16.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03 /2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

**TEXTO**

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 55101- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a seguinte emenda:

**ACRÉSCIMO:****UO:** 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate e Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 11VI.0101**GND:** 4, **MOD:** 40, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)**TÍTULO DO PROJETO:** Construção de Cisternas para armazenamento de Água em Municípios de até 50 mil habitantes – Programa Territórios da Cidadania.**VALOR:** R\$ 11.000.000**CANCELAMENTO:****UO:** 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate e Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08 511.1049 8948 0001 - Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo – Nacional**GND:** 4, **MOD:** 90, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (S)**VALOR:** R\$ 11.000.000**JUSTIFICAÇÃO**

A presente suplementação de crédito orçamentário tem como objetivo a execução de importantes projetos e ações estratégicas de acesso à Água e de Construção de Cisternas para armazenamento para consumo e produção de alimentos, possibilitando a Ampliação de Acesso da População dos Territórios da Cidadania das Regiões do Bico do Papagaio, Jalapão e Sudeste, no Estado do Tocantins.

CÓDIGO

2689

NOME DO PARLAMENTAR

ÂNGELO AGNOLIN

UF

TO

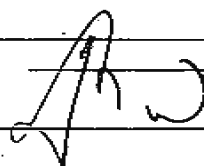
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00019****PL 003/2011-CN****Mensagem 0041/2011-CN**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 3/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Acrescente-se no Anexo I do Projeto de Lei nº 3, de 2011 – CN:

**SUPLEMENTAÇÃO**

ÓRGÃO: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 21.127.1334.8991.0029 Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais no Estado da Bahia

GND: 4 Mod. de Aplicação: 40

VALOR: 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 21.605.0351.2841.0001 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA - Nacional

GND: 5 Mod. de Aplicação: 90 Fonte 388

VALOR: 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem como objetivo dotar os municípios de Aracatu, Buritirama, Barra da Estiva, Barra do Mendes, Caetitê, Caraíbas, Candiba, Igaporã, Oliveira dos Brejinhos, Serra Dourada, Tanque Novo e Xique-Xique, de recursos financeiros para a execução de obras de infraestrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante realização de obras públicas, compra de máquinas e equipamentos, veículos, recuperação de estradas vicinais, bem como a contratação de serviços técnicos especializados, através de contratos de repasse com governos municipais.

CÓDIGO

**3262**

NOME DO PARLAMENTAR

**JOSÉ ROCHA**

UF

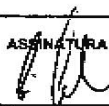
**BA**

PARTIDO

**PR**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00020****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

**O Texto do Projeto de Lei:****Órgão:** 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**Unidade:** 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 08511.1049.8948-0001**OBJETO:** Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo - Nacional**VALOR:** 197.500.00,00 (Cento e Noventa e sete milhões e quinhentos mil reais)**LOCALIDADE:** NO ESTADO DO CEARÁ**RECURSOS DE TODAS AS FONTES****Leia-se:****Órgão:** 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**Unidade:** 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA** 08511.1049.8948-....**OBJETO:** Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo no Estado do Ceará**VALOR:** 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES****MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 40

## JUSTIFICAÇÃO

Entre as principais formas de se obter alimentação para as famílias identificadas na pesquisa, a compra de alimentos no mercado foi apontada por 96,3% das famílias, seguida pela alimentação escolar (33,4% das indicações) e pela ajuda de parentes e amigos (19,8% das citações). A produção de alimentos para consumo próprio foi citada por 16,6% das famílias entrevistadas, percentual que corresponde a 1.833.889 famílias do total beneficiado pelo programa. O cultivo de algum alimento ou criação de animais para consumo próprio adquire maior importância como forma de acesso à alimentação na Região Nordeste (21,3% das famílias), principalmente no Estado do Ceará.

CÓDIGO

2894

NOME DO PARLAMENTAR

EUNÍCIO OLIVEIRA

UF

CE

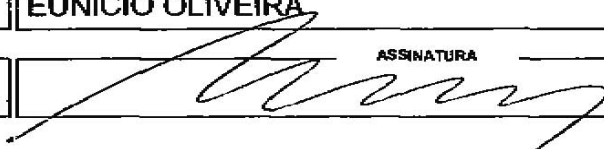
PARTIDO

PMDB

DATA

16/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00021**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN**IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :**

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

**TEXTO**

O Texto do Projeto de Lei:

**Órgão:** 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**Unidade:** 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08511 1049 11V1 0001**PROGRAMA:** Construção de Cisternas para Armazenamento de Água - Nacional**VALOR:** 155.000.000,00 (Cento e Cinquenta e cinco milhões de reais)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES****Leia-se:****Órgão:** 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**Unidade:** 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 08511 1049 11V1 0001 ....**PROGRAMA:** Construção de Cisternas para Armazenamento de Água - No Estado do Ceará**VALOR:** 75.000.000,00 (Setenta e Cinco Milhões de Reais)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES****MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 40**JUSTIFICAÇÃO**

A água de chuva, assim como a energia solar, está disponível na maioria das regiões brasileira, sua retenção e seu aproveitamento concorrem para reduzir problemas ocasionados pela seca.

O aproveitamento da água da chuva é possível e altamente desejável no meio rural, sendo integrado ao abastecimento d'água potável, no sentido de substituí-la sempre que possível, tornando-se assim uma contribuição importantíssima para a retenção das águas pluviais.

Certamente, para tornar a água potável é imprescindível armazenagem e o tratamento destas águas que garanta uma qualidade compatível com uso pretendido. O aproveitamento da água de chuva traz várias vantagens:

- Redução do consumo de água potável na propriedade e do custo de fornecimento da mesma em épocas de estiagem;
- Evita a utilização de água potável onde esta não é necessária, como por exemplo, na lavagem de piso na suinocultura e avicultura, descarga de vasos sanitários, irrigação de hortas e jardins, etc;
- Contribui com o meio ambiente no sentido ecológico não desperdiçando um recurso natural e disponível em abundância no meio rural;
- Ajuda a conter as enchentes e a erosão, represando parte da água que teria de ser drenada para os rios;
- Contribui com a conservação de água, a auto-suficiência e com a postura correta perante os problemas ambientais existentes no meio rural.

CÓDIGO

2894

NOME DO PARLAMENTAR

EUNÍCIO OLIVEIRA

UF

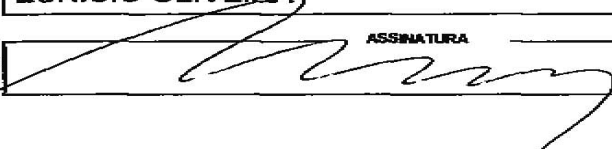
CE

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00022****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.511.1049.11V1.0023  
AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA – NO ESTADO  
DO CEARÁ.  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 6.000.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.511.1049.11V1.0001  
AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA – NACIONAL  
GND 4; MOD 50; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 6.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento social, com ações que visem priorizar Municípios do Estado do Ceará com a Construção de Cisternas para população carente.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR
DATA	ASSINATURA		
16/06/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00023**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03 /2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1384.2A60.0023

AÇÃO: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS – EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ.

GND 3; MOD 40; FONTE: 151

VALOR: R\$ 5.000.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.306.1049.2798.0001

AÇÃO: ACESSO A ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO

GND 4; MOD 30; FONTE: 388

VALOR: R\$ 5.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento social, com ações que visem priorizar Municípios do Estado do Ceará com assistência social básica a população carente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00024****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03 /2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1384.2A61.0023

AÇÃO: SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – ESTADO DO CEARÁ.

GND 3; MOD 40; FONTE: 151

VALOR: R\$ 8.000.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.306.1049.2798.0001

AÇÃO: ACESSO A ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO –  
NACIONAL.

GND 4; MOD 30; FONTE: 388

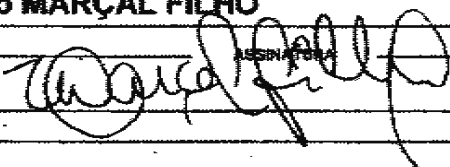
VALOR: R\$ 8.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

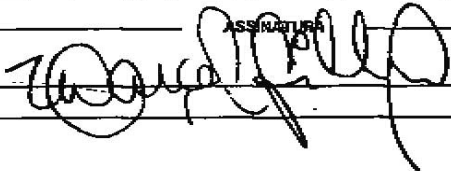
A presente emenda tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento social, com ações que visem priorizar Municípios do Estado do Ceará com assistência social básica a população carente.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR
DATA	ASSINATURA		
16/06/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00025**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PL Nº 003/2011-CN	PÁGINA 01 de 01
<p>Inclua-se as alterações abaixo descritas:</p> <p><b>Suplementação:</b> Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Unidade: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Subtítulo: Construção de Cisterna para Armazenamento de água - No Estado de Mato Grosso do Sul. Funcional Programática: 08.511.1049.11V1 GND/MA: 4 / 30 Valor: R\$ 2.900.000,00</p> <p><b>Cancelamento:</b> Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Unidade: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Subtítulo: Construção de Cisterna para Armazenamento de água - Nacional Funcional Programática: 08.511.1049.11V1.0001 GND/MA: 4 / 30 Valor: R\$ 2.900.000,00</p>		
<p><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A construção de cisternas, servirá para solucionar a dificuldade no abastecimento enfrentada pelos moradores de assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul. O acesso à água de qualidade é pré-condição para a segurança alimentar e nutricional. Assim, a presente Emenda visa assegurar qualidade de vida à população sul mato-grossense que reside em condições precárias.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	Deputado MARÇAL FILHO	MS PMDB
DATA	ASSINATURA	
11		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00026****PL 003/2011-CN****Mensagem 0041/2011-CN**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PL Nº 003/2011-CN	PÁGINA 01 de 01
<p>Inclua-se as alterações abaixo descritas: <span style="float: right;">TEXTO</span></p> <p><b>Suplementação:</b> Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Unidade: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Subtítulo: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - No Estado de Mato Grosso do Sul. Funcional Programática: 08.306.1049.2798 GND/MA: 3 / 30 Valor: R\$ 6.000.000,00</p> <p><b>Cancelamento:</b> Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Unidade: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Subtítulo: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Nacional Funcional Programática: 08.306.1049.2798.0001 GND/MA: 3 / 90 Valor: R\$ 6.000.000,00</p>		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A Agricultura Familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. O estado de Mato Grosso do Sul, tem sua economia baseada na produção rural, reunindo quase 60 mil famílias. A agricultura familiar brasileira, em especial a sul mato-grossense, vem assumindo um papel importantíssimo na geração de emprego e renda, segurança alimentar, preservação ambiental e consequentemente no desenvolvimento socioeconômico do país. Assim, a presente Emenda visa defender a importância da agricultura familiar no contexto agropecuário do Estado de Mato Grosso do Sul, destacando seu papel fundamental na produção de alimentos e na geração de emprego e renda.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>Deputado MARÇAL FILHO</b>	UF <b>MS</b> PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>//</b>	ASSINATURA 	

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00027**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 3 / 2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

TEXTO

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 55 901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a seguinte emenda.

**ACRÉSCIMO:** 08.244.1385.2A65.0033 – Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias – No Estado do Rio de Janeiro  
GND: 3  
MOD: 41  
VALOR: R\$ 1.000.000,00

**CANCELAMENTO:** 08.244.1385.2A65.0001 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS – NACIONAL  
Esfera: Seguridade Social  
GND: 3  
RP: 2  
MOD: 41  
IU: 0  
Fonte: 388  
VALOR: R\$ 1.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda visa atender o município de São João de Meriti/RJ na Ação de Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias, com a proteção no sistema de proteção social. O município tem a maior densidade demográfica da América Latina, com grande problemas de desigualdade social, deixando vulnerável a função protetiva de direitos a família

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado MARCELO MATOS	RJ	PDT
DATA	ASSINATURA		
16.06.2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00028****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL nº 03/2011-CN

1 de 1

## TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55901 Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte subtítulo:

**Subtítulo:**

UO: 55901

Funcional: 08.244.1385.2A60.0023

Subtítulo: Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – No Estado do Ceará – CE

Valor: R\$ 3.000.000 (três milhões de reais)

GND: 3 – Outras Despesas Correntes

Mod. Aplic.: 40

**CANCELAMENTO:**

UO: 55901

Funcional: 08.244.1385.2A60.0001

Valor: R\$ 3.000.000 (três milhões de reais)

GND: 3 – ODC

Mod. Aplic.: 40

FTE: 388

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para fortalecer serviços de proteção social básica às famílias em municípios do estado do Ceará, ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), essenciais para o acolhimento e acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza..

CÓDIGO

3433

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

UF

CE

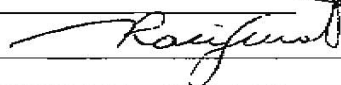
PARTIDO

PSDB

DATA

20/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00029**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL nº 03/2011-CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55901 Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte subtítulo:

**Subtítulo:**

UO: 55901  
Funcional: 08.244.1385.2A65.0023  
Subtítulo: Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias – No Estado do Ceará – CE  
Valor: R\$ 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil reais)  
GND: 3 – Outras Despesas Correntes  
Mod. Aplic.: 41

**CANCELAMENTO:**

UO: 55901  
Funcional: 08.244.1385.2A65.0001  
Valor: R\$ 1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil reais)  
GND: 3 – ODC  
Mod. Aplic.: 41  
FTE: 388

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para fortalecer serviços de proteção social especial às famílias em municípios do estado do Ceará, ofertados pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), essenciais para o acolhimento e acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza.

CÓDIGO

3433

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

UF

CE

PARTIDO

PSDB

DATA

20/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00030****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO <b>PL nº 03/2011-CN</b>	PÁGINA <b>1 DE 1</b>
---------------------	--	-------------------------

**TEXTO**

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o seguinte subtítulo:

**Subtítulo:**

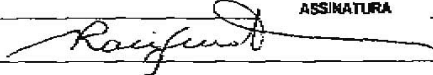
UO: 55101  
Funcional: 08.306.1049.1798.XXXX  
Subtítulo: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar – No Estado do Ceará – CE  
Valor: R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais)  
GND: 3 – Outras Despesas Correntes  
Mod. Aplic.: 40

**CANCELAMENTO:**

UO: 55101  
Funcional: 08.306.1049.1798.0001  
Valor: R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais)  
GND: 3 – ODC  
Mod. Aplic.: 90  
FTE: 388

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa ação para viabilizar a promoção da segurança alimentar em municípios do estado do Ceará.

CÓDIGO <b>3433</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS</b>	UF <b>CE</b>	PARTIDO <b>PSDB</b>
DATA <b>20/06/2011</b>	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00031****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
03 / 2011 (CN)PÁGINA  
01 de 01

## TEXTO

**Inclusão: UO 49101**

- 21.127.1334.8991.0041 – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – No Estado do Paraná.

Valor: R\$ 5.000.000,00

M.A.: 40

GND: 4

**Cancelamento: UO 49101**

- 21.122.0351.2B81.0001 – Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PAA – Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

M.A.: 90

GND: 5

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa reforçar a dotação supracitada para que os micro e pequenos produtores rurais do Estado do Paraná tenham acesso à infraestrutura mínima para desenvolver suas atividades rurais de forma otimizada e competitiva.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Deputado RUBENS BUENO****PR****PPS**

DATA

ASSINATURA

16/06/2011





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00032****PL 003/2011-CN**

Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

Órgão: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Unidade Orçamentária: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Funcional Programática 21.127.1334.8991.0025 – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – No Estado da Paraíba

GND 4                      Fonte 388                      MA 40                      Valor 2.000,00

**CANCELAMENTO**

Órgão: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Unidade Orçamentária: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Funcional Programática 21.605.0351.2B81.0001

Título do Projeto Atividade: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

GND 3                      Fonte 388                      MA 90                      Valor 2.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais, proporcionando melhores condições de vida da população de baixa renda, nos municípios do estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA de 2011.

CÓDIGO

2897

NOME DO PARLAMENTAR

Senador Wilson Santiago

UF

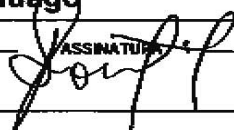
PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00033**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 03/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Unidade Orçamentária: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática 08.244.1384.2A60.0025

Título do Projeto Atividade: Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – No Estado da Paraíba

GND 3

Fonte 388

MA 40

Valor 14.000,00

**CANCELAMENTO**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome

Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Funcional Programática 08.244.1384.2A60.0001

Título do Projeto Atividade: Serviços de Proteção Social Básica às Famílias

GND 3

Fonte 388

MA 40

Valor 14.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – No Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO

2897

NOME DO PARLAMENTAR

Senador Wilson Santiago

UF

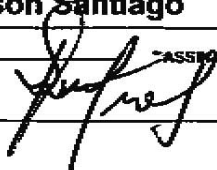
PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00034**  
**PL 003/2011-CN**  
**Mensagem 0041/2011-CN**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 03/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**

Orgão: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

UO: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Funcional Programática: 21.127.1334.8991.0001 – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – Nacional

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

UO: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Funcional Programática: 21.605.0351.2B81.0001 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – Nacional

GND: 5

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil conta hoje com uma enorme quantidade de assentamentos além dos agricultores familiares tradicionais, necessitando então, urgentemente de investimentos para que esses produtores possam aumentar sua capacidade produtiva, agregar valor na produção, inclusive podendo participar de forma mais ativa nos programas de aquisição e distribuição de alimentos, uma vez que a infraestrutura é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CÓDIGO

2042

NOME DO PARLAMENTAR

Senador DELCÍDIO DO AMARAL

UF

MS

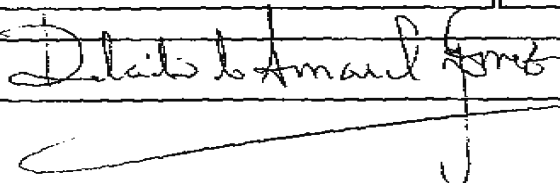
PARTIDO

PT

DATA

20/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00035**  
**PL 003/2011-CN**  
Mensagem 0041/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 03/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**

Órgão: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

UO: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Funcional Programática: 21.127.1334.8991.0054 – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – No Estado de Mato Grosso do Sul

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Órgão: 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

UO: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Funcional Programática: 21.605.0351.2B81.0001 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – Nacional

GND: 5

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

O Mato Grosso do Sul conta hoje com mais de 100 assentamentos além dos agricultores familiares tradicionais, necessitando então, urgentemente de investimentos para que esses produtores possam aumentar sua capacidade produtiva, agregar valor na produção, inclusive podendo participar de forma mais ativa nos programas de aquisição e distribuição de alimentos, uma vez que a infraestrutura é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CÓDIGO

2042

NOME DO PARLAMENTAR

Senador DELCÍDIO DO AMARAL

UF

MS

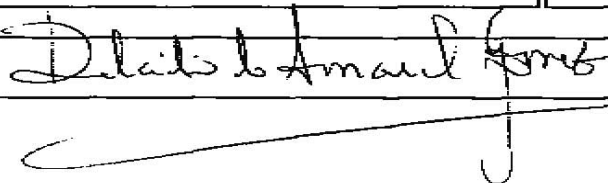
PARTIDO

PT

DATA

20/06/2011

ASSINATURA



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas**  
**AO**  
**PROJETO DE LEI**  
**N.º 4, de 2011**

**MENSAGEM**  
**N.º 00042/2011 – CN**  
**(Nº 00172/2011, na origem)**

**Ementa:** “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R\$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.”

**Índice de Emendas  
PL 004/2011 - EMENDA****Total por Parlamentar**

<b>ANDRE VARGAS</b>	00027 a 00031	5
	00073	1
<b>ÂNGELO AGNOLIN</b>	00082 e 00083	2
<b>ANÍBAL GOMES</b>	00006 a 00011	6
<b>BENJAMIN MARANHÃO</b>	00085 a 00094	10
<b>DAMIÃO FELICIANO</b>	00123	1
<b>DELÍCIDIO DO AMARAL</b>	00136 a 00145	10
<b>DR. JORGE SILVA</b>	00013	1
<b>EFRAIM FILHO</b>	00014 a 00023	10
<b>GENECIAS NORONHA</b>	00024 a 00026	3
<b>GERALDO SIMÕES</b>	00061	1
<b>GILMAR MACHADO</b>	00117	1
<b>GORETE PEREIRA</b>	00095 a 00104	10
<b>JOÃO DADO</b>	00134 e 00135	2
<b>JOSÉ AIRTON</b>	00074 a 00078	5
<b>JOSÉ PRIANTE</b>	00001 a 00005	5
<b>JOSÉ ROCHA</b>	00064	1
<b>JOSIAS GOMES</b>	00012	1
<b>JOSUÉ BENGTON</b>	00059 a 00062	4
<b>MARÇAL FILHO</b>	00105	1
<b>MARCELO MATOS</b>	00106	1
<b>MARINHA RAUPP</b>	00036 a 00040	5

**Índice de Emendas  
PL 004/2011 - EMENDA****Total por Parlamentar**

<b>NILDA GONDIM</b>	00079 e 00080	2
<b>RAIMUNDÃO</b>	00107 a 00116	10
<b>RAIMUNDO GOMES DE MATOS</b>	00124 e 00125	2
<b>REINALDO AZAMBUJA</b>	00045 a 00048	4
<b>ROSE DE FREITAS</b>	00126	1
<b>RUBENS BUENO</b>	00127 e 00128	2
<b>SANDRO MABEL</b>	00041 a 00044	4
<b>SARAIVA FELIPE</b>	00049 a 00058	10
<b>SUELI VIDIGAL</b>	00063 a 00072	10
<b>VALDIR RAUPP</b>	00032 a 00035	4
<b>WELLINGTON ROBERTO</b>	00118 a 00122	5
<b>WILSON SANTIAGO</b>	00129 a 00133	5
<b>Total de Emendas:</b>		<b>145</b>

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx** – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Uruará- PA.**GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00** (Quatrocentos Mil Reais)

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.**GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00** (Quatrocentos Mil Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria, cuja diretriz é a melhoria das condições de vida da população extremamente pobre (Art. 3º, § III). E como surgiram novos bairros, no Município de Uruará, no Pará, cuja proveniência foi de invasões com crescimento descontrolado e a renda per capita das famílias ali locadas é inferior ao Valor de R\$70,00 (Setenta Reais), é justificável a Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água, neste Município, pois o Programa PROMESO, atende as expectativas de crescimento da área Rural do Município, elevando a renda familiar per capita da população e ampliando o seu acesso aos serviços públicos.

CÓDIGO

**3260**

NOME DO PARLAMENTAR

José Priante

UF

PA

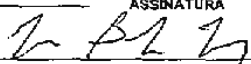
PARTIDO

PMDB

DATA

14/06/2011

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx** - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Trairão- PA.**GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00** (Quatrocentos Mil Reais)

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria.**GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00** (Quatrocentos Mil Reais)

JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria, cuja diretriz é a melhoria das condições de vida da população extremamente pobre (Art. 3º, § III). E como surgiram novos bairros, no Município de Trairão, no Pará, cuja proveniência foi de invasões com crescimento descontrolado e a renda per capita das famílias ali locadas é inferior ao Valor de R\$70,00 (Setenta Reais), é justificável a Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água, neste Município, pois o Programa PROMESO, atende as expectativas de crescimento da área Rural do Município, elevando a renda familiar per capita da população e ampliando o seu acesso aos serviços públicos.

CÓDIGO

**3260**

NOME DO PARLAMENTAR

José Priante

UF

PA

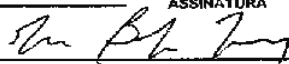
PARTIDO

PMDB

DATA

14/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx** – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Placas- PA.**GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.**GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria, cuja diretriz é a melhoria das condições de vida da população extremamente pobre (Art. 3º, § III). E como surgiram novos bairros, no Município de Placas, no Pará, cuja proveniência foi de invasões com crescimento descontrolado e a renda per capita das famílias ali locadas é inferior ao Valor de R\$70,00 (Setenta Reais), é justificável a Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água, neste Município, pois o Programa PROMESO, atende as expectativas de crescimento da área Rural do Município, elevando a renda familiar per capita da população e ampliando o seu acesso aos serviços públicos.

CÓDIGO

**3260**

NOME DO PARLAMENTAR

José Priante

UF

PA

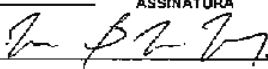
PARTIDO

PMDB

DATA

14/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00004**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

1 DE 1

## TEXTO

## Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC – xxxx****Xxxx** – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Itaituba – PA.**GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de Reais)**

## Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.**GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria, cuja diretriz é a melhoria das condições de vida da população extremamente pobre (Art. 3º, § III). E como surgiram novos bairros, no Município de Itaituba, no Pará, cuja proveniência foi de invasões com crescimento descontrolado e a renda per capita das famílias ali locadas é inferior ao Valor de R\$70,00 (Setenta Reais), é justificável a Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água, neste Município, pois o Programa PROMESO, atende as expectativas de crescimento da área Rural do Município, elevando a renda familiar per capita da população e ampliando o seu acesso aos serviços públicos.

CÓDIGO

**3260**

NOME DO PARLAMENTAR

José Priante

UF

PA

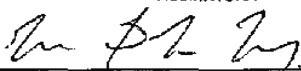
PARTIDO

PMDB

DATA

14/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00005****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

**TEXTO**

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC – xxxx****Xxxx – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Terra Santa- PA.****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)****JUSTIFICAÇÃO**

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria, cuja diretriz é a melhoria das condições de vida da população extremamente pobre (Art. 3º, § III). E como surgiram novos bairros, no Município de Terra Santa, no Pará, cuja proveniência foi de invasões com crescimento descontrolado e a renda per capita das famílias ali locadas é inferior ao Valor de R\$70,00 (Setenta Reais), é justificável a Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água, neste Município, pois o Programa PROMESO, atende as expectativas de crescimento da área Rural do Município, elevando a renda familiar per capita da população e ampliando o seu acesso aos serviços públicos.

CÓDIGO

**3260**

NOME DO PARLAMENTAR

José Priante

UF

PA

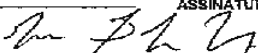
PARTIDO

PMDB

DATA

14/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA - 00006****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 06

## TEXTO

INCLUA-SE

53101.18.544.1025.12QC.xxxx- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água no município de Cruz - Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

CANCELAMENTO

53101.18.544.1025.12QC. 0001- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Brasil sem Miséria, criado pelo Poder Executivo visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional.

O município de Cruz localizado no Estado do Ceará, com uma população de 23 mil habitantes em sua maioria vive numa situação de extrema pobreza, sem renda, e com ausência no acesso ao serviço público em geral.

A presente emenda tem como objetivo a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, com vista dar a população acesso a água potável para consumo domiciliar.

Diante dos fatos justifica-se a necessidade do pleito.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Aníbal Gomes

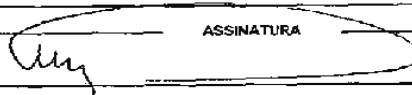
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

15/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00007****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº **04/2011- CN**

PÁGINA

02 DE 08

## TEXTO

INCLUA-SE

53101.18.544.1025.12QC.xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água no município de Cariré – Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

CANCELAMENTO

53101.18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Brasil sem Miséria, criado pelo Poder Executivo visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional.

O município de Cariré localizado no Estado do Ceará, com uma população de 18.500 (dezoito mil e quinhentos) habitantes em sua maioria vive numa situação de extrema pobreza, sem renda, e com ausência no acesso ao serviço público em geral.

A presente emenda tem como objetivo a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, com vista dar a população acesso a água potável para consumo domiciliar.

Diante dos fatos justifica-se a necessidade do pleito.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Anibal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

15/06/11

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00008**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

03 DE 06

TEXTO

INCLUA-SE

53101.18.544.1025.12QC.xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água no município de Carnaubal – Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

CANCELAMENTO

53101.18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Plano Brasil sem Miséria, criado pelo Poder Executivo visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional.

O município de Carnaubal localizado no Estado do Ceará, com uma população de 17 mil habitantes em sua maioria vive numa situação de extrema pobreza, sem renda, e com ausência no acesso ao serviço público em geral.

A presente emenda tem como objetivo a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, com vista dar a população acesso a água potável para consumo domiciliar.

Diante dos fatos justifica-se a necessidade do pleito.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Anibal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

15/06/11

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00009****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº **04/2011 - CN**

04 DE 06

TEXTO

INCLUA-SE

53101.18.544.1025.12QC.xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água no município de Saboeiro – Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

CANCELAMENTO

53101.18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Brasil sem Miséria, criado pelo Poder Executivo visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional.

O município de Saboeiro localizado no Estado do Ceará, com uma população de 16 mil habitantes em sua maioria vive numa situação de extrema pobreza, sem renda, e com ausência no acesso ao serviço público em geral.

A presente emenda tem como objetivo a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, com vista dar a população acesso a água potável para consumo domiciliar.

Diante dos fatos justifica-se a necessidade do pleito.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Aníbal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

15/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00010**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

05 DE 06

## TEXTO

INCLUA-SE

53101.18.544.1025.12QC.xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água no município de Viçosa do Ceará – Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

CANCELAMENTO

53101.18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Brasil sem Miséria, criado pelo Poder Executivo visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional.

O município de Viçosa do Ceará localizado no Estado do Ceará, com uma população de 55 mil habitantes em sua maioria vive numa situação de extrema pobreza, sem renda, e com ausência no acesso ao serviço público em geral.

A presente emenda tem como objetivo a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, com vista dar a população acesso a água potável para consumo domiciliar.

Diante dos fatos justifica-se a necessidade do pleito.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Anibal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

15/06/11

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00011**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº **04/2011 - CN**

PÁGINA

06 DE 06

## TEXTO

INCLUA-SE

53101.18.544.1025.12QC.xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água no município de Bela Cruz – Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

CANCELAMENTO

53101.18.544.1025.12QC.0001- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 388

Valor: 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Brasil sem Miséria, criado pelo Poder Executivo visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional.

O município de Bela Cruz localizado no Estado do Ceará, com uma população de 31 mil habitantes em sua maioria vive numa situação de extrema pobreza, sem renda, e com ausência no acesso ao serviço público em geral.

A presente emenda tem como objetivo a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, com vista dar a população acesso a água potável para consumo domiciliar.

Diante dos fatos justifica-se a necessidade do pleito.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Aníbal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

15/06/11

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CREDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00012**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO****- ANEXO I**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.XXXX

AÇÃO: **Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - em municípios no Estado da Bahia**GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - **VALOR R\$ 5.000.000,00****CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001

AÇÃO: **Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional**GND: 4, FONTE 388, MOD 90 - **VALOR R\$ 5.000.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

Tornar o Brasil um país menos desigual é sem dúvida um desafio sem dimensões. O desafio se torna maior ainda para os municípios que estão localizados no semi-árido nordestino, que por via de regra, tem os piores índices de desenvolvimento humano do país.

A Bahia é um dos maiores estados em extensão territorial, com seus 417 municípios todos com índices baixíssimos de IDH, com grande parte de sua população vivendo em situação de vulnerabilidade alimentar e social com renda mensal inferior a 1/2 salário mínimo.

A falta ou escassez da água, na maioria dos municípios, torna-se um dos maiores gargalos do crescimento, em especial, na produção de alimentos, criação de animais, e toda cadeia produtiva, ocasionando a baixa competitividade nos custos de produção, prejudicando principalmente famílias carentes e pequenos produtores, gerando desigualdades sócias, econômicas incalculáveis.

Esse projeto visa a implementação de ações que possam diminuir essas desigualdades, disponibilizando às populações programas que tragam acesso à água de qualidade, para o desenvolvimento e possibilitando melhores condições de vida a todos.

DEP. JOSIAS GOMES

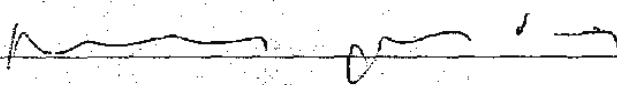
BA PT

DATA

14/06/2011

ASSINATURA

DEPUTADO JOSIAS GOMES



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00013**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Cancelamento no Anexo I:

UO: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

18.544.1025.12QC.0001- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano  
Brasil sem Miséria – Nacional

Esf: F; GND: 4; RP 2; MOD 90; IU 0; FTE 388;

VALOR: R\$ 5.000.000

Acréscimo novo subtítulo no Anexo I:

UO: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

18.544.0515.1851.xxxx – Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica – São  
Mateus – ES

Esf: F; GND 4; RP 2; MOD 40; IU 0; FTE 388

VALOR: R\$ 5.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa a execução , recuperação e complementação de obras de barragens, canais, adutoras e sistemas simplificados de abastecimento de água, propiciando a população carente acesso a água potável para consumo humano e para a produção, no Município de São Mateus/ES.

CÓDIGO

2772

NOME DO PARLAMENTAR

DR. JORGE SILVA

UF

ES

PARTIDO

PDT

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00014**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
04/2011-CNPÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Em Municípios da Paraíba – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

**2449**

NOME DO PARLAMENTAR

**Deputado EFRAIM FILHO**

UF

**PB**

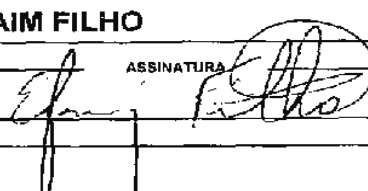
PARTIDO

**DEM**

DATA

**15/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nova Floresta – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

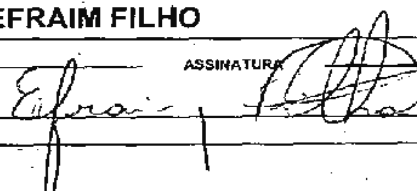
PARTIDO

DEM

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00016****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Pedra Lavrada – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

**2449**

NOME DO PARLAMENTAR

**Deputado EFRAIM FILHO**

UF

**PB**

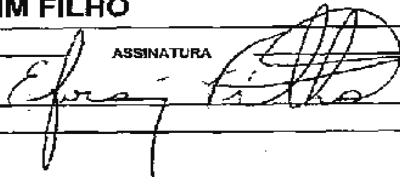
PARTIDO

**DEM**

DATA

**15/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
04/2011-CNPÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Picuí – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

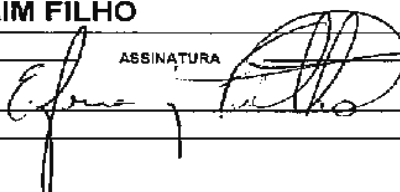
PARTIDO

DEM

DATA

15/06/2011

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Pocinhos – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

**2449**

NOME DO PARLAMENTAR

**Deputado EFRAIM FILHO**

UF

**PB**

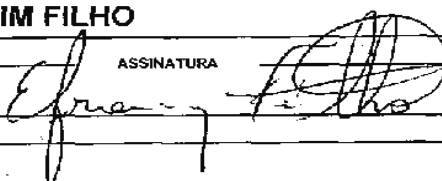
PARTIDO

**DEM**

DATA

**15/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00019**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Santa Luzia – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

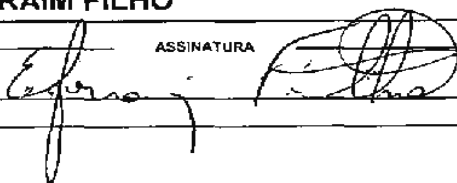
PARTIDO

DEM

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00020**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 04/2011-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------------------	--------------------

## TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – São José do Sabugi – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO <b>2449</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>Deputado EFRAIM FILHO</b>	UF <b>PB</b>	PARTIDO <b>DEM</b>
DATA <b>15/06/2011</b>	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00021**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
04/2011-CNPÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – São Mamede – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

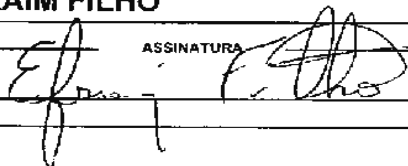
PARTIDO

DEM

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00022****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Seridó – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

**2449**

NOME DO PARLAMENTAR

**Deputado EFRAIM FILHO**

UF

**PB**

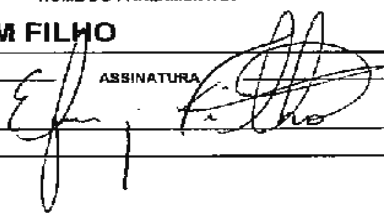
PARTIDO

**DEM**

DATA

**15/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00023**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

**ACRESCENTE-SE** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Várzea – PB

GND: 4

MA: 40

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**CANCELAR** no PL 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4

MA: 90

Fonte: 388

Valor: R\$1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alocar recursos destinados à implantação de obras e equipamentos para oferta de água às populações carentes em municípios localizados na mesorregião do Seridó paraibano, promovendo assim o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, nos moldes do “Plano Brasil sem Miséria”.

Os recursos necessários estão previstos no programa “Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO”, que tem por objetivo aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, voltado para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

CÓDIGO

2449

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado EFRAIM FILHO

UF

PB

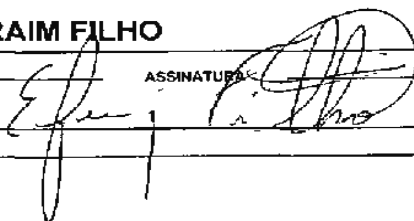
PARTIDO

DEM

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00024****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

## Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx** – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Parambu – CE.**GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00** (Hum Milhão de Reais)

## Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.**GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00** (Hum Milhão de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município Parambu, localizado no Estado do Ceará, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, devido as crescentes e desordenadas invasões que acabam por se tornarem novos Bairros e cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Genecias Noronha****CE****PMDB**

DATA

ASSINATURA

15/06/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00025****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx** – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Milagres – CE.**GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00** (Hum Milhão de Reais)

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.**GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00** (Hum Milhão de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município Milagres, localizado no Estado do Ceará, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, devido as crescentes e desordenadas invasões que acabam por se tornarem novos Bairros e cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Genecias Noronha****CE****PMDB**

DATA

ASSINATURA

15/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00026****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

## Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC – xxxx****Xxxx** – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de Paracurú – CE.**GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)**

## Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.**GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município Paracurú, localizado no Estado do Ceará, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, devido as crescentes e desordenadas invasões que acabam por se tornarem novos Bairros e cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Genecias Noronha****CE****PMDB**

DATA

ASSINATURA

15/06/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00027****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO  
- ANEXO I**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1385.2B31.XXXX

AÇÃO: - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial no Município de Paraíso do Norte no Estado do Paraná

GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.334.1133.20GG.0001

AÇÃO: Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 3, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar a melhoria da qualidade dos Serviços de Proteção Social Especial no Município de Paraíso do Norte no Estado do Paraná. Vale lembrar que os projetos sociais são prioritários do Governo Federal e o município de Paraíso do Norte tem prestado serviços com a máxima atenção na área social e deve continuar com essa mesma qualidade nos serviços prestados àquela população.

CÓDIGO

**452**

NOME DO PARLAMENTAR

**DEP. ANDRE VARGAS**

UF

**PR**

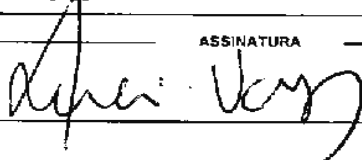
PARTIDO

**PT**

DATA

**16/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00028****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO****- ANEXO I**

ÓRGÃO: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1385.2B31.XXXX

AÇÃO: – Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial no Município de São José dos Pinhais no Estado do Paraná

GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.334.1133.20GG.0001

AÇÃO: Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 3, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 – CN tem por objetivo apoiar a melhoria da qualidade dos Serviços de Proteção Social Especial no Município de São José dos Pinhais no Estado do Paraná. Vale lembrar que os projetos sociais são prioridades do Governo Federal e o município de São José dos Pinhais tem prestado serviços com a máxima atenção na área social e deve continuar com essa mesma qualidade nos serviços prestados àquela população.

CÓDIGO

**452**

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

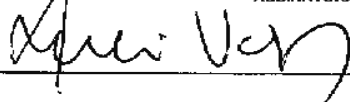
PARTIDO

PT

DATA

16/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00029****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO**

- ANEXO I

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1385.2B31.XXXX

AÇÃO: - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial no Município de Ibiporã no Estado do Paraná

GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.334.1133.20GG.0001

AÇÃO: Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 3, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo melhorar a qualidade dos Serviços de Proteção Social Especial no Município de Ibiporã no Estado do Paraná. Vale lembrar que os projetos sociais são de prioridade do Governo Federal e o município de Ibiporã tem prestado serviços com a máxima atenção na área social e deve continuar com essa mesma qualidade nos serviços prestados àquela população.

CÓDIGO

452

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

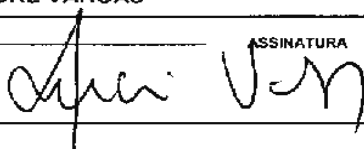
PARTIDO

PT

DATA

16/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00030****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO**

- ANEXO I

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1138.8084.XXXX

AÇÃO: - Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem no Município de Sapopema no Estado do Paraná

GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001

AÇÃO: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4, FONTE 388, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº. 04/2011 - CN, tem por objetivo resolver problemas, definitivamente, de pequenas enchentes, no município de Sapopema, no Estado do Paraná. Essas obras irão melhorar sensivelmente a qualidade de vida de toda população daquele município.

CÓDIGO

**452**

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

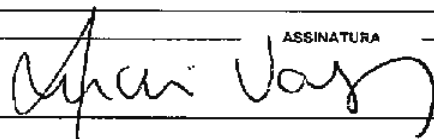
PARTIDO

PT

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00031****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO**

- ANEXO I

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.451.1138.8084.XXXX

AÇÃO: - Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem no Município de Jaguariaíva no Estado do Paraná

GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001

AÇÃO: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4, FONTE 388, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº. 04/2011 - CN, tem por objetivo resolver problemas recorrentes, de pequenas enchentes, no município de Jaguariaíva no Estado do Paraná. Essas obras irão melhorar sensivelmente a qualidade de vida de toda população daquele município.

CÓDIGO

452

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

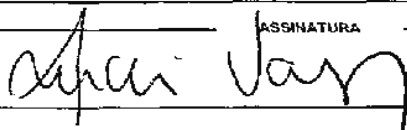
PARTIDO

PT

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00032****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 004, de 2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação - ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS  
SUB-REGIONAIS - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APL - NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 7.000.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL  
SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 7.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para implantação e aquisição de máquinas e equipamentos para processamento de alimentos visando agregar valor aos produtos cultivados nos Municípios de Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alto Paraíso, Cujubim, Santa Luzia do Oeste, Parecis, Cacoal, Espigão do Oeste, Jaru, Mirante da Serra, Rolim de Moura, São Felipe do Oeste, Teixeirópolis e Vilhena No Estado de Rondônia.

CÓDIGO

2048

NOME DO PARLAMENTAR

Senador VALDIR RAUPP

UF

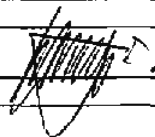
RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00033****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 004, de 2011	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	------------------------------------	------------------

## TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 44000 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44101 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação – RECUPERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DE ÁREAS DEGRADADAS – NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 3.000.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 44000 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44101 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Funcional Programática: 18.541.1145.20GF.0001

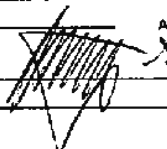
Ação – PAGAMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 3; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para recuperação de matas ciliares, cultivo de mudas, fortalecimento das atividades extrativistas e melhoria do índice de arborização visando a preservação e o aumento das áreas verdes dos Municípios de Porto Velho e Vale do Anari no Estado de Rondônia.

CÓDIGO <b>2048</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>Senador VALDIR RAUPP</b>	UF <b>RO</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA	ASSINATURA 		



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00034****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 004, de 2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL  
SEM MISÉRIA - NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 200.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL  
SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para a construção de poços artesianos para atender uma necessidade básica dos estudantes das escolas pólos, que por sua vez não tem acesso a água tratada e tendo em vista que o acesso a água é uma das principais ações do governo federal, nos Municípios de Parecis e Campo Novo de Rondônia No Estado de Rondônia.

CÓDIGO

2048

NOME DO PARLAMENTAR

Senador VALDIR RAUPP

UF

RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00035****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 004, de 2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação - OBRAS DE PEQUENO VULTO DE MACRODRENAGEM - NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 7.500.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 7.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária implantação do sistema de macrodrenagem visam a proteção do solo e preservação das vias urbanas e rurais dos municípios de Colorado do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Ariquemes, Cujubim, Ji-Paraná, Seringueiras, São Miguel do Guaporé. No Estado de Rondônia.

CÓDIGO

2048

NOME DO PARLAMENTAR

Senador VALDIR RAUPP

UF

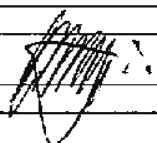
RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00036**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004, de 2011PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação - OBRAS DE PEQUENO VULTO DE MACRODRENAGEM - NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 3.000.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL  
SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária implantação do sistema de macrodrenagem visam a proteção do solo e preservação das vias urbanas e rurais dos municípios de Guajará-Mirim e Theobroma No Estado de Rondônia.

CÓDIGO

3430

NOME DO PARLAMENTAR

Deputada Federal MARINHA RAUPP

UF

RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00037****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 004, de 2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL  
SEM MISÉRIA - NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL  
SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para a construção de poços artesianos para as associações de produtores rurais, atendendo uma necessidade básica da população que por sua vez não tem acesso a água tratada e por serem comunidades rurais a água é utilizada para fins de produção de alimentos o que atende uma das principais ações do governo federal que visa erradicar a miséria, nos Municípios Nova Mamoré, Pimenta Bueno e Porto Velho No Estado de Rondônia.

CÓDIGO

3430

NOME DO PARLAMENTAR

Deputada Federal MARINHA RAUPP

UF

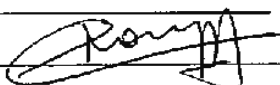
RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00038****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004, de 2011PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

UNIDADE : 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 800.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

UNIDADE : 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Funcional Programática: 08.244.1049.20GD.0001

Ação – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 3; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 800.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para a aquisição de equipamentos para os centros de assistências sociais melhorando o atendimento da população e a execução dos trabalhos dos servidores dos Municípios de Santa Luzia do Oeste e Seringueiras no Estado de Rondônia.

CÓDIGO

3430

NOME DO PARLAMENTAR

Deputada Federal MARINHA RAUPP

UF

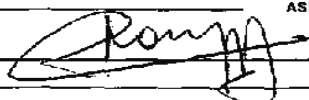
RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00039****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 004, de 2011PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação - ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS  
SUB-REGIONAIS - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APL - NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 7.000.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL  
SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 7.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para implantação e aquisição máquinas e equipamentos e processamento de alimentos visando agregar valor aos produtos cultivados nos Municípios de Alvorada do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Cabixi, Nova Mamoré, Castanheiras, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Cacaulândia, Ministro Andreazza, Governador Jorge Teixeira, Ji-Paraná, Primavera de Rondônia e Teixeirópolis No Estado de Rondônia.

CÓDIGO

3430

NOME DO PARLAMENTAR

Deputada Federal MARINHA RAUPP

UF

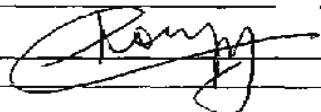
RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00040****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJ  
PLN 004, de 2011PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

**Incluir**

ORGAO : 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

UNIDADE : 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 600.000,00

**Cancelar**

ORGAO : 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

UNIDADE : 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Funcional Programática: 08.244.1049.20GD.0001

Ação – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 3; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 600.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para a aquisição de veículos para transporte dos usuários dos centros de assistência sociais tendo em vista que os usuários em sua grande maioria são de classe baixa e dependem de transporte para serem atendidos nos centros de assistência dos Municípios de Alta Floresta do Oeste, Cacoal, Costa Marques e Presidente Médici no Estado de Rondônia.

CÓDIGO

3430

NOME DO PARLAMENTAR

Deputada Federal MARINHA RAUPP

UF

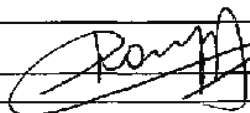
RO

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00041**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1

## TEXTO

ACRÉSCIMO Subtítulo novo ao Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

UO: 53.101

06.182.1027.8348.xxxx - Apoio a Obras Preventivas de Desastres - no Estado de Goiás

GND: 04

FTE 388

ESF: F

RP: 2

MOD: 40

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

CANCELAMENTO

UO: 53.101

18.544.1025.12QC. 0001- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano  
Brasil - Nacional

GND: 04; mod: 90; esf: F, IU: 0; rp: 2 ..

FTE 388

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa prevenir desastres nos municípios do estado de Goiás.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SANDRO MABEL

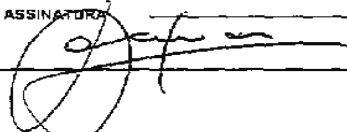
GO

PR

DATA

15/06/11

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00042****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1

## TEXTO

ACRÉSCIMO de subtítulo novo ao Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

UO:53.101

19.691.1430.8902.xxxx - Promoção de investimentos em Infra - estrutura econômica- em  
Municípios no Estado de Goiás

GND: 04

FTE 388

ESF: F

RP: 2

MOD: 40

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

CANCELAMENTO UO 53101

18.544.1025.12QC.0001- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano  
Brasil - Nacional

Esf: F; GND: 04; RP: 2; MOD: 90; IU: 0; FTE 388

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa melhorar as condições de infra estrutura dos municípios do estado de Goiás, melhorando a qualidade de vida e estimulando o crescimento e o desenvolvimento regional no estado.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SANDRO MABEL

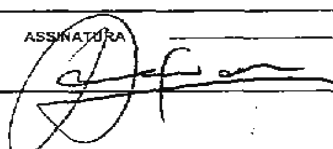
GO

PR

DATA

15/06/11

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00043**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1

## TEXTO

ACRÉSCIMO do Projeto de Lei nº 04/2011 – CN

UO: 53.101

06.182.1029.22BO.xxxx - Ações de defesa civil - em Municípios no Estado de Goiás

GND: 04

FTE 388

ESF: F

RP: 2

MOD: 40

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

CANCELAMENTO

UO: 53101

18.544.1025.12QC.0001- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano  
Brasil - Nacional

Esf: F; GND: 04; RP: 2; MOD: 90; IU: 0; FTE 388

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa recuperar danos causado por ações de desastre natural, nos municípios do estado de Goiás .

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

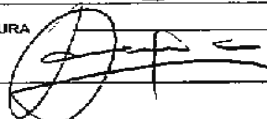
UF

PARTIDO

Deputado Sandro Mavel

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00044**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1

## TEXTO

ACRÉSCIMO do Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

UO: 44.101

18.128.8007.86AA.xxxx - Desenvolvimento Institucional para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos- em Municípios no Estado de Goiás

GND: 04

FTE 388

ESF: F

RP: 2

MOD: 40

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

CANCELAMENTO

UO: 53.101

18.544.1025.12QC.0001- Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil - Nacional

Esf: F; GND: 04; RP: 2; MOD: 90; IU: 0; FTE 388

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa ajudar desenvolver projetos na área de resíduo sólidos e preservando o meio ambiente nos municípios do estado de Goiás.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO SANDRO MABEL

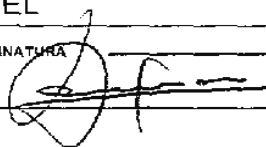
GO

PR

DATA

ASSINATURA

15/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00045****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL nº 004/2011-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se, no âmbito do órgão 53000 - Ministério da Integração Nacional - UO 53101 - Administração Direta, o seguinte programa de trabalho:

**Anexo I****SUPLEMENTAÇÃO:**

Funcional: 18.544.1025.12QC.xxxx Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria -No Assentamento Guilhermina- No Município de Maracaju -MS

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4 Mod. Aplic.: 40

**CANCELAMENTO:**

Funcional: 18.544.1025.12QC.0001

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4 Mod. Aplic.: 90 FTE: 388

**JUSTIFICAÇÃO**

A aprovação da presente Emenda é de fundamental importância, tendo em vista que a melhoria que trará aos moradores do assentamento Guilhermina, vai de encontro aos princípios que norteiam o Plano Brasil sem Miséria - no município de Maracaju /MS e, o que é mais importante é que a qualidade de vida de nossos menos favorecidos irmãos brasileiros; repercutirá em grande economia nos dispêndios do Governo Municipal, Estadual e Federal, porque as crianças que lá vão ser criadas por certo terão menos doenças, tão comuns em regiões que não possuam obras do naipe ora propostos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado REINALDO AZAMBUJA	MS	PSDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00046****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

**PL nº 004/2011-CN**

PÁGINA

**1 DE 1**

TEXTO

Inclua-se, no âmbito do órgão 53000 - Ministério da Integração Nacional - UO 53101 - Administração Direta, o seguinte programa de trabalho:

**Anexo 1****SUPLEMENTAÇÃO:**

Funcional: **18.544.1025.12QC.xxxx** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - No Assentamento de Capão Bonito II - No Município de Sidrolândia/MS

Valor: **R\$ 2.000.000,00**

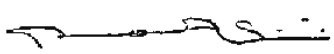
GND: 4 Mod. Aplic.: 40

**CANCELAMENTO:**Funcional: **18.544.1025.12QC.0001**Valor: **R\$ 2.000.000,00**

GND: 4 Mod. Aplic.: 90 FTE: 388

**JUSTIFICAÇÃO**

A aprovação da presente Emenda é de fundamental importância, tendo em vista que a melhoria que trará aos moradores do assentamento Capão Bonito II, vai de encontro aos princípios que norteiam o Plano Brasil sem Miséria - no município de Sidrolândia /MS e, o que é mais importante é que a qualidade de vida de nossos menos favorecidos irmãos brasileiros; repercutirá em grande economia nos dispêndios do Governo Municipal, Estadual e Federal, porque as crianças que lá vão ser criadas por certo terão menos doenças, tão comuns em regiões que não possuam obras do naipe ora propostos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado REINALDO AZAMBUJA	MS	PSDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00047****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

**PL nº 004/2011-CN**

PÁGINA

**1 DE 1**

TEXTO

Inclua-se, no âmbito do órgão 53000 - Ministério da Integração Nacional - UO 53101 - Administração Direta, o seguinte programa de trabalho:

**Anexo I****SUPLEMENTAÇÃO:**

Funcional: **18.544.1025.12QC.xxxx** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - No Assentamento São Pedro - No Município de Sidrolândia/MS

Valor: **R\$ 2.000.000,00**

GND: 4 Mod. Aplic.: 40

**CANCELAMENTO:**Funcional: **18.544.1025.12QC.0001**Valor: **R\$ 2.000.000,00**

GND: 4 Mod. Aplic.: 90 FTE: 388

**JUSTIFICAÇÃO**

A aprovação da presente Emenda é de fundamental importância, tendo em vista que a melhoria que trará aos moradores do assentamento São Pedro, vai de encontro aos princípios que norteiam o Plano Brasil sem Miséria - no município de Sidrolândia /MS e, o que é mais importante é que a qualidade de vida de nossos menos favorecidos irmãos brasileiros; repercutirá em grande economia nos dispêndios do Governo Municipal, Estadual e Federal, porque as crianças que lá vão ser criadas por certo terão menos doenças, tão comuns em regiões que não possuem obras do naípe ora propostos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado REINALDO AZAMBUJA	MS	PSDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA - 00048****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

**PL nº 004/2011-CN**

PÁGINA

**1 DE 1****TEXTO**

Inclua-se, no âmbito do órgão 53000 - Ministério da Integração Nacional - UO 53101 - Administração Direta, o seguinte programa de trabalho:

**Anexo I****SUPLEMENTAÇÃO:**

Funcional: **18.544.1025.12QC.xxxx** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nos Distritos e Assentamentos - No Estado do Mato Grosso do Sul

Valor: **R\$ 10.000.000,00**

GND: 4 Mod. Aplic.: 30

**CANCELAMENTO:**

Funcional: **18.544.1025.12QC.0001**

Valor: **R\$ 10.000.000,00**

GND: 4 Mod. Aplic.: 90 FTE: 388

**JUSTIFICAÇÃO**

A aprovação da presente Emenda é de fundamental importância, tendo em vista que a melhoria que trará aos moradores dos assentamentos e distritos, vai de encontro aos princípios que norteiam o Plano Brasil sem Miséria - no Estado de Mato Grosso do Sul e, o que é mais importante é que a qualidade de vida de nossos menos favorecidos irmãos brasileiros; repercutirá em grande economia nos dispêndios do Governo Municipal, Estadual e Federal, porque as crianças que lá vão ser criadas por certo terão menos doenças, tão comuns em regiões que não possuam obras do naipe ora propostos.

<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO PARLAMENTAR</b>	<b>UF</b>	<b>PARTIDO</b>
	<b>Deputado REINALDO AZAMBUJA</b>	<b>MS</b>	<b>PSDB</b>
<b>DATA</b>	<b>ASSINATURA</b> 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00049**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de  
CHAPADA GAUCHA - MINAS GERAIS****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem  
Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município CHAPADA GAÚCHA, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, e cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

3351

NOME DO PARLAMENTAR

SARAIVA FELIPE

UF

MG

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00050**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de CLARO DOS POÇÕES - MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de CLARO DOS POÇÕES, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

3351

NOME DO PARLAMENTAR

SARAIVA FELIPE

UF

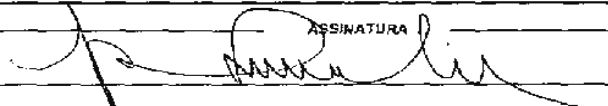
MG

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00051****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC – xxxx****Xxxx – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de CONGONHAS DO NORTE - MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de CONGONHAS DO NORTE, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

3351

NOME DO PARLAMENTAR

SARAIVA FELIPE

UF

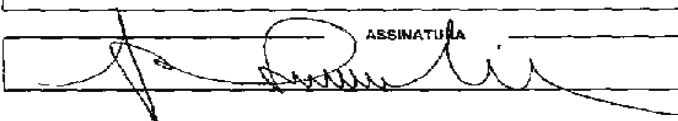
MG

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00052****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de  
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS - MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem  
Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

**3351**

NOME DO PARLAMENTAR

**SARAIVA FELIPE**

UF

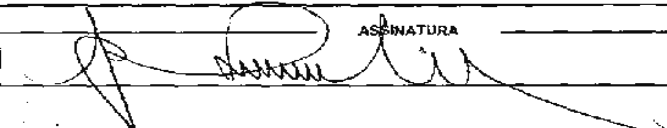
**MG**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00053****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTOS

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de PONTO DOS VOLANTES- MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancele-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de PONTO DOS VOLANTES, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

**3351**

NOME DO PARLAMENTAR

**SARAIVA FELIPE**

UF

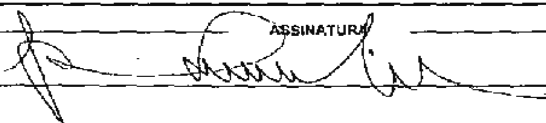
**MG**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00054****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de  
PRESIDENTE KUBITSCHEK- MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem  
Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de PRESIDENTE KUBITSCHEK, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

3351

NOME DO PARLAMENTAR

SARAIVA FELIPE

UF

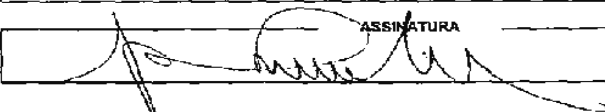
MG

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00055**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

## Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de SANTA FÉ DE MINAS- MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

## Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de SANTA FÉ DE MINAS, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

3351

NOME DO PARLAMENTAR

SARAIVA FELIPE

UF

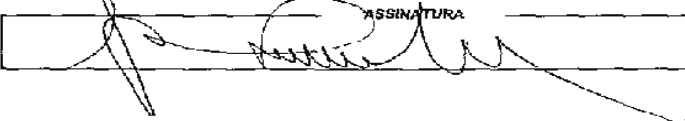
MG

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA - 00056****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC – xxxx****Xxxx – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de  
RESPLENDOR- MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água – Plano Brasil sem  
Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de RESPLENDOR, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

**3351**

NOME DO PARLAMENTAR

**SARAIVA FELIPE**

UF

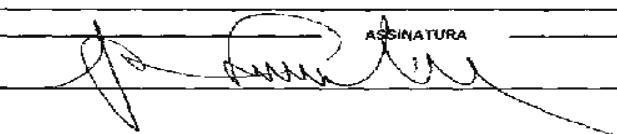
**MG**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00057**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de  
SÃO FRANCISCO - MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem  
Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

## JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de SÃO FRANCISCO, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

3351

NOME DO PARLAMENTAR

SARAIVA FELIPE

UF

MG

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00058****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se:

**53101.18.544.1025QC - xxxx****Xxxx - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água no Município de  
SENADOR MODESTINO GONÇALVES- MG****GND: 04****RP: 02****MOD: 40****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

Cancela-se:

**53101.18.544.1025QC-0001****0001: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de água - Plano Brasil sem  
Miséria.****GND: 04****RP: 02****MOD: 90****FTE: 388****VALOR: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil Reais)**

JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade ao Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, o Município que apresentar uma população, cuja renda familiar per capita for de até R\$70,00 (Setenta Reais), será classificado como sendo uma população de extrema pobreza, podendo ser incluso no Plano Brasil sem Miséria.

O Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, localizado no Estado de Minas Gerais, apresenta um quadro de pobreza extrema, conforme dados obtidos pelo IBGE, cuja renda familiar per capita, não atinge, o valor de R\$70,00 (Setenta Reais), o que justifica a inclusão desse Município ao Plano Brasil sem Miséria.

CÓDIGO

**3351**

NOME DO PARLAMENTAR

**SARAIVA FELIPE**

UF

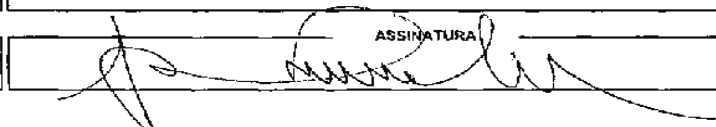
**MG**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00059****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRESCENTAR**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.109Z.XXXX – Perfuração e Equipamentos de Poços Públicos - em Municípios do Estado do Pará

GND: 4; M.A.: 40; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

**CANCELAR:**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de Águas – Plano Brasil sem Miséria – Nacional

GND: 4; M.A.: 90; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda destina-se a alocar recursos orçamentários necessários à realização de ações de melhorias da qualidade de vida das populações dos Municípios do Estado do Pará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

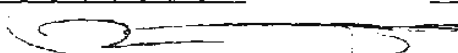
PARTIDO

**DEPUTADO JOSUÉ BENGTON****PA****PTB**

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00060****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRESCENTAR**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.XXXX – Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - em Municípios do Estado do Pará

GND: 4; M.A.: 40; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

**CANCELAR:**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de Águas – Plano Brasil sem Miséria – Nacional

GND: 4; M.A.: 90; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda destina-se a alocar recursos orçamentários necessários à realização de ações de melhorias da qualidade de vida das populações dos Municípios do Estado do Pará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADO JOSUÉ BENGTON****PA****PTB**

DATA

ASSINATURA

16/06/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00061****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRESCENTAR**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.8348.XXXX – Apoio a Obras Preventivas de Desastres - em Municípios do Estado do Pará

GND: 4; M.A.: 40; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

**CANCELAR:**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de Águas – Plano Brasil sem Miséria – Nacional

GND: 4; M.A.: 90; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda destina-se a alocar recursos orçamentários necessários à realização de ações de melhorias da qualidade de vida das populações dos Municípios do Estado do Pará que vem sofrendo muito com os desastres provocado pelas chuvas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADO JOSUÉ BENGTON****PA****PTB**

DATA

ASSINATURA

16/11/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00062****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRESCENTAR**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.244.1025.7K66.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado em Municípios do Estado do Pará

GND: 4; M.A.: 40; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

**CANCELAR:**

Órgão: 53.000 – Ministério da Integração Nacional

U.O.: 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de Águas – Plano Brasil sem Miséria – Nacional

GND: 4; M.A.: 90; FONTE: 388

R\$: 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda destina-se a alocar recursos orçamentários necessários à realização de ações de melhorias da qualidade de vida das populações dos Municípios do Estado do Pará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSUÉ BENGTON

PA

PTB

DATA

ASSINATURA

16/06/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00063****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA- IRUPÍ-ES

MOD. 40

GND. 4

RP.2

IU.0

ESF. F

FONTE.388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 – IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IRUPÍ-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

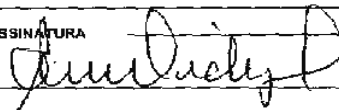
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00064**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA- BAIXO GUANDÚ-ES

MOD. 40

GND. 4

RP.2

IU.0

ESF. F

FONTE.388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDÚ-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

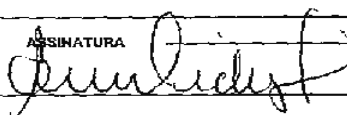
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00065**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA – BOM JESUS DO NORTE-ES

MOD. 40

GND. 4

RP. 2

IU. 0

ESF. F

FONTE. 388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 – IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

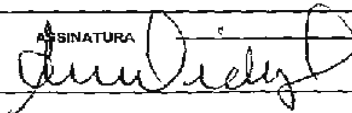
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00066**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - JERÔNIMO MONTEIRO-ES

MOD. 40

GND. 4

RP. 2

IU. 0

ESF. F

FONTE. 388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

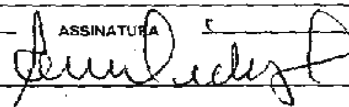
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00067****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA- JOÃO NEIVA-ES

MOD. 40

GND. 4

RP. 2

IU. 0

ESF. F

FONTE. 388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

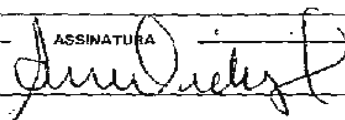
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00068****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - MUNIZ FREIRE-ES

MOD. 40

GND. 4

RP. 2

IU. 0

ESP. F

FONTE. 388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESP. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

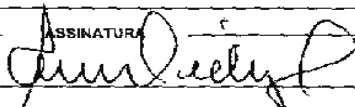
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00069****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SANTA LEOPOLDINA-ES

MOD. 40

GND. 4

RP. 2

IU. 0

ESF. F

FONTE. 388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

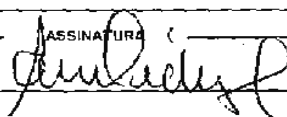
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00070****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - MUCURICÍ-ES

MOD. 40

GND. 4

RP. 2

IU. 0

ESF. F

FONTE. 388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA -

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MUCURICÍ-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00071****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA – IUNA-ES

MOD. 40

GND. 4

RP. 2

IU. 0

ESF. F

FONTE. 388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 – IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IUNA-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

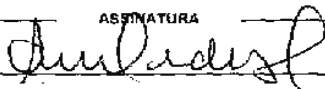
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00072**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011  
- CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUIA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ACRÉSCIMO: 18 544 0515 1851 XXXX – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA- SERRA-ES

MOD. 40

GND. 4

RP.2

IU.0

ESF. F

FONTE.388

VALOR: R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

CANCELAMENTO: UNIDADE 53101

18 544 1025 12QC 0001 – IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL

GND. 4

RP. 2

MOD. 90

IU. 0

FONTE. 388

ESF. F

VALOR: R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

## JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SERRA-ES NÃO FOGE A REALIDADE DE NENHUM OUTRO MUNICÍPIO DO PAÍS, NECESSITANDO DO APOIO DO GOVERNO FEDERAL EM INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

VISANDO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PARA CONSUMO DOMICILIAR E DESSEDENTAÇÃO DE CRIAÇÕES DOMÉSTICAS.

CÓDIGO

2493

NOME DO PARLAMENTAR

SUELI VIDIGAL

UF

ES

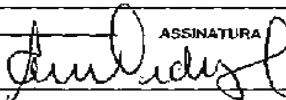
PARTIDO

PDT

DATA

15.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00073****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO****- ANEXO I**

ÓRGÃO: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.306.1049.8894.XXXX

AÇÃO: **Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias no Município de Ivaiporã no Estado do Paraná**GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

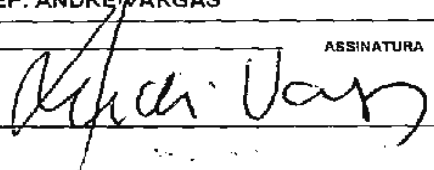
UNIDADE: 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.334.1133.20GG.0001

AÇÃO: **Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria - Nacional**GND: 3, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda ao PL nº. 04/2011 – CN tem por finalidade apoiar o desenvolvimento social através da geração de emprego e renda no Município de Ivaiporã no Estado do Paraná. O Município de Ivaiporã é cidade-pólo, sede administrativa de micro-região conhecida como "Vale do Ivaí" e através dessa emenda poderá melhorar ainda mais a oferta de emprego e o desenvolvimento social para população daquele município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEP. ANDRÉ VARGAS	PR	PT
DATA	ASSINATURA		
17/06/2011			



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00074**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTOS

**SUPLEMENTAÇÃO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional**

FUN. PROG.:18 544 1025 12QC XXXX

Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – no Município de Amontada, no Estado do Ceará.

GND: 4 MOD: 40

Valor: 500.000,00

**CANCELAMENTO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional**

FUN. PROG.:18 544 1025 12QC 0001

Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – Nacional.

GND: 4 MOD: 90

Valor: 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a desenvolver obras e implantar equipamentos para a oferta de água de boa qualidade às populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos. Diminuindo, dessa forma, os efeitos da seca sobre as comunidades do município de Amontada, no Ceará.

É notório o problema da seca na região nordeste. A seca se manifesta com intensidades diferentes. Quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas no ano, a seca é absoluta. Em outros casos as chuvas são suficientes apenas para cobrir de folhas a caatinga e acumular um pouco de água nos barreiros e açudes, mas não permitem o desenvolvimento normal dos plantios agrícolas.

Essas variações climáticas prejudicam o crescimento das plantações e acabam provocando um sério problema social, uma vez que expressivo contingente de pessoas que habita a região vive, verdadeiramente, em situação de extrema pobreza.

Não podemos deixar a população de Amontada à mercê, única e exclusivamente, do clima. É fundamental que a oferta de água seja certa para que o povo cearense possa desenvolver suas atividades e viver com a certeza de que não faltará água.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2441	JOSÉ AIRTON	CE	PT
DATA	ASSINATURA		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00075**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional****FUN. PROG.: 18 544 1025 12QC XXXX**Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – no Município de Morrinhos, no Estado do Ceará.**GND: 4 MOD: 40****Valor: 500.000,00****CANCELAMENTO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional****FUN. PROG.: 18 544 1025 12QC 0001**Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – Nacional.**GND: 4 MOD: 90****Valor: 500.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a desenvolver obras e implantar equipamentos para a oferta de água de boa qualidade às populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos. Diminuindo, dessa forma, os efeitos da seca sobre as comunidades do município de Morrinhos, no Ceará.

É notório o problema da seca na região nordeste. A seca se manifesta com intensidades diferentes. Quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas no ano, a seca é absoluta. Em outros casos as chuvas são suficientes apenas para cobrir de folhas a caatinga e acumular um pouco de água nos barreiros e açudes, mas não permitem o desenvolvimento normal dos plantios agrícolas.

Essas variações climáticas prejudicam o crescimento das plantações e acabam provocando um sério problema social, uma vez que expressivo contingente de pessoas que habita a região vive, verdadeiramente, em situação de extrema pobreza.

Não podemos deixar a população de Morrinhos à mercê, única e exclusivamente, do clima. É fundamental que a oferta de água seja certa para que o povo cearense possa desenvolver suas atividades e viver com a certeza de que não faltará água.

CÓDIGO

2441

NOME DO PARLAMENTAR

JOSÉ AIRTON

UF

CE

PARTIDO

PT

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00076**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional**

FUN. PROG.:18 544 1025 12QC XXXX

Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – no Município de Ibaretama, no Estado do Ceará.

GND: 4 MOD: 40

Valor: 500.000,00

**CANCELAMENTO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional**

FUN. PROG.:18 544 1025 12QC 0001

Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – Nacional.

GND: 4 MOD: 90

Valor: 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a desenvolver obras e implantar equipamentos para a oferta de água de boa qualidade às populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos. Diminuindo, dessa forma, os efeitos da seca sobre as comunidades do município de Ibaretama, no Ceará.

É notório o problema da seca na região nordeste. A seca se manifesta com intensidades diferentes. Quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas no ano, a seca é absoluta. Em outros casos as chuvas são suficientes apenas para cobrir de folhas a caatinga e acumular um pouco de água nos barreiros e açudes, mas não permitem o desenvolvimento normal dos plantios agrícolas.

Essas variações climáticas prejudicam o crescimento das plantações e acabam provocando um sério problema social, uma vez que expressivo contingente de pessoas que habita a região vive, verdadeiramente, em situação de extrema pobreza.

Não podemos deixar a população de Ibaretama à mercê, única e exclusivamente, do clima. É fundamental que a oferta de água seja certa para que o povo cearense possa desenvolver suas atividades e viver com a certeza de que não faltará água.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2441	JOSÉ AIRTON	CE	PT

DATA	ASSINATURA
	

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00077****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional**

FUN. PROG.:18 544 1025 12QC XXXX

Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – no Município de Icapuí, no Estado do Ceará.

GND: 4 MOD: 40

Valor: 500.000,00

**CANCELAMENTO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional**

FUN. PROG.:18 544 1025 12QC 0001

Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – Nacional.

GND: 4 MOD: 90

Valor: 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a desenvolver obras e implantar equipamentos para a oferta de água de boa qualidade às populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos. Diminuindo, dessa forma, os efeitos da seca sobre as comunidades do município de Icapuí, no Ceará.

É notório o problema da seca na região nordeste. A seca se manifesta com intensidades diferentes. Quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas no ano, a seca é absoluta. Em outros casos as chuvas são suficientes apenas para cobrir de folhas a caatinga e acumular um pouco de água nos barreiros e açudes, mas não permitem o desenvolvimento normal dos plantios agrícolas.

Essas variações climáticas prejudicam o crescimento das plantações e acabam provocando um sério problema social, uma vez que expressivo contingente de pessoas que habita a região vive, verdadeiramente, em situação de extrema pobreza.

Não podemos deixar a população de Icapuí à mercê, única e exclusivamente, do clima. É fundamental que a oferta de água seja certa para que o povo cearense possa desenvolver suas atividades e viver com a certeza de que não faltará água.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2441	JOSÉ AIRTON	CE	PT
DATA	ASSINATURA		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00078**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional****FUN. PROG.:18 544 1025 12QC XXXX**Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – no Município de Camocim, no Estado do Ceará.**GND: 4 MOD: 40****Valor: 500.000,00****CANCELAMENTO****Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional****FUN. PROG.:18 544 1025 12QC 0001**Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem  
Miséria – Nacional.**GND: 4 MOD: 90****Valor: 500.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a desenvolver obras e implantar equipamentos para a oferta de água de boa qualidade às populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos. Diminuindo, dessa forma, os efeitos da seca sobre as comunidades do município de Camocim, no Ceará.

É notório o problema da seca na região nordeste. A seca se manifesta com intensidades diferentes. Quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas no ano, a seca é absoluta. Em outros casos as chuvas são suficientes apenas para cobrir de folhas a caatinga e acumular um pouco de água nos barreiros e açudes, mas não permitem o desenvolvimento normal dos plantios agrícolas.

Essas variações climáticas prejudicam o crescimento das plantações e acabam provocando um sério problema social, uma vez que expressivo contingente de pessoas que habita a região vive, verdadeiramente, em situação de extrema pobreza.

Não podemos deixar a população de Camocim à mercê, única e exclusivamente, do clima. É fundamental que a oferta de água seja certa para que o povo cearense possa desenvolver suas atividades e viver com a certeza de que não faltará água.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2441	JOSÉ AIRTON	CE	PT
DATA	ASSINATURA		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00079****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 04, de 2011PÁGINA  
DE

TEXTO

**Suplementar**

ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

Funcional Programática: 08.244. 1385.xxxx.xxxx

Ação – Serviços Específicos de Proteção Social Especial – Construção do Centro de proteção aos dependentes químicos no Município de Campina Grande - No Estado da Paraíba

GND 3; MOD 40; Fonte 151

Valor R\$2.500.000,00

**Cancelar**

ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

Funcional Programática: 08 244 1049 20GD 0001

Ação – Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 3; MOD 90; Fonte 388;

Valor R\$2.500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para ações de cuidados especializados, acompanhamento e orientação de forma continuada a crianças, adolescentes, jovens e adultos, que se encontram em situação de risco por envolvimento com as drogas, nos Municípios do estado da Paraíba.

O estado da Paraíba necessita deste tipo de prestação de serviço a sociedade, pois até então inexistia qualquer medida direcionada neste sentido. São milhares de pessoas que estão com dependência química, carecendo de assistência pública especializada.

Por se situar numa região geográfica privilegiada, ligando o litoral ao interior do estado, o Município de Campina Grande se apresenta como pólo estratégico não só para o estado, como também para todo o interior do Nordeste.

Desta feita, este Centro daria suporte a centenas de Municípios daquela região, que hoje, assistem de forma desoladora o crescimento deste mal que assola nossa sociedade.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

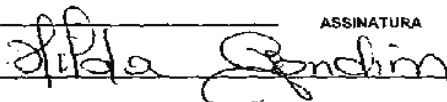
NILDA GONDIM

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00080****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 04, de 2011	PÁGINA DE
---------------------	-----------------------------------	--------------

## TEXTO

**Suplementar**

ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

Funcional Programática: 08.244. 1385.xxxx.xxxx

Ação – Serviços Específicos de Proteção Social Especial – Construção de Centros de proteção aos idosos - nos Municípios do estado da Paraíba - No Estado da Paraíba

GND 3; MOD 40; Fonte 151

Valor R\$3.500.000,00

**Cancelar**

ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

Funcional Programática: 08 244 1049 20GD 0001

Ação – Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 3; MOD 90; Fonte 388;

Valor R\$3.500.000,00

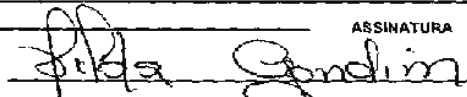
## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para ações de cuidados especializados, acompanhamento e orientação de forma continuada aos idosos que se encontram em qualquer situação de exclusão ou violência, nos Municípios do estado da Paraíba.

O estado da Paraíba necessita deste tipo de prestação de serviço a sociedade, pois até então inexistia qualquer medida direcionada neste sentido. São milhares de cidadãos idosos que estão convivendo sem o suporte do poder público.

Esta ação objetiva, além da construção, o apoio para a implantação de metodologia para consolidação da rede de serviços de atendimento à pessoa idosa, garantindo o acesso aos mecanismos e instrumentos necessários à consolidação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Envolve desde apoio pontual para o aprimoramento da atuação dos serviços já existentes com a perspectiva de respeito e promoção de todos os direitos humanos da pessoa idosa, bem como a construção dos instrumentos necessários para o funcionamento em rede e de forma sistêmica de tais serviços.

Desta feita, este Centro daria suporte a centenas de Municípios daquela região, que hoje, assistem de forma desoladora o crescimento deste mal que assola nossa sociedade.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	NILDA GONDIM	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00081****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAÇÃO  
- ANEXO I**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53102 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.XXXX

AÇÃO: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Município de Itapetinga no Estado da Bahia

GND: 4, FONTE 388, MOD 40 - VALOR R\$ 10.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53102 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001

AÇÃO: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4, FONTE 388, MOD 90 - VALOR R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

O município de Itapetinga na Bahia, incipiente pólo industrial regional, está tendo um crescimento acelerado de sua população, que hoje consta de 68 mil habitantes, e necessita urgentemente melhorar sua infraestrutura para garantir condições de vida digna para sua população, principalmente com o fornecimento de serviços básicos, como é o subministro de água. Em função do exposto apresento esta emenda direcionando 10 milhões ao município, para as obras que tanto necessita.

CÓDIGO

**185**

NOME DO PARLAMENTAR

**DEP. GERALDO SIMÕES**

UF

**BA**

PARTIDO

**PT**

DATA

**15/06/2011**

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00082**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 004 /2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 53.101- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome a seguinte emenda:

ACRÉSCIMO:**UO:** 53101 – Ministério da Integração Nacional**PROGRAMA:** Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO.**TÍTULO DO PROJETO:** Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Águas - Plano Brasil sem Miséria – Em Municípios das Regiões Sul e Sudeste do Estado do Tocantins - TO**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 18.544.102512QC.xxxx**GND:** 4, **MOD:** 40, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (F)**VALOR:** R\$ 5.000.000CANCELAMENTOS:**UO:** 53101 - Anexo I**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 18.544.102512QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Águas - Plano Brasil sem Miséria – Nacional;**GND:** 04, **MDO:** 90, **FTE:** 388, **RP:** 2, **IU:** 0, **ESF:** (F)**VALOR:** R\$ 5.000.000

## JUSTIFICAÇÃO

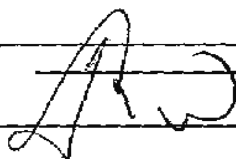
A presente emenda ao Projeto de Lei de Crédito Orçamentário nº 04/2011-CN, tem como objetivo dotar vários Municípios das Regiões Sul e Sudeste do Estado do Tocantins, com execução de projetos que viabilizará importantes ações de implementação de obras e equipamentos para a oferta de água, propiciando à população em extrema pobreza o acesso à água para o consumo domiciliar e para a produção agroalimentar.

**CÓDIGO**  
2689**NOME DO PARLAMENTAR**

ÂNGELO AGNOLIN

**UF**  
TO**PARTIDO**  
PDT**DATA**

16.06.2011

**ASSINATURA**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00083****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04 / 2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se na programação de trabalho da U.O. 44.101 – Ministério do Meio Ambiente a seguinte emenda:

**Acréscimo:** U.O. 44.101 – Ministério do Meio Ambiente  
18.541.1145.20GF.0001 – Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza  
pela Prestação de Serviços de conservação de Recursos Naturais no Meio Rural –  
Plano Brasil Sem Miséria.  
R\$ 1.000.000,00  
Esfera – Fiscal  
GND – 3  
Mod. 90 ..  
Fonte 388

**Cancelar:** U.O. – 53.101 – Ministério da Integração Nacional  
18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de  
Água – Plano Brasil Sem Miséria  
R\$ 1.000.000,00  
Esfera – Fiscal  
GND – 4  
Mod. 90  
Fonte 388

JUSTIFICAÇÃO

A programação "18.541.1145.20GF.0001 – Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria", enviada pelo Ministério do Meio Ambiente, tem o objetivo de apoiar o Programa de Apoio a Conservação Ambiental lançado pelo Governo Federal no dia 02 de junho de 2011, que visa incentivar a conservação dos ecossistemas promovendo a cidadania e melhoria das condições de vida de populações que estão em extrema pobreza em unidades de conservação, assentamentos e outros. Por ser tratar de um programa de muita relevância social e ambiental, tal emenda vem sanar erro material ocorrido na alocação de recursos para tal fim, pois, para se realizar o pagamento de R\$ 300,00 por semestre para 18 mil famílias, por pelo menos um semestre, serão necessários, no mínimo, R\$ 11 milhões e não, R\$ 10 milhões.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Ângelo Agnolin

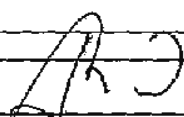
TO

PDT

DATA

ASSINATURA

16.06.2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00084**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Acrescente-se no Anexo I do Projeto de Lei nº 4, de 2011 - CN:

**SUPLEMENTAÇÃO**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - no Estado da Bahia

GND: 4 Mod. de Aplicação: 40 Fonte: 388

VALOR: 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais)

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4 Mod. de Aplicação: 90 Fonte: 388

VALOR: 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem como objetivo dotar os municípios de Aracatu, Buritirama, Barra da Estiva, Barra do Mendes, Caetité, Caraíbas, Candiba, Igaporã, Oliveira dos Brejinhos, Serra Dourada, Tanque Novo e Xique-Xique, de recursos financeiros para a execução de obras de infraestrutura necessária para a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, propiciando à população em extrema pobreza o acesso à água potável para consumo humano e para a produção agroalimentar..

CÓDIGO

3262

NOME DO PARLAMENTAR

JOSÉ ROCHA

UF

BA

PARTIDO

PR

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00085**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Araruna - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001


Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Araruna - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Benjamin Maranhão	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
16/06/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00086****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Fagundes - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Fagundes - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Benjamin Maranhão

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/06/11

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00087****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

01 DE 01

TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Cuité de Mamanguape - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Cuité de Mamanguape - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Benjamin Maranhão

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

36/06/11

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00088****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Serra Redonda - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Serra Redonda - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO

Benjamin Maranhão

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PB

PARTIDO

PMDB

DATA

16/06/11

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00089**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Tacima - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

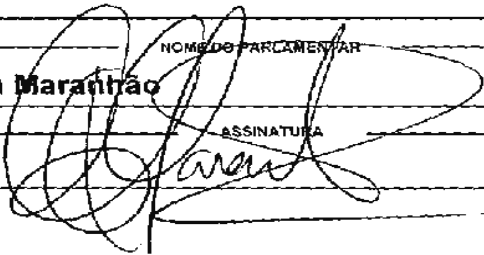
Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Tacima - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Benjamin Maranhão	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
16/06/11			



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00090**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Damião - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Damião - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Benjamin Maranhão

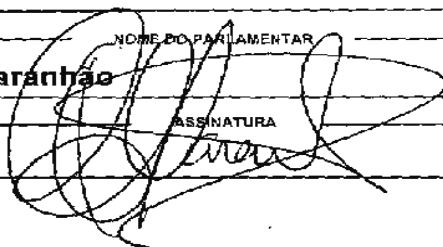
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00091**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Sossego - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Sossego - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Benjamin Maranhão	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
16/06/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00092****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Marizópolis - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Marizópolis - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Benjamin Maranhão	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
16/06/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00093**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de Nova Olinda - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

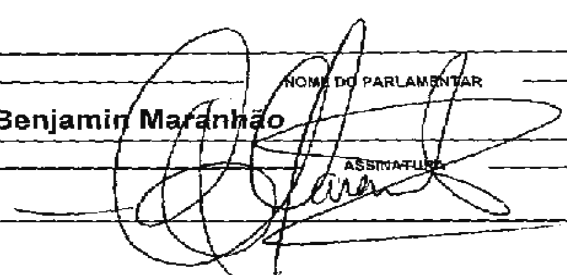
Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de Nova Olinda - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Benjamin Maranhão	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
16/06/11			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00094**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**Especial**

ORGÃO : 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX

Ação – Perfuração e Equipamento de Poços Públicos no Município de São José do Brejo do Cruz - no Estado da Paraíba

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

**Cancelar**

ORGÃO: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UNIDADE : 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa contribuir com o abastecimento de água para o município de São José do Brejo do Cruz - PB, Com o objetivo de minimizar as graves dificuldades vivenciadas pela população, especialmente durante o período da seca.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Benjamin Maranhão

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/06/11

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00095****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53204 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.0515.109Z.XXXX  
AÇÃO: PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE POÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE  
TARRAFAS – ESTADO DO CEARÁ.  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 700.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL.  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 700.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir no orçamento à ação supracitada dotar os Municípios do Estado do Ceará, com ações que possibilita a melhoria da qualidade de vida da população carente que necessitam de obras de infra-estrutura hídrica em suas comunidades.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR
DATA	ASSINATURA		
16/06/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00096****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

## TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.0515.1091.XXXX  
AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE AÇÚDES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 4.500.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL.  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 4.500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Nos períodos mais prolongados de seca, vários municípios do Ceará tem passado por grandes dificuldades como a constante falta d'água potável para a população, perda de produção agrícola e de bovinos, eqüinos, aves e caprinos. Para reduzir as dificuldades da população é preciso urgentemente construir Açudes para o armazenamento de água. E os recursos dessa emenda são imprescindíveis para execução do projeto.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORTE PEREIRA	CE	PR
DATA	ASSINATURA		
16/06/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00097**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.0515.1091  
AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE AÇÚDES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 3.000.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL.  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Nos períodos mais prolongados de seca, vários municípios do Ceará tem passado por grandes dificuldades como a constante falta d'água potável para a população, perda de produção agrícola e de bovinos, eqüinos, aves e caprinos. Para reduzir as dificuldades da população é precisa urgentemente construir Açudes para o armazenamento de água. E os recursos dessa emenda são imprescindíveis para execução do projeto.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

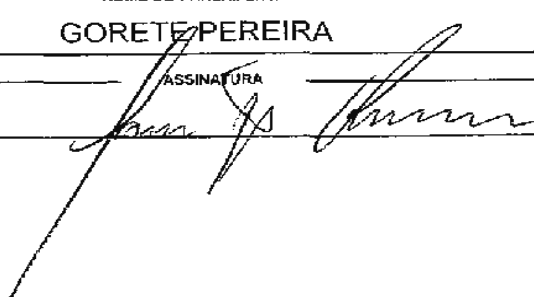
CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/2011





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00098****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.0515.1091.XXXX  
AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE AÇÚDES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 2.500.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 2.500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Nos períodos mais prolongados de seca, vários municípios do Ceará tem passado por grandes dificuldades como a constante falta d'água potável para a população, perda de produção agrícola e de bovinos, eqüinos, aves e caprinos. Para reduzir as dificuldades da população é preciso urgentemente construir Açudes para o armazenamento de água. E os recursos dessa emenda são imprescindíveis para execução do projeto.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

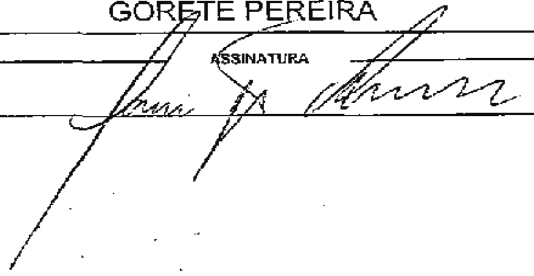
CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00099****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 06.182.1027.8348.XXXX

AÇÃO: APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

GND 4; MOD 40; FONTE: 100

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001

AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL

GND 3; MOD 90; FONTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem, portanto, o objetivo de colaborar para prevenir desastres em comunidades carentes em nosso Estado.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA


CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00100**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.XXXX  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ  
GND 3; MOD 40; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 3.500.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 3.500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

No Estado do Ceará, em regiões mais isoladas, onde a instalação de sistemas convencionais de abastecimento são economicamente inviáveis, as comunidades que convivem rotineiramente com a escassez de água independente de quadra chuvosa favorável, motivo pelo qual ainda é grande a demanda por carros-pipa, que nem sempre conseguem manter a regularidade do abastecimento, assim como a qualidade da água ofertada

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

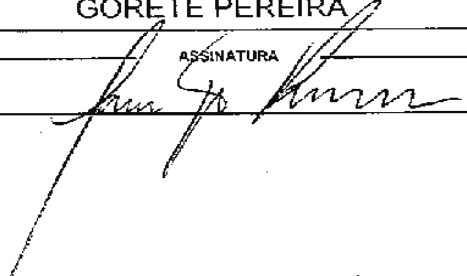
CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00101****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53204 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.XXXX  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – ESTADO DO CEARÁ  
GND 3; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 4.000.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir no orçamento à ação supracitada dotar os Municípios do Estado do Ceará, com ações que possibilita a melhoria da qualidade de vida da população carente que necessitam de obras de infra-estrutura hídrica em suas comunidades.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

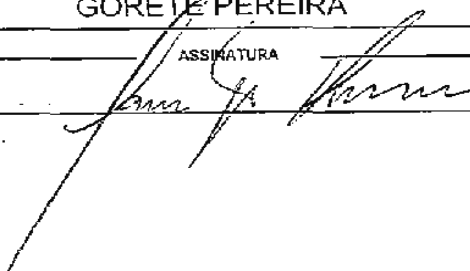
CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00102**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53204 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.0515.109Z.XXXX  
AÇÃO: PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE POÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE  
MARACANAÚ – ESTADO DO CEARÁ.  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 600.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL.  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 600.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir no orçamento à ação supracitada dotar os Municípios do Estado do Ceará, com ações que possibilita a melhoria da qualidade de vida da população carente que necessitam de obras de infra-estrutura hídrica em suas comunidades.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

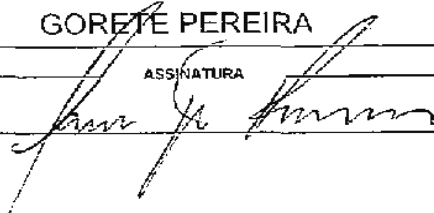
CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



ESSE

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00103**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53204 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.0515.109Z.XXXX  
AÇÃO: PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE POÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE  
COREAU – ESTADO DO CEARÁ.  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 600.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL.  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 600.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir no orçamento à ação supracitada dotar os Municípios do Estado do Ceará, com ações que possibilita a melhoria da qualidade de vida da população carente que necessitam de obras de infra-estrutura hídrica em suas comunidades.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

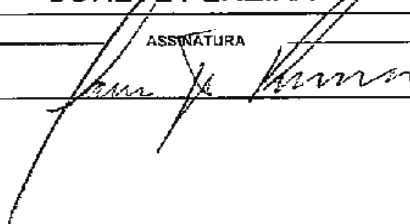
CE

PR

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00104****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

**ACRESCENTAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53204 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.0515.109Z.XXXX  
AÇÃO: PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE POÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE  
TURURU – ESTADO DO CEARÁ.  
GND 4; MOD 40; FONTE: 100  
VALOR: R\$ 500.000,00

**CANCELAR:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1025.12QC.0001  
AÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO  
BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL.  
GND 3; MOD 90; FONTE: 388  
VALOR: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir no orçamento à ação supracitada dotar os Municípios do Estado do Ceará, com ações que possibilita a melhoria da qualidade de vida da população carente que necessitam de obras de infra-estrutura hídrica em suas comunidades.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

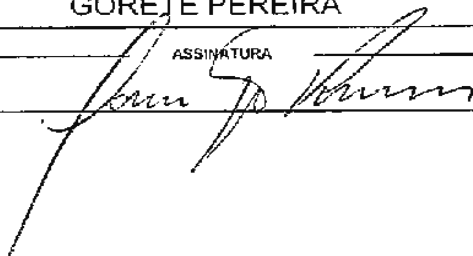
CE

PR

DATA

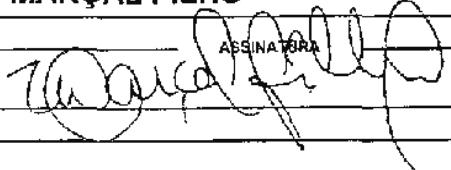
ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00105****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PL Nº 004/2011-CN	PÁGINA 01 de 01
<p>Inclua-se as alterações abaixo descritas: <span style="float: right;">TEXTO</span></p> <p><b>Suplementação:</b> Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional Subtítulo: Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - No Estado de Mato Grosso do Sul. Funcional Programática: 18.544.1025.12QC GND/MA: 4 / 30 Valor: R\$ 5.900.000,00</p> <p><b>Cancelamento:</b> Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional Subtítulo: Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional. Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 GND/MA: 4 / 90 Valor: R\$ 5.900.000,00</p>		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A presente Emenda visa melhorar as condições de vida da população dos municípios sul-mato-grossenses que sofrem sérias consequências por problemas causados pela falta de infra-estrutura urbana. Em dados estatísticos o Estado de Mato Grosso do Sul aparece em décimo lugar, com 4,9% da população com renda de no máximo 70 reais por pessoa. São quase 100 mil pessoas. Um outro dado que chama a atenção no censo do IBGE é o fato de 40% da população indígena do estado fazer parte dessa estatística. Outro índice preocupante é que entre as pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, mais de 15 mil são crianças de no máximo 4 anos. Sendo assim, a aprovação dessa Emenda, visa suprir tais carências, contribuindo significativamente para incluir a população mais pobre, nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro através da elevação da renda e das condições de bem-estar da população sul-matogrossense.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>Deputado MARÇAL FILHO</b>	UF <b>MS</b> PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA <b>11</b>	ASSINATURA 	



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00105****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 4 / 2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

TEXTO

Inclua-se na programação de trabalho da Unidade Orçamentária 53.101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL a seguinte emenda:

ACRÉSCIMO: 15.451.1138.8084.0000 - Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem em São João de Meriti - no Estado do Rio de Janeiro

GND - 4

MOD. 40

VALOR: R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO: 18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 2

MOD. 90

IU: 0

Fonte: 388

VALOR: R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda visa atender o município de São João de Meriti/RJ com Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem. A implantação de drenagem traz melhorias principalmente na área de saúde pública e no desenvolvimento da economia local.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado MARCELO MATOS

UF

RJ

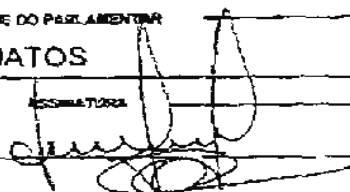
PARTIDO

PDT

DATA

16.06.2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00107**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional – 53101, o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.0515.1851.XXXX – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Santana do Cariri - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**Cancelar**

53101 – Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no Município de Santana do Cariri, no Estado do Ceará.

CÓDIGO

108

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO

UF

CE

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

10 Fls 258

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00108****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - 53204, no Ministério da Integração Nacional o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.0515.1851.XXXX - Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica - Várzea Alegre - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**Cancelar**

53101 - Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no Município de Várzea Alegre, no Estado do Ceará.

CÓDIGO

108

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO

UF

CE

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00109****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional – 53101, o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.1138.2B70.XXXX – Obras de Pequeno Vulto para Controle de Erosão Marítima e Fluvial – Juazeiro do Norte - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 14.000.000,00

**Cancelar**

53101 – Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 14.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Obras de pequeno Vulto para Controle de Erosão Marítima e Fluvial – Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

CÓDIGO

**108**

NOME DO PARLAMENTAR

**DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO**

UF

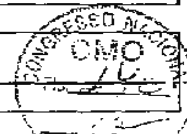
**CE**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00110****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional – 53101, o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.0515.1851.XXXX – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Barro - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**Cancelar**

53101 – Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no Município de Barro, no Estado do Ceará.

CÓDIGO

108

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO

UF

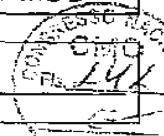
CE

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00111**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 004	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	-----------------------	------------------

## TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional – 53101, o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.0515.1851.XXXX – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Aurora - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 14.000.000,00

**Cancelar**

53101 – Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 14.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no Município de Aurora, no Estado do Ceará.

CÓDIGO <b>108</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO</b>	UF <b>CE</b>	PARTIDO <b>PMDB</b>
DATA	ASSINATURA 		



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00112****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - 53204, no Ministério da Integração Nacional o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.0515.1851.XXXX - Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica - Crato - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**Cancelar**

53101 - Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no Município de Crato, no estado do Ceará.

CÓDIGO

**108**

NOME DO PARLAMENTAR

**DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO**

UF

**CE**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA

INFR 295 F1

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00113****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

**TEXTO**

Acrescente-se ao programa de trabalho do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - 53204, no Ministério da Integração Nacional o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.0515.1851.XXXX - Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica - Missão velha - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**Cancelar**

53101 - Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Essa obra visa a Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no Município de Missão Velha, no estado do Ceará.

CÓDIGO

**108**

NOME DO PARLAMENTAR

**DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO**

UF

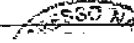
**CE**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00114****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional – 53101, o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.1138.2B7D.XXXX – Obras de Pequeno Vulto para Controle de Erosão Marítima e Fluvial – Aurora - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 14.000.000,00

**Cancelar**

53101 – Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 14.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Obras de pequeno Vulto para Controle de Erosão Marítima e Fluvial – Aurora, no Estado do Ceará.

CÓDIGO

**108**

NOME DO PARLAMENTAR

**DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO**

UF

**CE**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA

SEED Nº

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00115****PL 004/2011-CN**

Mensagem: 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional – 53101, o seguinte subtítulo:

Ação:

18.544.0515.1851.XXXX – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Farias Brito - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**Cancelar**

53101 – Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no Município de Farias Brito, no Estado do Ceará.

CÓDIGO

108

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO

UF

CE

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

18.544.1025.12QC.0001

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00116**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

004

1 DE 1

## TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional - 53101, o seguinte subtítulo:

Ação:

06.182.1027.XXXX - Apoio a Obras preventivas de Desastres - Aurora - CE

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

**Cancelar**

53101 - Ministério da Integração

18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND 4 Modalidade 90 Fonte 388

R\$ 10.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Essa obra visa a Apoio à Obras Preventivas de Desastres no Município de Aurora, no Estado do Ceará.

CÓDIGO

108

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO RAIMUNDÃO MACEDO

UF

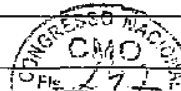
CE

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00117****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.511.1305.XXXX.XXXX – Revitalização da Bacia do São Francisco nas Regiões Noroeste e Norte de Minas Gerais

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 15.000.000,00

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional (unidade): 34.900

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 15.000.000,00

**3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II****Programa : 1305- Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental****Órgão Responsável : 53000 – Ministério da Integração Nacional****AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

Código Título

XXXX Revitalização da Bacia do São Francisco nas Regiões Noroeste e Norte de Minas Gerais

Produto (unid med)	Início	Órgão	Valor total	Regionalização	Financeiro/Físico			
Projeto Executado	Término	Executor	Estimado		2008	2009	2010	2011
% de execução física	08/2011 12/2012	M1	30.000.000,00	SD	R\$ Meta	- -	- -	15.000.000,00 50%

**JUSTIFICAÇÃO**

No contexto da política nacional de revitalização da bacia do rio São Francisco, um dos graves problemas que merecem especial atenção é o de processos erosivos. Entre as principais causas estão o desmatamento de áreas de preservação permanente, a exploração desordenada de produtos minerais em leitos de diversos rios dessa bacia, a produção agropastoril inadequada, assim como a falta de alternativas sustentáveis às milhares de famílias que habitam esses espaços. Portanto, a promoção de ações de combate a processos erosivos ao longo da bacia do rio São Francisco, em especial nas regiões noroeste e norte de Minas Gerais, devem ser vista com especial atenção, principalmente quando essas iniciativas visam o envolvimento comunitário, por meio das chamadas tecnologias sociais, acompanhadas de pesquisa e intervenções locais que promovam processos de disseminação dessas práticas, garantindo a continuidade e a sustentabilidade das mesmas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GILMAR MACHADO

MG

PT

DATA

15/06/2011

ASSINATURA



# **EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00118**
**PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**1. INCLUSÃO - ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.511.1305.XXXX.XXXX – Revitalização do Rio Jaguaribe no Município de João Pessoa – no Estado da Paraíba

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**2. CANCELAMENTO - ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional (unidade): 34.900

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II**

Programa : 1305- Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Órgão Responsável : 53000 – Ministério da Integração Nacional

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL**
**Projeto**

Código Título

XXXX Revitalização do Rio Jaguaribe no Município de João Pessoa – no Estado da Paraíba

Produto (unid med)	Início	Órgão	Valor total	Regionalização	Financeiro/Físico			
Projeto Executado	Término	Executor	Estimado		2008	2009	2010	2011
% de execução física	08/2011 12/2012	MI	10.000.000,00	SD	RS Meta	- -	- -	3.000.000,00 30%

**JUSTIFICAÇÃO**

No contexto da política nacional de revitalização, um dos graves problemas que merecem especial atenção é o de processos erosivos. Entre as principais causas estão o desmatamento de áreas de preservação permanente, a exploração inadequada, assim como a falta de alternativas sustentáveis às famílias que habitam desse rio. Portanto, a promoção de ações de combate a processos erosivos ao longo do rio, devem ser vista com especial atenção, principalmente quando essas iniciativas visam o envolvimento comunitário, por meio das chamadas tecnologias sociais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

WELLINGTON ROBERTO

PB

PR

DATA

ASSINATURA

17/06/2011

Ofs 24

# **EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00119**
**PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

04/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**1. INCLUSÃO - ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.511.1305.XXXX.XXXX – Revitalização do Rio Alto Piranha – no Estado da Paraíba

GND: 4

MOD: 40

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**2. CANCELAMENTO - ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional (unidade): 34.900

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II**

Programa : 1305- Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Órgão Responsável : 53000 – Ministério da Integração Nacional

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL**
**Projeto**

Código Título

XXXX Revitalização do Rio Alto Piranha – no Estado da Paraíba

Produto (unid med)	Início	Órgão	Valor total	Regionalização		Financeiro/Físico		
Projeto Executado	Término	Executor	Estimado			2008	2009	2010
% de execução física	08/2011 12/2012	MI	10.000.000,00	SD	R\$ Meta	- -	- -	- -
								3.000.000,00 30%

**JUSTIFICAÇÃO**

No contexto da política nacional de revitalização, um dos graves problemas que merecem especial atenção é o de processos erosivos. Entre as principais causas estão o desmatamento de áreas de preservação permanente, a exploração inadequada, assim como a falta de alternativas sustentáveis às famílias que habitam desse rio. Portanto, a promoção de ações de combate a processos erosivos ao longo do rio, devem ser vista com especial atenção, principalmente quando essas iniciativas visam o envolvimento comunitário, por meio das chamadas tecnologias sociais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

WELLINGTON ROBERTO

PB

PR

DATA

ASSINATURA

17/06/2011

132

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00120****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**1. INCLUSÃO - ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX.XXXX – Construção de Barragens em Municípios do Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**2. CANCELAMENTO - ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional (unidade): 34.900

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II**

Programa : 0515 – Infra-Estrutura Hídrica

Órgão Responsável : 53000 – Ministério da Integração Nacional

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

Código Título

XXXX Construção de Barragens em Municípios do Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início	Órgão	Valor total	Regionalização	Financeiro/Físico			
Projeto Executado	Término	Executor	Estimado		2008	2009	2010	2011
% de execução física	08/2011 12/2012	MI	10.000.000,00	NE	RS Meta	- -	- -	3.000.000,00 30%

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta visa melhorar a qualidade de vida da população das regiões mais castigadas pela seca, no Estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

WELLINGTON ROBERTO

PB

PR

DATA

ASSINATURA

17/06/2011

FIS. 11/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00121****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.XXXX.XXXX – Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Municípios do Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 386

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional (unidade): 34.900

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II**

Programa : 0515 – Infra-Estrutura Hídrica

Órgão Responsável : 53000 – Ministério da Integração Nacional

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

Código Título

XXXX Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Municípios do Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início	Órgão	Valor total	Regionalização	Financeiro/Física			
Projeto Executado	Término	Executor	Estimado		2008	2009	2010	2011
% de execução física	08/2011 12/2012	MI	10.000.000,00	NE	R\$ Meta	- -	- -	3.000.000,00 30%

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta visa melhorar a qualidade de vida da população das regiões mais castigadas pela seca, no Estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

WELLINGTON ROBERTO

PB

PR

DATA

17/06/2011

ASSINATURA



# **EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00122**
**PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

**1. INCLUSÃO - ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

 Funcional Programática: 20.607.0379.XXXX.XXXX – Construção de Estradas Vicinais nos  
Perímetros de Irrigação de São Gonçalo e Souza – PB

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**2. CANCELAMENTO - ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

 Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para  
Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional (unidade): 34.900

GND: 4

MOD: 90

FTE: 388

VALOR: R\$ 3.000.000,00

**3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II**

Programa : 0379 – Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Órgão Responsável : 53000 – Ministério da Integração Nacional

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL**
**Projeto**

Código Título

XXXX Construção de Estradas Vicinais nos Perímetros de Irrigação de São Gonçalo e Souza – PB

Produto (unid med)	Início Projeto Executado	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
						2008	2009	2010	2011
% de execução física	08/2011	12/2012	MI	10.000.000,00	NE	RS	-	-	3.000.000,00
					Meta	-	-	-	30%

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta visa melhorar a qualidade de vida da população daquela região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

WELLINGTON ROBERTO

PB

PR

DATA

ASSINATURA

17/06/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00123****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 04/2011-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	------------------------------	--------------------

## TEXTO

**ACRESCENTAR** ao PLN nº 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, o seguinte subtítulo:

18.544.1025.12QC.XXXX - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – XXXXXXXXXXXX – PB

GND: 4 / MA: 40 / Fonte: 388

Valor: R\$x.xxx.xxx,xx (xxxxx Reais)

**CANCELAR** no PLN nº 04/2011-CN, na U.O. 53.101 – Ministério da Integração Nacional, constante do Anexo I, o seguinte subtítulo:

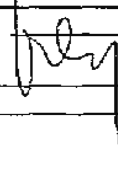
18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional

GND: 4 / MA: 90 / Fonte: 388

Valor: R\$x.xxx.xxx,xx (xxxxx Reais)

## JUSTIFICAÇÃO

Pretende-se com a presente proposta destinar recursos voltados para ofertar água às populações carentes do município de XXX-PB, previstos no "Plano Brasil sem Miséria".

CÓDIGO XXX	NOME DO PARLAMENTAR Deputado DAMILÃO FELICIANO	UF PB	PARTIDO PDT
DATA	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00124****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO <b>PL nº 04/2011-CN</b>	PÁGINA <b>1 DE 1</b>
---------------------	--	-------------------------

## TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 53101 Ministério da Integração Nacional, o seguinte subtítulo:

Subtítulo:

UO: 53101

Funcional: 18.544.1025.12QC.XXXX

Subtítulo: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – em municípios do Estado do Ceará – CE

Valor: R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais)

GND: 4 – Investimentos

Mod. Aplic.: 40

CANCELAMENTO:

UO: 53101

Funcional: 18.544.1025.12QC.0001

Valor: R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais)

GND: 4

Mod. Aplic.: 90

FTE: 388

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para viabilizar o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar em municípios do estado do Ceará, com respectiva inclusão no Plano Plurianual 2008-2011, mantidos os valores gerais contidos no presente projeto.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3433	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
DATA	ASSINATURA		
20/06/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00125****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL nº 04/2011-CN

1 DE 1

## TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o seguinte subtítulo:

**Subtítulo:**

UO: 55101

Funcional: 08.244.1049.20GD.XXXX

Subtítulo: Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Plano Brasil sem Miséria – em municípios do Estado do Ceará – CE

Valor: R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais)

GND: 3 – Outras Despesas Correntes

Mod. Aplic.: 40

**CANCELAMENTO:**

UO: 55101

Funcional: 08.244.1049.20GD.0001

Valor: R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais)

GND: 3

Mod. Aplic.: 90

FTE: 388

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para viabilizar fomento a atividades produtivas rurais em municípios do estado do Ceará, voltada à população em extrema pobreza, com respectiva inclusão no Plano Plurianual 2008-2011, mantidos os valores gerais contidos no presente projeto.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

3433

Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

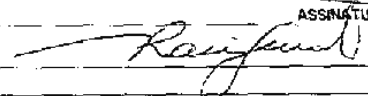
CE

PSDB

DATA

20/06/2011

ASSINATURA



# **EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00126**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 004, de 2011	PÁGINA DE
---------------------	------------------------------------	--------------

## **TEXTO**

### **Suplementar/Incluir**

Órgão: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.XXXX

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Em Municípios – No Estado do Espírito Santo

GND 4; MOD 40; Fonte 388

Valor R\$ 20.000.000,00

### **Cancelar**

Órgão: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001

Ação – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional

GND 4; MOD 90; Fonte 388

Valor R\$ 20.000.000,00

### **Inclua-se no Plano Plurianual 2008/2011 a seguinte ação da Esfera Fiscal:**

Anexo III – Programa Finalístico

Programa: 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO


Órgão Responsável: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ação: Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Em Municípios – No Estado do Espírito Santo

Produto (un. de medida)	Org	Início/ Tér.	Valor Total Estimado	Reg.		2008	2009	2010	2011
Estrutura Implantada (Unidade)	MI	05/2011 12/2014	200.000.000	Sudeste	R\$	-	-	-	20.000.000
Meta			100						10

## **JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, propiciando à população em extrema pobreza o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar, em Municípios no Estado do Espírito Santo.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
282	Rose de Freitas	ES	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00127****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
.04 / 2011 (CN)PÁGINA  
01 de 01

TEXTO

**Inclusão: UO 53101**

- 06.182.1027.8348.XXXX - Apoio a Obras Preventivas de Desastres - no Estado do Paraná

Valor: R\$ 20.000.000,00

M.A.: 40

GND: 4

**Cancelamento: UO 53101**

- 18.544.1025.12QC.0001 - Implantação de Obras e equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil Sem Miséria - Nacional

Valor: R\$ 20.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o Estado do Paraná de recursos voltados para a prevenção de desastres naturais tais como: enchentes, desabamentos de encostas e ressacas do mar, entre outras calamidades. O OGU/2011 não contempla o estado do Paraná com um real sequer para a prevenção de desastres, portanto, a aprovação desta emenda irá corrigir essa falha de planejamento do Governo Federal.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**Deputado RUBENS BUENO****PR****PPS**

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00128****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
.04 / 2011 (CN)

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

**Inclusão: UO 53101**

- 15.451.1138.8084.XXXX -Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 20.000.000,00

M.A.: 40

GND: 4

**Cancelamento: UO 53101**

- 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil Sem Miséria - Nacional

Valor: R\$ 20.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o Estado do Paraná de recursos voltados para obras de macrodrenagem que serão imprescindíveis na prevenção de enchentes. O OGU/2011 contempla o estado do Paraná com apenas R\$ 1 milhão para tais obras, sendo que metade na capital, Curitiba. Portanto, a aprovação desta emenda irá permitir que outras regiões do estado também sejam atendidas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

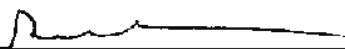
PARTIDO

**Deputado RUBENS BUENO****PR****PPS**

DATA

ASSINATURA

16/06/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00129**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**INCUA ONDE COUBER:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.344.1133.20GG.XXXX – FOMENTO, CAPACITAÇÃO  
OCUPACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDEMENTOS POPULARES E  
SOLIDÁRIOS E A TRABALHADORES – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NOS MUNICÍPIOS  
NO ESTADO DA PARAÍBA

GND 3                      MOD 40                      Fonte 388                      Valor 3.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.344.1133.20GG.0001 – FOMENTO, CAPACITAÇÃO  
OCUPACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDEMENTOS POPULARES E  
SOLIDÁRIOS E A TRABALHADORES – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 3                      MOD 40                      Fonte 388                      Valor 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, GERANDO EMPREGO E RENDA, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS QUE OBJETIVAM REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS E POSSIBILITANDO A TODOS UMA ALIMENTAÇÃO DIGNA, REGULAR E ADEQUADA, NOS MUNICÍPIOS DE AGUIAR, ARAÇAGI, ARARA, ARARUNA, AROEIRAS, ASSUNÇÃO, BAÍA DA TRAIÇÃO, BARRA DE SÃO MIGUEL, BELÉM, BELÉM DO BREJO DO CRUZ, BERNARDINO BATISTA, BONITO DE SANTA FÉ, BORBOREMA, BREJO DO CRUZ, CAAPORÁ, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS, CACIMBA DE AREIA, CACIMBA DE DENTRO, CACIMBAS, CAIÇARA, CAJAZEIRAS, CAJAZEIRINHAS, CAMPINA GRANDE, CARRAPATEIRA, CATINGUEIRA, CONCEIÇÃO, CONDADO, CONDE, CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, CUITÉ DE MAMANGUAPE, CUITEGI, CURRAL VELHO, DAMIÃO, DESTERRO, DIAMANTE, DUAS ESTRADAS, FAGUNDES, GUARABIRA, GURINHÉM, INGÁ, ITAPOROROCA, JERICÓ, JOÃO PESSOA, JOCA CLAUDINO, JUNCO DO SERIDÓ, LAGOA, LAGOA DE DENTRO, LASTRO, LIVRAMENTO, LOGRADOURO, MALTA, MANAÍRA, MARCAÇÃO, MARI, MARIZÓPOLIS, MATARACA, MATINHAS, MOGEIRO, NAZAREZINHO, NOVA FLORESTA, NOVA OLINDA, NOVA PALMEIRA, OLIVEDOS, PATOS, PEDRA LAVRADA, PEDRAS DE FOGO, PILAR, POÇO DANTAS, POÇO DE JOSÉ DE MOURA, POMBAL, PRINCESA ISABEL, QUEIMADAS, RIACHÃO, RIACHÃO DO BACAMARTE, RIACHÃO DO POÇO, RIACHO DOS CAVALOS, RIO TINTO, SALGADO DE SÃO FÉLIX, SANTA CRUZ, SANTA HELENA, SANTA INÉS, SANTA RITA, SANTANA DE MANGUEIRA, SÃO BENTINHO, SÃO BENTO, SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, SÃO JOSÉ DE CAIANA, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, SÃO JOSÉ DE PRINCESA, SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, SERRA BRANCA, SERTÃOZINHO, SOBRADO, SOLÂNEA, SOLEDADE, SOUSA, SUMÉ, TACIMA, TAPEROÁ, TEIXEIRA, TRIUNFO, UIRAÚNA, VEIEIRÓPOLIS E VISTA SERRANA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

2897

NOME DO PARLAMENTAR

Senador Wilson Santiago

UF

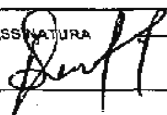
PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00130**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

**INCUA ONDE COUBER:**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 18.544.1025.12QC.XXXX – IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DA PARAÍBA

GND 4 MOD 40 FONTE 388 VALOR 30.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 53000 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE: 53101 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 18.544.1025.12QC.0001 – IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL

GND 4 MOD 90 Fonte 388 Valor 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, GERANDO EMPREGO E RENDA, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS QUE OBJETIVAM REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS AGUIAR, ARAÇAGI, ARARA, ARARUNA, AROEIRAS, ASSUNÇÃO, BAIA DA TRAIÇÃO, BARRA DE SÃO MIGUEL, BELÉM, BELÉM DO BREJO DO CRUZ, BERNARDINO BATISTA, BONITO DE SANTA FÉ, BORBOREMA, BREJO DO CRUZ, CAAPORÁ, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS, CACIMBA DE AREIA, CACIMBA DE DENTRO, CACIMBAS, CAIÇARA, CAJAZEIRAS, CAJAZEIRINHAS, CAMPINA GRANDE, CARRAPATEIRA, CATINGUEIRA, CONCEIÇÃO, CONDAO, CONDE, CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, CUITÉ DE MAMANGUAPE, CUITEGI, CURRAL VELHO, DAMIÃO, DESTERRO, DIAMANTE, DUAS ESTRADAS, FAGUNDES, GUARABIRA, GURINHÉM, INGÁ, ITAPOROROCA, JERICÓ, JOÃO PESSOA, JOCA CLAUDINO, JUNCO DO SERIDÓ, LAGOA, LAGOA DE DENTRO, LASTRO, LIVRAMENTO, LOGRADOURO, MALTA, MANAÍRA, MARCAÇÃO, MARI, MARIZÓPOLIS, MATARACA, MATINHAS, MOGEIRO, NAZAREZINHO, NOVA FLORESTA, NOVA OLINDA, NOVA PALMEIRA, OLIVEDOS, PATOS, PEDRA LAVRADA, PEDRAS DE FOGO, PILAR, POÇO DANTAS, POÇO DE JOSÉ DE MOURA, POMBAL, PRINCESA ISABEL, QUEIMADAS, RIACHÃO, RIACHÃO DO BACAMARTE, RIACHÃO DO POÇO, RIACHO DOS CAVALOS, RIO TINTO, SALGADO DE SÃO FÉLIX, SANTA CRUZ, SANTA HELENA, SANTA INÊS, SANTA RITA, SANTANA DE MANGUEIRA, SÃO BENTINHO, SÃO BENTO, SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, SÃO JOSÉ DE CAIANA, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, SÃO JOSÉ DE PRINCESA, SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, SERRA BRANCA, SERTÃOZINHO, SOBRADO, SOLÂNEA, SOLEDADE, SOUSA, SUMÉ, TACIMA, TAPEROÁ, TEIXEIRA, TRIUNFO, UIRAÚNA, VEIEIRÓPOLIS E VISTA SERRANA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

2897

NOME DO PARLAMENTAR

Senador Wilson Santiago

UF

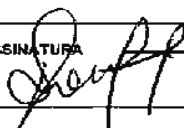
PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00131****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**INCLUA ONDE COUBER:**

ÓRGÃO: 44000 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 44101 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 18.541.1145.20GF.XXXX – PAGAMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DA PARAÍBA

GND 3 MOD 40 FONTE 388 VALOR 1.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 44000 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 44101 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 18.541.1145.20GF.0001 – PAGAMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NACIONAL

GND 3 MOD 90 FONTE 388 VALOR 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO MAIS CARENTE, GERANDO EMPREGO E RENDA NOS MUNICÍPIOS DE AGUIAR, ARAÇAGI, ARARA, ARARUNA, AROEIRAS, ASSUNÇÃO, BAÍA DA TRAIÇÃO, BARRA DE SÃO MIGUEL, BELÉM, BELÉM DO BREJO DO CRUZ, BERNARDINO BATISTA, BONITO DE SANTA FÉ, BORBOREMA, BREJO DO CRUZ, CAAPORÃ, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS, CACIMBA DE AREIA, CACIMBA DE DENTRO, CACIMBAS, CAIÇARA, CAJAZEIRAS, CAJAZEIRINHAS, CAMPINA GRANDE, CARRAPATEIRA, CATINGUEIRA, CONCEIÇÃO, CONDADO, CONDE, CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, CUITÉ DE MAMANGUAPE, CUITEGI, CURRAL VELHO, DAMIÃO, DESTERRO, DIAMANTE, DUAS ESTRADAS, FAGUNDES, GUARABIRA, GURINHÉM, INGÁ, ITAPOROROCA, JERICÓ, JOÃO PESSOA, JOCA CLAUDINO, JUNCO DO SERIDÓ, LAGOA, LAGOA DE DENTRO, LASTRO, LIVRAMENTO, LOGRADOURO, MALTA, MANAÍRA, MARCAÇÃO, MARI, MARIZÓPOLIS, MATARACA, MATINHAS, MOGEIRO, NAZAREZINHO, NOVA FLORESTA, NOVA OLINDA, NOVA PALMEIRA, OLIVEDOS, PATOS, PEDRA LAVRADA, PEDRAS DE FOGO, PILAR, POÇO DANTAS, POÇO DE JOSÉ DE MOURA, POMBAL, PRINCESA ISABEL, QUEIMADAS, RIACHÃO, RIACHÃO DO BACAMARTE, RIACHÃO DO POÇO, RIACHO DOS CAVALOS, RIO TINTO, SALGADO DE SÃO FÉLIX, SANTA CRUZ, SANTA HELENA, SANTA INÊS, SANTA RITA, SANTANA DE MANGUEIRA, SÃO BENTINHO, SÃO BENTO, SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, SÃO JOSÉ DE CAIANA, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, SÃO JOSÉ DE PRINCESA, SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, SERRA BRANCA, SERTÃOZINHO, SOBRADO, SOLÂNEA, SOLEDADE, SOUSA, SUMÉ, TACIMA, TAPEROÁ, TEIXEIRA, TRIUNFO, UIRAÚNA, VEIEIRÓPOLIS E VISTA SERRANA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

2897

NOME DO PARLAMENTAR

Senador Wilson Santiago

UF

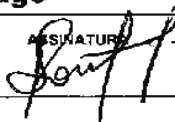
PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00132****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**INCUA ONDE COUBER:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.244.1049.20GD.XXXX – FOMENTO ÀS ATIVIDADES  
PRODUTIVAS RURAIS – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NOS MUNICÍPIOS NO ESTADO  
DA PARAÍBA

GND 3                      MOD 40                      FONTE 388                      VALOR 3.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.244.1049.20GD.0001 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES  
PRODUTIVAS RURAIS – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL  
GND 3                      MOD 90                      Fonte 388                      Valor 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, GERANDO EMPREGO E RENDA, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS QUE OBJETIVAM REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS E POSSIBILITANDO A TODOS UMA ALIMENTAÇÃO DIGNA, REGULAR E ADEQUADA, NOS MUNICÍPIOS DE AGUIAR, ARAÇAGI, ARARA, ARARUNA, AROEIRAS, ASSUNÇÃO, BAÍA DA TRAIÇÃO, BARRA DE SÃO MIGUEL, BELÉM, BELÉM DO BREJO DO CRUZ, BERNARDINO BATISTA, BONITO DE SANTA FÉ, BORBOREMA, BREJO DO CRUZ, CAAPORÃ, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS, CACIMBA DE AREIA, CACIMBA DE DENTRO, CACIMBAS, CAIÇARA, CAJAZEIRAS, CAJAZEIRINHAS, CAMPINA GRANDE, CARRAPATEIRA, CATINGUEIRA, CONCEIÇÃO, CONDAO, CONDE, CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, CUITÉ DE MAMANGUAPE, CUITEGI, CURRAL VELHO, DAMIÃO, DESTERRO, DIAMANTE, DUAS ESTRADAS, FAGUNDES, GUARABIRA, GURINHÉM, INGÁ, ITAPOROROCA, JERICÓ, JOÃO PESSOA, JOCA CLAUDINO, JUNCO DO SERIDÓ, LAGOA, LAGOA DE DENTRO, LASTRO, LIVRAMENTO, LOGRADOURO, MALTA, MANAÍRA, MARCAÇÃO, MARI, MARIZÓPOLIS, MATARACA, MATINHAS, MOGEIRO, NAZAREZINHO, NOVA FLORESTA, NOVA OLINDA, NOVA PALMEIRA, OLIVEDOS, PATOS, PEDRA LAVRADA, PEDRAS DE FOGO, PILAR, POÇO DANTAS, POÇO DE JOSÉ DE MOURA, POMBAL, PRINCESA ISABEL, QUEIMADAS, RIACHÃO, RIACHÃO DO BACAMARTE, RIACHÃO DO POÇO, RIACHO DOS CAVALOS, RIO TINTO, SALGADO DE SÃO FÉLIX, SANTA CRUZ, SANTA HELENA, SANTA INÊS, SANTA RITA, SANTANA DE MANGUEIRA, SÃO BENTINHO, SÃO BENTO, SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, SÃO JOSÉ DE CAIANA, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, SÃO JOSÉ DE PRINCESA, SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, SERRA BRANCA, SERTÃOZINHO, SOBRADO, SOLÂNEA, SOLEDADE, SOUSA, SUMÉ, TACIMA, TAPEROÁ, TEIXEIRA, TRIUNFO, UIRAÚNA, VEIEIRÓPOLIS E VISTA SERRANA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

**2897**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador Wilson Santiago**

UF

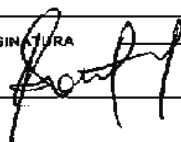
**PB**

PARTIDO

**PMDB**

DATA

ASSINATURA



# **EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00133**
**PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 04/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**INCUA ONDE COUBER:**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.344.1133.20GG.XXXX – FOMENTO, CAPACITAÇÃO  
OCUPACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDIMENTOS POPULARES E  
SOLIDÁRIOS E A TRABALHADORES – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – NOS MUNICÍPIOS  
NO ESTADO DA PARAÍBA

GND 4

MOD 40

Fonte 388

Valor 1.000.000,00

**CANCELAMENTO**

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 08.344.1133.20GG.0001 – FOMENTO, CAPACITAÇÃO  
OCUPACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDIMENTOS POPULARES E  
SOLIDÁRIOS E A TRABALHADORES – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - NACIONAL

GND 4

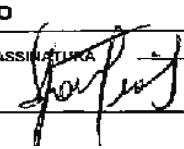
MOD 40

Fonte 388

Valor 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, GERANDO EMPREGO E RENDA, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS QUE OBJETIVAM REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS E POSSIBILITANDO A TODOS UMA ALIMENTAÇÃO DIGNA, REGULAR E ADEQUADA, NOS MUNICÍPIOS DE AGUIAR, ARAÇAGI, ARARA, ARARUNA, AROEIRAS, ASSUNÇÃO, BAÍA DA TRAIÇÃO, BARRA DE SÃO MIGUEL, BELÉM, BELÉM DO BREJO DO CRUZ, BERNARDINO BATISTA, BONITO DE SANTA FÉ, BORBOREMA, BREJO DO CRUZ, CAAPORÁ, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS, CACIMBA DE AREIA, CACIMBA DE DENTRO, CACIMBAS, CAIÇARA, CAJAZEIRAS, CAJAZEIRINHAS, CAMPINA GRANDE, CARRAPATEIRA, CATINGUEIRA, CONCEIÇÃO, CONDADO, CONDE, CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, CUITÉ DE MAMANGUAPE, CUITEGI, CURRAL VELHO, DAMIÃO, DESTERRO, DIAMANTE, DUAS ESTRADAS, FAGUNDES, GUARABIRA, GURINHÉM, INGÁ, ITAPOROROCA, JERICÓ, JOÃO PESSOA, JOCA CLAUDINO, JUNCO DO SERIDÓ, LAGOA, LAGOA DE DENTRO, LASTRO, LIVRAMENTO, LOGRADOURO, MALTA, MANAIRA, MARCAÇÃO, MARI, MARIZÓPOLIS, MATARACA, MATINHAS, MOGEIRO, NAZAREZINHO, NOVA FLORESTA, NOVA OLINDA, NOVA PALMEIRA, OLIVEDOS, PATOS, PEDRA LAVRADA, PEDRAS DE FOGO, PILAR, POÇO DANTAS, POÇO DE JOSÉ DE MOURA, POMBAL, PRINCESA ISABEL, QUEIMADAS, RIACHÃO, RIACHÃO DO BACAMARTE, RIACHÃO DO POÇO, RIACHO DOS CAVALOS, RIO TINTO, SALGADO DE SÃO FÉLIX, SANTA CRUZ, SANTA HELENA, SANTA INÊS, SANTA RITA, SANTANA DE MANGUEIRA, SÃO BENTINHO, SÃO BENTO, SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, SÃO JOSÉ DE CAIANA, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, SÃO JOSÉ DE PRINCESA, SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, SERRA BRANCA, SERTÃOZINHO, SOBRADO, SOLÂNEA, SOLEDADE, SOUSA, SUMÉ, TACIMA, TAPEROÁ, TEIXEIRA, TRIUNFO, UIRAÚNA, VEIEIRÓPOLIS E VISTA SERRANA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00134****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

PÁGINA

TEXTO

**ACRÉSCIMO:**

No Crédito Especial nº 04/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:

55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

53101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

08.244.1049.20GD.XXXX – Orientação Profissional e Intermediação de Mão de obra – Plano Brasil sem miséria - No Estado de São Paulo

GND: 04

Modalidade de Aplicação: 41

Fonte: 388

Valor: R\$ 500.000,00

**CANCELAMENTO:**

55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

53101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

08.244.1049.20GD.0001 – Orientação Profissional e Intermediação de Mão de obra – Plano Brasil sem miséria - Nacional

GND: 03

Modalidade de Aplicação: 90

Fonte: 388

Valor: R\$ 500.000,00

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa assegurar a Orientação Profissional e Intermediação de Mão de obra – Plano Brasil sem miséria - No Estado de São Paulo

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

João Dado

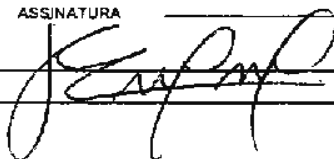
SP

PDT

DATA

ASSINATURA

20/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00135****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

04/2011-CN

PÁGINA

TEXTO

**ACRÉSCIMO:**

No Crédito Especial nº 04/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:

53000 – Ministério da Integração Nacional

53101 – Ministério da Integração Nacional

18.544.1025.10QC.XXXX – Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – No Estado de São Paulo

GND: 04

Modalidade de Aplicação: 40

Fonte: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

53000 – Ministério da Integração Nacional

53101 – Ministério da Integração Nacional

18.544.1025.10QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional

GND: 04

Modalidade de Aplicação: 90

Fonte: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa assegurar a Implantação de Obras e Equipamentos para oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – No Estado de São Paulo.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

João Dado

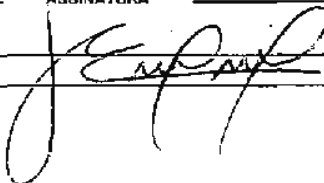
SP

PDT

DATA

ASSINATURA

20/06/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00136**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.244.0120.6553.XXXX – Apoio a Implantação da Infraestrutura

Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – Corumbá/MS

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para

Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Corumbá/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município que se encontra na Faixa de Fronteira. Vale ressaltar que cerca de 10% dos municípios brasileiros estão em faixa de fronteira. Estes municípios passam por grandes dificuldades ocasionadas, principalmente, pelo distanciamento dos grandes centros econômicos e políticos. Tais municípios têm que ser tratados como prioridades pelo Ministério da Integração Nacional, uma vez que são fundamentais para a defesa do território nacional.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

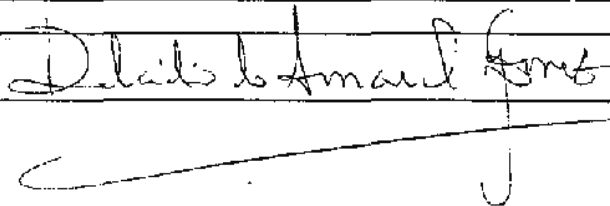
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00137****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.451.1138.8084.XXXX – Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem – Macrodrenagem e Urbanização do Vale do Córrego Cedro – Cassilândia/MS

GND: 4

Modalidade: 30

FTE: 388

Valor: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de urbanização do fundo do Vale do Córrego Cedro. Trata-se de uma intervenção de obras de infraestrutura composta de macro e microdrenagem e pavimentação com o objetivo de equacionar o problema de saneamento junto a população que sofre com as condições de enchentes e insalubridade. Vale ressaltar, que as obras de infraestrutura também ajudarão na preservação ambiental do Manancial do Córrego, uma vez que resolverá os processos erosivos e a preservação do Fundo do Vale.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

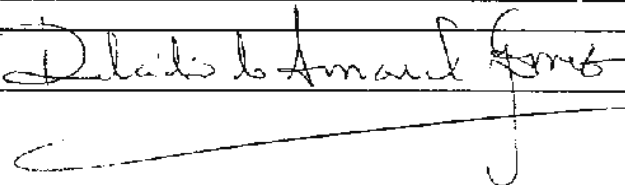
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00138**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.244.0120.XXXX.XXXX – Reestruturação da Faixa de Fronteira em Municípios do Mato Grosso do Sul

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

**3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II**

Programa: 0120 – Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Órgão Responsável: 53000 – Ministério da Integração Nacional

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL**

Projeto

Código

XXXX

Título

Reestruturação da Faixa de Fronteira em Municípios do Mato Grosso do Sul

Início / Término: 10/2011 – 12/2012

Órgão Executor: MI

Valor Total Estimado: R\$ 20.000.000,00

Regionalização: CO

Financeiro / Físico: 2008: (-) | 2009: (-) | 2010: (-) | 2011: R\$ 5.000.000,00 (25%)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa reestruturar a faixa nos municípios de Mato Grosso do Sul, em função da fragilidade apresentada por se tratar basicamente, de fronteira seca dificultando a fiscalização, o controle de entrada e saída de mercadorias ficando a população exposta sob vários aspectos tais como segurança, controle sanitário entre outros.

CÓDIGO

2042

NOME DO PARLAMENTAR

Senador DELCÍDIO DO AMARAL

UF

MS

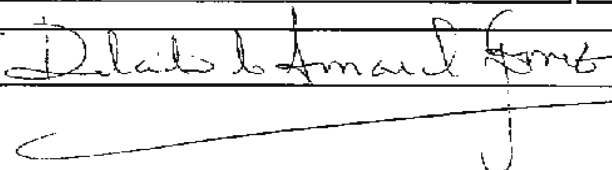
PARTIDO

PT

DATA

20/06/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00139****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO - ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 19.691.1430.8902.XXXX – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – Ponta Porã/MS

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO - ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Amambal/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município, que ajudará no desenvolvimento econômico regional. Os investimentos objetivam aumentar capacidade produtiva, agregando valor na produção, uma vez que a infraestrutura econômica é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CODIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

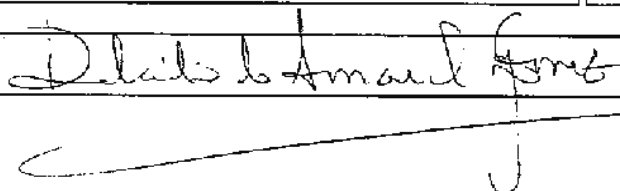
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00140****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

**TEXTO****1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.244.1025.6409.XXXX – Apoio a Implantação de Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em espaços Sub-regionais – Amambai/MS

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Amambai/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município, que ajudará no desenvolvimento social e da cadeia produtiva. Os investimentos objetivam aumentar capacidade produtiva, agregando valor na produção, uma vez que a infraestrutura é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

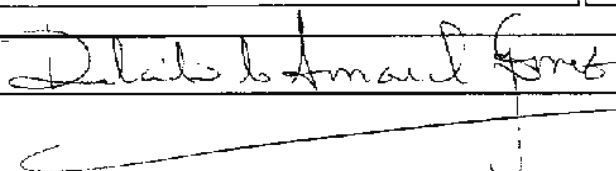
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00141**  
**PL 004/2011-CN**  
Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional  
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional  
Funcional Programática: 15.244.1025.6409.XXXX – Apoio a Implantação de Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em espaços Sub-regionais – Iguatemi/MS  
GND: 4  
Modalidade: 40  
FTE: 388  
Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional  
Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional  
Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900  
GND: 4  
Modalidade: 90  
FTE: 388  
Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Iguatemi/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município, que ajudará no desenvolvimento social e da cadeia produtiva. Os investimentos objetivam aumentar capacidade produtiva, agregando valor na produção, uma vez que a infraestrutura é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

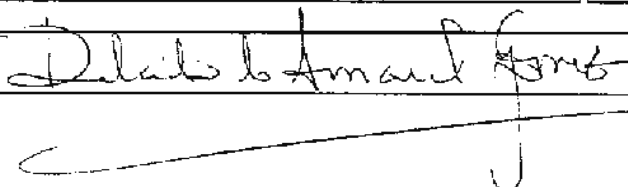
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00142****PL 004/2011-CN****Mensagem 0042/2011-CN**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.244.1025.6409.XXXX – Apoio a Implantação de Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em espaços Sub-regionais – Naviraí/MS

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Naviraí/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município, que ajudará no desenvolvimento social e da cadeia produtiva. Os investimentos objetivam aumentar capacidade produtiva, agregando valor na produção, uma vez que a infraestrutura é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

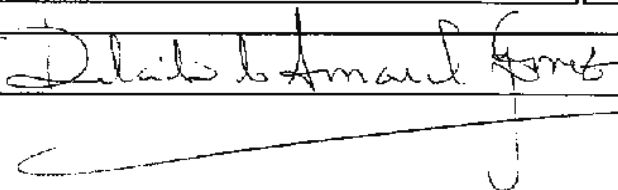
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00143****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.244.0120.6553.XXXX – Apoio a Implantação da Infraestrutura

Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – Caarapó/MS

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para

Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Caarapó/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município que se encontra na Faixa de Fronteira. Vale ressaltar que cerca de 10% dos municípios brasileiros estão em faixa de fronteira. Estes municípios passam por grandes dificuldades ocasionadas, principalmente, pelo distanciamento dos grandes centros econômicos e políticos. Tais municípios têm que ser tratados como prioridades pelo Ministério da Integração Nacional, uma vez que são fundamentais para a defesa do território nacional.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

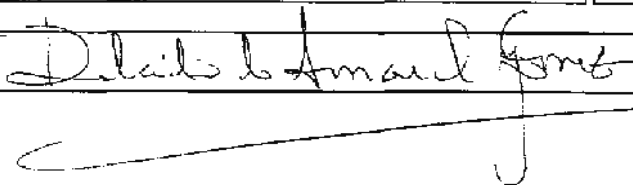
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00144****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 19.691.1430.8902.XXXX – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – Camapuã/MS

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Amambai/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município, que ajudará no desenvolvimento econômico regional.

Os investimentos objetivam aumentar capacidade produtiva, agregando valor na produção, uma vez que a infraestrutura econômica é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

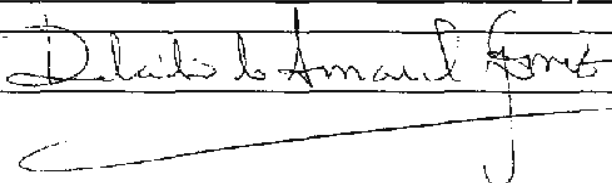
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00145****PL 004/2011-CN**

Mensagem 0042/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

PLN nº 04/2011

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

**1. INCLUSÃO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 15.244.1025.6409.XXXX – Apoio a Implantação de Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em espaços Sub-regionais – Inocência/MS

GND: 4

Modalidade: 40

FTE: 388

Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

**2. CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Uo: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1025.12QC.0001 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – Nacional – Unidade: 34.900

GND: 4

Modalidade: 90

FTE: 388

Valor: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe realização de obra de infraestrutura no município de Inocência/MS. Trata-se de ação de suma importância para o município, que ajudará no desenvolvimento social e da cadeia produtiva. Os investimentos objetivam aumentar capacidade produtiva, agregando valor na produção, uma vez que a infraestrutura é condição necessária para o desenvolvimento produtivo.

CÓDIGO

**2042**

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador DELCÍDIO DO AMARAL**

UF

**MS**

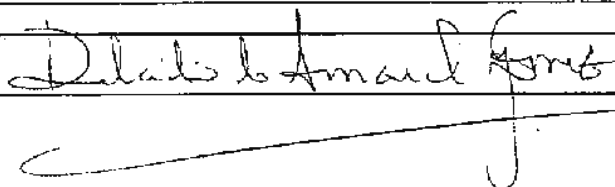
PARTIDO

**PT**

DATA

**20/06/2011**

ASSINATURA





## REQUERIMENTO DE LICENÇA

**Artigos 13 e 43, I, do Regimento Interno (sem ônus)**

<b>RQS</b>	<b>SENADOR (A)</b>	<b>ART. RISF</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FINALIDADE</b>
253-M	Itamar Franco	43, I	22.06 a 21.07	Licença Saúde
254-M	Maria do Carmo Alves	13	21.06	Atividade Parlamentar
255-M	Paulo Bauer	13	22.06	Atividade Parlamentar
256-M	Fernando Collor	13	21.06	Atividade Parlamentar
257-M	Jayme Campos	13	21.06	Atividade Parlamentar
258-M	Epitácio Cafeteira	43, I	16.06	Licença Saúde

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney**

**21/06/2011**

**terça-feira**

- 11h** Recebe o Senhor Antonio Miranda, diretor da Biblioteca Nacional de Brasília  
Sala de Audiências
- 11h30** Recebe a professora Walda de Andrade Antunes, do Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação – IPECE  
Sala de Audiências
- 14h** Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária destinada a comemorar os 16 anos da Rede Vida de Televisão  
Plenário
- 15h30** Recebe o Conselheiro Salomão Ribas Junior, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Conselheiro Severiano Costandrade Aguiar, presidente do Instituto Rui Barbosa e o Desembargador Luis Eduardo Rabello, presidente da Associação Nacional dos Desembargadores  
Sala de Audiências
- 16h** Ordem do Dia  
Plenário
- 20h** Churrasco oferecido pela Bancada do Paraná no Senado  
Residência Oficial

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*\*

### Maranhão

**PTB** - Eptácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**PSOL** - Marinor Brito\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PR** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**PPS** - Itamar Franco\*\*

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*  
**Bloco-PMDB** - Wilson Santiago\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PT** - João Pedro\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Aníbal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PMN** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Marisa Serrano\*  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-DEM** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\*\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PMDB** - Geovani Borges\*\* (S)  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**PTB** - Mozerildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(5)</sup>

**Leitura:** 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
<b>PTB</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

**Notas:**

- Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
- Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
- Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
- Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
- Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
- Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

## 2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

**Número de membros:** 11 titulares e 6 suplentes

**Leitura:** 17/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	1. Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(6)</sup>
Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(6)</sup>	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(6)</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(5)</sup>	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(5)</sup>
Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	2. Geovani Borges (PMDB-AP) <sup>(5)</sup>
Sérgio Petecão (PMN-AC) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO) <sup>(4)</sup>	1. Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(7)</sup>
<b>PTB</b>	
João Vicente Claudino (PI) <sup>(3)</sup>	1. Gim Argello (DF) <sup>(3)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO  
VICE-PRESIDENTE: VAGO  
RELATOR: VAGO**

**Leitura:** 05/03/2008  
**Instalação:** 06/11/2008  
**Prazo prorrogado:** 30/06/2009  
**Prazo prorrogado:** 31/08/2009  
**Prazo prorrogado:** 22/12/2009  
**Prazo prorrogado:** 17/07/2010  
**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

---

#### **MEMBROS**

---

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

---

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

---

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

---

---

##### **Membro da Comissão Diretora**

---

**Notas:**

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

## **2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.**

**Finalidade:** Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os  
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

**Número de membros: 5**

<b>MEMBROS</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>
Senador Aníbal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>
Senador Sérgio Petecão (PMN) <sup>(3)</sup>
Senador Gilvam Borges (PMDB) <sup>(4,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>

**Notas:**

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

### 3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

**Finalidade:** Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(5)</sup>

**Instalação:** 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(4)</sup>	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(4,6)</sup>
Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(4)</sup>
Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(4)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(7)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>
	2.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor <sup>(2)</sup>	1. Senador Armando Monteiro <sup>(2)</sup>

#### Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

#### **4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)**

**Finalidade:** Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Lindbergh Farias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Senador Lobão Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) <sup>(6,9)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cyro Miranda (PSDB) <sup>(8)</sup>	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).



## **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro  
signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

**Número de membros: 5**

<b>MEMBROS</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>
Senador Lindbergh Farias (PT) <sup>(3)</sup>
Senador Pedro Taques (PDT) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>
Senador Eduardo Braga (PMDB) <sup>(1)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>

**Notas:**

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).

## **6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

**Finalidade:** Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

**Número de membros: 3**

---

### **MEMBROS**

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(3)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

---

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

---

Senador Pedro Taques (PDT) <sup>(1,2)</sup>

---

**Notas:**

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

## REFORMA POLÍTICA - 2011

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Designação:** 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 61 33034638

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(10)</sup>	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) <sup>(7)</sup>	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) <sup>(4,8)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(3)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(2)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

## PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(5)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(7)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(2)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino <sup>(1,6)</sup>	2. Gim Argello

### Notas:

\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## **2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(1)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

**Notas:**

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.

3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(10)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(10)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(10,11)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) <sup>(20,22)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) <sup>(9)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(3,5,17,21)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(2,16)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(4,17)</sup>
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(13,17)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(15,17)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(21)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(23)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(14)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(19)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(18)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(6)</sup>
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(7)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

**Número de membros:** 5 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>
Eduardo Suplicy (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>
Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(14)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) <sup>(12)</sup>	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(10)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(7,13)</sup>	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) <sup>(11)</sup>
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(5)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(4)</sup>
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(6)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) <sup>(8)</sup>	5. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

**Notas:**

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
  - \*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
  - \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
  - \*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
  - \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
  - \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
  2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
  3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
  5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
  6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
  7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
  9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
  10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
  11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
  12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
  13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
  14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(5,6)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3303-3935  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3303-3935  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## **5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016**

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



#### **5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

\*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrano e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(14)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(11)</sup>	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) <sup>(8,10)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1,13)</sup>	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO <sup>(13)</sup>
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(5,9)</sup>	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(2)</sup>	1.
Gim Argello <sup>(12)</sup>	2.
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

\*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## **6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 19/05/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

**Notas:**

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

**Notas:**

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- \*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(5)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(1)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\* Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### **7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### **7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(4)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(5)</sup>	4. João Pedro (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2,5)</sup>	3. Mário Couto (PSDB) <sup>(5)</sup>
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(3)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(6)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** quartas-feiras, às 14h -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627  
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
João Pedro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

\*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627  
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(8)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) <sup>(3)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(7)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,9)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(6)</sup>
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** quintas-feiras, às 12h -  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) <sup>(4)</sup>	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Fernando Collor
<b>PSOL</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfê Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 8h45 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
<b>PT</b>	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Vicentinho Alves (TO)	1.
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

**Atualização:** 26/04/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

#### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/04/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br



## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
Gleisi Hoffmann (PR) <sup>(1,7)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PTB</b>
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(5)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(6)</sup>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA)
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSOL</b>
Marinor Brito (PA) <sup>(4)</sup>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSC</b>

Eduardo Amorim (SE)
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC)
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)

**Atualização: 09/06/2011**

**Notas:**

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(14)</sup>

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Waldemir Moka (MS) <sup>(5)</sup>
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC) <sup>(8)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>
Armando Monteiro (PE) <sup>(11)</sup>
<b>DEM</b>
José Agripino (RN) <sup>(9)</sup>
<b>PR</b>
Clésio Andrade (MG) <sup>(12)</sup>
<b>PP</b>
Ivo Cassol (RO) <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(13)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(15)</sup>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(4)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(3)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(6)</sup>

**Atualização:** 19/05/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(15)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Pedro Simon (RS) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
Ana Rita (ES) <sup>(8)</sup>
<b>PSDB</b>
Cícero Lucena (PB) <sup>(11)</sup>
<b>PTB</b>
João Vicente Claudino (PI) <sup>(10)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(9)</sup>
<b>PR</b>
Blairo Maggi (MT) <sup>(12)</sup>
<b>PP</b>
Ana Amélia (RS) <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(13)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(5)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(3)</sup>

**Atualização:** 25/05/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) <sup>(7)</sup>
PT
Jorge Viana (AC) <sup>(9)</sup>
PSDB
Cyro Miranda (GO) <sup>(11)</sup>
PTB
Gim Argello (DF) <sup>(10)</sup>
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(8)</sup>
PR
Clésio Andrade (MG) <sup>(12)</sup>
PP
Ciro Nogueira (PI) <sup>(5)</sup>
PDT
Cristovam Buarque (DF) <sup>(15)</sup>
PSB
Lídice da Mata (BA) <sup>(13)</sup>
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
PSC
Eduardo Amorim (SE) <sup>(4)</sup>
PPS
PMN

---

Sérgio Petecão (AC) <sup>(6)</sup>

---

**PV**

---

Paulo Davim (RN) <sup>(2)</sup>

---

**Atualização:** 05/05/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br



## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Senador José Sarney (PMDB/AP)

**Chanceler:** Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT/RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB/AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT/SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR/TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Paulo Teixeira (PT/SP)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> João Paulo Cunha (PT/SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

<b>Lei nº 8.389/91, artigo 4º</b>	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
(Resolução nº 1/2011-CN)

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

**MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho  
**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878  
**Fax:** (61) 3216-6880  
**E-mail:** cpmc@camara.gov.br  
**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28  
**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Fernando Collor (PTB/AL)

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Paulo Teixeira (PT/SP) <sup>2</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>3</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

#### Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)



Edição de hoje: 440 páginas

OS: 2011/13127